

EDIÇÃO
ESCOLA SUPERIOR DE
EDUCAÇÃO DE COIMBRA

DEZEMBRO 2023

GÉNERO, DIVERSIDADE SEXUAL E DIREITOS HUMANOS

FILOMENA TEIXEIRA
ANA FRIAS
SUSANA SILVEIRA
DULCE VAZ
JOSÉ MORGADO
PAULO RENNES MARÇAL RIBEIRO
ANA CLÁUDIA BORTOLOZZI
ISABEL CHAGAS
TERESA VILAÇA
ISABEL MARTINS
CÉLIA REGINA ROSSI
SÓNIA MARTINS DE MELO



Escola Superior
de Educação
Politécnico de Coimbra

FICHA TÉCNICA

Título

Género, Diversidade Sexual e Direitos Humanos

Edição

Escola Superior de Educação de Coimbra



Data

dezembro 2023



ISBN

978-989-9145-09-2



Coordenação
Filomena Teixeira, Ana Frias, Susana Silveira,
Dulce Vaz, José Morgado, Paulo Rennes Marçal
Ribeiro, Ana Cláudia Bortolozzi, Isabel Chagas,
Teresa Vilaça, Isabel Martins, Célia Regina Rossi,
Sónia Martins de Melo

ÍNDICE

NOTA DE ABERTURA.....	6
“IDEOLOGIA DE GÉNERO”, POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO E DIREITOS HUMANOS	7
ANTÓNIO FERNANDO CASCAIS	
PANDEMIAS, EDUCAÇÃO E VIGILÂNCIA MORAL: REFLEXÕES SOBRE RELAÇÕES NÃO MONOGÂMICAS EM CRISES DE SAÚDE.....	13
PABLO PÉREZ NAVARRO	
O DUPLO PROBLEMA DA PORNOGRAFIA GAY NA ARTE: LIBERDADE DE EXPRESSÃO E DIVERSIDADE SEXUAL	19
BRUNO MARQUES	
FEMVERTISING: A PUBLICIDADE PODE CONTRIBUIR PARA O EMPODERAMENTO DA MULHER NA SOCIEDADE?.....	29
JORGE VERÍSSIMO	
ABORDAJE DEL PRINCIPIO DE IGUALDAD Y SEXUALIDAD EN LAS INSTITUCIONES EDUCATIVAS DESDE LAS PEDAGOGÍAS FEMINISTAS INTERSECCIONALES.....	41
MARÍA TERESA BEJARANO-FRANCO, IRENE MARTÍNEZ-MARTÍN	
PERCEÇÕES SOBRE A IGUALDADE E OS PAPÉIS DE GÉNERO: UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE PESSOAS VÍTIMAS E NÃO VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA.....	48
MARIA JOÃO DIAS, CRISTINA C. VIEIRA	
PORN AS INFORMAL DIGITAL SEXUAL EDUCATION? CHALLENGES AND OPPORTUNITIES FROM THE YOUTH IN CATALONIA	53
LAURA FERNÁNDEZ, MARIA-JOSE MASANET, SERGIO VILLANUEVA	
“A CAMPANHA ABGLBTQIA+” E O DISCURSO DE ÓDIO NOS MEDIA	57
FILOMENA TEIXEIRA, ANA FRIAS, FERNANDO MOREIRA MARQUES	
O DIREITO À MATERNIDADE PELA VOZ DE MULHERES COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL	63
PRISCILA FOGER MARQUES, ANA CLÁUDIA BORTOLOZZI	
MULHERES E CIÊNCIA: UM OLHAR PARA AS NARRATIVAS E PARA AS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS DE CIENTISTAS MÃES, NA PANDEMIA.....	69
SUSANA DA MATA RAMOS GEPPERT, PAULA REGINA COSTA RIBEIRO	
CIÊNCIA OU FALÁCIA? REFLEXÕES SOBRE O DEBATE SOBRE “IDEOLOGIA DE GÊNERO” NO BRASIL	75
EDUARDO DE MEDEIROS PERETTI, SONIA MARIA MARTINS DE MELO	
ANÁLISE DO DISCURSO DA EXTREMA DIREITA PARA DESLEGITIMAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES COM LIBERDADE SEXUAL	80
SOFIA FERNANDES DE OLIVEIRA, CÉLIA REGINA ROSSI	

A EDUCAÇÃO SEXUAL VIVENCIADA POR ADULTOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: RELATOS DE EXPERIÊNCIAS	85
ANA CARLA VIEIRA OTTONI, ANA CLÁUDIA BORTOLOZZI	
A EDUCAÇÃO SEXUAL ENQUANTO ELEMENTO DE TRANSFORMAÇÃO: NOTAS PARA REFLEXÃO DE PROFESSORES	91
GABRIELLA ROSSETTI FERREIRA, MICHELE GARCIA, PAULO RENNES MARÇAL RIBEIRO	
ESCOLA, DOCÊNCIA E INFÂNCIA: QUESTÕES DE GÊNERO NAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NOS PRIMEIROS ANOS DO ENSINO FUNDAMENTAL	97
RINALDO CORRER, CLÁUDIO RODRIGUES ALVES	
PERCEÇÃO DE ESTUDANTES E DE PESSOAS COM 60+ ANOS SOBRE O CORPO IDOSO	101
ANA FRIAS, FILOMENA TEIXEIRA	
SÉRIE CONTROL Z: DISCUSSÕES SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE NA PRIMEIRA TEMPORADA	106
LETIANE OLIVEIRA DA FONSECA, PAULA REGINA COSTA RIBEIRO	
ESCUTA FEMINISTA COMO PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO E CUIDADO ENTRE JOVENS MULHERES ...	110
JULIA OGASHAWARA DE OLIVIERA, RAQUEL BAPTISTA SPAZIANI	
REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO CONCEITO DE HETERONORMATIVIDADE DE PROFESSORAS DO ENSINO FUNDAMENTAL I	115
RINALDO CORRER, LILIAN DE OLIVEIRA LINO	
DISCURSOS ANTIFEMINISTAS ONLINE: UNA APROXIMACIÓN EMPÍRICA DESDE LA JUVENTUD EN CATALUÑA	120
ANNA IÑIGO, LAURA FERNÁNDEZ	
GÊNERO, SAÚDE E OS MEDIA: UMA INTERVENÇÃO COM ESTUDANTES DE ENSINO SUPERIOR EM PORTUGAL	125
ALANA DE ANDRADE SANTANA, CLÁUDIA DIAS PRIOSTE, FILOMENA TEIXEIRA	
A EDUCAÇÃO SEXUAL COMO PRESSUPOSTO DE UMA SOCIEDADE DEMOCRÁTICA	131
GABRIELLA ROSSETTI FERREIRA, MICHELE GARCIA, PAULO RENNES MARÇAL RIBEIRO	
GÊNERO E CIÊNCIA NO YOUTUBE: TECENDO ALGUMAS ANÁLISES	136
YASMIN TEIXEIRA MELLO, JOANALIRA CORPES MAGALHÃES, PAULA REGINA COSTA RIBEIRO	
O ASSÉDIO SEXUAL NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR EM PORTUGAL – REPRESENTAÇÕES DE ESTUDANTES RELATIVAMENTE AO GÊNERO	141
DANIELA SOFIA NETO	
GÊNERO E SEXUALIDADE NA ESCOLA: PERCEÇÕES DE FUTUROS/AS DOCENTES.....	146
MARCUS PEREIRA JUNIOR, FILOMENA TEIXEIRA, ANA VALENTE RODRIGUES	
PESSOAS TRANS, SAÚDE REPRODUTIVA E DIREITOS HUMANOS: UMA REVISÃO DE LITERATURA SOBRE O TEMA EM PORTUGAL	152
PAULA DÜRKS CASSOL	
A NEGLIGÊNCIA DA DIMENSÃO DA SEXUALIDADE NO TRATAMENTO DE PACIENTES NEUROLÓGICOS: REFLEXÕES E PERSPECTIVAS.....	157
FABIANA DURANTE DE MEDEIROS	

DIVERSIDADE DE GÊNERO: PROBLEMATIZAÇÕES SOBRE A INCLUSÃO PRODUTIVA NO MERCADO DE TRABALHO	162
ANA PAULA SPECK FEIJÓ, PAULA REGINA COSTA RIBEIRO	
ESTUDANTES TRANS: NARRATIVAS ESCOLARES RELACIONADAS AO PRECONCEITO	167
VIVIANE HASFELD MACHADO, JOANALIRA CORPES MAGALHÃES, PAULA REGINA COSTA RIBEIRO	
OS MEDIA, VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES E A INVISIBILIZAÇÃO DO TERMO FEMINICÍDIO	172
LUMA FLÁVIA JOSINO	
O MUNDO MASCULINO NA POESIA DO JORNAL ALTO MADEIRA NO INÍCIO DO SÉCULO XX: NOTAS PRELIMINARES DE PESQUISA	176
JOÃO GUILHERME RODRIGUES MENDONÇA, PAULO RENNES MARÇAL RIBEIRO	
EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS, GÊNERO, SEXUALIDADE E MÍDIAS: DIÁLOGOS ENTRE BRASIL E PORTUGAL NA PÓS-GRADUAÇÃO	181
FABIANE FREIRE FRANÇA, FILOMENA TEIXEIRA	
TECENDO ENFRENTAMENTOS À VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA	186
RAQUEL BAPTISTA SPAZIANI, BIANCA MONDIN DOS SANTOS MENDONÇA RAYMUNDO, BRUNA PEREIRA BINI, HELENA FREIRE WOIGT, LETÍCIA QUESADA FABIÃO ALVES, LUÍSA SEGALLA DE CARVALHO, MARIANA SANTANA DOS SANTOS, SUSANA SIEIRO BANDEIRA	
SERVIÇOS FARMACÊUTICOS E A FARMÁCIA INCLUSIVA: POPULAÇÃO LGBTQIAPN+	191
RAQUEL REGINA DUARTE MOREIRA, KATELLYN COSTA SILVA	
O PROJETO KINDER NO ENSINO DA LÍNGUA GESTUAL PORTUGUESA: RELATO DE UM PERCURSO	195
ISABEL CORREIA, SOFIA GONÇALVES, TATIANA MOURA	
UM RELATO SOBRE O PROJETO “CORPOS QUE TRANSITAM NO ESPAÇO ESCOLAR: UMA INVESTIGAÇÃO COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO”	200
TAINÁ DOS REIS GARCIA, PAULA REGINA COSTA RIBEIRO	
DECLARAÇÃO DE COIMBRA.....	206

NOTA DE ABERTURA

Num tempo marcado pelo ‘aqui e agora’, onde o apelo à sexualidade é uma constante, importa que o e-book Género, Diversidade Sexual e Direitos Humanos, reúna e divulgue trabalhos de investigação e relato de práticas sobre questões de género e diversidade sexual, prementes no quadro dos Direitos Humanos, apresentados e discutidos no VII Congresso Internacional de Sexualidade e Educação Sexual (VII CISES). Tendo por base a Estratégia Nacional para a Igualdade e Não Discriminação (ENIND, 2018-2030), o VII CISES pretendeu estimular o debate e a reflexão, a respeito do papel das mulheres e dos movimentos LGBTQI+, temáticas ainda invisibilizadas e silenciadas nos espaços escolares, mas de particular atualidade e relevância, atendendo às (im)posições curriculares, às políticas educativas que urge implementar, à investigação e práticas sobre a igualdade e não discriminação em razão de sexo, orientação sexual, identidade e expressão de género. Todos os textos nele incluídos são da responsabilidade dos autores e autoras, tendo sido sujeitos à apreciação por pares. A terminar esta publicação, em formato eletrónico, apresenta-se a Declaração de Coimbra onde profissionais de educação, investigação e formação, reforçam princípios, compromissos e linhas de ação assumidos em anteriores congressos, mas também reiteram a determinação individual e coletiva de afirmar a dignidade humana no quadro da diversidade sexual e de género.

“IDEOLOGIA DE GÉNERO”, POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO E DIREITOS HUMANOS

António Fernando Cascais

Departamento de Ciências da Comunicação da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da
Universidade Nova de Lisboa | ICNOVA – Instituto de Comunicação da NOVA

fcc@fch.unl.pt

Resumo

A falaciosa argumentação contra a suposta imposição de uma “ideologia de género” assenta em conceções, nem sempre admitidas, sobre a família, o desenvolvimento psicosexual, a sexualidade e o género, mas também a natureza e a cultura. Nela, não são apenas conteúdos da educação para a saúde, a sexualidade e a cidadania que são postos em causa, em nome do direito inalienável das famílias a escolherem a educação dos seus filhos, mas a própria política educativa em geral no Estado democrático de direito, assente no respeito pelos direitos humanos consagrados nos princípios constitucionais. Negando-se como ideologia no seu real proselitismo, a acusação à “ideologia de género” apresenta-se como inconfessada guarda avançada de uma verdadeira ofensiva contra os adquiridos civilizacionais da modernidade, o reconhecimento de direitos, liberdades e garantias, nomeadamente às mulheres e às pessoas *queer*, os quais, por sua vez, não podem ser derogados como etnocêntricos e crononormativos. A denúncia crítica do proselitismo anti “ideologia de género” tem descurado uma contra-argumentação suficientemente aprofundada e carecida de uma necessária autorreflexividade, capaz de dar conta do facto de que, frequentemente, comunga de pressupostos essencialistas idênticos àquele.

Palavras-chave: ideologia; género; educação; sexualidade; política

Abstract

The fallacious argumentation against the alleged imposition of a “gender ideology” rests on notions, not always overtly expressed, of family, psychosexual development, sexuality and gender, as well as of nature and culture. In it, it’s not only the contents of health, sexuality and citizenship that are called into question, in the name of the irrevocable right of families to choose their offspring’s education, but also the very educational policies in a Democratic State of Law, based on the respect of human rights that are consecrated in constitutional principles. Denying itself as an ideology in its real proselytism, the exposing of the so-called “gender ideology” presents itself as the unconfessed advanced guard of an actual offensive against Modernity’s civilizational breakthroughs, the recognition of rights, liberties, and warranties namely of women and queer persons, which, in turn, cannot be derogated as ethnocentric and chrononormative. The critical exposure of the proselytism anti “gender ideology” has overlooked a sufficiently in-depth counter-argumentation lacking in necessary self-reflexivity, which is capable of accounting for the fact that all too frequently it shares the same assumptions with such proselytism.

Keywords: ideology; gender; education; sexuality; politics

Embora a homofobia, a lesbofobia e a transfobia programáticas e doutrinárias se tivessem atenuado com o incremento da visibilidade pública e do empoderamento político e social das comunidades LGBTQI+, assim como com o progressivo reconhecimento dos seus direitos, elas nunca realmente desapareceram. Reduzidas a alguns grupos religiosos fundamentalistas e a vozes individuais isoladas, normalmente conotadas com as direitas e extremas-direitas do espectro político, elas ganharam novo fôlego com o crescimento do apoio a estas e da sua influência popular e mediática. Mas elas só se tornaram verdadeiramente vociferantes e virulentas com as campanhas de denúncia daquilo a que chamam “ideologia de género”, impulsionadas pelo pânico moral concentrado nas crianças e menores, na família e na educação.

O avanço dos direitos das pessoas *queer* não trouxe, por si só, a tolerância social de proximidade. É minha convicção que isto se deve ao facto da persistência mais ou menos subterrânea, informada e publicamente recalcada, de concepções, de perceções e de sentimentos muito antigos e tradicionais, fortemente arraigados no senso comum que nunca deixaram de existir, embora apenas expressos de forma tímida e calculada em círculos restritos ou privados. Tenho afirmado repetidas vezes que, longe de terem sido eliminadas pela visibilidade pública LGBTQI+ e o reconhecimento de direitos das pessoas *queer*, a homofobia, a lesbofobia e a transfobia se limitaram a entrar no armário, mas para saltarem para fora dele mal se achem respaldadas para tanto. Vencidas, mas não convencidas, as crenças, mitos e estereótipos, pressupostos básicos e enviesamentos genericamente respeitantes às homossexualidades e aos homossexuais não se atenuaram, não cederam à demonstração e à argumentação racional, não foram revistas, não se auto-refletiram nem interrogaram, não se deixaram desmentir e somente buscam agora a representação política e a validação ideológica que foram perdendo com o tempo. O que ouvimos hoje aos detratores daquilo que entendem por “ideologia de género” é o mesmo que ouvíamos há quarenta anos.

Tudo leva a crer que as atitudes em relação às pessoas *queer* mudaram progressivamente nos círculos que imediatamente as envolvem, sobretudo no seu seio familiar, no meio profissional em que se inserem, nas relações sociais eletivas, isto é, onde há relações de amizade, mas, à medida que o círculo social se alarga, o grau de aceitação vai diminuindo na proporção inversa do vínculo afetivo que as liga e da sua proximidade social. Esta mudança acompanhou a própria mudança interna das comunidades LGBTQI+ no sentido da afirmação e da visibilidade pública, as quais, impondo-se na esfera pública como interlocutores que não podem doravante ser ignorados, puderam finalmente oferecer o seu contraditório à homo-lesbo-transfobia aparentemente unânime, provocando nos porta-vozes desta uma retração por eles recebida de forma traumática. Por outras palavras, as atitudes em relação às pessoas *queer* mudaram positivamente nos círculos mais próximos em que elas afirmam a sua identidade, e que são necessariamente minoritários, mas não na sociedade portuguesa em geral, que não acompanhou, nem a visibilidade, nem os combates legais e sociais do associativismo, nem o reconhecimento jurídico-político de direitos. Longe da vista, longe do coração, diria. Se já não o

sabíamos, agora temos o dever de admitir que as estruturas sociais mais básicas e fundadoras não mudam, ou só raramente e muito parcialmente são afetadas, pela mudança jurídico-política. Ou seja: por obra e graça do reconhecimento formal de direitos, liberdades e garantias, embora, com certeza, estes possam propiciar a mudança social, a começar pelo seu intrínseco valor simbólico (como é o caso do casamento entre pessoas do mesmo sexo, da aprovação de lei da identidade de género, ou do direito à adoção). Mesmo se a mudança legal pode ter efeitos extremamente relevantes nas vidas individuais daqueles que mais diretamente ganham com ela, isso não vale imediatamente e linearmente para a sociedade onde as pessoas LGBTQI+ têm de continuar a (sobre)viver.

O que mudou então na sociedade portuguesa globalmente encarada? Mudou, em primeiro lugar, a tradicional unanimidade da homofobia/lesbofobia/transfobia que não admitia contraditório porque ele pura e simplesmente não tinha condições para se exprimir. Doravante, qualquer tomada de posição homo/lesbo/transfóbica sabe que se confronta com o ónus de ser publicamente contraditada, sabe que pode ter de pagar o preço das suas consequências, sabe que se expõe a um conflito aberto lá onde a sua própria existência dantes podia até ser negada. Por tabela, praticamente desapareceu o apoio aberto à perseguição ativa aos homossexuais, à criminalização, à expressão violenta de sentimentos homo/lesbo/transfóbicos, à discriminação formal, à estigmatização declarada, à exclusão aberta, à agressão física e verbal, pelo simples facto de as pessoas serem o que são, ou, melhor dizendo, serem percebidas como tal. Podemos, inclusive, acreditar que a maioria da opinião reconhece genuinamente a injustiça e a crueldade de tudo isso. Em contrapartida, o que não parece ter mudado é a ideia que, a despeito de tudo, as pessoas *queer* não deixaram de ser essencialmente alienígenas, estranhas, anormais e patológicas, basicamente, que não são como toda a gente e, em última análise, que o melhor seria que nem sequer existissem porque o problema não reside na atitude social em relação à sua existência, é antes de mais a sua existência que começa por constituir problema. Tudo seria menos complicado, mais pacífico, menos difícil, mais calmo e menos espinhoso sem elas. A vitimização chega a ser admitida, mas a responsabilidade por ela é-lhes, em última análise imputada, sendo particularmente visadas, no caso vertente, a visibilidade pública e a afirmação cultural e política.

A percepção mais amplamente difundida é que esta é a verdadeira realidade, a ordem natural das coisas. O associativismo já o contrariava, ao lutar por direitos universais de uma minoria que desse modo era percebida como (des)merecedora de uma representatividade exorbitante no espaço público. A crítica *gay*, *lésbica*, *trans* e *queer*, passou a ser vista como levando tudo isso longe demais, ao pôr em causa as evidências fundadoras da coesão social. Com efeito, bem mais do que o combate jurídico-político por direitos, liberdades e garantias das pessoas LGBTQI+, foi a pesquisa e a crítica *queer* que mais direta e radicalmente interferiram com os arquétipos culturais mais arcaicos e profundos e que, desse modo, maior ameaça representaram para as certezas adquiridas. Perante este desafio, a reação homo/lesbo/transfóbica entrincheirou-se no

ataque àquilo que chama “ideologia de género”, responsabilizada por atentar contra o que há de mais certo e sabido tanto no plano dos valores cognitivos como morais. O propósito último do combate à “ideologia de género” é fazer descer a discussão a um nível que permita recuperar a unanimidade perdida da homo/lesbo/transfobia e a exprimi-la sem reboço na esfera pública.

O que a crítica *queer* veio pôr radicalmente em causa foi a naturalidade originária da heterossexualidade, pondo em evidência que ela é tão construída quanto a homossexualidade. A pesquisa e a praxis *queer* possibilitaram a passagem da apologia das sexualidades dissidentes, excluídas e abjetas para a refutação da heteronormatividade e a denúncia da heterossexualidade compulsiva. Doravante, é antes de mais a heterossexualidade que tem de ser explicada e não a homossexualidade que tem de dar explicações. Só dá explicações quem não tem justificação por si própria. Com efeito, o senso comum homo/lesbo/transfóbico amplamente disseminado no tecido social entende que as pessoas são natural e originariamente heterossexuais. *São*. Em coerência, os indivíduos homossexuais não são. *Tornam-se*. A esta luz, ninguém pode ser homossexual, apenas tornar-se, e torna-se porque foi desviado por alguém que o perverteu, em regra, um homossexual mais velho que abusou de uma criança ou de um jovem dependente e vulnerável. À luz desta verdadeira distorção cognitiva, a homossexualidade não passa de uma heterossexualidade frustrada, mas que, e por isso mesmo, pode ser reversível se se intervier a tempo, assim se tornando plausível e justificada a “cura” religiosa e a violência psiquiátrica e psicológica de reorientação sexual, quando a houve e em casos deploráveis continua a haver.

Para este senso comum, é na ideia do desvio e do abuso que radica o vínculo, subterrâneo, mas necessário, entre pedofilia e homossexualidade, de tal maneira que todo o homossexual é um pedófilo em potência e, logo, essencialmente perigoso para as crianças e menores que tem a seu cargo ou sobre os quais tem alguma espécie de ascendente – os professores à cabeça de todos. Realmente doente e potencialmente criminoso, é assim que ele propaga a homossexualidade. Noutra variante, o ou a jovem homossexual ou transgénero são fruto de um ambiente familiar disfuncional, ou, pior ainda, de uma família de progenitores do mesmo sexo – daí o pavor e a recusa do casamento entre pessoas do mesmo sexo e, sobretudo, do direito à adoção. O que neles se vê é a exposição dolosa e malsã da criança a um desvio patológico que compromete o seu desenvolvimento psicosexual no sentido da heterossexualidade. Sob esse medo, o que se esconde, quanto mais não seja, é o facto de que a heterossexualidade, ela sim, é que é compulsória, e toda a educação e o processo de crescimento operam no sentido de impedir que a criança se desenvolva fora do binarismo que opõe masculino a feminino, heterossexualidade a homossexualidade. Tanto implica abandonar à sua sorte todas as crianças e jovens que não sejam heterossexualizáveis, violentando-os, isso sim, no seu desenvolvimento fora dos padrões normativos impostos. Lá onde a relação consigo próprio e com os outros é socialmente assistida, no caso das pessoas *queer* ela é socialmente abandonada.

A ideia de que a homossexualidade é adventícia, superveniente, postiça, artificial, não faz senão dissimular a real heteronormatividade da organização familiar e do sistema de género. É o que se insinua sob o argumento anti-“ideologia de género” que acusa as reformas educativas que promovem a educação sexual de serem o equivalente da pedofilia ao desconstruírem a heteronormatividade e promoverem o reconhecimento e a aceitação da diferença e da diversidade. Acredita-se que apresentar em pé de igualdade estilos de vida, identidades sexuais e de género divergentes é tornar discutível a evidência pré-social da norma.

No centro do pânico homossexual voltam deste modo a estar as crianças e os menores em idade escolar, usados como arma de arremesso no combate às reformas em nome da defesa dos seus direitos, designadamente a não serem expostos àquilo que se consideram serem mentiras e erros que os transtornam, desvirtuam o seu desenvolvimento psico-sexual saudável e interferem com o direitos dos pais a escolher e controlar o modelo educativo dos seus filhos. A invocação do direito destes à objeção de consciência, que pode chegar ao ponto de impedir os jovens de frequentar as aulas onde são ministrados esses conteúdos, com todas as consequências que daí advêm, põe em causa o direito deles à formação e à informação e exprime um sentimento de profunda insegurança quanto à solidez e ao bem fundado das suas próprias convicções e valores. Sob esse prisma, uma educação que não transmita a homo/lesbo/transfobia, a misoginia, a xenofobia, o racismo, o rígido binarismo, a desigualdade e a discriminação, é sentida como atentatória da coesão social que tradicionalmente assentava nelas. O que está em causa é, portanto, um modelo de sociedade, que os detratores da “ideologia de género” gostariam que retornasse a uma época onde não existia visibilidade pública – que agora se visa restaurar com a proibição daquilo que chamam “propaganda homossexual” – nem expressão política, luta por direitos e a viver uma vida igual à de toda a gente. O que se pretende negar é o carácter constitutivamente conflitual dos aparentes consensos sociais em que assenta a heteronormatividade e reverter a discussão pública para uma situação em que ela não tinha que se justificar. Mas também um modelo de sociedade onde o abuso era comum no seio da família, no seio das instituições que têm a seu cargo menores, e sobretudo menores tutelados e em risco, e das instituições religiosas monossexuais, completamente fechadas sobre si próprias e avessas a todo o escrutínio e heterorregulação. Precisamente, se algo têm em comum a emancipação LGBTQI+ e a proteção de crianças e jovens é o direito à autodeterminação sexual, ao contrário do que esgrimem os detratores da “ideologia de género”. Deste ponto de vista, a crítica à “ideologia de género”, por ser ideológica, mais não faz do que dissimular o proselitismo, ele sim inteiramente ideológico, dos seus detratores. É do seu lado que se encontra a ideologia, por mais naturalizada e essencializada que a pretendam.

Impõe-se contrapor, de forma lapidar, que as crianças não nascem heterossexuais, tornam-se, para parafrasear a célebre tese de Simone de Beauvoir (“Ninguém nasce mulher, torna-se mulher”) e, se se tornam, é porque a tal foram compelidas, quando podem sê-lo, pois, se há quem não consigo tornar-se heterossexual à força de toda a indução, de toda a violência

psicológica e física, de toda a pressão e chantagem, de toda a vigilância familiar e de toda a perseguição legal, de toda a injúria e estigmatização, tanto só prova que a pessoa homossexual ou transgénero é um resistente pelo simples facto de o ser, de existir, de conseguir sobreviver com uma identidade que não cabe no binarismo heterossexista, que se furta e é refratária à heterossexualidade compulsória.

PANDEMIAS, EDUCAÇÃO E VIGILÂNCIA MORAL: REFLEXÕES SOBRE RELAÇÕES NÃO MONOGÂMICAS EM CRISES DE SAÚDE

Pablo Pérez Navarro
Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra
pabloperrez@ces.uc.pt

Resumo

Este estudo, situado no contexto geográfico do Brasil e no período moldado pela pandemia de Covid-19, explora o imperativo cultural da monogamia na legislação, nas campanhas educativas e nas políticas de ordem pública. O objetivo central é argumentar que durante a crise pandêmica, a monogamia viu-se intensificada como um princípio para a organização do campo da sexualidade e das relações de parentesco. Além disso, pretende ser uma contribuição para a compreensão de algumas das formas em que as normas excepcionais, implementadas em momentos de crise, sedimentam como elementos constitutivos da ordem pública.

Palavras-chave: Biopolítica; pandemias; educação; saúde pública; ordem pública

Abstract

This study, located in the geographical context of Brazil and within the period shaped by the Covid-19 pandemic, explores the cultural imperative of monogamy in legislation, educational campaigns, and public policy. The central objective is to argue that during the pandemic crisis monogamy became intensified as a principle for organizing the field of sexuality and kinship relations. Furthermore, it aims to contribute to the understanding of some of the ways in which exceptional norms, implemented in moments of crisis, solidify as constituent elements of public order.

Keywords: Biopolitics; pandemics; education; public health; public order

INTRODUÇÃO

Tomando como inspiração a abordagem da heterossexualidade como um regime político, conforme proposto pelo feminismo lésbico e pelas teorias queer, este estudo parte do pressuposto de que a *mononormatividade* (Porto, 2018) permeia o aparato jurídico do Estado e, simultaneamente, transcende-o, impregnando as relações sociais e práticas culturais de maneiras nem sempre evidentes. Partindo dessa intuição, inicio esta reflexão com uma análise das brechas na esfera jurídica da monogamia no Brasil. Em seguida, apresento uma análise das interações entre o Estado e a monogamia no contexto das políticas de saúde pública. A partir dessa discussão, abordo a tendência à *monogamização* (Rothmüller, 2021) das relações durante a pandemia de Covid-19 e a representação das dissidências relacionais como ameaça à ordem social. Para concluir, proponho uma análise da criminalização das festas da juventude das

periferias de Salvador, Bahia, como exemplo da consolidação da monogamia como política de ordem pública.

METODOLOGIA

Esta série interconectada de questões forma o núcleo do projeto *TRIALOGUES - Biopolíticas Emergentes de Gênero, Parentesco e Reprodução* (v. nota 1), um estudo de três anos conduzido pelo Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra, em colaboração com a Universidade Federal da Bahia (UFBA). O estudo englobou uma fase de trabalho de campo em Salvador de Bahia, durante a qual conduzi entrevistas biográficas com dez pessoas que se autodefiniram como "não monogâmicas" que seguiram o Método Interpretativo de Narrativas Biográficas (Wengraf, 2003) e oito entrevistas a pessoas expertas.

RECONHECIMENTO JURÍDICO DAS NÃO MONOGAMIAS NO BRASIL

Antes de explorarmos a relação entre a monogamia e a crise da pandemia, é crucial compreender que a monogamia está profundamente enraizada no Brasil, devido à influência do direito canônico europeu durante o período colonial (Núñez et al., 2021). No entanto, nas últimas décadas, surgiram alguns desafios à ordem monogâmica. Primeiramente, o conceito de "concubinato" foi redefinido nas décadas de 1960 e 1970 com o apoio das lutas feministas, deixando de ser uma figura desprotegida e estigmatizada para adquirir uma posição social vulnerável com direitos legais, como herança e pensões alimentícias. Além disso, em 2016, o STF reconheceu certas formas de multiparentalidade, derivadas da chamada parentalidade socioafetiva (Calderón, 2018). Isso possibilitou que uma criança tivesse mais de duas figuras parentais, abrindo caminho para o reconhecimento de parentalidades em contextos não monogâmicos. Em terceiro lugar, a partir de 2012, houve tentativas de formalizar relacionamentos *poliafetivos* por meio de escrituras públicas em cartórios em várias cidades brasileiras (Pilão, 2021).

No entanto, essas tentativas de reconhecimento enfrentaram uma série de retrocessos conservadores. O STF reverteu a tendência no reconhecimento das uniões estáveis paralelas ao casamento, com uma decisão em 2020 que apelava à monogamia como princípio do ordenamento jurídico. O Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por sua vez, bloqueou em 2018 a lavratura de escrituras não monogâmicas nos cartórios e tornou mais rigoroso o reconhecimento da multiparentalidade (IBDFAM, 2022).

Apesar dos obstáculos, continuam surgindo notícias sobre decisões judiciais que permitem reconhecimentos pontuais de uniões estáveis poliafetivas e, também, de certidões de nascimento com três figuras parentais.

MONOGAMIA E EDUCAÇÃO

Antes de adentrarmos na discussão sobre a relação entre a monogamia e crises de saúde, é fundamental considerar que a promoção da monogamia tem se estendido ao campo da saúde pública por meio de diversas campanhas educacionais. Uma destas campanhas é o programa educativo "Famílias Fortes", uma versão brasileira do programa "Strengthening Families Programme" (SFP 10-14 UK). Implementado pelo governo de Dilma Rousseff e refinanciado pelo de Jair Bolsonaro, esse programa foi desenvolvido na década de 1980 por Karol L. Kumpfer, com objetivo orientar crianças e adolescentes na redução de riscos tais como o uso de drogas, gravidez indesejada, infecções sexualmente transmissíveis e comportamento antissocial (Kumpfer & Magalhães, 2018). O programa enfatiza a importância da estrutura familiar, particularmente da família baseada no casamento e na fidelidade sexual. De facto, uma das evidências empíricas da eficácia do programa foi a redução do número de participantes que relataram ter tido mais de um/a parceiro/a sexual nos últimos doze meses após a participação no programa (Spath et al., 2014). Isso demonstra que o programa não apenas atua como uma estratégia educacional, mas também reforça a monogamia e a abstinência enquanto políticas de saúde pública. Com objetivos muito similares, a campanha #TudoTemSeuTempo foi lançada a inícios de 2020 pelo Ministério da Família e dos Direitos Humanos, destacando a abstinência como o método mais eficaz para prevenir a gravidez e as infecções de transmissão sexual (Carmo, 2019).

Naturalmente, essas campanhas foram alvo de críticas contundentes, que argumentaram que o silenciamento dos métodos contraceptivos, poderia agravar os riscos assinalados. Além disso, a campanha foi criticada por seu viés de gênero, que enfatizava que as mulheres, em particular, deveriam adiar o início da atividade sexual até estabelecer uma relação reciprocamente monógama. Ao mesmo tempo, foi assinalado que quando a ofensiva antigênero (Corredor, 2019) reforça as ansiedades culturais em torno da promiscuidade e do início da atividade sexual, continua um caminho iniciado décadas atrás pela reação conservadora à crise do HIV.

O IMPACTO DA PANDEMIA NAS RELAÇÕES NÃO MONOGÂMICAS

Imediatamente depois do lançamento dessa última campanha, a pandemia de COVID-19, com suas diretrizes de distanciamento social e apelos por "sexo mais seguro", promoveu a busca de refúgio na família nuclear ou em um número muito limitado de relacionamentos. Nesse processo, diretrizes sobre "sexo mais seguro" como as difundidas pelo Departamento de Saúde de Nova Iorque são dignas de nota, toda vez que foram traduzidas e divulgadas no Brasil por algumas das instituições de saúde pública mais ativas na luta contra o discurso negacionista do governo central (Fiocruz, 2021), e incluíram diretrizes como a recomendação de que "se dois é companhia, então três (ou mais) é definitivamente uma multidão" (Health, 2021).

Esse foi o contexto em Catarina, uma mulher indígena de 28 anos, viu o fim de seu relacionamento aberto com outra mulher durante a pandemia. Elas começaram a se encontrar com menos frequência, e a simples ideia de estar fisicamente com outra pessoa tornou-se

inimaginável. Ariel, uma travesti não binária, branca, por sua vez, restringiu seus contatos durante os períodos de confinamento à sua família biológica e a duas relações consolidadas. Eduardo, um entrevistado branco e gay, voltou para o interior com seu namorado após perderem seus empregos, interrompendo assim seu processo de exploração das não monogâmias. O que esses e outros muitos exemplos similares sugerem que, durante a pandemia de covid-19, os relacionamentos não monogâmicos foram forçados a buscar refúgio na família nuclear e em relações consolidadas, num contexto em que as relações não monogâmicas foram representadas como ameaças de saúde pública.

MONONORMATIVIDADE E CRIMINALIZAÇÃO DAS FESTAS 'PAREDÃO'

Para além dos efeitos descritos na esfera privada, a mononormatividade também desempenha um papel na organização do acesso, trânsito e uso do espaço público. Um exemplo disso é a criminalização das festas chamadas "paredão", que ocorrem nas ruas dos bairros periféricos das grandes cidades do Brasil e que, durante a pandemia de COVID-19, essas festas foram enquadradas como "crimes contra a saúde pública" (Araújo, 2020) pelo governador Rui Costa, do Partido dos Trabalhadores (PT).

Como exemplo representativo, pode-se lembrar que no estado da Bahia, em particular, a polícia militar realizou mais de mil e trezentas intervenções para impedir essas festas em apenas três meses, no início de 2021 (Wendell & Vilar, 2021), ao tempo que outras atividades culturais eram permitidas em espaços fechados. De facto, essa proibição gerou críticas, incluindo dentro do próprio PT, com a percepção de que era uma política discriminatória e racista. No entanto, a repressão das festas do "paredão" foi amplamente apoiada pela mídia local, alimentando uma retórica de pânico moral em torno da juventude que participa desses eventos, e destacando a presença de atividades sexuais, tanto reais como simuladas nas danças habituais nesse tipo de festas, identificando as participantes que foram estigmatizadas como sujeitos moralmente abjetos. Em particular, a figura do "putão", jovens que se relacionam com várias pessoas, e da "puta", jovens que afirmam sua autonomia sexual através de danças provocativas (Pinho, 2019), se tornaram em alvos específicos da estigmatização.

Na minha perspectiva, a repressão das festas do "paredão" faz parte de um processo mais amplo de "desafricanização" do espaço público, onde a sociedade tenta apagar vestígios da influência africana e negra enquanto explora a força de trabalho dessas populações em trabalhos precarizados. Nesse sentido, cabe estabelecer uma ponte histórica entre a perseguição da cultura negra no espaço público da cidade de Salvador no final do século XIX, em nome do "progresso, a civilização e a higiene" (Trois, 2021, p. 46), e a que se produz em nome de valores similares durante a pandemia de COVID-19. Nesse processo, as narrativas de pânico em torno da cultura periférica desviam a atenção das causas estruturais da super-representação da população negra nas taxas de mortalidade por COVID-19, como a falta de infraestrutura básica e más condições habitacionais nas periferias urbanas.

LIÇÕES DAS CRISES DO HIV/AIDS E DA COVID-19

Os episódios pandêmicos, tanto o HIV/AIDS quanto a covid-19, representam oportunidades para a intensificação da vigilância moral sobre comportamentos e a medicalização do espaço público. Como nos ensinou Foucault, essa tendência não é única na história das pandemias. No entanto, às vezes, é mais difícil detetar os pressupostos morais subjacentes quando os discursos vêm da oposição às forças conservadoras. No caso do Brasil, a necessidade de combater o negacionismo do governo Bolsonaro levou a excessos higienistas em algumas respostas à pandemia pela parte da oposição da esquerda parlamentar, nas políticas institucionais e, sobre tudo, nos discursos que as acompanharam. Em suma, as pandemias não apenas afetam a saúde pública, mas também servem como desculpa para a sedimentação na ordem pública de normas morais e culturais profundamente enraizadas na sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Araújo, J. (2020, August 19). Rui Costa diz que paredes serão enquadrados como crime contra saúde pública. *Muita Informação*. <https://muitainformacao.com.br/post/16085-rui-costa-diz-que-paredoes-serao-enquadrados-como-crime-contra-saude-publica>
- Calderón, R. (2018). Reflexos da decisão do STF de acolher socioafectividade e multiparentalidade. 1–6.
- Carmo, M. (2019, May 31). Damares defende que escolas discutam abstinência sexual e critica Popeye. *BBC News Brasil*. <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-48479429>
- Corredor, E. S. (2019). Unpacking “Gender Ideology” and the Global Right’s Antigender Countermovement. *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, 44(3), 613–638.
- Health, N. (2021). *Sexo mais seguro e a Covid-19*. Fiocruz Brasília. <https://www.fiocruzbrasil.fiocruz.br/wp-content/uploads/2020/03/covid-sex-guidance-pt.pdf>
- IBDFAM. (2022, April 20). *Trisal pretende acionar Justiça de São Paulo para filho recém-nascido ter nome do pai e das duas mães no registro civil*. Trisal pretende acionar Justiça de São Paulo para filho recém-nascido ter nome do pai e das duas mães no registro civil.
- Kumpfer, K. L., & Magalhães, C. (2018). Strengthening Families Program: An Evidence-Based Family Intervention for Parents of High-Risk Children and Adolescents. *Journal of Child & Adolescent Substance Abuse*, 27(3), 174–179.
- Núñez, G., Manuel De Oliveira, J., Coelho, M., & Lago, S. (2021). Monogamia e (anti)colonialidades: uma artesanaria narrativa indígena. *Programa de Pós-Graduação Em Ciências Sociais*, 16, 76–88.
- Pilão, A. (2021). Normas em movimento: monogamia e poliamor no contexto jurídico brasileiro. *Teoria e Cultura*, 16(3), 103–115.
- Pinho, O. (2019). Praxis estética no pagodão periférico. In *Nó em pingo d’agua. Sobrevivência, cultura e linguagem* (pp. 223–251). Mórula.
- Porto, D. (2018). Mononormatividade, intimidade e cidadania. *Revista Direito GV*, 14(2), 654–681.
- Rothmüller, B. (2021). The grip of pandemic mononormativity in Austria and Germany. *Culture, Health and Sexuality*, 23(11), 1573–1590.

- Spoth, R., Clair, S., & Trudeau, L. (2014). Universal Family-Focused Intervention with Young Adolescents: Effects on Health-Risking Sexual Behaviors and STDs Among Young Adults. *Prevention Science, 15*(S1), 47–58.
- Troi, M. De. (2021). Salvador, cidade movente: Corpos dissidentes, mobilidades e direito á cidade (Vol. 9, Issue 2) [Universidade Federal da Bahia].
- Wendell, B., & Vilar, M. (2021). Bahia tem 1,3 mil festas e paredões encerrados em 3 meses. *Correio*. https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/bahia-tem-13-mil-festas-e-paredoes-encerrados-em-3-meses/?utm_source=pocket_mylist
- Wengraf, T. (2003). Qualitative Research Interviewing: Biographic Narrative and Semi-Structured Methods. *Human Resource Development Quarterly, 14*(1), 117–122.

O DUPLO PROBLEMA DA PORNOGRAFIA GAY NA ARTE: LIBERDADE DE EXPRESSÃO E DIVERSIDADE SEXUAL

Bruno Marques

Instituto de História da Arte, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa
/ IN2PAST – Laboratório Associado para a Investigação e Inovação em Património, Artes,
Sustentabilidade e Território
brunosousamarques@gmail.com

Resumo

Partindo do filme *Hero, Captain, and Stranger* (2009) de João Pedro Vale e Nuno Alexandre Ferreira, o presente ensaio questiona as fronteiras convencionais que separam a arte (e o erotismo) da “pornografia” a fim de discutir, dentro do paradigma actual das sociedades democráticas, dois tópicos que aqui se entrelaçam: (1) os limites do permissível e da liberdade de expressão em contexto artístico; (2) os preconceitos e formas de censura que ainda prevalecem em torno da representação de sexualidades não-normativas, dissidentes ou contra-hegemónicas.

Palavras-chave: arte pornográfica; pornografia gay; diversidade sexual; liberdade de expressão; preconceito e censura

Abstract

Based on the film “Hero, Captain, and Stranger” (2009) by João Pedro Vale and Nuno Alexandre Ferreira, this essay brings into question the conventional boundaries that separate art (and eroticism) from “pornography” in order to discuss, within the current paradigm of democratic societies, two intertwined topics: (1) the limits of permissibility and freedom of expression in an artistic context; (2) the prejudices and forms of censorship that still prevail concerning the representation of non-normative, dissident, or counter-hegemonic sexualities.

Keywords: Pornographic art; Gay pornography; Sexual diversity; Freedom of expression; Prejudice; Censorship

INTRODUÇÃO

Juntamente com Nuno Alexandre Ferreira — o seu companheiro na vida e na arte — João Pedro Vale tem assinado trabalhos polémicos que dividem opiniões no panorama artístico português. O auto-exibicionismo despudorado, a iconografia sado-masoquista e as representações de práticas sexuais interditas previamente marginalizadas, estão entre os tópicos que esta dupla tem explorado, muitas vezes atravessados por um forte sentido de humor e irrisão. Em 2009, João Pedro Vale e Nuno Alexandre Ferreira adaptaram a obra *Moby-Dick; or, The Whale (1851)*, de Herman Melville, no primeiro filme porno gay português apresentado em contexto artístico. Depois de uma exibição na sala de cinema pornográfica Paraíso, em Lisboa, e no Museu Colecção

Berardo (2009), mais tarde, uma companhia de seguros cancelou uma exposição da dupla portuguesa por alegadamente abordar uma temática homossexual.¹

Atendendo ao celeuma que este episódio gerou no meio artístico e na imprensa escrita, o presente ensaio questiona as fronteiras convencionais que separam a arte (e o erotismo) da “pornografia”, a fim de discutir, dentro do paradigma actual das sociedades democráticas, dois tópicos que aqui se entrelaçam: (1) os limites do permissível e da liberdade de expressão em contexto artístico; (2) os preconceitos e formas de censura que ainda prevalecem em torno da representação de sexualidades não-normativas, dissidentes ou contra-hegemónicas. Explorando o nexo entre o conceito de *eros democrático* e o modelo de *pornografia gay mais igualitária*, abordamos as implicações políticas afectas ao acto de *des-metaforizar* a sexualidade homoerótica contida no Grande Romance Americano.

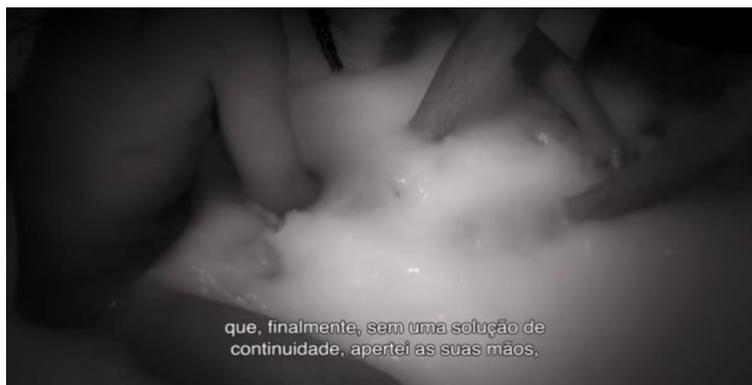
“ARTE PORNOGRÁFICA”: UM FILME COM CONTEÚDO SEXUAL EXPLÍCITO QUE NÃO FOI FEITO PARA EXCITAR

Após uma residência artística de sete meses em Nova Iorque, feita com o objectivo de pesquisar vestígios das comunidades emigrantes portuguesas da costa leste dos EUA, João Pedro Vale (JPV) e Nuno Alexandre Ferreira (NAF) fizeram uma adaptação cinematográfica homoerótica do romance *Moby Dick*, de Herman Melville. *Hero, Captain and Stranger* narra as aventuras a bordo de um navio baleeiro por um grupo de personagens que performam as categorias sexualizadas definidas por Robert K. Martin no seu livro *Hero, Captain, and Stranger: Male Friendship, Social Critique, and Literary Form in the Sea Novels of Herman Melville* (1986). Ao longo do filme, são lidas em *voz-off* partes do romance de Melville, nomeadamente, excertos sugeridos por Jennifer Doyle no seu ensaio "Moby-Dick's Boring Parts" (2006), que atestam o tédio típico de uma viagem marítima, enquanto os seus cenários e adereços incluem esculturas e pinturas evocativas de um barco de pesca oitocentista. Nas palavras do curador português Miguel Amado, tais imagens equacionam o desejo como fonte das relações humanas à luz de uma “leitura alternativa” (Amado 2011) de um clássico da literatura fundamental do imaginário ocidental.

Figura 1

João Pedro Vale and Nuno Alexandre Ferreira, Hero, Captain and Stranger, 2009.

¹ “A associação ILGA - Intervenção Lésbica, Gay, Bissexual e Transgénero - lamenta a ‘atitude’ da Companhia de Seguros Tranquilidade de cancelar a exposição de João Pedro Vale, que alega ter sido alvo de discriminação”. (*DN*, 25 Agosto 2011).



(Cortesia dos artistas e da Galeria Cristina Guerra Contemporary Art)

Melville não menciona explicitamente qualquer atividade sexual em *Moby-Dick*. Porém, e como já foi referido por vários autores Shulman (1961), Martin (1986) e Doyle (2006), muitas passagens do seu texto podem ser interpretados dessa forma. Um dos capítulos com maior potencial para encontrar insinuações de teor sexual é “A Squeeze of the Hand” (Um Aperto de Mãos). Ishmael e os seus colegas estão a espremer o espermacete² arrefecido e aglutinado de volta ao estado líquido, momento em que Ishmael sucumbe ao êxtase provocado pela sensação dos glóbulos espremidos:

Squeeze! squeeze! squeeze! all the morning long; I squeezed that sperm till I myself almost melted into it; I squeezed that sperm till a strange sort of insanity came over me; and I found myself unwittingly squeezing my co-laborers' hands in it, mistaking their hands for the gentle globules. Such an abounding, affectionate, friendly, loving feeling did this avocation beget; that at last I was continually squeezing their hands, and looking up into their eyes sentimentally; as much as to say, Oh! my dear fellow beings, why should we longer cherish any social acerbities, or know the slightest ill-humor or envy! Come; let us squeeze hands all round; nay, let us all squeeze ourselves into each other; let us squeeze ourselves universally into the very milk and sperm of kindness. (Melville 322f.).

Tendo em mente que o espermacete (*sperm*) é usado na prosa de Melville de forma ambígua, a sua extração torna-se imediatamente numa metáfora da auto-satisfação sexual masculina.

² Substância gorda de cor esbranquiçada, extraída do cérebro de alguns cetáceos, especialmente do cachalote, e usada na produção de velas e de cosméticos. "espermacete", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2023, <https://dicionario.priberam.org/espermacete>. Enquanto o animal está vivo, o espermacete, também designado por cetina ou cetila, está dissolvido na matéria oleosa que preenche a cavidade de num órgão denominado "órgão do espermacete" ou "melão", localizado na cabeça, à frente do espiráculo.

Nesta perspetiva, não arriscamos muito se dissermos que *Moby-Dick* põem em estrita correlação duplos sentidos, mensagens codificadas e atividade sexual. Se não é dado ao narrador de Melville permissão para descrever abertamente o teor sexual da história que ele próprio relata, a abordagem pornográfica de JPV e NAF faz parte do efeito de desvelamento, claro, e podemos interpretá-lo como uma forma de revelar verdades que estavam ocultas pelo manto da metáfora. Ao mostrar atos sexuais entre marinheiros, *Hero, Captain, and Stranger* tem o condão de converter aquilo que é do domínio do sonho em realidade. É essa potencialidade que torna o filme em algo perturbador. Orientado por um desígnio político, JPV sobre a matéria é peremptório: *Hero, Captain and Stranger* "não está feito para as pessoas ficarem excitadas" (Vale *apud.* Gomes, 2010). O seu objectivo prende-se antes com *análise e questionamento* (Vale, 2013).

De acordo com Robert K. Martin, *Moby-Dick* põe em acto o conflito entre duas forças opostas. De um lado, temos a utopia de um "eros democrático" que encontra na *amizade masculina* a sua maior expressão, manifesta numa "sexualidade masturbatória" de tipo comunitário, ou seja, não mais subordinada ao *controlo* e à *produção*, ou, se quisermos, à *reprodução* imposta ao casal heterossexual pela via do casamento. Do outro lado, encontra-se estabilizado um "eros hierárquico" expresso nas formas sociais de poder masculino³, que contextos como os da caça à baleia, da gestão da fábrica, da conquista militar e do casamento heterossexual bem exemplificam (cf. Martin, 1986, p. 4). Daí que a citada cena da tina de *Hero, Captain, and Stranger* concretize, para fazer uso das palavras de Martin, "the transformation of primal, unformed (oceanic) sexuality into a world of pure copulation" (Martin, 1986, p. 4). A estrita homologia entre a tarefa de espremer o espermacete e o acto de masturbação mútua, põe em marcha um processo de auto-organização (horizontalidade) e colaboração, a fim de produzir em correspondência um espaço social liberto de hierarquia.

Após a Companhia de Seguros Tranquilidade ter cancelado a exposição *P-Town* (prevista para 2 de Setembro de 2011 no Espaço Arte Tranquilidade, em Lisboa), por "uma questão de homofobia"⁴, a respeito do recurso a uma abordagem mais explícita da sexualidade João Pedro Vale viria a referir que: "Senti as pessoas incomodadas, não sei se por ser pornografia ou por acharem que a arte e a pornografia deviam estar separadas." A partir do artigo "Drawing the Line: Art Versus Pornography" de Hans Maes, cremos poder compreender o modo como o filme em apreço desafia deliberadamente os limites convencionais que *supostamente* separam a

³ Para Marie-Jo Bonnet, a repressão patriarcal da homossexualidade não impediu a sublimação pelo Patriarcado, em instituições como a Igreja, o Exército, etc., facto notório no tratamento diferencial entre homossexualidade masculina e feminina (Bonnet, 1998).

⁴ "A direcção de marketing da Tranquilidade comunicou-me hoje por telefone que o projecto no seu todo poderia suscitar polémica e não era compatível com os valores da empresa", referiu João Pedro Vale ao jornal *Público* (Cf. Horta, 2011).

“arte” da “pornografia”. Por exemplo, planos explícitos e objectificantes (típicos dos filmes *hard-core*) cruzam-se com componentes subjectivas, quando trechos do livro de Melville, narrados em *voz off*, nos revelam pensamentos e estados emocionais das personagens. Por outro lado, e tal como Kathleen Gomes (2010) notou, inspirado no ensaio "Moby-Dick's Boring Parts" de J. Doyle, o filme torna evidente que um dos maiores romances da Literatura Universal contém mesmo "partes aborrecidas", meramente “descritivas” e “factuais”, sem espaço para a “metáfora” e para “imaginação”, exactamente como na indústria pornográfica convencional. Neste âmbito, não podemos deixar de concordar com Doyle quando esta considera que o romance de Melville é movido por um “impulso realista” pelo “detalhe”, especialmente notório nas suas obcecadas tentativas em reconstituir visualmente a anatomia sexual da baleia, por mais aberrante (e maçador) que esse gesto possa parecer. Aqui o corpo, já não da baleia, mas agora de homens marinheiros, é fragmentado sem ambiguidades ou subterfúgios, numa objectificação típica do *stag-film*, tornando-se a sua superfície sensual e altamente táctil. Porém, mesmo fazendo uso da estrutura das combinações típicas do cinema pornográfico (a+b, a+c, b+c, a+b+c), destinada a renovar o interesse e a excitação sexual, o filme de JPV e NAF sobrepõe a esta conhecida receita a estratégia de retirar o som das cenas, removendo assim a carga sexual naturalmente presente. Inspirada no filme experimental francês *Chant d'Amour* (1950) de Jean Genet, a contracorrente do que é comum no cinema porno, esta deliberada omissão do som visa promover uma temporalidade contemplativa que em tudo se compagina com uma maior densidade reflexiva. Em suma, *Hero, Captain and Stranger* mostra que as prerrogativas que separam o universo da criação artística do domínio da pornografia nem sempre fazem sentido. Literatura e filme pornográfico deixam, neste caso, de ser entidades absolutamente distintas e inconciliáveis. Perante o ainda hoje difundido pressuposto de que arte e pornografia são domínios inconciliáveis, através de uma série de contraexemplos Hans Maes (Maes, 2011, 2012, 2013) refuta um conjunto de antinomias historicamente estabelecidas. São elas, de modo muito esquemático:

- explicitação vs. sugestão / subjectividade vs. o tratamento de pessoas como objetos;
- beleza vs. inestético e 'obsceno';
- contemplação vs. excitação sexual e sentimentos de luxúria;
- complexidade e multicamadas vs. unidimensional;
- originalidade vs. uma cópia de clichês;
- imaginação vs. fantasia.

Depois de superar essa putativa incompatibilidade, Maes propõe a categoria “artistic pornography” (pornografia artística), defendendo a sua legitimidade e função positiva contra (a representação de) uma sexualidade não igualitária:

Esta fácil convergência de ambições radicalmente igualitárias e artísticas deve ser incentivada, acreditamos. Por um lado, alcançar o estatuto de arte concederia a esses

filmes prestígio e um tipo especial de autoridade que ajudaria a minar a influência e a autoridade que o porno inegalitário ainda tem em questões de sexo. Além disso, ajudará a abrir caminho para uma discussão aberta dessas obras no domínio público e para uma análise crítica adequada deste género específico de arte. (Maes, 2017, p. 217, trad. nossa).

UM MUNDO DE PURA CÓPULA QUE DISSOLVE HIERARQUIAS

Representando uma alternativa ao *domínio do homem sobre a mulher* - que, por sua vez, espelha a imposição colonialista da cultura branca sobre a cultura não-branca -, o que está aqui em jogo é, assim, uma forma “não agressiva de homossexualidade”. O uso recorrente das palavras “engagement” e “wedding” no romance *Typee* (1846) antecipa, para Robert K. Martin, o recurso de Melville à metáfora “marriage” para unir Ishmael e Queequeg⁵ em *Moby-Dick* (Martin, 1986, p. 26). Na verdade, para este autor, o escritor norte-americano apresenta o casal masculino como uma união inerentemente democrática de iguais (*equals*) que poderia servir como base para uma nova organização social (Martin, 1986, p. 11).

À medida que a narrativa da história avança, o filme torna-se mais direto e explícito. Após a formação do casal Ishmael e Queequeg, um homem autoritário tira partido da sua hierarquia para sodomizar brutalmente os dois. Neste momento, os dois marinheiros são quase exclusivamente relegados à posição submissa e feminizada convencionalmente associada ao “*bottom*” (aquele do que está *abaixo* ou *por baixo*) com o único propósito de satisfazer o Capitão. Ahab incarna o papel grotescamente agressivo, típico da energia fálica usada na conquista colonial, onde o princípio de retribuição nunca ocorre. Este é o momento em que a figura do Capitão representa uma agressão fálica exemplar que torna manifesta uma conhecida dicotomia:

Esta dicotomia está enraizada nos conceitos de “objeto” e “sujeito” desenvolvidos pela primeira vez por Mulvey (1975). Kendall explica que o homem que assume o papel insertivo durante a relação anal (ou seja, ‘de cima’) é, por definição, o sujeito, em contraste com o parceiro receptivo (ou seja, ‘de baixo’) que é o objeto. Ambos os actores são “codificados” de maneiras diferentes, sendo o “de cima” maior (em termos de físico e tamanho do pénis) e mais dominante e agressivo do que o “de baixo”. À medida que o primeiro se aproxima mais dos padrões hegemónicos da masculinidade, fica sujeito a certos privilégios negados à sua contraparte “submissa”. (Bishop, 2015, p. 10, trad. nossa).

⁵ O canibal tatuado polinésio, um arpoador cujo pai era rei da ilha fictícia de Kokovoko.

O filme acaba por abandonar os mitos associados à típica dicotomia ativo/passivo (acima/abaixo) inerente à maior parte da pornografia (gay e hetero) - na qual, por exemplo, “apenas homens masculinos são “tops”” -, insistindo, em vez disso, na reciprocidade sexual entre os actores. À medida que o narrador descreve a cena, percebemos que, no filme, o episódio em que se dá a extração do espermacete culmina num “mundo fálico benigno” guiado por uma “bondade” (*kindness*) plena (Martin 1986, p.35) que passa a dominar *Moby-Dick*. Esta mesma cena incluiu uma masturbação mútua e colectiva ostensivamente realizada pelos três homens, mas agora certamente presidida pelo espírito do *erotismo democrático*. Ultrapassado o estatuto submisso de estar *abaixo* ou *de baixo*, fica assim aberto o caminho a uma pornografia gay mais igualitária, onde todos os homens exercitariam uma versatilidade sexual experimentada pelos seus homólogos.

Figura 2

João Pedro Vale and Nuno Alexandre Ferreira, Hero, Captain and Stranger, 2009.



(Cortesia dos artistas e da Galeria Cristina Guerra Contemporary Art)

Na cena final, é possível ler toda a história como se fosse um sonho do protagonista narrador. Percebemos que Ishmael regressa de uma viagem marítima que pode ser vista como uma exploração do Eu e um estudo profundo sobre as relações humanas. Tudo está estruturado em torno de uma transformação: um renascimento que ocorre após a queda ou 'mergulho' no mar, aqui entendido como passo necessário no processo de libertação.

Após superar o ódio e o isolamento a que os personagens estavam confinados, JPV e NAF sinalizam a frustração que resulta do fracasso do amor (a queda do paraíso) quando voltamos à realidade. O facto de desembocar na Praia 19 - a praia nudista gay mais popular de Portugal - não é por acaso. Ao contrário do romance de Melville, aqui Ishmael regressa a casa. Segundo

Martin, se no mundo dos navios - onde o escritor norte-americano reconhece a existência de práticas homossexuais - a amizade entre marinheiros pode ter lugar, é impossível imaginá-la em terra firme (cf. Martin, 1986, p. 52). Mas, em vez da melancolia do amor perdido, o filme dá ao nosso herói a oportunidade de reencontrá-lo quando ele dá à costa. A reanimação boca-a-boca torna-se, devido à sua longa duração, um *beijo salvífico*. Certamente, o filme faz-nos (querer) acreditar que Ishmael encontrará um novo amor pessoal que corresponda ao despertar da sua consciência social.

CONCLUSÕES

Vimos como ao reino da metáfora, dos trocadilhos e das ambiguidades de Melville, JPV e NAF opõem a literalidade realista do sexo. Diante do olhar desafiante que a arte sobre si mesma endereça, a dupla faz perfilar não tanto um objecto definido (um livro portador de sexualidade dissidente escondida), como outrora o fora, mas sobretudo um temário inter e transdisciplinar que “indisciplina” as compartimentações clássicas entre “arte” e “pornografia”, obrigando-as, quer ao confronto, quer à cooperação mútua em configurações inéditas.

Por essa razão, somos levados a reconhecer que o uso da “pornografia” pela arte pode servir de estratégia subversiva a uma finalidade positivamente provocatória, a fim de minar estereótipos e ortodoxias de natureza social, moral, política, sexual e de género. Conquanto, é justamente esta categoria – *o pornográfico* - aquilo que determina as nossas percepções, ressignificando totalmente o romance de Melville. Ao mesmo tempo, o medo desta conjugação – *arte e pornografia* - acciona automaticamente preconceitos que, à partida, poderiam desacreditar (e que, para alguns, desacreditam mesmo) o filme enquanto peça de arte. O conteúdo “pornográfico” é empregue pela dupla de artistas enquanto estratégia desviante para perturbar os pressupostos sociais, psicológicas e culturais do espectador, incitando a uma crise (positiva) no gosto estético e nos valores morais. Nesse sentido, para fruir o filme em pleno o espectador terá então que se confrontar consigo mesmo, superando preconceitos associados às categorias supostamente opostas da arte e da pornografia, do amor hetero (tido como normativo) por oposição ao amor homossexual (tido como desviante), e do amor monogâmico em contraste com o sexo livre ou de grupo (não raras vezes visto como libertino, promíscuo e irresponsável).

Como vimos, no filme de JPV e NAF, não obstante o seu teor explícito e assumidamente pornográfico, este acaba por ter menos a ver com excitação sexual enquanto finalidade, do que o desígnio de análise, questionamento e subversão dos mecanismos censórios - os bloqueios mentais, os tabus e preconceitos – que, na época de Melville (e ainda hoje) actuam em nós, a respeito do irreprimível medo, ou pelo menos, do intolerável desconforto que os desejos reprimidos e (historicamente) silenciados geram no inconsciente colectivo. Ao mesmo tempo, no que concerne à nossa reacção, enquanto espectadores, o filme belisca a nossa consciência crítica e política diante situações em que as hierarquias, os poderes e a fixidez dos papéis sociais e de género são quebrados, questionados ou postos em causa.

Hero, Captain and Stranger celebra o desejo sexual homoerótico enquanto assunção de um território ainda em disputa que outorga aos artistas levantar algumas das mais difíceis, embaraçosas e perturbadoras questões num momento histórico em que, em Portugal de finais da década de 2000, as desigualdades de acesso ao casamento civil estavam em debate. Tal como cremos ter demonstrado ao longo deste ensaio, a “arte pornográfica” pode revelar as tensões - os confrontos e conflitos - entre a liberdade artística e os desejos reprimidos de que as identidades sexuais ditas “minoritárias” ou “subalternas” foram e ainda são, em larga medida, sujeitas. Em suma, desvendando o subtexto homoerótico presente numa das obras mais importantes da Literatura Ocidental, o que subjaz a essa resistência política é tão somente o sonho de um mundo melhor, uma fantasia de uma nova felicidade erótica, uma distopia sexual que nos faz lembrar o quão positiva poderá ser a “arte pornográfica” para questionar as categorias às quais recorreremos para traçar as linhas vermelhas entre o bem e o mal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Amado, M. (2011). “A ‘Política da Identidade’ entre a História e a Comunidade”.
joaopedrovale.com. <https://www.joaopedrovale.com/jpv.aspx?Lang=PT&Txt=113>
- Bonnet, M.-J. (1998). “LA RECONNAISSANCE DU COUPLE HOMOSEXUEL: NORMALISATION ou REVOLUTION SYMBOLIQUE ?”, Conférence prononcée le 13 juin 1998 à Paris, lors de la 6e Journée de l'Association Nationale des Etudes Féministes consacrée à : "Lien sexuel, lien social. Sexualités et reconnaissance juridique".
http://semgai.free.fr/contenu/textes/bonnet/MJB_RCH.html
- Gomes, K. (2010/02/24). Pôr o dick no *Moby Dick*. *Público* (“Ípsilon”).
<https://www.publico.pt/2010/02/24/culturaipsilon/noticia/por-o-dick-em-moby-dick-251336>
- Herberto, L. (2015). João Pedro Vale & Nuno Alexandre Ferreira: um manifesto queer? *Revista Estúdio*, 6(12), 70-80.
- Horta, B. (2011). “Companhia de seguros cancela exposição de João Pedro Vale sobre temática homossexual”. *Público* (25 de Agosto de 2011).
<https://www.publico.pt/2011/08/25/jornal/companhia-de-seguros-cancela-exposicao-de-joao-pedro-vale-sobre-tematica-homossexual-22765924>
- ILGA lamenta "atitude" da Tranquilidade. *DN* (25 Agosto 2011).
<https://www.dn.pt/portugal/ilga-lamenta-atitude-da-tranquilidade-1962250.html>
- Maes, H. (2012). Who Says Pornography Can't Be Art? In Maes, H. and Levinson, J. (Eds.). *Art and Pornography: Philosophical Essays* (pp. 17–47). Oxford University Press.
- Maes, H. (2013). Introduction. In Hans Maes (ed.), *Pornographic Art and the Aesthetics of Pornography* (pp. 1-25). Palgrave Macmillan.
- Maes, H. (2017). Falling in Lust: Sexiness, Feminism, and Pornography. In Mikkola, M. (ed.). *Beyond Speech: Pornography and Analytic Feminist Philosophy* (p. 199–220).
<https://doi.org/10.1093/acprof:oso/9780190257910.003.0010>
- Martin, R. K. (1986). *Hero, Captain, and Stranger: Male Friendship, Social Critique, and Literary Form in the Sea Novels of Herman Melville*. University of North Carolina Press.
- Melville, H. (1851). *Moby-Dick; or, The Whale*, xxii, 635 pages. Harper and Brothers.
- Melville, H. (1981) [1851]. *Moby-Dick; or, The Whale*. Harper and Brothers.

Vale, J. P. (2013a). “Identidade e queer: provocação ou afirmação?” Entrevista de J.P.V. concedida a Luís Herberto). <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/15800>

Filmografia

João Pedro Vale and Nuno Alexandre Ferreira, *Hero, Captain and Stranger*, 2009. Video, (B/W, sound, 68 min.). Variable dimensions. Written and Directed by João Pedro Vale and Nuno Alexandre Ferreira. With: Anton Dickson, Tecco Ribeiro, Drako and Thomas McKean. Participation: João dos Santos Martins, Rui Ferreira, Carlos Almeida, Bruno Abreu, André E. Teodósio, Nuno Alexandre Ferreira, João Pedro Vale, Pedro Rodrigues, Luis Royal, Ynaie Dawson, Ana Pérez-Quiroga, Miguel Faro and Tiago Borges. Music: Pedro Gonçalves. Cinematography: Pedro Diniz Reis. Poster: Sylvia Gruber.

FEMVERTISING: A PUBLICIDADE PODE CONTRIBUIR PARA O EMPODERAMENTO DA MULHER NA SOCIEDADE?

Jorge Veríssimo
Escola Superior de Comunicação Social
Instituto Politécnico de Lisboa
jverissimo@escs.ipl.pt

Resumo

Lipovetsky, ao dedicar-se ao estudo do papel social e cultural da mulher da última década século XX, exibiu-nos no seu livro *A Terceira Mulher* (1999) um trabalho sobre a interpretação dos símbolos que definiam a mulher dessa época. A “terceira mulher” era uma figura social que se esforçava por reduzir a oposição entre os géneros masculino e feminino, que procurava criar uma rutura com «a história das mulheres e que expressa uma suprema evolução democrática aplicada ao *status* social e identitário do feminino» (1999, p.10). Já neste século emerge o conceito de “empoderamento feminino”, resultante dos movimentos feministas da década de 80 e 90 do século passado, e das conquistas sociais, profissionais e políticas das mulheres referidos por Lipovetsky. Com ele surge a noção de *Femvertising*, termo que se aplica à “publicidade que revela talentos, mensagens e imagens pró-femininas para capacitar mulheres e meninas” (SheKnows Media, 2014, citado por Drake, 2017, p.594), eliminando, deste modo, os tradicionais estereótipos de género (Akestam et al., 2017). Atendendo a que as mulheres são as protagonistas destas narrativas publicitárias, e às várias representações do corpo (vestido, seminu ou nu), às respetivas poses, gestos e posturas, pretendemos, neste texto, refletir sobre os conceitos de *Femvertising* e do empoderamento da mulher.

Palavras-chave: Publicidade; Corpo; Género; *Femvertising*; Empoderamento

Abstract

By dedicating himself to the study of women's social and cultural role in the last decade of the 20th century, Lipovetsky showcased in his book "The Third Woman" (1999) a work on the interpretation of symbols that defined the women of that time. The "third woman" was a social figure that sought to reduce the opposition between the male and female genders, that aimed to break away from "the history of women and that expresses a supreme democratic evolution applied to the social and identity status of the feminine" (1999, 10). Already in this century, the concept of "female empowerment" emerges, resulting from the feminist movements of last century's 80's and 90's, and from the social, professional, and political achievements of the women, referred to by Lipovetsky. With it comes the notion of *Femvertising*, term which applies to "advertising that reveals pro-female talents, messages, and images, to empower women and girls" (SheKnows Media, 2014, cited by Drake, 2017, 594), eliminating this way the traditional gender stereotypes (Akestam et al., 2017). Considering that women are the protagonists of these advertising narratives, and to the several representations of the body (dressed, half naked, or naked), the respective poses, gestures, and postures, in this text, we intend to reflect on the concepts of *Femvertising* and women's empowerment.

Keywords: Advertising; Body; Gender; *Femvertising*; Empowerment

INTRODUÇÃO

O presente texto expõe uma explanação e uma reflexão sobre a evolução das representações da mulher e do seu corpo na publicidade desde o final dos anos 40 do século passado até à atualidade. Procura-se avaliar o modo como essas representações revelam, ao longo do período em análise, os paradigmas sociais em vigor, isto é, de que forma as personagens e os seus corpos inscritos na publicidade refletem os estereótipos e os preconceitos em uso na sociedade, tal como defendem Villegas e Chica (2001) “a partir da análise da publicidade podemos obter uma radiografia bastante exata dos valores da sociedade à qual ela se dirige”(p. 16).

PUBLICIDADE E O EMPODERAMENTO DA MULHER NA SOCIEDADE

A publicidade é um processo de comunicação persuasivo e intencional que visa determinados efeitos num grupo-alvo pré-definido, fator que legitima o investimento de milhões de euros por parte das empresas.

O seu grande objetivo é o de transformar benefícios operativos em benefícios simbólicos, isto é, transfigurar as características funcionais e objetivas dos produtos, no fundo as suas funções, em qualidades subjetivas, muitas vezes emotivas, que ultrapassam as suas funcionalidades. Deste modo, estas mensagens servem para superar as propriedades e atributos dos produtos para os diferenciar da concorrência (Veríssimo, 2008). Obviamente que esta metamorfose é muito mais observável em produtos de alta implicação para o consumidor, do que os produtos de baixa implicação e de compra quotidiana.

Para obter esta “transformação” os publicitários são “obrigados” a idealizar e a trabalhar em novas fórmulas criativas, que sejam, não só persuasivas e que respondam aos desejos do público-alvo, como têm, também, de se adaptar aos modelos e normas culturais vigentes e socialmente valorizadas (Veríssimo, 2021).

Isto porque, para além do lado visível da publicidade, existe um lado invisível, um sistema social e de valores que configuram estereótipos que podem influenciar as atitudes e crenças da sociedade. Deste modo, a publicidade pode ser vista sob dois prismas: um “reprodutor social”, já que acaba por reproduzir estereótipos e imaginários comuns ao reproduzir, nas suas representações, o quotidiano e os modelos sociais comuns; e um “motor cultural”, uma vez que pode inserir inovação na mensagem de ultrapassando as normas e as tendências sociais (Caro, 2017; Veríssimo, 2008). Obviamente que este tipo de campanhas publicitárias comportam um risco particular para o anunciante/marca: as mesmas podem não ser aceites pelo consumidor e, por consequência, produto publicitado poderá acabar por ser rejeitado.

A REPRESENTAÇÃO DA MULHER NA PUBLICIDADE: UMA VISÃO SINTÉTICA

As designações masculino e feminino compreendem, não apenas os atributos físicos e biológicos característicos de cada género, como também as particularidades sociais e culturais que foram impostas diferenciadamente a cada género durante séculos. Ora, atendendo às limitações do espaço que nos foi imposto para este texto, iremos categorizar as representações da mulher na publicidade em quatro períodos, um pouco à semelhança do que fez Giovannoli (2022).

Um primeiro período que abrange o final dos anos 40 ao início dos anos 60 do séc. XX. Um segundo período que compreende aos anos 60 até finais dos anos 70 do séc. XX. Um terceiro período que se estende dos anos 80 ao início deste século. E, por fim, um quarto período, o que estamos a vivenciar, que se inicia nos anos de 2010.

Iniciando, então, o nosso percurso, podemos considerar o primeiro período coincidente com a época de estabilização do mundo após o armistício da 2ª guerra mundial, ou seja, nos finais dos anos 40, e prolonga-se até ao início dos anos 60 do séc. XX.

Ao nível das relações de género, vivia-se numa época e numa sociedade caracterizada pelo domínio masculino e, conseqüente, subordinação da mulher. Os ideais de masculinidade defendidos eram “a força física, o estoicismo (contenção emocional), a tenacidade, a coragem, a competitividade, a realização, o sucesso, a violência e agressão (Giovannoli, 2022).

No que concerne à mulher, e como referia Bourdieu (1999) “seja qual for a sua posição no espaço social, as mulheres têm em comum o facto de estarem separadas dos homens por um coeficiente simbólico negativo que, tal como a cor da pele para os negros ou qualquer outro sinal de pertença a um grupo estigmatizado, afeta negativamente tudo o que são e fazem” (pp. 80-81), ou seja, a mulher estava, socialmente numa posição subalterna, dependente e mesmo subjugada ao homem.

Para avaliar a posição e a representação da mulher na publicidade nesta época, Belkaoui e Belkaoui (1976, citados por Giovannoli, 2022, p. 11) desenvolveram um estudo à publicidade impressa das décadas de 1950 e 1960 e observaram que as exibições da mulher refletiam a maioria dos estereótipos que vigoravam na época: mulheres retratadas em papéis decorativos e tradicionais; mulheres em funções não profissionais, muitas vezes em casa, a realizar tarefas domésticas leves, como cozinhar ou limpar (“o estereótipo de dona de casa”); em funções maternais, nas quais a mulher surge como a responsável pelo cuidado e alimentação das crianças (“a boa mãe”); em funções decorativas e situações ociosas. Não eram raras as vezes em que a presença feminina não estava relacionada com o produto promovido. Estava ali para promover aquele produto, na maioria das vezes, destinado ao homem (“a mulher objeto”).

Os autores também inferiram que as mulheres ali retratadas teriam um poder de compra limitado, já que as decisões de compra que se poderiam considerar a seu cargo estavam

diretamente relacionadas com produtos de pequeno valor para o lar, tais como, roupa de cama, produtos de saúde, ou produtos de higiene do lar.

Observe-se a figura 1, na qual nos é transmitida essa mesma ideia, já que o produto é dirigido à mulher, mas, implicitamente o homem surge como o decisor de compra, sem contar com o conteúdo perfeitamente estereotipado e revelador da dominação masculina plasmado na frase “*the chef does everything but cook that’s what wives are for*”.

Figura 1

Campanha de um pequeno eletrodoméstico da marca Kenwood



(<https://www.pinterest.pt/pin/381046818447277820/>)

Também Goffman (1999, pp. 155-189) desenvolveu, nos anos setenta, um estudo sobre os comportamentos e as posições ocupadas pelo homem e pela mulher na imagem publicitária impressa dessa época. O objetivo era o de identificar os modos como os publicitários representavam as mulheres na publicidade. As suas análises demonstraram que a mulher surge, a maior parte das vezes, na posição de subalterna ou de protegida. Pelo contrário, o homem, cuja maior estatura simboliza o estatuto superior, é representado numa postura protetora que varia segundo o laço social que mantém com os seus parceiros: familiar, profissional ou amoroso. Conclui Goffman que a maior parte da publicidade que põe em cena homens e mulheres evoca, mais ou menos, a divisão e a hierarquia tradicionais entre os dois géneros (idem).

Referia, ainda, Goffman (1999) que “as camas e o chão constituem, em situação social, lugares onde a mulher fica num plano mais baixo que os homens sentados ou de pé. O chão corresponde, também, às partes menos limpas, menos puras e menos nobres da casa: é o sítio que se reverte para o cão, onde se colocam cestos de roupa suja, sapatos, etc.” (p.169). Observe-se a posição da mulher na figura seguinte e atente-se ao que Goffman analisou na época.

Figura 2

Campanha da marca de jeans para homem Contact



(<https://www.pinterest.nz/pin/377106168783080489/>)

O segundo período, estará diretamente relacionado com a noção de emancipação da mulher, que surgiu nos anos 60 até finais dos anos 70 do séc. XX. Esta fase emancipatória está associada à segunda onda de feminismo que emerge nos EUA em meados da década de 1960, e continua ao longo da década de 1970. Está particularmente conotada com as tensões sociais e culturais da época, atingindo as áreas da política, do trabalho, da família e da sexualidade, em que as mulheres questionavam a sua falta de poder e de independência, e ansiavam pela liberdade sexual (Paglia, 2008).

Nessa época, as mulheres procuraram, acima de tudo, a igualdade, ao mesmo tempo que lutaram para se libertar do redutor estereótipo da dona de casa submissa, que dominava a sociedade.

Acredita-se que este movimento tenha sido influenciado por Betty Friedan e pelo seu livro *The Feminine Mystique*, editado em 1963, a par da publicação do relatório sobre desigualdade de género da Comissão Presidencial do Presidente de John F. Kennedy na mesma altura.

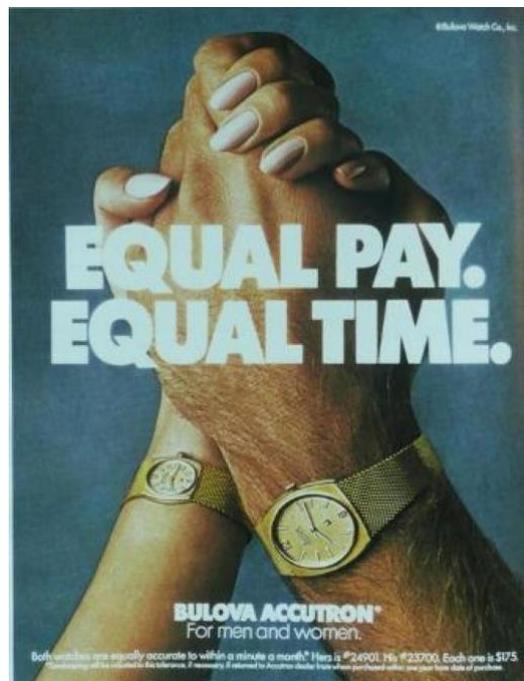
No que concerne à representação publicitária, se anteriormente víamos a mulher associada à promoção de produtos destinados ao lar, ou em encenações profissionais ocupando posições subalternas, são já observadas campanhas publicitárias, como a que exemplificamos abaixo, que retratam a mulher numa situação de maior igualdade em relação ao homem, e mesmo uma “mulher ativa”.

A imagem publicitária que selecionámos, publicada em 1972 pela relojoeira americana *Bulova Accutron*, denominou-se *Equal Pay, Equal Time*, na qual se observa a mão de um homem e a de uma mulher unidas. A campanha foi lançada no momento em que a *Equal Rights Amendment (ERA)* estava a ganhar atenção do público americano e apelava para que mulheres e homens tivessem os mesmos direitos, nomeadamente, o mesmo salário para o mesmo número de horas de trabalho (figura 3).

Figura 3

Campanha - Equal Pay. Equal Time – Bulova Accutron

For men and women



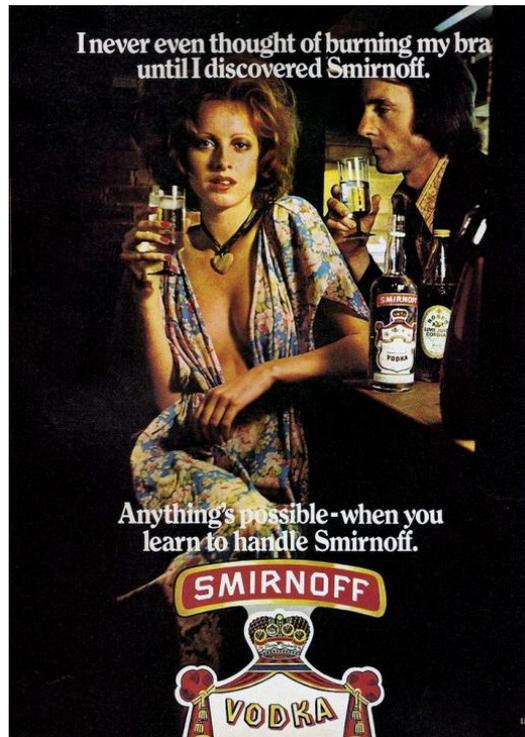
(<https://www.adcouncil.org/all-articles/10-historic-ads-that-moved-culture-forward-for-women>)

Todavia, se a revolução feminista contribuiu para uma visão da emancipação da mulher na publicidade, por outro, também, levou a um maior uso da sexualidade e à exploração do corpo feminino na publicidade, tal qual podemos observar na figura 4, de uma campanha publicitária da Vodka *Smirnoff* da década de 1970.

Figura 4

Campanha Smirnoff anos 70 – movimento feminista

versus corpo objeto



(<https://blogs.uoregon.edu/womeninalcoholprintads/images/>)

Esta campanha foi considerada como estando ligado ao movimento feminista da época e associada a certos comportamentos femininos mais liberais, como o deixar de usar sutiã. Todavia, na “boleia” desta noção de liberalização, a mulher surge aqui representada, não com o estatuto de consumidora, mas num papel de sedutora, em que acaba por ser ela própria um produto. A pose que apresenta na imagem, a par do *head line* “*I never even thought of burning my bra until discovered smirnoff*” e do *base line* “*Anything is possible when you learn to handle smirnoff*” funcionam como um elemento altamente persuasivo para o público masculino.

Veja-se, ainda, o modo “galanteador” como olha o homem que está ao seu lado. Como referia Arcari, visando a mulher como presa do consumo e como tema anatomicamente privilegiado, fez-se dela um objeto de uso” (2001, pp. 150-151).

O terceiro período emerge associado ao movimento de redescoberta e de reapropriação do corpo pela mulher, “com a reivindicação do direito do indivíduo ao uso livre do seu corpo” (Ribeiro, 2003, p. 7), que caracterizou os anos 80 do século passado a início deste século.

Estamos na era da “terceira mulher” na aceção de Lipovetsky (1999), e que marca uma rutura histórica e social com a tipologia precedente. É a mulher das sociedades plurais e abertas. É a mulher que se encontra numa situação de paridade face ao homem e de igualdade de

oportunidades. É a mulher que dispõe de si mesma e do seu futuro, que decide sobre a sua própria vida: que curso quer tirar, qual a sua área e carreira profissional, se casa ou não, ou se pretende ter filhos ou não (Lipovetsky, 1999).

Craik (1993, pp. 66-67) reconhecia, também, que na sociedade daquela época, o objetivo de manter o corpo em forma era mais que uma necessidade pessoal. Era uma obrigatoriedade social que estava relacionada com uma necessidade psicossocial de pertença e integração num grupo social, e com a criação de uma imagem do indivíduo que pretendia projetar para a sociedade.

Observamos que a publicidade passa a representar mulheres independentes, confiantes e ambiciosas, ao mesmo tempo que reproduz uma sociedade hedónica, narcisista, “que privilegia as gratificações sensoriais” (Lipovetsky, 2007), na qual a mulher surge imensamente centrada em si e no seu corpo, tal qual se pode ver na imagem seguinte.

Figura 5

Campanha Nívea 1984 - A assunção do corpo



<https://archive.org/details/1984-advertisement-for-nivea-skin-milk>

O quarto período está relacionado com o conceito de empoderamento feminino. Conceito mais profundo e que ultrapassa a noção de assunção do corpo, referido anteriormente. A realidade remete-nos para evidência social das competências profissionais e intelectuais, entretanto, assumidas pelas mulheres.

Na publicidade, a influência da terceira onda do movimento feminista lançou as bases para um novo discurso mediático de mulheres empoderadas; o *Femvertising* – que se revela pelos finais da 1.ª década de 2000.

O empoderamento feminino tem-se vindo a tornar num tema predominante na comunicação publicitária. Para Varghese e Kumar (2020), trata-se de um tipo de publicidade que destaca o talento, revela mensagens e imagens pró-femininas, com o objetivo de empoderar e inspirar mulheres e jovens raparigas.

Para os mesmos autores (*idem*), o *Femvertising* é um fenómeno resultante do efeito combinado de cinco fatores:

1. crescente ativismo em torno da melhor representação das mulheres na publicidade;
2. ativismo de marca e capitalismo consciente;
3. a crítica ao feminismo corporativo (que caracterizou a publicidade durante os anos 1990);
4. aumento da consciencialização sobre os estereótipos de género;
5. incremento do escrutínio dos órgãos reguladores sobre as representações e os papéis do género na publicidade.

O que observamos na publicidade é a representação de diferentes tipologias de corpos femininos e não apenas corpos esbeltos tal qual estávamos habituados a visualizar nos períodos anteriores. Mensagens com conteúdos pró-feministas e inclusivas; mensagens que desafiam os tradicionais conceitos de representação feminina, nomeadamente o corpo objeto e consequente des-sexualização do corpo feminino.

Ao mesmo tempo, passamos a encontrar campanhas que “contam” histórias sobre questões reais que afetam o quotidiano do público feminino. Imagens que recorrem a personagens que apresentam atributos físicos semelhantes ao público-alvo, e que expressam os seus receios e as suas angústias (Veríssimo, 2021a).

Figura 6

Publicidade Dove 2013/14 - “Love your bodies, ladies. Also, buy some lotion”



<https://www.vox.com/2014/4/25/5652462/how-dove-went-from-a-soap-to-a-brand-feminists-love-to-hate>

Nesta campanha, a Dove, talvez a primeira marca a assumir este tipo de discurso, procurou mobilizar o público e construir a sua notoriedade a partir de valores universalmente reconhecidos, dando a entender as diferenças de tipologias corporais (figura 6). Ou seja, a mensagem não é concebida a partir de um imaginário ideal e perfeito, tal como na maioria da publicidade tradicional, mas através da representação de personagens reais. Revela a vida real, com mulheres que representam o “cidadão comum”, com argumentos que “sensibilizam” o público, e relata os sentimentos e as emoções sentidas pelas personagens que, por sua vez, serão partilhadas pelo público ao qual se destina a mensagem (Veríssimo, 2021a).

Tal revela uma faceta “humana” da publicidade, o que contribui para a sua credibilidade.

CONCLUSÕES

Podemos concluir que a representação da mulher num contexto publicitário tem sido alvo de grandes mudanças.

No primeiro período são visíveis as representações publicitárias do domínio masculino e, conseqüente, de subordinação da mulher. Campanhas publicitárias que reproduzem, mesmo que implicitamente, uma diferenciação social entre os géneros, particularmente adiscriminação da mulher.

No segundo período, e apesar de certos anúncios ainda nos oferecerem imagens onde a exploração do corpo da mulher está patente, apresentando-a como um objeto a ser “apreciado”, noutras é efetivamente observável o papel social, profissional e cultural das mulheres, tentando revelá-lo tão importante quanto o dos homens.

Já o terceiro período remete-nos para uma época de assunção do corpo pela mulher, em que se assistiu a movimento de culto da aparência, de exibição e até de admiração do corpo, marcada por práticas como “a ginástica, as massagens, a musculação, o recurso a saunas, às dietas, às cirurgias estéticas e até à ingestão de drogas” (Le Breton, 1990, p. 142). Assistimos, no fundo, a uma nova gestão da aparência.

A publicidade, como reprodutor social que é, reflete imagens em que está plasmada esta ambição de possuir um corpo belo e perfeito.

A época em que vivemos, o quarto período, o do empoderamento feminino, é marcada pela mulher independente, que tem o poder de decidir por si, que se orgulha de si, e que não tem vergonha de revelar a sua autoestima em diversos aspetos da sua vida. Nesta matéria, o discurso publicitário tem vindo a contribuir para este empoderamento das mulheres, apresentando discursos que refletem estes ideais e estes valores. Por outro lado, a assunção de cargos e atividades profissionais antes exclusivos aos homens, a alteração das rotinas familiares, a par da

pressão dos movimentos feministas, e da comunidade LGBTQ+, também têm contribuído para este movimento de empoderamento da mulher, que se reflete na publicidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Akestam et al. (2017). Advertising “like a girl”: Toward a better understanding of “femvertising” and its effects. *JO - Psychology & Marketing*, 34(8), 795-806.
- Arcari, A. (2001). A fotografia: as formas, os objectos, o homem. Edições 70.
- Bourdieu, P. (1999). *A dominação masculina*. Celta Editora.
- Caro, A. (2017). *Comprender la publicidad*; Librería Humanitas Facultad de Filosofía y Letras Universidad Nacional de Tucumán.
- Craik, J. (1993). *The Face of fashion, cultural studies in fashion*. Editions Routledge.
- Drake, V. E. (2017). The Impact of Female Empowerment in Advertising (Femvertising). *Journal of Research in Marketing*, 7(3). TechMind Research Society.
- Giovannoli, L. (2022). *The empowerment and evolution of women through advertising: The rise of Femvertising* (Chair of Language in Advertising). Luiss Business School, Department of Economics and Management.
http://tesi.luiss.it/35089/1/730141_GIOVANNOLI_LUCREZIA.pdf
- Goffman, E. (1999). *Os momentos e os seus homens*. Relógio d’Água.
- Le Breton, D. (1990). *Anthropologie du corps et modernité*. Presse Universitaire de France.
- Lipovetsky, G. (2007). *A felicidade paradoxal*. Edições 70.
- Lipovetsky, G. (1999). *La tercera mujer*. Editorial Anagrama.
- Paglia, C. (2008). Feminism past and present: Ideology, action, and reform. *A Journal of Humanities and the Classics*, 16(1), 1-18. Boston University Press.
- Ribeiro, A. (2003). O corpo que somos. Aparência, sensualidade, comunicação. Notícias Editorial.
- Varghese, N., & Kumar, N. (2020). Feminism in advertising: irony or revolution? A critical review of femvertising. *Feminist Media Studies*, 1-19.
- Verissimo, J. (2021a). Retórica Clássica e *Storytelling* na Práxis Publicitária. *Comunicação E Sociedade*, 40, 207-223. Universidade do Minho, Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade. [https://doi.org/10.17231/comsoc.40\(2021\).3514](https://doi.org/10.17231/comsoc.40(2021).3514) (SCOPUS Q3 – CAPES (B1))
- Veríssimo, J. (2021b). *A Publicidade e os Cânones Retóricos: da Estratégia à Criatividade*. Coleção Livros Labcom. ISBN: 978-989-654-748-6
- Veríssimo, J. (2008). *As representações do corpo na publicidade*. Editora Colibri. ISBN 978-972-772-679-0
- Villegas, J. C., & Chica, M. Á. P. (2001). *La publicidad al desnudo*. Editorial MAD.

ABORDAJE DEL PRINCIPIO DE IGUALDAD Y SEXUALIDAD EN LAS INSTITUCIONES EDUCATIVAS DESDE LAS PEDAGOGÍAS FEMINISTAS INTERSECCIONALES

María Teresa Bejarano-Franco¹, Irene Martínez-Martín²

¹ Facultad de Educación de Ciudad Real, Universidad Castilla la Mancha

² Facultad Educación, Universidad Complutense de Madrid

MariaTeresa.Bejarano@uclm.es

Resumo

Se presenta la descripción de una propuesta pedagógica feminista que integra la competencia en sexualidad e igualdad como eje de las acciones didácticas y de gestión para integrar en las instituciones formadoras de futuros docentes. Esta propuesta está vinculada a las investigaciones interdisciplinarias que desarrollamos desde el grupo GIES (UCLM) a partir del año 2016 hasta la actualidad. Nuestras investigaciones responden al objetivo: analizar y mejorar la competencia en educación en sexualidad e igualdad (CSI) en la formación de profesorado como vía proactiva para el cambio educativo que precisa una sociedad patriarcal, liberal y acultural desde la perspectiva de género. Esta propuesta, se centran en la exploración de la CSI desde la dimensión integral; en el establecimiento de un currículum que incorpore conocimientos científicos guiados desde las pedagogías feministas críticas e interseccionales y que genere nuevos contenidos / estrategias metodológicas transformadoras potenciando actitudes más críticas e igualitarias. Todo ello desde la práctica profesional pero también desde la transformación de las instituciones formativas en clave coeducativa. Se pretende que esta propuesta sea movilizadora, transgresiva y transformadora y haga partícipe de ella al estudiantado y a todos los agentes educativos y gestores, que habitan las instituciones educativas de formación inicial docente.

Palavras-chave: género y educación; competencia en sexualidad e igualdad; formación inicial

Abstract

Here is presented the description of a feminist pedagogical proposition that integrates competence in sexuality and equality as the axis of didactic and management actions to incorporate into training institutions for future teachers. This proposition is associated with the interdisciplinary research developed by the GIES group (UCLM) from 2016 to the present day. Our research aims to analyze and improve the competence in sexuality and equality education (CSI) in teacher training as a proactive way to achieve the educational change needed in a patriarchal, liberal, and acultural society from a gender perspective. This proposition focuses on exploring CSI from an integral dimension; establishing a curriculum that incorporates scientific knowledge guided by critical and intersectional feminist pedagogies and that generates new transformative content/methodological strategies, promoting more critical and egalitarian attitudes. All of this is done through professional practice but also through the transformation of training institutions with a coeducational approach. It is intended for this proposition to be mobilizing, transgressive, and transformative, involving students and all educational and management agents from education and teacher training institutions.

Keywords: Gender and education; competence in sexuality and equality; initial training

INTRODUÇÃO

Presentamos un texto que gira en torno al abordaje del principio de igualdad y sexualidad en la educación y en las instituciones educativas que forman los futuros docentes en España desde la perspectiva de las pedagogías feministas.

Se trata de una discusión teórica y demostrativa en torno a la implantación de la CSI, que aborda varios ejes de reflexión, uno de ellos la importancia de plantear las pedagogías feministas críticas como eje para la toma de decisiones en las Facultades de Educación y como referente epistemológico básico en el diseño de la CSI. Toda la propuesta va encaminada a la transformación educativa en los entornos universitarios que ponen en práctica los abordajes feministas en la educación.

En primer lugar, daremos respuesta a una serie de cuestiones que están aun sin responder por cuanto detectamos, desde nuestras investigaciones con perspectiva de género, que las “viejas desigualdades” conviven con las “nuevas formas de desigualdades”. A continuación, ofrecemos como propuesta un marco referencial sobre como entendemos que debe estar diseñada la CSI. Ello lo haremos revisando las investigaciones más recientes a propósito del tema que nos ocupa.

¿Desde dónde (nos) pensamos y pensamos a los y las otras? ¿Qué aprendemos y cómo en materia de género y sexualidad? ¿Qué ocurre en educación cuando rompemos esa normalidad aprendida? ¿Qué significa educar para y por las diversidades en sexualidad?

Poner en el centro de nuestras prácticas didácticas e investigadoras estas cuestiones nos ayuda a poner en el foco de análisis nuestras prácticas educativas institucionales desde las pedagogías feministas interseccionales.

Las pedagogías feministas (Martínez, 2016) visibilizan que la socialización diferenciada de género es cultural, aprendida y reproducida por todo un sistema estructural que sostiene el patriarcado y que además se cruza con otras diversidades. Entendemos todo este sistema interconectado en el que nos socializamos como hombres y mujeres y en el que los roles y estereotipos de género juegan un papel fundamental.

Estas lógicas dicotómicas y hegemónicas se cuestionan desde las pedagogías feministas interseccionales que tienen como objetivo despatriarcalizar y descolonizar la educación. Esta educación censura, violenta, invisibiliza y penaliza todo aquello que no encaje en el marco normativo y va en contra de un enfoque de derechos inclusivos.

Como aprendizaje y continuidad de las aportaciones coeducadoras (Bejarano et al., 2019), las pedagogías feministas interseccionales ponen el foco en los agentes que reproducen los

mecanismos de socialización del sistema patriarcal, siendo la educación uno de dichos agentes. En este sentido, las pedagogías feministas trascienden al propio concepto de educación formal, incorporando una mirada multifactorial e interdisciplinar (Martínez & Sanz, 2023). Las pedagogías feministas interseccionales proponen incorporar elementos relacionados con: las necesidades individuales y colectivas, lo comunitario, escolar, universitario, cultural, social, familiar, política, teórica y práctica, transformadora... es una educación que, diría Paulo Freire, se ejercita como práctica de libertad. Se cuestiona, entonces, la pedagogía como herramienta de transformación si esta queda al servicio del sistema.

Si seguimos recordando a bell hooks (2021), insistimos en que la educación no es neutra, es política, y la toma de decisiones que hagamos influirá a la hora de señalar al servicio de quién ponemos los procesos de enseñanza y aprendizaje: para transformar o para reproducir desigualdades y violencias. Los aportes de la mirada interseccional a las pedagogías feministas señalan que uno de los principales objetivos será deconstruir y cuestionar las raíces estructurales de la desigualdad, las violencias y las opresiones, así como, el propio aprendizaje de los binarismos de género.

Avanzando en esta construcción de las pedagogías feministas, retomando palabras de bell hooks, se busca desplazar el objeto y sujeto de pensamiento y acción de la educación dominante. Iremos más allá de la construcción y aprendizaje de la normalidad binaria (rico-pobre; blanco-negro; hombre-mujer...) y jerárquica, problematizando el propio concepto de diversidad y dejando de pensar al otro y la otra desde posiciones verticales, diferenciadas y estereotipadas. Por lo tanto, se propone la deconstrucción de estas lógicas que se sustentan en el privilegio.

Así, las pedagogías feministas interseccionales apuestan por un currículo y diseños educativos feministas que incluyan en la práctica la transgresión, el conflicto, la incomodidad, la resistencia y la transformación de todo aquello que genera exclusión, violencia y opresión. Esto no se puede hacer de otra manera que no sea desde espacios de educación públicos, colectivos, de calidad y para todas las personas, en lo formal y lo no formal, y desde un enfoque de derechos para la equidad y la justicia social.

Urge despertar conciencias críticas acerca de los contextos que habitamos y de cómo habitamos los contextos educativos. Por ello, es importante justificar la pobre formación en sexualidad e igualdad en la educación formal y la formación inicial universitaria en España, así como conocer propuestas de acción transformadora. Todo ello lo veremos a continuación.

METODOLOGIA

Se parte de los resultados obtenidos de las investigaciones desarrolladas por el grupo GIES (UCLM) durante los últimos cursos académicos (2016 al 2022). Partimos de proyectos

financiados con fondos propios del Vicerrectorado de Investigación de la UCLM y por el Instituto de la Mujer de CLM. En todas las investigaciones se ha utilizado el paradigma mixto acudiendo a instrumentos de recogida de información centrados en entrevistas en profundidad y técnica Delphi dirigidas a 22 profesores-profesoras de las instituciones de formación inicial en la U. Castilla La Mancha (Bejarano, 2018) y cuestionario sobre competencia en sexualidad e igualdad pasado a un grupo de 371 alumnado que se formaban en el último curso de grados de Educación (Bejarano et al., 2023).

Nos centramos en las 22 narrativas analizadas del profesorado universitario de la UCLM, que desde sus conocimientos y experiencias docentes e investigadoras valoraban las perspectivas y los alcances del abordaje de la educación en sexualidad e igualdad de género en sus prácticas universitarias que afectan a educadores-as maestros-as en formación. Se produjeron datos por medio de dos técnicas; entrevistas en profundidad y técnica delphy. Las conclusiones principales del análisis de los 22 discursos de los profesionales se centraron en que los y las profesionales mostraban dificultades encontradas para abordar en la docencia contenidos basados en igualdad y sexualidad a pesar de su predisposición a abordar estas cuestiones, advertían del déficit de contenidos en las asignaturas que imparten en las titulaciones dedicadas a Educación. Aseguraban que los conocimientos sobre educación en sexualidad (diversidad) e igualdad, dependían más de la voluntariedad y compromiso docente. Mostraban la indefinición en estas temáticas (diversidad sexual, sexualidad e igualdad) en la propia estructura orgánica de la UCLM. Aunque si expresaban avances en cuanto las actividades conmemorativas. Señalaban la necesidad de desarrollar estrategias metodológicas e investigadoras con perspectiva de género en las asignaturas que impartían.

RESULTADOS Y PROPUESTAS

Los resultados de nuestras investigaciones nos indican que la formación inicial docente en España se presenta aún carente de formalizar la CSI. Nuestras conclusiones, convergen con otras derivadas de estudios similares que así lo atestiguan durante la última década (Sánchez Sáinz, 2019; Rodríguez Jaume & Gil González, 2021). Desde nuestro compromiso político y educativo se apela a la necesidad de incorporar esta competencia.

Como hemos demostrado, es pobre el abordaje científico que conceden las instituciones educativas de formación inicial a esta cuestión, lo que genera una problemática que radica en la escasa presencia del principio de igualdad y sexualidad en la formación inicial de profesorado (Pacheco-Salazar & López-Yáñez, 2019; Bejarano et al., 2021), en las prácticas docentes posteriores y en sus discursos y propuestas didácticas. Es necesario impulsar la implantación científica del principio de igualdad en el espacio universitario de la formación de los futuros profesionales de la educación y revisar los avances académicos e institucionales respecto a las temáticas sobre sexualidad e igualdad para generar transformaciones epistemológicas y aplicadas en los currículums, pero también en las instituciones que forman futuros docentes.

Aspecto, este último, que debemos incorporar para generar sinergias de actuación docente centrada en la CSI que impliquen a nuestros modos de relación, de organización y de gestión profesionales.

Integrar en los procesos educativos las dimensiones competenciales sobre igualdad y sexualidad, a partir de saberes, habilidades y actitudes, así como prácticas contrastadas de éxito, más allá de los tradicionales contenidos; es una meta fundamental de los sistemas universitarios actuales.

Todo este planteamiento, entronca con el mandato de la Agenda 2030 para el Desarrollo Sostenible, que ya indica en su meta 4.7. de los Objetivos de Desarrollo Sostenible que las acciones educativas deben ir encaminadas a que el alumnado adquiera los conocimientos teóricos y prácticos necesarios para promover ese desarrollo y estilos de vida sostenibles, donde los derechos humanos, la igualdad de género, la paz y la diversidad cultural sean los propósitos educativos fundamentales para alcanzar (UNESCO, 2015). Esta agenda está incorporada en la actual Ley Educativa en España (LOMLOE 2020) y forma parte de uno de los pilares sobre saberes básicos que debe incorporar el alumnado a partir de la participación en los procesos de enseñanza-aprendizaje en las diferentes etapas educativas, lo que contribuye a establecer un “nuevo orden de género” (Miralles et al., 2020).

Llegados a este punto hemos de señalar que esta competencia requiere de una implementación en las dinámicas culturales y de gestión organizativa de las instituciones que forman al futuro profesorado. No sería operativo que formara parte exclusivamente del currículum de formación para profesionalizar, sino que estuviera inscrita en todas las vertientes que configura la institución. Esto es, se debería partir de lo que se ha denominado *gender mainstreaming* que se contempla como una estrategia de lucha contra la desigualdad de las mujeres en las siguientes doce áreas: pobreza, educación y formación, salud, violencia contra las mujeres, conflictos armados, economía, poder y toma de decisiones, mecanismos institucionales para los avances de las mujeres, derechos humanos, medios de comunicación, entorno y derechos de las niñas. La transversalización del género es una estrategia eficaz si se formaliza en una competencia y se vincula a la cultura de las organizaciones educativas. Mimbbrero et al. (2017) desarrollan el concepto tomando como referencia los postulados de la teoría sociocultural y lo que vienen trabajando las instancias internacionales para aportar las diferentes dimensiones que debe contener esa competencia. Revisando este estudio, los investigadores aportan cuatro dimensiones a esta competencia; a.- Conocimiento científico sobre igualdad de oportunidades; b.- adquisición de estrategias metodológicas para trasladar estos conocimientos; c.- habilidades relacionales e interactivas; d.- competencias personales.

Enumeradas las dimensiones de la competencia centrada en igualdad, nuestra aportación es abordarla conjugando las dimensiones que tiene la sexualidad integral recogidas por las instancias internacionales como UNESCO (2014) que la definen como un aspecto central del ser

humano que está presente a lo largo de su vida. Abarca el sexo, las identidades y los roles de género, la orientación sexual, el erotismo, el placer, la intimidad y la reproducción. Se siente y se expresa a través de pensamientos, fantasías, deseos, creencias, actitudes, valores, comportamientos, prácticas, roles y relaciones. Si bien la sexualidad puede incluir todas estas dimensiones, no todas ellas se experimentan o expresan siempre. La sexualidad está influida por la interacción de factores biológicos, psicológicos, sociales, económicos, políticos, culturales, éticos, legales, históricos, religiosos y espirituales.

CONCLUSÕES

Cerramos este texto señalando que la CSI debe estar presente en todas las dinámicas administrativas, de gestión y organización de las instituciones académicas ya que la cuestión de la formación inicial no solo se lleva a cabo desde el ámbito curricular ni tampoco en el espacio de las aulas. Las instituciones de formación son ámbitos con una ecología académica mediada por el paradigma patriarcal creando resistencias para la implementación de las políticas de igualdad en las instituciones. Coeducar los espacios de poder, conocimiento y gestión de las dinámicas culturales y académicas sería necesario para crear el referente previo de instauración de esta competencia. Ejemplo de ello lo encontramos en el libro colaborativo Bejarano y Marí (2019) y Martínez y Sanz (2023), entre otros. Sin duda, el aterrizaje de las pedagogías feministas críticas debe ser el referente epistemológico que vehicule la toma de decisiones en las diferentes secciones que conforman una facultad de formación inicial docente y revertir lo que Varela (2022) denomina la indeterminación de las políticas de igualdad, señalando distintos procesos que atañen de forma específica a la Universidad.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bejarano, M. T. et al. (2023). Education in Sexuality and Equality: Needs in the Initial Training of Teachers in Spain. *Revista Electrónica Educare*, 27(1), 1-16.
- Bejarano, M. T. (2018). Educación en sexualidad e igualdad en estudiantes universitarios de Educación en Castilla-La Mancha. Instituto de la Mujer de Castilla-La Mancha.
- Bejarano, M T. et al. (2021). Narrativas del profesorado universitario en sexualidad e igualdad. *Athenea Digital*, 21(3), e3041. <https://doi.org/10.5565/rev/athenea.3041>
- Bejarano, M. T. et al. (2019). Coeducar hoy. Reflexiones desde las pedagogías feministas para la despatriarcalización del curriculum. *Tendencias Pedagógicas*, 34, 37-50. 10.15366/tp2019.34.004
- Bejarano, M. T., & Marí, R. (dir.) (2019). Educación en sexualidad e igualdad. Discursos y estrategias para la formación de docentes y educadores sociales. Dykinson.
- hooks, B. (2021). *Enseñar a transgredir*. Capitan Swing.
- Ley Orgánica 3/2020, de 29 de diciembre, por la que se modifica la Ley Orgánica 2/2006, de 3 de mayo, de Educación. Ley Orgánica 3/2020, de 29 de diciembre, por la que se modifica la Ley Orgánica 2/2006, de 3 de mayo, de Educación. (boe.es)

- Martínez Martín, I. (2016). Construcción de una pedagogía feminista para una ciudadanía transformadora y contra-hegemónica. *Foro de Educación*, 14(20), 129-151. <http://dx.doi.org/10.14516/fde.2016.014.020.008>
- Martínez Martín, I., & Sanz, J. (2023). Miradas a la participación y el género en las aulas universitarias. La Catarata.
- Mimbrero, C. et al. (2017). Competencias de igualdad de género: capacitación para la equidad entre mujeres y hombres en las organizaciones. *Athenea Digital*, 17(2), 265-286. <http://dx.doi.org/10.5565/rev/athenea.1609>
- Miralles, C. et al. (2018). Valoración psicométrica de un cuestionario para medir la formación en igualdad de género de docentes en preservicio. En Roig-Vila, R. (Ed.). *El compromiso académico y social a través de la investigación e innovación educativas en la Enseñanza Superior* (pp. 705-715). Octaedro.
- Pacheco-Salazar, B., & López-Yáñez, J. (2019). Ella lo provocó: el enfoque de género en la comprensión de la violencia escolar. *Revista investigación educativa*, 37(2), 363-678. <http://dx.doi.org/10.6018/rie.37.2.321371>
- Rodríguez Jaume, M. J., & Gil González, D. (2021). La perspectiva de gènere en docència a les universitats de la Xarxa Vives. Situació actual i reptes futurs. Xarxa Vives d'Universitats.
- Sánchez Sainz, M. (2019). Pedagogías queer. ¿Nos arriesgamos a hacer otra educación? Catarata.
- UNESCO. (2014). Educación integral de la sexualidad. Conceptos, enfoques y competencias. UNESCO.
- UNESCO. (2015). *Declaración de Incheon para la Educación 2030*. <https://bit.ly/2IJkeyi>
- Varela, N. (2022). El lazo rojo. Breve recorrido histórico por las políticas de igualdad (175-194). En R. Cobo y E. Fernández (Eds.) *Sociología Feminista*. Redes Feministas.

PERCEÇÕES SOBRE A IGUALDADE E OS PAPÉIS DE GÉNERO: UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE PESSOAS VÍTIMAS E NÃO VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Maria João Dias¹; Cristina C. Vieira^{1,2}

¹ Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra

² Centro de Investigação em Educação de Adultos e Intervenção Comunitária (CEAD) –

Universidade do Algarve

mariajdias.m@gmail.com

Resumo

Pretendemos, através deste artigo, dar a conhecer os resultados de um estudo quantitativo de dimensão estrita, realizado no âmbito de um relatório de estágio intitulado de “Quanto mais me bates, menos eu gosto de ti. A (re)educação social no combate à violência doméstica”, elaborado para efeitos de conclusão do Mestrado em Educação Social, Desenvolvimento e Dinâmicas Locais. O estudo empírico, desenvolvido sob a orientação da Professora Doutora Cristina Maria Coimbra Vieira, diz respeito às perceções sobre a igualdade e os papéis de género, sendo a amostra constituída por um total de 60 pessoas – 40 do sexo feminino e 20 do sexo masculino. A amostra, não aleatória, divide-se entre um grupo de pessoas (n = 30) vítimas de violência doméstica, sendo a maioria (n = 24) acompanhada no Gabinete de Apoio à Vítima (GAV) da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) de Coimbra, e um grupo de pessoas (n = 30) pertencentes à população geral, que considerou não ser vítima deste crime. A seleção dos/as participantes da população geral foi feita através da análise das características sociodemográficas, sendo selecionados/as aqueles/as com as características mais semelhantes às do grupo de vítimas. Com base nos resultados obtidos, destacamos a importância da educação na construção de sociedades mais justas e igualitárias e na desconstrução de valores estereotipados, dado que níveis superiores de escolaridade demonstraram estar correlacionados com perceções mais igualitárias ao nível dos papéis de género.

Palavras-chave: Educação Social; Violência Doméstica; Igualdade de Género; Papéis de Género; Estereótipos de Género

Abstract

Through this article, we intend to disseminate the results of a quantitative study of strict dimension, carried out within the scope of an internship report titled "The more you hit me, the less I like you. Social (re)education in the fight against domestic violence", elaborated for completion of the Master's Degree in Social Education, Development and Local Dynamics. The empirical study, carried out under the guidance of Professor Doctor Cristina Maria Coimbra Vieira, concerns the perceptions of equality and gender roles, its sample consisting of a total of 60 people – 40 females and 20 males. The non-random sample is divided between a group of people (n = 30) victims of domestic violence, most of whom (n = 24) are supervised by the Victim Support Office (GAV) of the Portuguese Association for Victim Support (APAV) of Coimbra, and a group of people (n = 30) belonging to the general population, who considered themselves not being victims of this crime. The selection of participants from the general population was made through analysis of the sociodemographic characteristics, selecting those with the most similar characteristics to the group of victims. Based on the results obtained, we highlight the importance of education in building fairer and more egalitarian societies and in deconstructing

stereotyped values, since higher levels of education have been shown to be correlated with more egalitarian perceptions of gender roles.

Keywords: Social Education; Domestic Violence; Gender Equality; Gender Roles; Gender Stereotypes

INTRODUÇÃO

A igualdade de género baseia-se na ideia de que todas as pessoas, independentemente do seu sexo, devem poder fazer as suas próprias escolhas e desenvolver-se pessoalmente e profissionalmente, sem serem limitadas pelos estereótipos e preconceitos associados aos papéis sociais que lhes são atribuídos desde tenra idade (CIG, 2021), consoante o sexo com que nascem. Estes estereótipos, enquanto regras sociais que condicionam de forma diferente as pessoas de ambos os sexos a cumprir com determinadas funções (Alves & Pitanguy, 2017) e a agir de uma determinada forma, surgem como um fator explicativo para as desigualdades de género. Sabe-se que há variáveis pessoais e sociais que podem acentuar ou atenuar a adesão a visões estereotipadas das pessoas sobre si mesmas e sobre quem as rodeia, mas os estudos envolvendo vítimas de violência de género em Portugal permanecem pouco expressivos. Partindo destes pressupostos, procurámos explorar perceções que traduzam alguma legitimação dos estereótipos e papéis de género na amostra. Com este estudo, tivemos como objetivos: (1) analisar a influência de variáveis sociodemográficas nas perceções das pessoas sobre a igualdade e os papéis de género; (2) comparar as perceções entre o grupo de vítimas e o grupo de não vítimas; (3) analisar dados comparados por sexo em relação às horas despendidas no desempenho de diferentes atividades.

METODOLOGIA

A amostra conta com a participação de 60 pessoas, das quais 40 (66.7%) são do sexo feminino e 20 (33.3%) são do sexo masculino. A faixa etária varia entre os 19 anos e os 58 anos (M=38.12; DP=12.67), a grande maioria dos/as inquiridos é de nacionalidade portuguesa (n = 48; 80%) e pertence à religião católica (n = 42; 70%). A amostra é constituída por um grupo de pessoas (n = 30; 50%) vítimas de violência doméstica e por um grupo de pessoas (n = 30; 50%) que não se consideram vítimas deste crime. Ressalvamos que o grupo de vítimas inclui 24 utentes

acompanhados/as na APAV de Coimbra, e seis homens vítimas pertencentes à população geral, que responderam *online*⁶.

O questionário especialmente concebido para este estudo encontra-se estruturado em três secções, que permitem a recolha de: informações sociodemográficas; Percepções sobre a Igualdade e os Papéis de Género (P. I. P. G); e caracterização da vitimação sofrida. Para a secção P. I. P. G. utilizaram-se instrumentos diversos, consultados em Beere (1990) e em Carsí (2017), dos quais resultou a elaboração de um questionário com 30 itens e cinco escalas⁷. Para medir o nível de concordância com cada afirmação foi utilizada uma escala de tipo Likert, com cinco níveis de resposta, de “A” (Concordo totalmente) a “E” (Discordo totalmente), sendo atribuída a pontuação máxima à resposta que indique maior discordância com atitudes de desigualdade de género. O instrumento construído foi alvo de um estudo-piloto, com a participação de cinco pessoas, para avaliar o grau de dificuldade na interpretação e realizar as devidas adaptações. A aplicação do questionário a vítimas de violência doméstica decorreu presencialmente, no espaço físico do GAV da APAV de Coimbra, desde janeiro a maio de 2023. Relativamente à amostra obtida através da população geral, o questionário foi disponibilizado através da plataforma eletrónica *Google Forms*, e esteve disponível desde abril a maio do mesmo ano.

RESULTADOS

Com o objetivo de testar a primeira hipótese definida – a percepção da igualdade de género varia em função do sexo –, procedemos à análise da média e do desvio padrão das respostas às cinco escalas e, posteriormente, à comparação das médias com uma análise da variância a um critério. Esta análise revelou que não temos evidências suficientes para concluir que existem diferenças significativas entre os sexos em nenhuma das escalas, devido aos elevados níveis de erro, o que significa que a hipótese formulada não se aceita e, portanto, a percepção da igualdade de género neste estudo não varia em função do sexo.

Também para a segunda hipótese – a percepção da igualdade de género varia em função da escolaridade –, procedemos à realização dos mesmos testes estatísticos. A hipótese formulada confirmou-se, dado que encontramos uma correlação positiva e estatisticamente significativa entre as habilitações académicas e as percepções sobre a igualdade de género em todas as escalas analisadas, sendo que, pessoas com mais escolaridade tenderam a possuir opiniões menos estereotipadas.

⁶ Esta junção deveu-se a pretendermos comparar as percepções entre o sexo feminino e masculino, mas não possuímos respostas suficientes de homens vítimas acompanhados no GAV da APAV de Coimbra.

⁷ Nota: Escala 1: Família e trabalho não pago; Escala 2: Economia; Escala 3: Os “homens tradicionais”; Escala 4: Liberdade e submissão das mulheres; Escala 5: Relações conjugais.

Para testar a terceira hipótese – a percepção da igualdade de género varia em função da idade – , utilizámos o coeficiente de correlação de Pearson. A hipótese foi parcialmente confirmada, uma vez que as pessoas participantes tenderam a expressar opiniões mais conservadoras à medida que a idade aumentava, mas as diferenças encontradas entre gerações dependeram das questões que foram colocadas, dado que apenas foram encontradas diferenças significativas em três escalas (1, 2 e 4).

Para averiguar a plausibilidade da quarta hipótese – a percepção da igualdade de género varia em função da religião –, recorremos novamente a uma análise estatística inferencial, utilizando desta vez um teste não paramétrico. Apurámos diferenças significativas entre as pessoas com e sem religião em três escalas (1, 2 e 4), podendo rejeitar a hipótese nula e afirmar que, nas questões incluídas nestas escalas, as percepções sobre a igualdade de género variam em função da religião, sendo que os/as participantes com crenças religiosas tenderam a possuir visões mais conservadoras e tradicionais.

Com o objetivo de estudar a quinta hipótese – a percepção da igualdade de género varia em função da vitimação –, explorámos a existência de diferenças entre as percepções de pessoas vítimas de violência doméstica e de pessoas não vítimas. Ao examinar as médias de cada grupo tornou-se perceptível que a tendência é para que os valores sejam muito aproximados, pelo que temos de reter a hipótese nula, que nos diz que as percepções são semelhantes entre pessoas vítimas e pessoas que nunca foram alvo deste crime.

Através da análise da comparação paramétrica das médias foi possível confirmar parcialmente a sexta hipótese – o tempo dedicado às atividades varia em função do sexo –, uma vez que encontrámos diferenças significativas no tempo dedicado por homens e mulheres às tarefas domésticas e ao lazer, dedicando as pessoas do sexo feminino mais tempo às primeiras atividades, e as pessoas do sexo masculino mais tempo às segundas atividades, apesar de despenderem períodos muito semelhantes no emprego.

CONCLUSÕES

A exploração e a análise dos dados recolhidos permitiram apurar um conjunto de conclusões que dão resposta às hipóteses enunciadas, e com reflexões para a intervenção.

Terminamos com a ideia defendida por Guimarães (2002, citado por Purificação et al., 2017), de que as diferentes formas da violência de género não são produtos de “heranças genéticas, mas resultantes de um processo de aprendizagem. E, conseqüentemente, suscetíveis de reaprendizagem e ressignificação, ou seja, podem ser desaprendidas e transformadas” (p. 466). Com base nesta convicção e nos resultados obtidos salientamos a importância de investir na educação formal e não formal, nomeadamente através de projetos de prevenção e sensibilização que contribuam para a desconstrução de estereótipos e, conseqüentemente, para

a construção de valores igualitários. Não menos importante é o investimento necessário na formação de professores/as e educadores/as nas áreas da violência e da igualdade de género.

No que concerne à intervenção com vítimas de violência doméstica, sugerimos uma maior utilização de recursos educativos e de metodologias ativas nos atendimentos com as mesmas, que fomentem o conhecimento, discussão, e capacidade crítica dos/as utentes acerca destas temáticas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alves, B. M., & Pitanguy, J. (2017). *O Que é Feminismo*. Brasiliense.
- Beere, C. A. (1990). Gender Roles. *A Handbook of Tests and Measures*. Greenwood Press.
- Carsí, A. M. (2017). *Roles, actitudes y estereotipos de género en Italia* [Tese de Doutoramento, Universidade de Valência]. Repositório de Objetos Digitais para Educação, Investigação e Cultura da Univ. de Valência. <http://hdl.handle.net/10550/58029>
- CIG. (2021). *Enquadramento*. <https://www.cig.gov.pt/area-igualdade-entre-mulheres-e-homens/enquadramento/>
- Purificação, M., Catarino, E., Santana, M., & Teixeira, F. (2017). A violência contra mulher numa perspectiva histórica: uma questão de género. *Revista Eletrônica da FAINOR*, 10(3), 465-473.

PORN AS INFORMAL DIGITAL SEXUAL EDUCATION? CHALLENGES AND OPPORTUNITIES FROM THE YOUTH IN CATALONIA

Laura Fernández, Maria-Jose Masanet, Sergio Villanueva
Centre of Research in Information, Communication and Culture (CRICC), Department of Library and
Information Science and Audiovisual Communication, Universitat de Barcelona
laurafernandez@ub.edu

Resumen

Este artículo se centra en los resultados del proyecto “Transmedia Gender & LGBTI+ Literacy”, que investiga cómo la juventud en Cataluña aprende sobre género y sexualidad a través de los medios de comunicación. Durante el trabajo de campo, el equipo observó que el porno era uno de los principales recursos para aprender sobre sexo o, al menos, la mayoría habían interactuado con este tipo de contenidos. Los resultados prospectivos indicaron que el porno se consumía con varios fines más allá del entretenimiento y el placer: para aprender sobre prácticas sexuales y encontrar referencias sobre cuerpos y experiencias sexuales diversas. Sin embargo, cuando la juventud comparó sus propias experiencias sexuales con las representadas en el porno convencional, afirmaron que éste no satisfacía sus expectativas porque se percibía como “antinatural” o “no real”. En general, las mujeres identificaron el porno convencional con la mirada masculina y heteronormativa, y afirmaron que les generaba desconfianza y decepción o incluso que les añadía presión sobre lo que se espera de ellas en las relaciones sexuales. Los participantes masculinos confiaron más en el porno para obtener información y empezaron a verlo a edades más tempranas. Sin embargo, el porno también puede considerarse una herramienta útil para crear nuevos imaginarios sexuales y de género, y descubrimos que el porno podría ser un importante recurso informativo para la juventud con orientaciones sexuales no normativas.

Palabras clave: Porno; Sexualidades; Educación virtual informal; Juventud; Estudios de género; LGBTIQ+ y comunicación

Abstract

This article focuses on the outcomes of the project ‘Transmedia Gender & LGBTI+ Literacy’, which researched how young people in Catalonia learn about gender and sexualities through media. During the fieldwork, the team observed that porn was one of the main resources for learning about sex, or, at least, most participants had interacted with this type of content. Prospective findings indicated that porn was consumed for several purposes beyond entertainment and pleasure: to learn about sexual practices and find references on diverse bodies and sexual experiences. However, when young people compared their own embodied sexual experiences with those represented in mainstream porn, they said that mainstream porn did not meet their expectations because it was perceived as “unnatural” or “not real”. Female participants generally identified mainstream porn with the male and heteronormative gaze and said it generated distrust and disappointment or even added pressure regarding what they are expected to do in sexual relations. Male participants relied more on porn to gain information, and started to watch it at earlier ages. However, porn can also be considered a useful tool for creating new sexual and gender imageries and we found that porn could be an important information resource for young people with non-normative sexual orientations.

Keywords: Porn; Sexualities; Informal online education; Youth; LGBTIQ+ gender and media studies

INTRODUCTION

Porn studies have a long tradition studying porn as a cultural artifact that is interwoven with adult population views and conceptions and imaginaries of sex and its relation to media, gender, sexuality and technology (Attwood & Smith, 2014). Nevertheless, the interest of the uses and effects of pornography on young people is increasing in recent years, especially on the links between viewing pornography and sexually explicit material and young people's attitudes and behaviors (Massey et al., 2021). During the fieldwork of the research project 'Transmedia Gender & LGBTIQ+ Literacy' (TRANSGELIT), we have detected a frequent use and interest on porn as a media to explore sexuality among youth in Catalonia, particularly among young boys. Therefore, in this paper we aim to collect and analyze their views and experiences with porn in order to explore how young people are using it for sexual education purposes and which are the educational challenges and opportunities of this kind of media.

METHODOLOGY

This article focuses on the outcomes of the research project 'Transmedia Gender & LGBTIQ+ Literacy' on young people learning about gender and sexualities through media. The project departs from queer feminist epistemologies of sexuality and body (Esteban, 2013) and proposes an ethnographic approach that follows the precepts of short-term ethnography (Pink & Morgan, 2013). This approach is appropriate for creating contexts in which researchers can go deeper into the research interests in a short period of time. The research followed five steps: a) Contact and consent management with participants; b) Participative workshops about gender and sexualities to immerse the researchers on the young people universes and understandings; c) Creative workshops for creating audiovisual contents where young people could explore specific topics about sexualities they were interested on; d) In-depth interviews to deepen understand young people media uses and experiences; e) Life stories with participants who are especially involved in the project and have specific experiences that need a 'historical' reconstruction in order to understand their social world in all its complexity (Charriéz Cordero, 2012).

We worked with four educational centers in Barcelona and its metropolitan area: two high schools (public and semi-public), a group of university students and a non-formal education center which serves socially vulnerable adolescents. We collaborated with 181 young people from 14 to 22 years old with different gender identifications (male, female, nonbinary) and we conducted a total of 47 semi-structured individual interviews.

RESULTS

During the fieldwork, the team observed porn was one of the main resources to learn about sex or, at least, it was a content that most of the participants had interacted with, either voluntarily or involuntarily. In two groups from two different high schools, porn was chosen as the topic to be explored by the students and to create a podcast about, which shows that this is an important topic for teenagers.

Porn was consumed for several purposes beyond entertainment and pleasure: to learn about sexual practices and on how to perform them and also to find references on diverse bodies and sexual experiences. Male participants rely more on porn to inform themselves, starting to watch it at earlier ages, during school. However, we detected diverse opinions about porn as an informative and entertainment source among male participants. While the majority of the male students interviewed accept that they consume porn often, not all of them consider it is informative for their own sexual relations. Some boys emphasized the pleasure and entertainment nature of this type of audiovisuals, and were able to discern between the entertainment, arousal and pleasure they got from porn and the sexual experience with their peers, away from the staged sexual representations present in porn. This discernment occurred more frequently among adolescents who had already engaged in shared sexual experiences. However, there were some boys who associated the imagery of porn with their desires and expectations of future sexual relationships and used it as their main educational resource.

Gender differences in self-identification with pornographic representations are striking. When young people compared their own embodied sexual experiences with those represented in mainstream porn, female participants tended to argue that mainstream porn broke their expectations since it was perceived as “unnatural” or “not real”. Girls more often identify mainstream porn with the male and heteronormative gaze and refer to it as generating distrust, disappointment or even adding pressure to what it is expected for them to be doing in sexual relations, for instance regarding poses, body appearance and types of practices. Porn was also considered in some cases a useful tool for the creation of new sexual and gender dissident visual imageries. For example, Gerard explained he used porn to watch trans bodies in a sexual stage with the aim of learning and having satisfying sex with his trans partner. In fact, we found porn could in some cases become an important information resource for young people with non-normative sexual orientations, since there they could find other models and references beyond the heteronormative representations.

CONCLUSIONS

While this is an ongoing research, we have already identified important implications of youth's uses of porn. The final goal of our project is to use these insights to create educational materials for formal settings conceding the current experiences of young people learning about sexuality

in digital spaces. The outputs of this research will offer tools for educators to address porn-related issues and contents and offer media feminist and LGBTQ+ literacies to the youth. We see this as an opportunity for sexual education of young people which departs from their own uses and perspectives on porn.

REFERENCES

- Attwood, F., & Smith, C. (2014). Porn Studies: an introduction. *Porn Studies*, 1(1-2), 1-6. <https://doi.org/10.1080/23268743.2014.887308>.
- Charriéz Cordero, M. (2012). Historias de vida: Una metodología de investigación cualitativa. *Revista Griot*, 5(1), 50-67.
- Esteban, M. L. (2013). Antropología del cuerpo. Género, itinerarios corporales, identidad y cambio. Bellaterra Edicions.
- Massey, K., Burns, J., & Franz, A. (2021). Young people, sexuality and the age of pornography. *Sexuality & culture*, 25, 318-336. <https://doi.org/10.1007/s12119-020-09771-z>.
- Pink S., & Morgan, J. (2013). Short-term ethnography: intense routes to knowing. *Symbolic Interaction*, 36(3), 351–361. <http://www.jstor.org/stable/symbinte.36.3.351>.

“A CAMPANHA ABCLGBTQIA+” E O DISCURSO DE ÓDIO NOS MEDIA

Filomena Teixeira^{1,2,3}, Ana Frias^{1,3,2}, Fernando Moreira Marques⁴

¹ Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Coimbra (ESE/IPC)

² Centro Investigação Didática e Tecnologia na Formação de Formadores da Universidade de Aveiro

³ Núcleo de Investigação, Educação, Formação e Intervenção da ESE/IPC

⁴ Agrupamento de Escolas Eugénio de Castro

filomena@esec.pt

Resumo

O discurso de ódio contra a comunidade LGBTQIA+ tem aumentado nos media e redes sociais constituindo um problema de direitos humanos que interpela as sociedades democráticas. A reflexão crítica sobre os fatores envolvidos requer o aprofundamento sociocientífico. Este estudo, de natureza qualitativa, procura conhecer o modo como o discurso de ódio emerge no caso da “Campanha ABCLGBTQIA+. Aprender faz parte”, o repertório de argumentos que utiliza e a polarização que adota em cada enunciação. Sinalizam-se ainda estratégias educativas e de formação que possam ser usadas para a sua desconstrução e prevenção. O corpus foi constituído por notícias, artigos de opinião e comentários nas redes sociais. No processo de codificação recorreu-se ao software MAXQDA. O estudo mostra que o discurso de ódio circula nos media, tem raízes no regime heteronormativo, está associado à extrema direita e dá primazia ao preconceito e à crença contra o conhecimento científico. Os resultados apelam ao debate democrático sobre a liberdade de expressão nos media e aconselham a inclusão do discurso de ódio nos currículos do ensino básico, secundário e formação de professores.

Palavras-chave: Campanha ABCLGBTQIA+; Discurso de ódio; Media; Género; Direitos Humanos

Abstract

Hate speech against the LGBTQIA+ community has increased in the media and social networks, constituting a human rights problem that challenges democratic societies. The critical reflection on the factors involved requires socio-scientific deepening. This qualitative study seeks to understand how hate speech emerges in the “ABCLGBTQIA+ Campaign. Being part of it is learning”, the repertoire of arguments it uses and the polarization it adopts in each enunciation. Educational and training strategies that can be used for its deconstruction and prevention are also indicated. The corpus consisted of news, opinion articles and comments on social media networks. The process of codification of the statements was supported by MAXQDA. The study shows that hate speech circulates in the media, has roots in the heteronormative regimen, is associated with the far right and gives primacy to prejudice and belief against scientific knowledge. The results call for democratic debate on freedom of expression in the media and advise the inclusion of hate speech in the curriculum of Basic and Secondary Education, along with the teacher training.

Keywords: ABCLGBTQIA+ Campaign; Hate Speech; Media; Gender; Human Rights

INTRODUÇÃO

O discurso de ódio contra a comunidade LGBTQIA+ tem aumentado nos media e redes sociais constituindo um problema de direitos humanos que interpela as sociedades democráticas. De facto, a sua rápida disseminação exponencia os riscos de discriminação e violência. O recente relatório internacional da consultora LLYC *“Discurso de ódio e orgulho LGBTQIA+ no debate digital”* (junho, 2023) mostra a extensão crescente da homofobia e transfobia nas redes sociais, traduzida num aumento global de 9,4% das mensagens de ódio, entre 2019 e 2022. O estudo relata que “as narrativas depreciativas são as que se referem à aversão ou ao ódio contra a comunidade, às acusações da chamada ideologia de género, às críticas aos privilégios percebidos dos LGBTQIA+ e à adoção por casais LGBTQIA+”. No caso de Portugal, menciona-se que as mensagens detratórias aumentaram 184,85%, no mesmo período. Contudo, esta situação não está espelhada nas estatísticas oficiais. De acordo com a Comissão Europeia contra o Racismo e a Intolerância do Conselho da Europa (ECRI, 2018), os dados oficiais sobre o discurso de ódio em Portugal são escassos e incompletos, contrastando com os divulgados pelas ONG. Também o estudo nacional sobre necessidades das pessoas LGBTI aponta no mesmo sentido, ao alertar para o problema da subnotificação de dados e baixas taxas de denúncia, devido à falta de um sistema organizado de registo e à desconfiança das vítimas (Saleiro, 2022). De igual modo, a plataforma UNI-FORMS justifica o baixo número de denúncias de crimes de ódio com “a desconfiança nas autoridades, bem como a falta de vontade ou o medo de revelar a própria orientação sexual ou identidade de género”⁸.

A complexidade de fatores envolvidos na disseminação do discurso de ódio remete para a necessidade de aprofundamento do conhecimento sociocientífico (Silva, 2021; Saleiro, 2022), com vista a uma atuação global concertada, como propõe a Estratégia e Plano de Ação das Nações Unidas para Combater o Discurso de Ódio (2019)⁹.

Para Carlson (2022, p. 13), o discurso de ódio “representa um fenómeno estrutural, na base do qual os que ostentam poder utilizam assédio verbal e símbolos ofensivos para manter a sua posição privilegiada na ordem social”. Andrade (2021, p. 51) identifica três elementos frequentemente associados ao discurso de ódio - o preconceito, a discriminação e a intolerância - entendendo-o como “a manifestação ou expressão, motivada por preconceito ou intolerância, através da qual uma pessoa ou um grupo é discriminado, com base nas suas características identitárias”. A ECRI (2016, p. 16)¹⁰ reconhece três modos de expressão do discurso de ódio: *i)* a incitação à difamação ou discriminação de uma pessoa ou grupo de pessoas; *ii)* qualquer tipo de

⁸ Consultado em <https://uni-form.eu/about?country=PT&locale=pt>. O UNI-FORM é uma plataforma de denúncia online na UE.

⁹ Consultado em <https://news.un.org/pt/story/2019/06/1676791>.

¹⁰ Consultado em <https://rm.coe.int/ecri-general-policy-recommendation-no-15-on-combating-hate-speech/16808b5b01>

assédio, insulto, estereótipos negativos, estigmatização ou ameaça a essa pessoa ou grupo de pessoas; *iii*) qualquer forma de defesa ou justificação de todos estes modos de expressão.

METODOLOGIA

Adotando uma perspetiva de género e direitos humanos, este estudo qualitativo procura conhecer o modo como o discurso de ódio opera no caso da *Campanha ABCLGBTQIA+*. *Aprender faz parte*, qual o repertório de argumentos que utiliza e que polarização adota em cada enunciação. No trabalho de identificação e análise das diferentes posições discursivas indagam-se as estratégias educativas e de formação que podem ser usadas para a sua desconstrução e prevenção. A *Campanha ABCLGBTQIA+*, lançada, em junho de 2022, pela FOX Life com consultoria da ILGA Portugal, colaboração do jornal Público e plataforma Spotify, difundiu na televisão, rádio, imprensa, internet e cartazes de rua (mupis) um glossário composto por trinta e sete termos sobre identidades sexuais e de género. As polémicas geradas pela campanha puseram em confronto diferentes horizontes de sentido sobre a comunidade LGBTQIA+.

O *corpus* foi constituído por notícias, artigos de opinião, comentários em redes sociais e podcasts que aludiram à campanha. Do corpus de textos analisados foram selecionados nove para este estudo por conterem marcas de discurso de ódio: oito artigos de opinião publicados nos jornais Público (9/7/22 e 16/7/22), Expresso (15/7/22 e 19/7/22) Observador (19/7/22), Jornal I (27/6/22), Dinheiro Vivo (29/7/22) e Notícias de Aveiro (30/6/22) e uma publicação no Facebook (16/6/22). Com base em Silva (2021) e no tratamento dos segmentos discursivos recolhidos, constituíram-se oito categorias de análise. No processo de codificação recorreu-se ao programa MAXQDA.

RESULTADOS

Em todos os textos analisados, o principal alvo do discurso de ódio é a comunidade LGBTQIA+. Da análise do *corpus*, foram codificados 115 comentários com marcas de discurso de ódio, dos quais 97,4% (N=112) se distribuem pelas categorias acusação (36), ridicularização (32), insulto (26), estereotipização negativa (8), inferiorização (6) e desumanização (4). Discutem-se seguidamente alguns exemplos representativos.

Na categoria “acusação” reuniram-se os comentários que inculpam a comunidade LGBTQIA+ por factos indignos e/ou encobrimento ideológico, promovendo o deslocamento da culpa para o “outro” (Wodak, 1997). Por vezes, o locutor apresenta-se como vítima da chamada inversão do preconceito. São disto exemplo:

Porque este movimento [radicalismo transgénero], tal como está a ser apresentado, não está a lutar por direitos cívicos, liberdades e garantias, igualdade. Está a lutar pela submissão ou mesmo anulação de todas as outras identidades, hétero ou gay,

masculina ou feminina. E, acima de tudo, está a inventar um mundo alternativo onde não existem factos biológicos simples e básicos. (14HR)

Estas iniciativas [LGBTQIA+] procuram desestruturar a sociedade ao imporem uma ideologia que elimina as diferenças e a complementaridade entre homem e mulher, que corrói o conceito de família tradicional e os conceitos de pai, mãe, filho e filha. (20GB)¹¹

[...] o movimento do “orgulho gay” já não se trata de uma luta pela liberdade, nem pela igualdade, nem pela dignidade humana. Trata-se, isso sim, de uma luta por uma agenda política onde a liberdade de pensamento não tem lugar! [...] Aqueles que discordarem são simplesmente “cancelados”, porque quem discordar só pode ser homofóbico e preconceituoso! (21GB)¹²

Na categoria “ridicularização” incluíram-se os comentários risíveis e/ou que usam de ironia ou sarcasmo, como os seguintes:

Este activismo trans lembra o Santo Ofício a exigir que todos fossem convertidos ao catolicismo. O que é uma maçada. Não vão descansar enquanto não nos obrigarem a admitir que um homem é uma mulher. Para provarem à Inquisição que já não eram judeus, os cristãos-novos inventaram a alheira. Está visto que, para que a Nova Inquisição não me aborreça, também vou ter de fingir que vejo um chouriço onde ele não existe. (32JDQ)

Esta questão da LGBTTTQQIAA+ sempre me pareceu o afã medieval dos teólogos para definir a hierarquia dos céus, com os Serafins, Querubins, Tronos, Domínios, Virtudes, Poderes, Principados, Arcanjos, e Anjos, o que daria SQT DVPPAA, mesmo assim com menos letras e sem aquele indeterminado +. (11PP2)

Na categoria “insulto”, os comentários manifestam raiva contra a comunidade LGBTQIA+, considerando-a um perigo social ou põem em causa as suas características identitárias, como os que se seguem:

Para quem tem andado distraído, eu venho aqui denunciar mais um atentado à inteligência e também à normalidade por parte de organizações ·terroristas· que nos tentam impor à força os seus desvarios. (2PL)

¹¹ Vereador municipal do partido de extrema direita CHEGA. Artigo publicado no jornal Notícias de Aveiro, em 30/6/22.

¹² Idem.

Ora, sucede que uma mulher trans não é uma mulher. Da mesma forma que leite de soja não é leite, por mais branco e fresquinho que seja. (17JDQ)

Ou seja, a escolha do sexo é “social” e não natural e eu posso ter o sexo que quiser, ou a combinação de sexos que escolher, ou achar que sou um não-humano. (4PP1)

As categorias “incitação ao genocídio e/ou violência” (2) e “ameaça” (1) codificaram os comentários que remetem para as polaridades mais negativas do discurso de ódio, usando de intensificação, inadequação, aviltamento e descortesia¹³:

Acho que estamos a precisar urgentemente duma "Inquisição" que limpe este lixo humano(?) todo! (1PL) [...] Outra ideia: chamamos cá o Putin (o Grande) para meter todos estes "tramposos· nos eixos!!! (ou noutro sítio que agora não digo!!!) (2PL) [...] Acho que esta bosta tem o nome de ideologia de género e constitui um dos grandes perigos civilizacionais que teremos que começar a enfrentar. (3PL)

CONCLUSÕES

O estudo mostra que o discurso de ódio circula nos media, tem raízes ideológicas na sociedade patriarcal e heteronormativa, está muitas vezes associado ao radicalismo de extrema direita e dá primazia ao preconceito e crença sobre o conhecimento científico.

Se considerarmos a versão atual da pirâmide do ódio de G. W. Allport (Williams, 2022), elaborada pela Anti-Defamation League (2021)¹⁴, os comentários analisados situam-se nos dois primeiros níveis da sua base. Como alerta Carlson (2022, p. 15), “o discurso de ódio é o cimento de problemas como a discriminação, a violência baseada em preconceitos e o genocídio” que encimam a pirâmide. Nesse sentido, deve entender-se o discurso de ódio como motor da discriminação e da violência e não como seu sintoma.

Os resultados deste estudo apelam ao debate democrático sobre a liberdade de expressão nos media, bem como à inclusão da temática do discurso de ódio nos currículos do ensino básico, secundário e de formação de professores/as, com vista à sua consciencialização e desconstrução. Este percurso formativo remete para o desenho de recursos didáticos que deem sentido a contranarrativas baseadas em experiências biográficas e temas de bioética crítica.

¹³ Estes comentários são agravados por terem sido escritos por um professor universitário no Facebook e partilhados com a comunidade académica. A sua página contém símbolos do partido de extrema direita ADN. Ver Jornal de Notícias de 30/6/2022, consultado em <https://www.jn.pt/pais/noticias/aveiro/aveiro/lixo-humano-publicacao-de-docente-sobre-comunidade-lgbti-causa-indignacao--14982286.html/>

¹⁴ Disponível em https://www.adl.org/sites/default/files/pyramid-of-hate-web-english_1.pdf

Agradecimentos

Trabalho financiado por Fundos Nacionais através da FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I. P., no âmbito do projeto UIDB/00194/2020 y UIDP/00194/2020 (CIDTFF).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Andrade, A. G. C. (2021). Liberdade de expressão e discurso de ódio. In Costa, A. M. A. & Silva, S. O. (Coord.) *Atas do Colóquio Liberdade de expressão, liberdade de imprensa e discurso de ódio*, pp. 49-68. Faculdade de Direito da Universidade do Porto.
- Carlson, C. R. (2022). *El discurso del odio*. Cátedra.
- Comissão Europeia contra o Racismo e a Intolerância do Conselho da Europa. (2018). *Relatório da ECRI sobre Portugal (quinto ciclo de controlo)*. ECRI/CE.
- LLYC. (2023). Relatório Discurso de ódio e orgulho LGBTQI+ no debate digital. LLYC IDEIAS.
- Saleiro, S. P. (org.). (2022). Estudo nacional sobre necessidades das pessoas LGBTI e sobre a discriminação em razão da orientação sexual, identidade e expressão de género e características sexuais. Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género.
- Silva, M. T. (Coord.). (2021). Discurso de ódio, jornalismo e participação das audiências. Almedina.
- Williams, M. (2022). A ciência do ódio. Como o preconceito se transforma em ódio e o que podemos fazer para travá-lo. Contraponto.
- Wodak, R. (1997). 'Círculos específicos' e discurso anti-semita: a construção do discurso do 'outro'. In Pedro, E. R. (Org.) *Análise crítica do discurso*, 377-396. Caminho.

O DIREITO À MATERNIDADE PELA VOZ DE MULHERES COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Priscila Foger Marques¹, Ana Cláudia Bortolozzi¹

¹ Faculdade de Ciências/Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho” - UNESP
priscila.foger@unesp.br

Resumo

Embora a legislação garanta os direitos sexuais e reprodutivos das pessoas com deficiência, na realidade esses direitos ainda não são efetivos para muitas mulheres com deficiência. Esta pesquisa, qualitativo-descritivo, tipo estudo de caso, teve por objetivo analisar as experiências de mulheres com deficiência intelectual que são mães e validar suas percepções, vivências e opiniões. Participaram duas mulheres mães, com diagnóstico de Deficiência Intelectual autodeclarado, respondendo a uma entrevista semiestruturada. Destacaram-se questões como a satisfação pelo seu relacionamento afetivo, maternidade e desenvolvimento dos filhos, medo de doenças durante a gravidez e inseguranças quanto ao parto. Apesar de suas preocupações e culpas, fica evidente seu protagonismo nas decisões tomadas e na criação de seus filhos. Aspectos como a participação de seus companheiros e outros membros da família, o atendimento nos serviços de saúde e escolar podem ser caracterizados como facilitadores ou barreiras neste processo. Os dados contribuem para o melhor entendimento da deficiência como parte da diversidade humana, sendo a maternidade uma escolha e parte importante da identidade.

Palavras-chave: Maternidade; Deficiência intelectual; Direitos sexuais e reprodutivos

Abstract

Although the legislation guarantees the sexual and reproductive rights of people with disabilities, in reality these rights are still not effective for many women with disabilities. This qualitative-descriptive research, case-study, aimed to analyse the experiences of women with intellectual disabilities who are mothers and validate their perceptions, experiences and opinions. Two women mothers, diagnosed with self-declared Intellectual Disability, participated in a semi-structured interview. Issues such as satisfaction with their affective relationship, motherhood and children's development, fear of illnesses during pregnancy and insecurities about childbirth were highlighted. Despite their worries and guilt, their role in the decisions taken and in the upbringing of their children is evident. Aspects such as the participation of their partners and other family members, attendance at health and school services can be characterized as facilitators or barriers in this process. The data contribute to a better understanding of disability as part of human diversity, with motherhood being a choice and an important part of identity.

Keywords: Maternity; Intellectual disability; Sexual and reproductive rights

INTRODUÇÃO

O conceito de sexualidade humana é amplo e complexo; não se limita ao sexo e é caracterizado por ser um fenômeno biológico, psicológico e social que diferencia a pessoa humana dos demais animais (Maia, 2010). Sendo a sexualidade um atributo de todo e qualquer ser humano e considerando que sua manifestação ocorre na convivência social, as pessoas com deficiência são seres igualmente sexuados, apesar das crenças sobre uma suposta assexualidade ou hipersexualidade e de serem infantis para iniciar e manter relacionamentos afetivos (Bortolozzi, 2021; Maia & Ribeiro, 2010; Paula et al., 2005).

Para Emidio e Hashimoto (2008) o papel social da mãe passa por uma construção social contínua e essa evolução histórica evidencia a importância da reflexão sobre a identidade feminina e a maternidade. Pensar nesta construção especialmente a respeito das mulheres com deficiência e aqui, as mulheres com deficiência intelectual, torna-se ainda mais desafiador.

A Lei Brasileira de Inclusão – LBI (Brasil, 2015) oficializa a luta pelos direitos das pessoas com deficiência e dentre esses direitos, os direitos sexuais e reprodutivos, contrariando os impeditivos legais vigentes anteriormente que limitavam e impediam a liberdade das pessoas com deficiência no que tange à sua vida afetiva, amorosa, sexual e reprodutiva. Em seu Artigo 6º a Lei Brasileira de Inclusão diz que a deficiência não afeta a plena capacidade civil da pessoa, inclusive para o casamento e união estável, para exercer direitos sexuais e reprodutivos, para decidir sobre o número de filhos e de ter acesso ao planejamento familiar e para conservar a fertilidade (Brasil, 2015).

De acordo com o modelo social da deficiência (Bortolozzi, 2021; Diniz & Santos, 2010), a deficiência é um fenômeno social, cuja experiência ocorre na interação entre as características biológicas do indivíduo e as condições sociais e históricas do contexto em que ele vive. Dizendo de outro modo, é o contexto social que favorece (ou não) para que pessoas com deficiência intelectual possam exercer sua sexualidade e a maternidade e, muitas vezes, mostram-se vulneráveis para assumir ações de autonomia e de bem-estar. Muitas mulheres com deficiência não têm apoio familiar e profissional para vivenciarem sua sexualidade e são ainda consideradas assexuadas.

Um dos fatores que dificulta a discussão sobre os direitos sexuais e reprodutivos de pessoas com deficiência intelectual é o risco de uma gravidez. Para França-Ribeiro (2001) isso se torna ameaçador para a família não só pela probabilidade de ser gerado um filho com deficiência, mas também pela crença de que mães e/ou pais com deficiência não serão capazes de criar seus filhos, sendo a capacidade mais uma vez negada à pessoa com deficiência, justificada pela sobrecarga para outras pessoas. Bortolozzi (2021) ressalta que esse argumento evidencia um preconceito, uma vez que muitas pessoas que não têm deficiência também dependem da ajuda

de outras pessoas para terem e cuidarem de filhos e não são impedidas a fazerem sexo ou a se reproduzirem por esse motivo.

Além disso, muitas famílias ainda retratam características de excessos nos cuidados e restrita convivência social ou a reprodução de uma crença de infantilização dos filhos com deficiência intelectual o que, entre outros aspectos, também dificulta que as pessoas com deficiência intelectual vivam plenamente sua sexualidade. Isso retrata o quanto a garantia do direito à autonomia das pessoas com deficiência ainda não é realidade para todos. A literatura aponta que há pessoas com deficiência intelectual na fase da adolescência, juventude e idade adulta que necessitam de apoio menos intensivo, que têm possibilidade de ingressar no mercado de trabalho e de conviver plenamente em sociedade; além disso, vivenciam a sua sexualidade de maneira semelhante a outras pessoas sem deficiência com relação ao seu erotismo (Bortolozzi, 2021; Glat, 1992; Guerpelli, 1995).

Embora trabalhos importantes já tenham apontado e desmistificado equívocos quanto ao entendimento de como se dá o desenvolvimento da sexualidade da pessoa com deficiência intelectual, nos dias atuais, ainda são presentes crenças e mitos nos discursos de familiares e de educadores. Esses discursos baseiam-se nos estereótipos que relacionam deficiência à incapacidade e à limitação. Isso ocorre, por um lado pelo próprio despreparo das pessoas em lidar com o assunto (pela falta de informação e manejo quanto aos comportamentos manifestados relacionados à sexualidade) e, por outro, por haver discursos distorcidos sobre a deficiência e a sexualidade das pessoas com deficiência o que reproduz estereótipos (Maia & Ribeiro, 2010).

Assim, mulheres com deficiência intelectual têm vivido a maternidade, sendo esta uma escolha pessoal ou não e as pesquisas sobre essa vivência ainda são escassas, concentrando-se em outros países ou no relato de outras pessoas que não as próprias mulheres com deficiência (Bortolozzi, 2021). Diante do exposto, este estudo teve por objetivo analisar as experiências de mulheres com deficiência intelectual que são mães, ampliando o lugar de fala destas mulheres.

METODOLOGIA

Este estudo, qualitativo-exploratório, tipo estudo de caso, teve por objetivo analisar as experiências de mães com deficiência intelectual. Participaram duas mulheres mães, maiores de 18 anos, com diagnóstico de Deficiência Intelectual autodeclarado, respondendo a uma entrevista semiestruturada. As participantes foram identificadas por pseudônimos (Camila e Luana). Camila tinha duas filhas (uma com 11 anos e outra com 1 ano e 4 meses). Luana tem uma filha de 17 anos e um filho de 15 anos.

A entrevista foi realizada em uma sala reservada em uma instituição (Escola Especial de Reabilitação) que autorizou a realização do estudo e indicou as participantes. A duração das

entrevistas foi de aproximadamente 1h30 e foi gravada e transcrita na íntegra, para posterior análise de conteúdo: leitura flutuante e exaustiva, organização de categorias mutuamente exclusivas e interpretação à luz da literatura (Bardin, 2009).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ambas as participantes, Camila e Luana, demonstraram a mesma concepção ao narrar sobre a concepção que tem da deficiência intelectual, relacionando esta condição principalmente à suas dificuldades de aprendizagem acadêmica.

Camila expressou ter tido medo ao saber da gravidez pela sua condição de Epilepsia associada à Deficiência Intelectual, com receio de ter crises e isso comprometer o bebê; mas ao mesmo tempo ficou feliz, sendo o noivo a pessoa para quem falou primeiro, e de quem recebeu uma reação positiva; sua gravidez foi tranquila com exceção da pressão arterial que aumentou. No último ultrassom, o médico pediu a internação pois já estava perdendo líquido amniótico, pediu que fosse cesárea e a bebê nasceu bem, saindo do hospital junto com ela, sem intercorrências. Luana relatou que sua gravidez foi uma “surpresa maravilhosa”, pois ela e o marido já desejavam ter filhos; a gestação foi tranquila e a primeira filha nasceu com 9 meses de parto normal.

Os relatos de Camila e Luana se assemelham sobre seus relacionamentos amorosos e a aceitação dos maridos quanto à sua condição, apesar de indicarem alguns estereótipos relacionados à mulher e à deficiência (Goffman, 1988). Ao acontecer a maternidade na vida de uma mulher com deficiência, os estereótipos para ela muitas vezes impostos (de dependência, pessoa assexuada) causam um impacto que aumentam as situações de vulnerabilidade (Mello, 2016; Nicolau et al., 2013). Luana percebeu o preconceito e a discriminação de pessoas da família extensa do esposo.

Apesar dos apoios recebidos, identifica que as principais ações de cuidado, acompanhamento escolar, de saúde e de outros aspectos do desenvolvimento de suas duas filhas são ações suas, o que é reconhecido pela sua família e por outras pessoas de seu convívio. Camila trouxe o entendimento de compartilhar com o esposo as tarefas e responsabilidades com os dois filhos, inclusive relatando dividirem e enfrentarem somente entre si muitas dificuldades. Silveira Araújo e Rossito Aiello (2012) apontaram tendências quanto à rede social e apoio recebido por mães com deficiência intelectual, notando certa heterogeneidade em relação a alguns aspectos, como o tamanho da rede. Isso pode se relacionar à característica das próprias mães ou ao contexto em que vivem, evidenciando a importância da informação e autonomia para ampliar as suas relações sociais e buscar informações e apoios existentes por meio de políticas públicas.

Sobre terem recebido orientações relacionadas à sexualidade, Camila relatou só ter tido informações sobre doenças na escola regular e Luana informou ter participado de grupo sobre o assunto na escola especial que frequentou, onde lembra ter aprendido sobre namoro,

sentimentos, como evitar doenças e sobre gravidez e criação de filhos, ressaltando a importância da educação sexual (Bortolozzi, 2021).

CONCLUSÕES

A análise elucidou questões relevantes, como o fato de que ainda é reproduzida a ideia que mulheres com deficiência não podem ser mães, pois são incapazes de criar seus filhos, fruto de preconceitos relacionados à maternidade de mulheres com deficiência intelectual. Outras pessoas sem deficiência também necessitam de ajuda para cuidarem de seus filhos após o nascimento, o que não leva ao impedimento de se relacionarem, fazerem sexo e gerarem filhos. Ao pensar sobre os processos de exclusão que ainda caracterizam a realidade das pessoas com deficiência, é preciso esclarecer as possibilidades de vivência da maternidade como um direito de qualquer mulher e lutar contra as barreiras atitudinais ainda vigentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- American Association On Mental Retardation – APA. (2006). *Retardo Mental: definição, classificação e sistemas de apoio*. (Magda França Lopes, Trad.) (10.ªed.). Artmed.
- Bardin, L. (2009). *Análise de Conteúdo*. Edições 70.
- Lei n. 13.146, de 6 de jul de 2015. *Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência*. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm;
- Bortolozzi, A. C. (2021). *Sexualidade e deficiência: Uma releitura*. Gradus Ed.
- Diniz, D., & Santos, W. (2010). Deficiência e direitos humanos: desafios e respostas à discriminação. In: D. Diniz, & W. Santos (Org.) *Deficiência e discriminação*. Letras Livres EdUnB.
- Emidio, T. S., & Hashimoto, F. (2008). Poder feminino e poder materno: reflexões sobre a construção da identidade feminina e da maternidade. *Colloquium Humanarum*, 5(2), 27-36.
- França-Ribeiro, H. C. F. (2001). Sexualidade e os portadores de deficiência mental. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 7(2), 11-27.
- Goffman, E. (1988). *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade*. Editora LTC.
- Maia, A. C. B. (2010). Conceito amplo de sexualidade. *Psicopedagogia On Line*. <http://www.psicopedagogia.com.br/artigos/artigo.asp?entrID=1303#.VEMn-mddv1Y>.
- Maia, A. C. B., & Ribeiro, P.R.M. (2010). Desfazendo mitos para minimizar o preconceito sobre a sexualidade de pessoas com deficiências. *Rev. Bras. Ed. Esp.*, 16(2), 159-176. <https://doi.org/10.1590/S1413-65382010000200002>
- Mello, A. G. (2016). Deficiência, incapacidade e vulnerabilidade: do capacitismo ou a preeminência capacitista e biomédica do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSC. *Rev. Ciênc. Saúde coletiva*, 21(10), 3265-3276. <https://doi.org/10.1590/1413-812320152110.07792016>
- Nicolau, S. M., Schraiber, L. B., & Ayres, J. R de C. M. (2013). Mulheres com deficiência e sua dupla vulnerabilidade: contribuições para a construção da integralidade em saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, 18(3), 863-872. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232013000300032>
- Paula, A.R., Regen, M., & Lopes, P. (2005). *Sexualidade e Deficiência: rompendo o silêncio*. Expressão e Arte Editora.

Silveira, A.G.M., & Rossito Aiello, A.L. Rede Social de Apoio de Mães com Deficiência Intelectual. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 26(4), 752-761. <https://doi.org/10.1590/S0102-79722013000400016>

MULHERES E CIÊNCIA: UM OLHAR PARA AS NARRATIVAS E PARA AS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS DE CIENTISTAS MÃES, NA PANDEMIA

Susana da Mata Ramos Geppert, Paula Regina Costa Ribeiro
Universidade Federal do Rio Grande – FURG
susanageppert@gmail.com

Resumo

Este estudo tem por objetivo investigar as narrativas de cientistas mães, no que tange à conciliação da vida acadêmica, com o ensino remoto, à vida familiar, aliada ao advento da maternidade, bem como analisar o quantitativo da produção científica produzida, durante o período de isolamento social, imposto pela Pandemia da COVID-19. A partir dos primeiros movimentos de pesquisa, efetuados entre 2021 e 2023, com os Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* de Engenharia, em nível de Mestrado – Engenharia de Computação, Engenharia Oceânica, Engenharia Mecânica, Engenharia Química e Engenharia e Ciência de Alimentos - de uma Universidade Federal brasileira, entrevistamos 07 (sete) cientistas mães (docentes pesquisadoras) e analisamos o quantitativo da produção científica e as narrativas dessas pesquisadoras. Buscamos dialogar com os Estudos de Gênero e Ciência e com as Teorias dos Estudos Feministas, nas suas vertentes pós-estruturalistas e nos aproximamos de algumas ferramentas dos estudos foucaultianos, com vistas ao entendimento de como essas mulheres vêm se constituindo nos contextos mencionados. Entendemos, a partir das narrativas das cientistas mães, aliadas aos dados quantitativos apontados pela pesquisa, que a maioria das pesquisadoras tiveram redes de apoio para a realização de tarefas ou que conseguiram se organizar, individualmente, fazendo com que as atividades familiares, durante a Pandemia, não tivessem interferência nas suas respectivas produções acadêmico-científicas.

Palavras-chave: Mulher; Ciência; Pandemia; Produção científica; Narrativa

Abstract

This study aims to investigate the narratives of scientist mothers regarding the balance between academic life and remote teaching, family life in conjunction with motherhood, and to analyze the quantity of scientific production during the period of social isolation imposed by the COVID-19 pandemic. Starting with the initial research efforts conducted between 2021 and 2023 within the *Stricto Sensu* Graduate Programs in Engineering at the Master's level, including Computer Engineering, Ocean Engineering, Mechanical Engineering, Chemical Engineering, and Engineering and Food Science, all from a Brazilian Federal University, we interviewed 07 (seven) scientist mothers (faculty researchers) and analyzed their scientific production and narratives. We sought to engage with Gender and Science Studies and Feminist Studies Theories, particularly in their post-structuralist aspects, and approached some tools from Foucauldian studies to better understand how these women are shaping their identities within the mentioned contexts. Based on the narratives of the scientist mothers and the quantitative data gathered in the research, it was evident that the majority of the researchers had support networks to accomplish their tasks or managed to organize themselves individually, ensuring that family responsibilities during the pandemic did not interfere with their academic and scientific output.

Keywords: Woman; Science; Pandemic; scientific production; Narrative

INTRODUÇÃO

Este estudo constitui-se em um recorte do Projeto de Tese de Doutorado “Mulheres e Ciência: um olhar para os cursos de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, da área de Engenharia, de uma Universidade Federal brasileira”. Assim, temos como objetivo investigar as narrativas de cientistas mães, no que tange à conciliação da vida acadêmica, com o ensino remoto, à vida familiar, aliada ao advento da maternidade, bem como analisar o quantitativo da produção científica produzida, durante o período de isolamento social, imposto pela Pandemia da COVID-19. Em estudos realizados pelo *Movimento Parent In Science*, em que se investigou o impacto da maternidade na carreira das cientistas brasileiras, observou-se que após o nascimento dos (as) filhos (as), há repercussão imediata na produtividade das cientistas, com redução do número de publicações científicas. Para o Movimento, “essa redução é percebida de forma semelhante em diferentes áreas, incluindo as áreas de ciências da saúde, e não se restringe ao período de licença-maternidade – parece durar pelo menos quatro anos após o nascimento do primeiro filho (a).” (Carpes et al., 2022, p. 2). Assim, com a Pandemia, tendo em vista o isolamento social, precisou-se realizar todo o tipo de atividade, dentro do contexto domiciliar, e a dinâmica da família foi alterada. Neste trabalho, buscamos dialogar com os Estudos de Gênero e Ciência e com as Teorias dos Estudos Feministas, nas suas vertentes pós-estruturalistas e nos aproximarmos de algumas ferramentas dos estudos foucaultianos, com vistas ao entendimento de como essas mulheres vêm se constituindo nos contextos mencionados.

METODOLOGIA

Nesta pesquisa, percorremos o caminho da *Investigação Narrativa*, que se configura como uma possibilidade interpretativa para a pesquisa educacional, “em especial no campo da constituição e formação dos sujeitos”, pois “é no processo de narrar e ouvir histórias que os sujeitos vão construindo tanto os sentidos de si, de suas experiências, dos outros e do contexto em que estão inseridos, conforme Ribeiro & Ávila (2013, p. 71-72). Como afirma Larrosa (2018, p. 17), “tem a ver com as palavras, o modo como nos colocamos diante de nós mesmos, diante dos outros e diante do mundo em que vivemos”. Para este trabalho, realizamos 02 (dois) movimentos de pesquisa. Em um primeiro momento, entrevistamos, no final de 2022, 07 (sete) participantes cientistas mães e em um segundo momento, procedemos ao levantamento do quantitativo de produções acadêmico-científicas publicadas, no período de 2018 a 2023, com base na Plataforma Lattes, a fim de evidenciar a produção antes e após o período da Pandemia. As entrevistas foram gravadas e as participantes assinaram um termo de consentimento, em que se estabeleceu que as identidades seriam preservadas. Abaixo, apresentamos um quadro com o perfil e com a produção científica das cientistas mães pesquisadas.

Quadro 1 – Perfil e produção científica das docentes participantes da pesquisa, com base na Plataforma Lattes

Codinome	Idade	Estado civil	Maternidade	Programa de Pós-Graduação	Publicação de Artigos de 2018 a 2023		Bolsista
					2018	2023	
Hd	41 anos	Divorciada	01 filho - 10 anos	PPG em Engenharia de Computação	01	02	_____
Jd	46 anos	Casada	02 filhos- 18 anos e 13 anos	PPG em Engenharia e Ciência de Alimentos	08	07	Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq – Nível 2
Ad	40 anos	Casada	01 filha – 08 anos	PPG em Engenharia e Ciência de Alimentos	03	04	_____
Jd2	43 anos	Casada	01 filho – 17 anos	PPG em Engenharia e Ciência de Alimentos	06	04	Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq – Nível 2
Ld	43 anos	Casada	01 filho – 03 anos	PPG em Engenharia e Ciência de Alimentos	02	07	Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq – Nível 2
Ed	67 anos	Casada	01 filho – 36 anos	PPG em Engenharia e Ciência de Alimentos	18	13	Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq – Nível 2
Vd	42 anos	Casada	01 filha – 02 anos	PPG em Engenharia Química	01	00	_____

Fonte: Autoria Própria (2023)

RESULTADOS

No estudo em tela, observando o quadro 01, temos que dentre as 07 (sete) cientistas mães (docentes pesquisadoras), 06 (seis) são casadas e moravam com seus companheiros e com seus filhos (as) e 01 (uma) é divorciada e morava com 01 (um) filho de 10 (dez) anos, fora do Brasil. Todas se consideraram brancas e heterossexuais, 06 (seis) pesquisadoras estão em uma faixa etária entre 40 (quarenta) a 46 (quarenta e seis) anos, tendo apenas 01 (uma) de 67 (sessenta e sete) anos. A idade dos (as) filhos (as) varia de 02 (dois) a 36 (trinta e seis) anos. Observamos que temos 04 (quatro) Bolsistas Produtividade do CNPq, do Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Alimentos e Ciência de Alimentos, que mantiveram ou aumentaram a quantidade de Produções científicas, na época da Pandemia. Dessas 04 (quatro), todas moravam com os companheiros, sendo que 03 (três) delas tinham filhos (as) maiores de 17 (dezesete) anos e apenas 01 (uma) tinha 01 (um) filho de 03 anos. Assim, trazemos o excerto 01, dessa última cientista mãe mencionada, também Bolsista Produtividade do CNPq, que teve um aumento na quantidade das publicações de artigos científicos em 2020-2021. Entendemos que esse aumento se deva ao fato de que o companheiro dessa pesquisadora, também é docente na mesma Universidade, e dividiu as tarefas familiares e profissionais, como o cuidado com o filho pequeno, no período mencionado, além do cuidado com pessoa idosa da família. Aqui, trazemos

a questão da dupla e, às vezes, tripla jornada de trabalho, desempenhada pelas mulheres no exercício da maternidade, composta não somente pelo trabalho profissional, mas também pelo trabalho doméstico não remunerado, cuidado com os filhos (as) e algumas vezes, ainda, o cuidado de idosos. (excerto 0

01 - Entrevistada Ld - *O meu marido e eu se dividia e era bem isso. Uma dava aula e o outro fazia outras coisas. Por conta também da gravidez, a gente não queria que gente entrasse lá em casa. Então, a gente fazia a parte doméstica. E aí, também, quando voltei a trabalhar, após a Licença (maternidade), aí também ele que aguentava as pontas. Ficava com o X (filho). A gente ficava se revegando. A gente teve que os dois ficar fazendo isso. A gente não pode contar com outras pessoas. Meus pais não moram aqui e o pai do meu marido também esteve doente. (Entrevistada - mãe de um filho de 03 anos)*

Os excertos 02 e 03 (abaixo) são de cientistas mães com Bolsista Produtividade CNPq, supramencionadas, que relatam como entenderam o momento da Pandemia e como trataram a questão, acerca de suas produções. Ambas contaram com uma rede de apoio e/ou divisão do trabalho com o companheiro, sendo que uma delas tinha um filho de 02 (dois) anos.

02- Entrevistada Jd - *Eu tive bastante publicação, a gente busca ... Em 2020 e 2021, eu tive 05 (cinco) ou 06 (seis) artigos internacionais publicados por cada ano. Eu diminuí foi neste ano de 2022, mas publicação teve ... Mas, foi mais rápido nesse período, são processos que já estavam ocorrendo e que normalizaram. Hoje, eu vejo que tá tudo atulhado. Na verdade, todos os canais de publicação estão atulhados. Na nossa área, sim... Eu recebia 10 (dez) artigos por semana para revisar revistas e eu recusava, porque eu não dava conta. Então, assim, todo mundo trabalhou muito e aí acabou que atulhou. Hoje, a gente tem um gargalo muito grande para conseguir sair as coisas, porque é muito trabalho para pouco espaço de publicação. (Entrevistada - mãe de 02 filhos adolescentes)*

03- Entrevistada Jd2 - *A Pandemia, no começo foi de matar. Acho que todo mundo no começo quase perdeu os cabelos. Aí, quando começou, eu lembro que meu marido e a senhora que trabalhava lá em casa ficava conversando sobre o que iriam comprar. A D. Maria queria comprar uma abóbora porque a abóbora iria durar um mês. (risos...). A gente fazendo conta de cabeça para ver o que iria comprar. (Entrevistada - mãe de 01 filho de 17 anos)*

O excerto 04 (abaixo) é de uma cientista mãe, de uma menina de 08 anos, que teve o companheiro dividindo as tarefas em família, tendo aumentado a sua produtividade, no período analisado.

04 - Entrevistada Ad- *A Pandemia auxiliou muito! Eu não podia sair de casa, eu tinha que fazer alguma coisa, antes que eu enlouquesesse. Então, teve muitos artigos que eu fiz. Eu tenho bastante publicação 2021, 2022 e 2019. Ainda, tenho algumas que serão reflexo disso. Então, como eu te disse, da Pandemia eu não tenho muito do que me queixar mesmo. Eu ficava estudando e aproveitei tudo o que eu podia. (Entrevistada-mãe de 01 filha de 08 anos*

O excerto 05 é de uma cientista mãe, divorciada, morando no exterior com o filho de 10 (dez), que manteve sua produtividade. Porém, teve dificuldades com relação ao desenvolvimento das tarefas domiciliares, juntamente com o cuidado do filho de 10 (dez) anos, justamente porque não teve uma rede de apoio, tendo em vista que estava no exterior.

05 - Entrevistada Hd - *Cheguei ao ponto de colocar o notebook sobre o fogão porque eu tinha que cozinhar. Aí, liguei a boca errada e quase queimei o meu notebook. Porque você quer fazer 500 (quinhentas) coisas ao mesmo tempo e você não faz nada. Depois desse dia, eu disse: “Vou almoçar com meu filho e acabou...”*

O excerto 06 é de uma cientista mãe, casada, que contava com a divisão das tarefas “domésticas” com o companheiro, que era também docente na mesma Instituição. Entendemos que houve decréscimo na produtividade, tendo em vista que a docente entrou em Licença Gestante, durante o período analisado.

06- Entrevistada Vd – *Foi horrível para todo mundo, porque a gente trabalhava naquele ambiente de casa. (...)Aí, eu estava aqui trabalhando, aí tinha um intervalo e eu ia colocava uma roupa na corda, aí voltava, ainda mais que não podia vir ninguém na tua casa. Depois, eu fiquei grávida e continuei trabalhando. Aí, quando a X (filhinha) nasceu eu fiquei em Licença. (entrevistada mãe de uma menina de 02 anos)*

Constatamos, em um primeiro momento, que não houve diminuição de publicações de artigos científicos e, sim, houve a manutenção de publicações no período da Pandemia da COVID-19 (2020-2021) e/ou aumento da produtividade. A partir das narrativas, aliadas aos dados quantitativos apontados, entendemos que a maioria das cientistas mães tiveram redes de apoio para a realização de tarefas ou que conseguiram se organizar, individualmente, fazendo com que as atividades familiares, durante a Pandemia, não tivessem interferência na suas respectivas produções acadêmico-científicas. Entendemos que o isolamento social colocou em evidência a desigualdade na divisão do trabalho doméstico e que as mulheres tiveram uma jornada dupla, com a atividade profissional e os trabalhos realizados em casa. Não temos a intenção de, neste estudo, esvaziar as discussões a respeito do tema, tendo em vista que a pesquisa está em andamento e seria prematuro realizar essa análise de forma hermética, justamente por tomar como o ponto de partida a pluralidade de contextos existentes, que permeiam os espaços por onde transitam nossas entrevistadas.

CONCLUSÕES

A desigualdade de gênero na ciência é uma questão urgente a ser tratada e a maternidade desempenha um papel imprescindível nesse contexto. Os últimos anos testemunharam o surgimento de muitas iniciativas, como a do *Movimento Parent in Science*, que provocaram mudanças no tratamento dessa questão, mas há muito ainda a ser realizado. Assim, entendemos que o presente estudo possa colaborar com as discussões, acerca da presença da mulher cientista na Universidade, reiterando e incentivando a propulsão de debates e estudos sobre questões de gênero e conferindo uma maior visibilidade à figura feminina, aliada ao advento da maternidade, no contexto institucional. Compreendemos que as mulheres precisam ter um maior espaço de discussão, principalmente, neste momento em que continuam lutando pela igualdade e equidade e que precisam deixar a sua marca, fazendo com que sua voz seja efetivamente ouvida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Carpes, P. et al. (2022) Parentalidade e carreira científica: o impacto não é o mesmo para todos. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, 31 (2).
<https://www.scielo.br/j/ress/a/c7TkCBBBsYtF7nhnsDmZ83n/?format=pdf&lang=pt>
- Larrosa, J. (2018) Tremores: escritos sobre experiência. Tradução Cristina Antunes, João W. Geraldi, pp. 15–34. Autêntica.
- Ribeiro, P. R. C., & Ávila, D. (2013). Sujeitos, histórias, experiências, trajetórias. A narrativa como Metodologia na pesquisa educacional. In: Silva, Gisele R., & Henning, Paula C. (Org.). *Pesquisas em Educação: experimentando outros modos investigativo*, 71-72. Editora da FURG.

CIÊNCIA OU FALÁCIA? REFLEXÕES SOBRE O DEBATE SOBRE “IDEOLOGIA DE GÊNERO” NO BRASIL

Eduardo de Medeiros Peretti, Sonia Maria Martins de Melo
Universidade do Estado de Santa Catarina
edu.peretti@gmail.com

Resumo

No início do século XX, os movimentos conservadores de extrema-direita ganham força no Brasil, utilizando discursos de ataques a pressuposta existência de um termo cunhado por eles como "ideologia de gênero", afetando negativamente a vida das pessoas. Esses movimentos afirmam que o termo é uma afronta ética e moral a Deus, Pátria e Família, resultando em agressão e assédio nas comunidades escolares. Tais comportamentos são previstos e legalizados em vários documentos legais que regem a educação brasileira atualmente. No campo da esquerda democrática, o termo é considerado falacioso, utilizado para restringir currículos escolares e enfraquecer movimentos sociais em prol da educação sexual emancipatória e dos direitos sexuais como direitos humanos. Uma busca sistemática em duas bases de dados resultou em 30 artigos com o termo "ideologia de gênero", dos quais 6 foram selecionados e analisados. Todos apontam que a "ideologia de gênero" é uma falácia surgida em alas conservadoras da igreja católica em reação aos movimentos de proteção às minorias sexuais e de gênero. Não foram encontrados estudos científicos que justifiquem a cientificidade desse termo.

Palavras-chave: Ideologia de Gênero; Produção de Conhecimento Científico; Bases de dados científicos; Educação Sexual Emancipatória; Direitos sexuais como direitos humanos

Abstract

At the beginning of the 20th century, conservative far-right movements gained traction in Brazil, using discourses to attack the presumed existence of a term coined by them as "gender ideology", negatively affecting people's lives. These movements claim that the term is an ethical and moral affront to God, Homeland and Family, resulting in aggression and harassment in school communities. Such behaviours are prescribed and legalised in several legal documents that regulate Brazilian education today. In the field of the democratic left, the term is considered fallacious, used to restrict school curricula, and weaken social movements in favour of emancipatory sexual education and sexual rights as human rights. A systematic search in two databases resulted in 30 articles with the term "gender ideology", of which 6 were selected and analysed. All of them point out that "gender ideology" is a fallacy that emerged in conservative wings of the Catholic Church in reaction to movements for the protection of sexual and gender minorities. No scientific studies were found to justify the scientificity of this term.

Keywords: Gender Ideology; Production of Scientific Knowledge; Scientific databases; Emancipatory Sex Education; Sexual Rights as Human Rights

INTRODUÇÃO

No Brasil movimentos de extrema-direita apresentaram grande crescimento neste século. Este fato ficou evidenciado com o surgimento do Movimento Escola Sem Partido (MESP), que tomou relevância em 2014, compondo um conjunto de iniciativas legislativas repressoras em todos os níveis da federação, que passaram a ser chamadas pelos seus críticos de “leis da mordaza”, pois teriam como objetivo cercear a liberdade de expressão de professores e professoras, controlando o que pode ou deve ser dito em sala de aula (Miguel, 2016). Este tipo de movimento conservador tende a argumentar que seus objetivos são construir uma educação e aprendizagem “apolíticas e neutras”, em sua oposição ao que denominam ser uma “doutrinação ideológica marxista”. Muitas vezes conseguem seus objetivos, fazendo parecer que suas ideias são a voz da razão, com repercussão no resultado eleitoral para a ex-presidência do país (2018-2022) e nos resultados recentes (2023-2027) para alguns governos de estados e municípios brasileiros.

Usando esta pretensa existência de uma “ideologia de gênero” como uma “ameaça” aos seus valores, determinados como os únicos verdadeiros, ao falar de sexualidade e educação sexual, parlamentares conservadores componentes do Senado e Câmara de Deputados passaram a utilizar com frequência o termo para justificar suas propostas legislativas buscando a chamada Escola sem Partido. O termo é estopim de muita controvérsia e tensionamentos do cenário político, assumindo diversos significados, via legislações aprovadas com pautas retrógradas e antidemocráticas. *A priori*, pode-se dizer que setores conservadores apregoam que a suposta “ideologia de gênero” teria origem nos movimentos feministas e de minorias sexuais e de gênero, enquanto, para setores progressistas democráticos, a chamada “ideologia de gênero” seria uma espécie de ferramenta falaciosa da extrema-direita para antagonizar e criar medos e preconceitos diante desses movimentos emancipatórios que buscam desvelar o termo como uma falácia não científica. Este texto é resultado de um processo de estudo em andamento, de diálogos e reflexões entre um mestrando e sua orientadora, autor e coautora deste artigo, no processo de solidificação da construção de um projeto de dissertação tendo como eixo exatamente este debate dual sobre a apregoada “ideologia de gênero”. Ao analisarmos os discursos entre os lados antagônicos buscamos iniciar um movimento de produção de conhecimento qualificado para contribuir nas respostas do que realmente significa esse termo. É ciência ou falácia? Buscamos uma resposta inicial a esta pergunta, a partir de um recorte de parte do conhecimento científico produzido e socializado em artigos por alguns pesquisadores e pesquisadoras em duas bases de dados sobre um significado concreto e material sobre esta tal de “ideologia de gênero”.

METODOLOGIA

Foi realizada uma busca sistemática nas bases de dados Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Rede de Revistas Científicas da América Latina e Caribe, Espanha e Portugal

(REDALYC), procurando todos os artigos de investigação que utilizassem o termo “ideologia de gênero” em seu título. Encontrados 30 artigos – 7 na SciELO e 23 na REDALYC, que passaram por uma triagem de seus resumos, selecionando para uma análise 6 trabalhos que apresentaram as palavras-chave mais diversificadas, compondo a amostra analisada, sendo os resultados e discussão apresentados a seguir.

RESULTADOS

Já na primeira leitura prévia dos 30 resumos de todos os artigos encontrados, mesmo antes de efetuarmos a seleção da amostra para analisarmos se o termo aponta para ser ciência ou falácia, não encontramos qualquer um deles que estivesse alinhado com uma perspectiva científica na análise conservadora da suposta existência de uma “ideologia de gênero”. Usamos então leitura e análise de textos legislativos e matérias jornalísticas recentes como contraponto aos textos trabalhados nos seis artigos selecionados, para buscando paralelamente, também desvelar um pouco do significado do termo para os conservadores. Na América Latina a perspectiva foi incluída no Documento de Aparecida, onde lê-se que a tal “ideologia de gênero” enfraquece a vida familiar (CELAM, 2007). Mas já em 1997 o futuro Papa José Ratzinger caracterizava *gender* como uma afronta aos pressupostos biológicos humanos criados por Deus. Também o Cardeal Odilo Scherer, atual Grão-Chanceler da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, destacava mais recentemente que a chamada "ideologia de gênero" representa um esvaziamento dos conceitos de homem e mulher, considerando o sexo biológico como irrelevante e levantava preocupações sobre a possibilidade de legitimação da pedofilia ao considerar a orientação pedófila como um tipo de gênero (Scherer, 2015). Mas, como apontam os autores analisados, este tipo de discurso não se restringe às igrejas, atinge também a política brasileira, em muitos casos resultando até no banimento da palavra “gênero” de textos legislativos (Britto & Reis, 2015). Casos graves de censura ocorreram devido a essa realidade, incluindo ameaças contra estudantes que usavam unhas pintadas, invasões de espaços escolares por figuras públicas e assédio a comunidade escolar (Félix, 2021; Lopes, 2021; Reis, 2017). Em contrapartida, os artigos apresentam uma visão progressista que interpreta a "ideologia de gênero" como uma falácia utilizada para promover medidas conservadoras, as “leis da mordaza”, que resultam em assédio e perseguição a docentes, além de afastar os movimentos em defesa das minorias sexuais e de gênero do debate para políticas públicas (Miguel, 2016; Miskolci & Campana, 2017; Reis & Eggert, 2017). Também para Borges e Borges (2018), Lemos (2017) e Silva (2018) muitos políticos religiosos consideram a ideologia de gênero um "apocalipse moral" e uma “degeneração da sociedade”, constituindo uma falácia com objetivos definidos que resultam no aumento de casos de violência, na exclusão social e na evasão escolar dos que não se enquadram em um “padrão” de ser e estar no mundo.

CONCLUSÕES

Ao fim da análise nota-se a disparidade entre os dois discursos. O campo conservador, sem apresentar consistência científica e negando as possibilidades de uma educação sexual emancipatória, ataca a suposta "ideologia de gênero", argumentando que ela promove a degeneração moral ao negar os princípios biológicos humanos, ameaçando a tríade Deus, Pátria e Família. Já o campo progressista democrático, com base em artigos embasando cientificamente os direitos sexuais como direitos humanos, considera o termo "ideologia de gênero" uma falácia. É necessário aprofundar e ampliar a investigação sobre o conhecimento científico já produzido sobre o termo, utilizando como base pesquisas em bases de dados, como o registro de dissertações e teses realizadas nos programas de pós-graduação no Brasil. É o que será realizado pelo projeto da pesquisa de mestrado em educação em andamento por membro do Grupo EDUSEX, um dos autores deste texto. Reafirmando que nos posicionamos ao lado da classe trabalhadora e das minorias sociais resultantes de um modo de produção desumanizador, registramos ser crucial aprofundar nossa clareza teórico-metodológica com bases científicas sobre a dualidade existente sobre esse fenômeno social, a fim de contribuir com as possibilidades de superação de abordagens anticientíficas e falaciosas que possam desumanizar perversamente a educação brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Borges, R. O., & Borges, Z. N. (2018). Pânico moral e ideologia de gênero articulados na supressão de diretrizes sobre questões de gênero e sexualidade nas escolas. *Revista Brasileira de Educação*, 23.
- Britto, P., & Reis L. (2015). "Planos de educação de 8 estados excluem 'ideologia de gênero'". *Folha de S. Paulo*, 25 jun., p. B-9.
- Consejo Episcopal Latinoamericano (CELAM). (2007). *Documento conclusivo (Documento da Aparecida)*. Centro de Publicaciones del Celam.
- Félix, L. (2021, October 19). Vereador tenta entrar em sala de aula por denúncia de ideologia de gênero. *Correio Braziliense*.
- Lemos, L. M. (2017). A ideologia da ideologia de gênero e a escola. *Vértices*, 19.
- Lopes, D. (2021, November 16). Policiais e Evangélicos Fundamentalistas Ameaçam Escola Municipal em SP por Praticar "Ideologia de Gênero". *The Intercept*.
- Miguel, L. F. (2016). Da "doutrinação marxista" à "ideologia de gênero" - Escola Sem Partido e as leis da mordaza no parlamento brasileiro. *Revista Direito e Práxis*, 7(15), 590-621.
- Miskolci, R., & Campana, M. (2017). "Ideologia de gênero": notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. *Sociedade e Estado*, 32, 725-747.
- Ratzinger, J. A. (1997). *La sal de la tierra*. Libros Palabra.
- Reis, T., & Eggert, E. (2017). Ideologia de Gênero: uma falácia construída sobre os planos de educação brasileiros. *Educação & Sociedade*, 38, 09-26.
- Reis, W. (2017, September 20). Apresentação sobre diversidade de gênero gera confusão em escola. *Notisul*.
- Scherer, O. P. (2015, June 13). Educação e questão de gênero. *Estadão*.
<https://www.estadao.com.br/opiniao/educacao-e--questao-de-genero/>
- Silva, I. P. d. (2018). Em Busca de Significados para a Expressão "Ideologia de Gênero". *Educação em Revista*, 34.

ANÁLISE DO DISCURSO DA EXTREMA DIREITA PARA DESLEGITIMAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES COM LIBERDADE SEXUAL

Sofia Fernandes de Oliveira, Célia Regina Rossi
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
sofiafernandes.ba@gmail.com

Resumo

O estudo se propõe a investigar a organização metafórica do discurso político da extrema direita para negar a participação política das mulheres utilizando o argumento da liberdade sexual como estratégia de deslegitimação do seu discurso. Para tal, o estudo analisará a publicação do André Porciuncula, Ex-Secretário-Adjunto da Secretaria de Cultura em seu Twitter em maio de 2022. O objetivo é questionar a relação entre a sexualização da mulher e a deslegitimação da sua influência e participação política. Utiliza-se como metodologia uma abordagem discursivo-cognitiva da linguagem humana com ênfase no uso de metáforas que consideram o conteúdo da mensagem e o contexto sócio-histórico. Os resultados do estudo revelam o uso das metáforas para reproduzir de forma implícita uma ideologia conservadora e misógina, como estratégia política considerando o período da reeleição do ex-Presidente Bolsonaro e a influência da cantora Anitta sobre os eleitores.

Palavras-chave: Sexualidade; Gênero; Política; Extrema direita; Análise do discurso

Abstract

The study proposes to investigate the metaphorical organization of the extreme right's political discourse to deny women's political participation using the argument of sexual freedom as a strategy to delegitimize their discourse. To this end, the study will analyze the publication by André Porciuncula, former Deputy Secretary of the Secretariat of Culture on his twitter in May 2022. The objective is to question the relationship between the sexualization of women and the delegitimization of their influence and political participation. A discursive-cognitive approach to human language is used as a methodology, with emphasis on the use of metaphors that consider the content of the message and the socio-historical context. The results of the study reveal the use of metaphors to implicitly reproduce a conservative and misogynistic ideology as a political strategy considering the period of ex-President Bolsonaro's reelection and the influence of singer Anitta on voters.

Keywords: Sexuality; Gender; Politics; Extreme right; Discourse analysis

INTRODUÇÃO

André Porciuncula, então Secretário-Adjunto da Secretaria de Cultura, publicou em seu Twitter, em maio de 2022, a frase “(...) nunca ultrapassou a política de balançar a bunda”, ao se referir à cantora Anitta, criticando a postura da cantora. A crítica foi direcionada ao ativismo da cantora que, desde 2018, decidiu utilizar a sua plataforma de milhões de seguidores para, além de publicar os seus trabalhos como artista, estudar, debater e divulgar seu posicionamento político. O comentário exemplifica que se uma mulher se restringe a “balançar a bunda” está na posição passiva de satisfação do desejo do outro. Contudo, uma vez que essa mulher reivindica seu espaço e voz como cidadã, aparentemente, esse direito é perdido. O fato de “balançar a bunda” a deslegitima e pode ser determinante para que grupos sociais promovam seu silenciamento recrutando apoiantes na sociedade brasileira cuja moralidade sexual aberta, na verdade, é um mito (Heilborn, 2006). Esse estudo, portanto, se propõe a investigar a organização metafórica do discurso político da extrema-direita que reduz o papel das mulheres com liberdade sexual na vida política. O objetivo é questionar, por meio da análise do discurso, a deslegitimação da cidadania e participação política das mulheres a partir da sua liberdade sexual. É importante enfatizar que as intersecções de orientação sexual e raça se fazem fundamentais para a análise. Contudo, não foi possível explorar ambos aspectos de forma exaustiva e optou-se por não apresentá-los.

METODOLOGIA

O conceito de sexualidade não se restringe apenas ao ato sexual e é fonte de poder e resistência (Foucault, 1998). É um conceito historicamente construído (Foucault, 1998) elaborado a partir de aspectos do próprio indivíduo, sociais, culturais, políticos e psíquicos (Heilborn, 2006) que influenciam as definições de gênero e papéis sociais atrelados a eles. Um olhar atento para a Antiguidade revela comportamentos diferentes daqueles que encontramos na sociedade ocidental (Feitosa, 2010). A relevância política que a pompeiana Eumáquia exercia na sociedade é uma evidência histórica de que a uma mulher com liberdade sexual foi permitido o exercício da influência política (Feitosa, 2010) dissociada dos seus comportamentos sexuais ou gênero.

O estudo adota, portanto, a metodologia da análise da metáfora como fenômeno cognitivo-discursivo constitutivo da linguagem. Parte-se da compreensão dos autores Lakoff e Johnson (1985) sobre o uso da metáfora como um organizador da língua que é utilizada para comunicação. Os autores classificam as metáforas como: “metáforas estruturais” quando uma expressão adquire o significado de outra expressão, “metáforas de orientação” quando estabelecem um referencial subjetivo para atribuir valor a determinadas definições e as “metáforas ontológicas”, quando atribuem nomes aos sentimentos ou entidades e classificando-as. Relaciona-se a esse entendimento a concepção de metáfora da autora Paveau (2006): organizadores da percepção de mundo dos seres humanos que expressam discursos interiorizados e a responsabilidade de compreender significados. Ela descreve as metáforas a

partir de sua capacidade de atuar como organizadores: psíquicos (esquemas partilhados), cognitivos (conhecimentos e crença), discursivos (cultura de um período/comunidade) e textuais (encadeamento transfásico).

Desse modo, o estudo submeteu as metáforas presentes na publicação do Ex-Secretário Adjunto André Porciuncula a uma análise do discurso para compreender as concepções pré-discursivas existentes. O conteúdo da publicação na íntegra afirmou: “Dois sujeitos patéticos, meras marionetes de uma elite globalista. Uma nunca ultrapassou a política de balançar a bunda e o outro nunca foi além das causas vazias. Duas personalidades fracas, buscando desesperadamente atenção”. (Porciuncula, 2022). A mensagem se refere aos artistas Leonardo DiCaprio e Anitta e é uma resposta a um diálogo no Twitter entre os artistas. Nas publicações anteriores, os dois estimulavam os adolescentes com idade acima de 16 anos a emitir o Título de Eleitor e votar nas eleições presidenciais do Brasil, ainda que seja obrigatório apenas para os jovens com idade superior a 18 anos.

RESULTADOS

A metodologia pressupõe uma análise do contexto histórico em que a publicação foi realizada e ela apresenta indícios do uso das metáforas estruturais e de orientação (Lakoff & Johnson, 1985) para produção de referenciais negativos em contexto de pré-campanha eleitoral. O texto foi publicado em 04 de maio de 2022, cinco meses antes do primeiro turno das eleições do Brasil, na primeira disputa acirrada de uma reeleição presidencial após a instauração do período democrático no Brasil. No período, o ex-presidente Bolsonaro foi o primeiro presidente do Brasil a correr risco de não ser reeleito e o cenário político apresentava-se bastante hostil em uma polarização histórica, jamais presenciada. A cantora Anitta, por sua vez, declarou seu voto a favor do ex-Presidente Luís Inácio Lula da Silva, aumentando o ódio da classe conservadora. Importante também considerar que a publicação foi realizada em uma rede social, no Twitter, onde a cantora possui milhões de seguidores ameaçando a hegemonia das campanhas das redes sociais que levou o Bolsonaro a ser eleito em 2018.

Após o contexto histórico, debruçou-se sobre o texto literal. A análise do discurso sob a ótica de Lakoff e Johnson (1985) indicam o uso da expressão “política de balançar a bunda” como uma metáfora estrutural onde a palavra “política”, na expressão, adquire outro significado para desvalorizar o tipo de atividade artística realizada pela artista Anitta. Nesse caso, trata-se da forma como Anitta dança e não da sua atuação política, culminado em tática de redução da sua voz e influência. Quando uma mulher rompe com o código de conduta social previsto para ela, há uma perda de valor que a descaracteriza limitando seu poder de transformação (Bozon, 2004). A análise do discurso indicou também o uso da expressão “meras marionete de uma elite globalista” como uma metáfora ontológica que atribui uma classificação à entidade “marionete” como negativa ao se referir à função primária do objeto em ser manipulável. Contudo, quando o seu significado é transmitido aos artistas, a metáfora revela a crença que a elite globalista

controla os/as artistas. Dessa forma, a concepção de inferioridade, falta de originalidade e de incapacidade de construção de pensamento próprio, contribuem para a crítica anterior endossando a deslegitimação já identificada.

Soma-se a essa análise a perspectiva de Paveau e os pré-discursos que as metáforas se propõem a organizar. As metáforas atuam como organizadores psíquicos no estabelecimento dos discursos de ódios compartilhados pela estratégia política da extrema-direita. No que tange aos cognitivos, elas ordenam as crenças misóginas de uma sociedade performática segundo o sexo biológico e quanto aos discursivos, elas caracterizam a ideologia bolsonarista, conservadora e fascista.

CONCLUSÕES

A construção de uma sociedade na qual o gênero não determina as escolhas e atuações políticas dos indivíduos e que não restringe ou controla seus comportamentos sexuais é fundamental para a ampliação de representatividade nas instâncias de poder. Essa materialização depende de uma compreensão acerca da fragilidade sob a qual as predeterminações dos papéis sociais dos gêneros foram definidas. A necessidade de um descolamento da sociedade performática (Butler, 2016) é urgente. Esses julgamentos negativos são materializados em sofrimentos facilmente evitáveis já que estão ancorados em padrões construídos, variáveis, moldados a partir do contexto histórico e social de cada período da humanidade, o que ratifica sua fragilidade e irrelevância. Desse modo, ampliar o debate sobre sexualidade nas escolas é a ferramenta mais eficaz para construção de conhecimento promovendo a participação política diversa e mudanças estruturais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bozon, M. (2004). *Sociologia da sexualidade*. FGV Editora.
- Butler, J. (2016). Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade (11 ed.). Civilização Brasileira.
- Feitosa, L. C. (2010). Cinema e Arqueologia: leituras de gênero sobre a Pompéia Romana. *Revista Gênero*, 10(2), 257 - 271.
- Foucault, M. (1988). História da Sexualidade I.: a vontade de saber. 7 ed. Graal.
- Heilborn, M. L. (2006). Entre as tramas da sexualidade brasileira. *Estudos Feministas*, 14(1).
- Lakoff, G., & Johnson, M. (1985). *Les métaphores dans la vie quotidienne*. Les Éditions de Minuit.
- Porciuncula, A. (2022, 4 maio). *Dois sujeitos patéticos, meras marionetes de uma elite globalista*. @andreporci. Twitter:
https://twitter.com/andreporci/status/1521901694245916678?ref_src=twsrc%5Etfw%7Ctwcamp%5Etweetembed%7Ctwterm%5E1521901694245916678%7Ctwgr%5E275cddb7ba b15c95a2a3598ae031fe72d57eb502%7Ctwcon%5Es1_&ref_url=https%3A%2F%2Fwww1.folha.uol.com.br%2FIlustrada%2F2022%2F05%2Fanita-nao-vai-alem-de-politica-de-bala
- Paveau, M-A. (2006). *Les pré-discours: Sens, mémoire, cognition*. Presses Sorbonne Nouvelle.

A EDUCAÇÃO SEXUAL VIVENCIADA POR ADULTOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: RELATOS DE EXPERIÊNCIAS

Ana Carla Vieira Ottoni, Ana Cláudia Bortolozzi
Faculdade de Ciências/Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho" - UNESP, Bauru
anavieiraottoni@gmail.com

Resumo

A sexualidade e a educação sexual de pessoas com Transtorno do Espectro Autista são temas de imensa relevância que vem ganhando espaço na produção de conhecimento científico. O objetivo desta pesquisa qualitativa-descritiva foi investigar como adultos com TEA referem-se ao próprio aprendizado sobre sexualidade. Participaram 9 adultos, previamente diagnosticados, com idades entre 23 e 41 anos, que responderam aos seguintes instrumentos de coleta de dados: uma ficha de identificação, um questionário de rastreamento de autismo e um roteiro de entrevista sobre suas experiências em educação sexual. As entrevistas foram gravadas na íntegra e transcritas, para análise de conteúdos, resultando nas categorias: (1) Educação Sexual familiar; (2) Educação Sexual Escolar; (3) Mídia como fonte de informação, (4) Serviços de saúde. Conclui-se que a educação sexual recebida foi sobretudo informal, biologizada e pouco voltada às especificidades da condição. Nos casos de vivências positivas, a educação sexual foi fator de acesso aos direitos sexuais, como vivências prazerosas e relações satisfatórias. A educação sexual inclusiva deve considerar a relevância da sexualidade no desenvolvimento global dos sujeitos e intensificar no oferecimento de serviços de intervenção e na criação de materiais e meios de informações acessíveis e adequados às necessidades desta população.

Palavras-chave: Autismo; Sexualidade; Educação Sexual; Autismo Adulto

Abstract

Sexuality and sexual education for people with Autistic Spectrum Disorder are themes of immense relevance that have been gaining ground in the production of scientific knowledge. The objective of this qualitative-descriptive research was to investigate how adults with ASD refer to learning about sexuality itself. Participants were 9 adults, previously diagnosed by a multidisciplinary team, aged between 23 and 41 years old, who answered the following data collection instruments: an identification form, an autism screening questionnaire and an interview script about their experiences in sexual education. The interviews were recorded in full and transcribed for content analysis, resulting in the categories: (1) Family Sexual Education; (2) School Sexual Education; (3) Media as a source of information, (4) Health services. It is concluded that the sexual education received was mostly informal, biologized and little focused on the specifics of the disorder. In specific cases of positive experiences, the sexual education was a factor of access to sexual rights, as pleasurable experiences and satisfactory relationships. Inclusive sex education must consider the relevance of sexuality in the overall development of subjects and intensify the provision of intervention services and the creation of materials and means of information that are accessible and adequate to the needs of this population.

Keywords: Autism; Sexuality; Sexual Education; Adult Autism

INTRODUÇÃO

A educação sexual permeia toda a vida das pessoas: desde o nascimento até a morte, instâncias socializadoras operam, formal ou informalmente, aprendizados diversos, como em tradições familiares, grupos comunitários, discursos religiosos, mídias, artes, etc (Bortolozzi, Pastana & Carvalho, 2020; Bortolozzi & Vilaça, 2020; Werebe, 1998; UNESCO, 2014). Trata-se de um persistente tabu, intensificado no caso de pessoas com deficiências que são, muitas vezes, marginalizadas desta dimensão do desenvolvimento. Bortolozzi (2021) defende a educação sexual inclusiva como um direito que deve ser garantido a todas as pessoas, e sinaliza a importância de estudar e intervir com públicos como adultos com Transtorno do Espectro Autista, que segundo Ottoni (2022), são mais vulneráveis às violências sexuais e têm pouco acesso qualificado a informações.

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição do neurodesenvolvimento caracterizada por atipicidade na comunicação social, rigidezes ou repetições, além de aspectos sensoriais e motores. Utiliza-se a classificação de acordo com os suportes necessários na vida cotidiana de 1 (suporte pontual) a 3 (muito substancial). Denomina-se TEA Nível 1 de Suporte o que, antigamente, os manuais chamavam Síndrome de Asperger ou Autismo de Alto Funcionamento (American Psychiatric Association, 2014).

Pesquisas mostram que há carência de propostas de educação sexual para pessoas com TEA (Ottoni, 2022), com predomínio do silêncio e da omissão por parte de familiares e educadores (Amaral, 2009; Vieira, 2016), além de evidenciarem a importância de proporcionar protagonismo às próprias pessoas com TEA nos delineamentos metodológicos (Vieira, 2016) e acessibilidade às intervenções educativas, considerando as especificidades do espectro. Tendo em vista tal contexto, esta pesquisa teve por objetivo investigar como adultos com TEA referem-se ao próprio aprendizado sobre sexualidade, criando campo para que as intervenções futuras partam de suas realidades.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa qualitativa descritiva, na qual participaram nove adultos membros dos fóruns *online* “Autismo/Asperger/São Paulo” e “Jovens Asperger” alocados na rede social *Facebook*, que cumpriam os critérios de inclusão da amostra: idade entre 18 e 60 anos; diagnóstico de TEA/S1 laudado por médico e escore mínimo de 26 pontos no instrumento de rastreamento *Autism-Spectrum Quotient* (AQ) (Baron-Cohen et al., 2001), utilizada em estudos como método de corroboração superficial do espectro. Os (as) participantes foram renomeados pelas pesquisadoras para evitar a identificação.

Após divulgação da pesquisa nos grupos, realizou-se contato inicial com os membros que demonstraram interesse em participar, e por meio de uma videochamada aplicou-se a ficha de identificação sobre os critérios de inclusão e o AQ. Coletados os dados iniciais, foi feita a

apresentação dos documentos formais (TCLE) e cumprimento de aspectos éticos¹⁵, seguida de entrevista *online* baseada em um roteiro semiestruturado. Os áudios das entrevistas foram transcritos e transformados em textos para a análise de conteúdo, com a colaboração de juízes independentes, a partir dos passos: leitura flutuante, agrupamento dos relatos de acordo com semelhanças, criando e nomeando categorias não-apriorísticas e mutuamente exclusivas, e interpretação. O nível de concordância com os pesquisadores independentes sobre as categorias variou de 95% a 100%.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados serão apresentados a partir das categorias geradas e brevemente discutidos à luz da literatura da área, especialmente reunida no trabalho de Ottoni (2022).

Categoria 1: Educação Sexual familiar

Para alguns participantes, as intervenções familiares exerceram fator de proteção ao desenvolvimento de sua sexualidade; foram dialogadas, com conteúdo voltados às questões orgânicas e biológicas, e também sobre um corpo erótico e diverso, conforme o modelo subjetivo e cultural destacado por Furlanetto et al. (2018) e Nunes e Silva (2000). Amaral (2009) comenta que, devido a complexas variáveis familiares, é comum que haja a negação e infantilização da sexualidade do filho com TEA, sendo essencial acolhimento das famílias para que possam refletir sobre suas ações e discursos.

Adélia: Mais com minha mãe, mesmo. Eu tinha muita dificuldade de entender sobre o universo erótico e ela me explicava tudo, as coisas, os fetiches, os brinquedos, as fantasias. Aí aos poucos eu fui descobrindo algumas minhas.

Hilda: Eu falo que minha sexualidade foi tranquila porque eu tive um apoio de família, que mesmo sem entender que eu era autista na época[...] Elas são culpadas pela minha felicidade hoje.

Categoria 2: Educação Sexual escolar

As informações recebidas na escola ou universidade foram citadas por experiências essencialmente informais, e não como uma intervenção sobre o tema a partir de proposta formal e planejada, o que seria mais adequado segundo Aguiar (2021), Fagundes (2021), Maia e Ribeiro (2011) e Moreira et al. (2020). Um planejamento alinhado, claro, emancipatório e

¹⁵ Comitê de Ética em Pesquisas (CEP) - parecer de aprovação número 30960720.5.0000.5398.

inclusivo evitaria, inclusive, o sentimento de exclusão e medo relatado pelos participantes – ou criaria um espaço de acolhimento a eles.

Carlos: Não falavam comigo, falavam entre si, eu só pegava de tabela.

Clarice: Professoras que ficavam minhas amigas, eu perguntava coisas, ela foi me explicando. Amigas mais velhas também. Até quando foi minha primeira relação sexual com penetração, no último ano da faculdade, foi com uma amiga que foi me falando. “Toma anticoncepcional, põe camisinha”.

Ariano: Eu evitava falar disso porque é um assunto que sempre me fazia sentir estranho, na adolescência teve uma palestra na escola, eu entrei em pânico.

Categoria 3: Mídia como fonte de informações sobre sexualidade

Pastana (2014), ao analisar materiais midiáticos e seu papel na educação sexual, ressaltou que apesar de abrangentes e dispostos a dialogar sobre sexualidade, eles transmitem padrões e modelos idealizados de feminilidade, masculinidade, práticas sexuais, padrões de gênero e prazeres. No contexto educativo das pessoas autistas, que têm a tendência de fixar regras a partir dos modelos apresentados, isso pode representar um problema e necessita atenção.

Carlos: Informação, às vezes eu assisto a TV e lá fala esse tipo de coisa, até em desenho animado.

Conceição: Google, já tinha google. Muito na internet, a internet é a maior fonte, né?

Cora: Quando eu cheguei lá pros 10 anos que eu comecei a ler os livros embaixo da cama [...] Tudo de cabeludo que você podia imaginar, Amor de Perdição, Senhora, eu tinha muitos livros, em tudo que você imagina de sexualidade eu aprendi com literatura.

Carolina: Ah, na minha época tinha aquelas revistas Querida, Todateen, essas coisas.

Categoria 4: Serviços de Saúde

Ações de educação sexual precisam considerar os meios de aprendizagem de seu público, com recursos como: concretude; palavras simples e diretas; uso do ensino sequencial e atenção às ações que parecem comuns ou naturais, mas podem gerar dúvidas e anseios (Bortolozzi, 2021; Vieira, 2016), como no relato:

Conceição: O que eu mais gostei foi a última médica que eu fui: instruções simples: tira a roupa, coloca o hobbiezinho, e deixa sua roupa aqui. Deveria ter fotos de sequência de coisas que devem ser feitas, e coisas do tipo se eu for sozinha no médico, o que eu devo dizer? O que é importante dizer? Tanto esses passos, que parece óbvio para as

peças, mas me gera dúvidas. Tipo, tem que depilar? Toma banho antes? Como eu tomo banho? Até para lavar a vagina, onde deve ser lavado? O que eu gostei muito foi que a médica pegou o espelho e me mostrou exatamente o que era para ser feito, foi muito legal e didático. É um paciente adulto, mas não tem aquela [...] eu achei muito legal, mostrou onde ficava tudo, mostrou de forma concreta.

CONCLUSÕES

As experiências relatadas pelos participantes demonstraram uma rica variedade tanto nos formatos de educação sexual (formais e informais), quanto na natureza da abordagem (emancipatórias, biológicas, conservadoras), pessoas envolvidas (familiares, médicos, amigos, professores), além de representarem recursos diversos como uso de materiais concretos estruturados, mídias, internet, literatura e conversas cotidianas. Entende-se que, em algumas das vivências descritas, o processo de educação sexual foi preditor de bem-estar e proteção, enquanto que outras indicaram contextos de marginalização e medo.

No geral, as intervenções descritas foram pouco estruturadas e planejadas às necessidades apresentadas por esta população, que necessita de adaptações na linguagem, materiais e formatos apresentados para que seus direitos de acesso à informação sejam garantidos. Considera-se que um processo educativo adequado pode resultar em decisões bem embasadas, maior autonomia e diminuição das vitimizações sexuais, sendo mais efetivo que o aprendizado pelas vivências e experiências espontâneas.

Outros estudos devem aprofundar a temática com outros delineamentos metodológicos, mas os dados descritos demonstram a necessidade de considerar a educação sexual inclusiva e a importância dela para as vivências de pessoas neuroatípicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Aguiar, M. M. (2021). *O projeto político pedagógico e a abordagem dos temas especiais*. In: M. Ribeiro (Org). *A conversa sobre sexualidade na escola* (pp19-31). Wak Ed.,
- Amaral, C. E. S. (2009). *O reconhecimento dos pais sobre a sexualidade dos filhos adolescentes com autismo e sua relação com a coparentalidade* [Dissertação de Mestrado não publicada]. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Psicologia.
- American Psychiatric Association. (2014). *Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais* (5.ª ed.). ARTMED.
- Baron-Cohen, S., Wheelwright, S., Skinner, R., Martin, J., & Clubley, E. (2001). The Autism-Spectrum Quotient (AQ): Evidence from Asperger Syndrome/High-Functioning Autism, Males and Females, Scientists and Mathematicians. *Journal of Autism and Developmental Disorders*, 31(1) 5-17.
- Bortolozzi, A. C. (2021). *Sexualidade e deficiência: uma releitura*. Gradus.

- Bortolozzi, A. C., Pastana, M., & De Carvalho, L. R. S. (2020). Educação Sexual na vida e nas escolas. In: A. C. Bortolozzi (Org). *Educação Sexual com e para adolescentes* (pp. 11-30). Padu Aragon.
- Bortolozzi, A. C. B., & Vilaça, T. (2020). *Educação Sexual Inclusiva e a formação de professores(as)*. Cultura Acadêmica.
- Fagundes, T. C. (2021). A pedagoga diante do trabalho de educação sexual na escola. In: M. Ribeiro (Org). *A conversa sobre sexualidade na escola* (pp. 61-77). Wak ed.
- Furlanetto, M. F., Lauermann, F., Costa, C. B., & Marin, A. H. (2018). Educação Sexual em escolas brasileiras: revisão sistemática da literatura. *Cadernos de Pesquisa*, 48(168), 550-571.
- Maia, A. C. B., & Ribeiro, P. R. M. (2011). Educação sexual: princípios para ação. *Doxa*, 15(1), 75–84.
- Moreira, M., Maia, A., & Jacinto, H. (2020). Educação Sexual nas escolas: concepções e práticas de professores. *RP&E online*, 3(1), 49-54.
- Otoni, A. C. V. (2022). *Sexualidade, Autismo E Vida Adulta: Contribuições Para Educação Sexual* [Dissertação de Doutorado em Psicologia]. Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências. Bauru.
- Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura. (2014). Orientações técnicas de educação em sexualidade para o cenário brasileiro: tópicos e objetivos de aprendizagem. UNESCO.
- Vieira, A. C. (2016) *Sexualidade e Transtorno do Espectro Autista: relatos de familiares* [Dissertação de Mestrado em Psicologia]. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências. Bauru.
- Werebe, M. J. G. (1998). *Sexualidade, Política e Educação. Autores Associados*.

A EDUCAÇÃO SEXUAL ENQUANTO ELEMENTO DE TRANSFORMAÇÃO: NOTAS PARA REFLEXÃO DE PROFESSORES

Gabriella Rossetti Ferreira, Michele Garcia, Paulo Rennes Marçal Ribeiro
São Paulo State University - UNESP
Gaby_gabriella13@hotmail.com

Resumo

O presente trabalho, de natureza bibliográfica, tem por objetivo, a partir de um estudo teórico, apontar caminhos para se pensar na reintrodução da educação sexual no espaço escolar brasileiro, considerando o período de retrocesso político do governo de extrema-direita de 2019-2022 e a necessidade de investimentos na formação de professores e professoras.

Palavras-chave: Educação sexual; Formação de professores/as; Sociedade brasileira; Espaço escolar

Abstract

The present work, of a bibliographical nature, aims, from a theoretical study, to point out ways to think about the reintroduction of sex education in the Brazilian school space, considering the period of political regression of the extreme right government of 2019-2022 and the need for investments in teacher training.

Keywords: Sex education; Teacher training; Brazilian society; School space

INTRODUÇÃO

De 2019 a 2022, pela primeira vez desde a redemocratização do Brasil, em 1988, o país viveu a experiência de ter à sua frente um governo de extrema-direita (eleito democraticamente) que, intempestiva e ideologicamente, fez a educação sexual regredir pelo menos 60 anos.

O processo de institucionalização dos saberes sexuais no Brasil efetivou-se nas primeiras décadas do século XX, com farta produção de livros e o interesse de vários médicos e educadores por temáticas sexuais que resultaram nas primeiras propostas de educação sexual e na criação, em 1933, do Círculo Brasileiro de Educação Sexual, instituição responsável por ministrar palestras para o público, pela criação de um Boletim de Educação Sexual, pela organização de eventos, sendo seu fundador, o médico José de Albuquerque, um pioneiro e grande incentivador da educação sexual (Reis & Ribeiro, 2004).

Nos anos 1990-2000, imediatamente após a redemocratização e a promulgação da Constituição de 1988, sociedades científicas e universidades realizaram muitos estudos, implantaram grupos de investigação e publicaram muitos livros e artigos científicos sobre sexualidade e educação sexual, período este que possibilitou o desenvolvimento, a ampliação e divulgação do campo da educação sexual. Em 1997 foram publicados os Parâmetros Curriculares Nacionais, diretrizes de ensino do Ministério da Educação em que, pela primeira vez e oficialmente, o governo federal reconhecia e incentivava a educação sexual na escola (Bedin et al., 2020; Ribeiro, 2019).

Paralelamente, a sociedade evoluía nas questões sociais, a liberdade de expressão era corrente e valorizada, havia políticas públicas voltadas para a igualdade de gênero e combate à homofobia e o direito à educação além da informação era debatido e buscava-se ampliar sua esfera de ação. Gadotti (2010) dizia que o direito à educação engloba, mas não se restringe ao direito de aprendizagem, assim como, não é qualquer modelo de educação que se presta ao desenvolvimento social, ao aprimoramento ético dos indivíduos, à valorização da cidadania e à consolidação dos valores democráticos.

Nos anos 1990-2000 defendia-se com intensidade a igualdade de direitos e a diversidade de opiniões, seguindo a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, que, fruto do pós-guerra (1939-1945), já afirmava que “todos os seres humanos podem invocar os direitos e as liberdades proclamados na presente Declaração, sem distinção alguma, nomeadamente de raça, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião política ou outra, de origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento ou de qualquer outra situação. Além disso, não será feita nenhuma distinção fundada no estatuto político, jurídico ou internacional do país ou do território da naturalidade da pessoa, seja esse país ou território independente, sob tutela, autônomo ou sujeito a alguma limitação de soberania”.

Conforme ressalta Limongi França (1977), essa declaração foi aprovada objetivando assegurar o respeito aos direitos humanos, bem como tratar os casos de violação. Percebe-se neste documento, o papel da educação e da escola nesse processo, uma vez que, a educação não se dissocia do respeito, da proteção e da defesa dos seres humanos. Educação justa se faz associando a cultura de direitos com a prática democrática.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada consistiu em uma pesquisa qualitativa bibliográfica, por meio de leitura e releitura de obras encontradas em uma revisão da literatura. O estudo qualitativo permite maior riqueza de aprofundamento da análise, buscando o entendimento de fenômenos socialmente construídos em uma dada situação, de forma a compreender as atitudes, valores, concepções e ideologias.

RESULTADOS

A educação, portanto, é o recurso mais importante de uma sociedade para fomentar mudanças positivas, condizentes com os valores amplamente partilhados de cidadania, qualquer que seja a idade de quem aprende, a modalidade de ensino, ou o contexto no qual essas aprendizagens são efetuadas.

Entendia-se que a educação assume um papel fundamental na promoção da igualdade de oportunidades para todos, sendo necessário para isso, que as diversas instâncias com responsabilidades educativas estejam conectadas entre si e sejam capazes de estar atentas e em sintonia quanto às necessidades específicas das pessoas que aprendem, e a importância efetiva dos assuntos a debater.

No entanto, com o avanço de ideologias de direita contrárias a uma revolução e evolução da sociedade brasileira a partir de 2014, questionou-se como nunca as liberdades democráticas, de expressão e de costumes. Uma ideologia fundamentalista cristã se instala e se fortalece nos ambientes social e político, influenciando a percepção e os valores de muitos segmentos da população brasileira e culminando na eleição, em 2018, de um presidente da República que desconstrói todo um arcabouço que sustentava as conquistas sociais, os direitos e a liberdade que estavam dando corpo a uma sociedade mais crítica e reflexiva, inclusive no campo da sexualidade e da educação sexual.

Com a derrocada desse governo, quatro anos depois, urge repensar a sociedade e voltar a debater e estimular o desenvolvimento de ações de cidadania e direitos humanos (aqui incluindo os direitos sexuais e reprodutivos, a igualdade de gênero e o combate a homofobia). Pensando na formação de professores e professoras, vale a pena levá-los/as a refletir sobre os princípios para ação enquanto integrantes de um processo educacional que foi reprimido e cerceado.

As propostas de intervenção, o discurso, os valores e a própria postura dos professores e professoras sofrem atualmente manifestações diretamente relacionadas a situações políticas moralmente regressivas, centradas nas supostas ameaças a temas como educação sexual, sexualidade, ideologia de gênero, diversidade sexual, direitos sexuais, direitos da mulher e outros. Temas estes marcados por projetos de poder de cunho reacionário orientados a conter e anular seus avanços e transformações, tendo o objetivo de reafirmar valores tradicionalistas e concepções ultraconservadoras, o estatuto de autoridade moral de instituições religiosas e salvaguardar a influência sociopolítica.

Vamos precisar reescrever a ação pedagógica na escola e descobrir caminhos para a inserção da educação sexual.

A escola para todos deve ser construída não somente por meio do discurso e documentos regulamentadores, mas também, pelo envolvimento principalmente daqueles que vivenciam

suas práticas diárias. Mesmo sabendo que a instituição escolar é, a partir das ideias de Bourdieu e Passeron (2014), um agente de transmissão de capital cultural herdado das inúmeras instâncias sociais, essa instituição ainda considera, em sua prática cotidiana, a necessidade de constantemente reorganizar sua lógica interna.

Nas palavras de tais autores, nota-se que a escola desfruta de certa autonomia relativa de suas atividades, sendo que essa característica funciona como o “poder de reinterpretar as exigências externas e tirar partido das ocasiões históricas para realizar sua lógica interna” (Bourdieu & Passeron, 2014, p. 230). Assim, a partir de toda a sua teoria histórica, mesmo sendo um agente reprodutor, a instituição escolar possui a característica de interpretação das ações sociais, o que a diferencia de outras instituições de formação.

Para Feldmann e D’Água (2009, p. 196), “mudar o tempo e o espaço da escola é inserir-se numa perspectiva de mudança das estruturas sociais, tendo como horizonte de possibilidades a transformação de uma sociedade injusta e excludente, em uma sociedade mais igualitária e incluyente”.

Mudar nesse sentido, talvez signifique reconhecer que nos espaços escolares a diferença é que faz com que os seres humanos sejam iguais, ou que pela equidade é que tenham o direito de ser diferentes.

CONCLUSÕES

Assim, na atualidade, a escola enquanto instituição social é responsável pela aquisição do saber, principalmente o sistematizado, e deve repensar suas práticas, na tentativa de embasar-se numa perspectiva científica para desenvolver os projetos sobre o tema da sexualidade, mesmo com suas dificuldades de materiais e de profissionais formados para tal tarefa.

A aprendizagem sempre se constrói a partir dos conhecimentos que os estudantes já possuem, e que eles constroem os próprios conhecimentos por meio da interação com o ambiente e com os insumos fornecidos (Giroux, 1995). Com base nessa perspectiva, aprender significa mais do que receber e processar informações transmitidas por professores.

Os estudantes aprendem melhor quando lhes é permitido construir o próprio entendimento das informações e dos materiais, ao se envolverem com senso crítico, além de contribuírem com experiências e informações pessoais.

A responsabilidade da escola vai além de simples transmissora de conhecimento científico. Sua função é muito mais ampla e profunda. Como afirma Torres (2008), uma das funções sociais da escola é preparar o cidadão para o exercício da cidadania plena. Isso significa também que a escola tem como função social democratizar conhecimentos e formar cidadãos participativos e atuantes.

Dizer, pensar e defender a educação para todos e todas implica em assumir o posicionamento político de primeiro reconhecer a desigualdade das relações historicamente constituídas entre os gêneros e entre a diversidade dos sujeitos históricos. Reconhecer a desigualdade para, a partir desse reconhecimento, assumir políticas que contribuam para a transformação dessas relações desiguais rumo a uma perspectiva de equidade de condições sociais e econômicas tanto pensando as relações de classe como as de gênero, etnias, culturais e identidades. (Bello & Luzzi, 2009, p.4703)

O Estado deve garantir o acesso à educação a todas as pessoas, sem discriminação; respeitar e valorizar a docência; assegurar formação continuada e condições de trabalho satisfatórias. E mais: as liberdades de expressão de ensinar e de aprender, o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas que devem se conjugar com as necessidades específicas dos diferentes públicos da educação, contempladas segundo a perspectiva inclusiva e laica, permitindo que a escola se adeque às necessidades e corresponda às realidades de seus estudantes. A qualidade da educação envolve cada um desses critérios e, implica um empenho a favor da promoção da equidade e da diversidade, bem como, o enfrentamento a toda forma de preconceito e discriminação.

No entanto, a viabilização desse direito encontra cada vez mais desafios, tendo em vista a defesa e a implementação, em diversos países, de políticas de austeridade econômica e regressivas em termos políticos, sociais, culturais e morais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bedin, R. C., Muzzeti, L. R., & Ribeiro, P. R. M. (2020). A institucionalização do conhecimento sexual no Brasil: sexologia e educação sexual do século XIX aos nossos dias. *Humanidades & Inovação*, 7, 71-88.
- Bello, M. C., & Luzzi, J. (2009). Gênero e diversidade sexual na escola da exclusão social à afirmação de direitos: a experiência do Núcleo de Gênero Diversidade Sexual da Secretaria de Estado da Educação do Paraná. SEP.
- Bourdieu, P., & Passeron, J. C. (2014) *Os herdeiros: os estudantes e a cultura*. Editora da UFSC.
- Feldmann, M. G., & D'agua, S. V. N. L. Escola e inclusão social: relato de uma experiência. In G. F. Feldmann (Org.). (2009). *Formação de professores e escola na contemporaneidade* (pp. 189-200). Senac.
- Giroux, H. (1995). A disneyzação da cultura infantil. In T. T. Silva, & A. F. Moreira (Orgs.). *Territórios contestados: o currículo e os novos mapas políticos e culturais* (pp. 49-81). Vozes.
- Limongi França, R. (Coord.). (1977). *Enciclopédia Saraiva do Direito*. Saraiva.
- Reis, G. V., & Ribeiro, P. R. M. (2004). A institucionalização do conhecimento sexual no Brasil. In P. R. M. Ribeiro (Org.) *Sexualidade e educação: aproximações necessárias* (pp. 27-71). Arte & Ciência.
- Ribeiro, P. R. M. (2019). Desafios contemporâneos em Educação Sexual: a perda do ambiente mental, social e escolar. In R. Desidério, M.N.D. Figueiró, P.R.M. Ribeiro, P. O. S. P.

Mendes, S. M. M. Melo, V. I. A. Maistro, & V. C. Bastos (Orgs.). *Interseccionalidade e transgressões em Educação Sexual* (pp. 29-39). Syntagma Editores.

ESCOLA, DOCÊNCIA E INFÂNCIA: QUESTÕES DE GÊNERO NAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NOS PRIMEIROS ANOS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Rinaldo Correr¹, Cláudio Rodrigues Alves²

¹ Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Campus Rio Claro)

² Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Campus Araraquara)

rinaldo.correr@unesp.br

Resumo

Este estudo tem como escopo, discutir e refletir sobre as questões de gênero e sexualidade na infância. Os aspectos conceituais apontam para a necessidade de compreensão necessária das concepções de gênero e instituição escolar. Desta forma, procurou-se ponderar sobre as mudanças dos conceitos e visões de mundo ao longo do processo histórico e na contemporaneidade, considerando, assim, as diversidades, imbricações, multiplicidades e pluralidades presentes nos primeiros anos do ensino fundamental. Para tanto, está circunscrito pela análise da escola, da docência e da infância em suas reverberações com as questões de gênero e práticas pedagógicas. Para embasar os estudos e atingir os objetivos propostos neste trabalho, optou-se por uma revisão bibliográfica, fundamentada em um horizonte interdisciplinar nos estudos da História, Filosofia, Sociologia e Psicologia da Educação com ênfase nos estudos sociais da Infância, Educação Sexual e Formação Docente. Nesse processo, o percurso passa pelos interstícios do âmbito escolar, das práticas docentes e do universo infantil, observando como, desde os primeiros anos do Ensino fundamental, as ações pedagógicas, comportamentos de adultos e crianças podem reproduzir estereótipos, hierarquia de gênero e posturas sexistas.

Palavras-chave: Gênero; Práticas Pedagógicas; Docência; Ensino Fundamental; Infância

Abstract

This study aims to discuss and reflect on the issues of gender and sexuality in childhood. The conceptual aspects point to the need to understand the conceptions of gender and the school institution. Thus, it was sought to ponder on the changes of concepts and worldviews throughout the historical process and in contemporary times, considering, thus, the diversities, imbrications, multiplicities and pluralities present in the early years of elementary school. To this end, it is circumscribed by the analysis of school, teaching, and childhood in its reverberations with gender issues and pedagogical practices. To support the studies and reach the objectives proposed in this work, a bibliographical review was chosen, based on an interdisciplinary horizon in the studies of History, Philosophy, Sociology, and Psychology of Education with emphasis on the social studies of Childhood, Sex Education, and Teacher Training. In this process, the course passes through the interstices of the school environment, the teaching practices and the children's universe, observing how, since the first years of elementary school, pedagogical actions, adult and child behavior may reproduce stereotypes, gender hierarchy and sexist postures.

Keywords: Gender; Pedagogical practices; Teaching; Elementary School; Infancy

INTRODUÇÃO

Ao longo dos últimos dez anos, no cotidiano das escolas envolvidas neste trabalho, ainda é possível observar um hiato persistente entre formação, currículo e práticas pedagógicas. No que tange, às questões de gênero e sexualidade, articular estes estudos no processo de ensino-aprendizagem, apresenta-se como um caminho fundamental para combater preconceitos e discriminações. A sexualidade é um aspecto que acompanha o indivíduo durante toda sua vida. Sobre esse aspecto, Maia (2008) observa que a sexualidade percorre todas as manifestações humanas. Dessa afirmação segue-se a importância política e existencial destes estudos em uma perspectiva plural, desde os primeiros anos da educação básica. Toda esta dimensão, política e cultural, que percorre a existência, penetram as subjetividades das pessoas ao longo da vida. Assim, meninos e meninas, desde cedo, são influenciados por leituras e interpretações do mundo que determinam os jogos de linguagem, de ser e como se comportar.

Neste sentido, ao ser investigado um conceito em seus posicionamentos teóricos, procura-se transcender a esfera do senso comum. No âmbito escolar, no universo infantil e nos primeiros anos do Ensino Fundamental, muitas questões, como hierarquia de gênero e posturas sexistas, são observadas nos fazeres cotidianos. Considerar o prisma da interseccionalidade no contexto escolar, pode contribuir para a compreensão da realidade institucional escolar e promover práticas que sejam mais plurais, humanizadas e emancipatórias.

METODOLOGIA

Inicialmente, para embasar os estudos e atingir os objetivos propostos, optou-se por uma revisão bibliográfica, na perspectiva de diálogo com investigação e observação empírica. Como estratégia metodológica adotou-se a descrição crítica analítica de caráter qualitativo que teve como escopo, compreender as questões de gênero na infância e seus aspectos conceituais e pedagógicos nos primeiros anos do Ensino Fundamental. Ao mencionar que “a exploração do conjunto de opiniões e representações sociais sobre o tema que pretende investigar” (Gomes, 2007), considera que não existe um objetivo de abranger todas as falas e manifestações dos envolvidos na pesquisa, haja vista as minúcias entre as particularidades em seus muitos pontos de intersecção. A escola em que o estudo foi desenvolvido é uma unidade de grande porte, localizada na periferia da cidade de São Paulo, lugar composto por uma população heterogênea em seus aspectos sociais, econômicos e geográficos. Participaram do estudo duas professoras que atuam no Fundamental I (uma do 1º e outra do 3º ano), com cerca de 30 estudantes de cada sala, totalizando 60 crianças (com faixa etária entre 6 e 8 anos).

As técnicas utilizadas para coleta de dados foram a observação participante das práticas e experiências docentes, para a verificação das manifestações das questões relacionadas ao gênero, que ocorrem no processo de ensino e aprendizagem, durante as brincadeiras, rodas de leitura, desenhos, atividades escolares e outras intervenções pedagógicas. Marconi e Lakatos

(2003) sobre a observação participante, enfatizam que o pesquisador se projeta em um espaço relacional, interagindo com o observado, fazendo inferências/considerações, não estabelecendo necessidade de controle.

RESULTADOS

O estudo apontou, como resultados preliminares, que os dados coletados e analisados indicam, de uma maneira generalizada, um silenciamento sobre as questões de gênero na escola. Apenas com um olhar mais detido e prolongado, pode-se perceber nuances mais sutis. Nota-se, como exemplo, que tais sutilezas revelam pequenas violências que, entranhada no tecido das relações, vai se desvelando um cenário no cotidiano escolar, que permite evidenciar aspectos latentes. Destarte, quando as questões sobre sexualidade e gênero emergem, ganham um destaque efêmero que logo se esvai, por exemplo, discussões sobre gravidez, violência sexual, insultos homofóbicos, ofensas verbais e físicas, acontecem sem iniciativas de reflexões mais profundas.

Nesse processo, é possível interpretar que, tais situações, apresentam-se como um fenômeno que, por analogia, se assemelham a uma colmeia de abelhas ameaçadas, em que provoca-se uma agitação que, passada a ameaça, logo se arrefece, a colmeia se acalma, volta-se ao cotidiano padrão e, novamente as questões de gênero e sexualidade imergem nas sombras do recalque. Dessa maneira, a análise dessa observação leva a compreender que, os episódios que trazem à tona o tema, gênero e sexualidade, são abordados de maneira biológica e moralista. Ao longo da pesquisa, foi ficando mais perceptível os movimentos subjacentes, emergindo, por vezes, de situações de conflitos na escola, tal como um lençol freático que, de vez em quando, brota na superfície, só que neste caso, na maioria das vezes as águas aparecem turvas.

Foram feitas observações, registros e leituras que geraram devolutivas relevantes. Em uma ocasião, realizou-se uma pesquisa sobre histórias que as crianças mais gostavam. As meninas listaram personagens como Branca de Neve, Bela Adormecida e Rapunzel. Já os meninos, citaram personagens de super heróis. Nota-se que, apesar dos currículos e discussões acadêmicas trazerem desconstruções sobre gênero e já existirem livros com histórias de outras etnias e culturas, no imaginário das crianças, ainda prepondera os estereótipos de princesas frágeis e heróis masculinos fortes e poderosos. Em outra ocasião foi realizada uma leitura coletivado livro “Menino Brinca de Boneca?” do escritor Marcos Ribeiro (2011). Após ponderações, as crianças foram a lousa responder sobre a pergunta: por que é bom ser menino e por que é bom ser menina? As respostas identificaram um padrão de escolhas só de meninas e só de meninos. Contudo, ao ser proposto uma roda de conversa, as escolhas foram diversificadas. Nesse processo muitas meninas responderam que gostavam de bonecas e de carrinho e muito meninos disseram que gostavam de futebol, mas também brincavam de bonecas.

Com base em um roteiro previamente preparado, entrevistas com as professoras. Dentre as reflexões, disseram que não faziam distinção de comportamentos e produções entre meninos e meninas, mas afirmaram que poucas vezes trataram sobre a temática gênero e sexualidade. Nas entrevistas com as crianças, surgiram algumas percepções interessantes. Por exemplo, destacou-se a influência das famílias na visão de mundo de seus filhos. No entanto, as interações no ambiente escolar, implicam escolhas autônomas, que nem sempre coadunam com as expectativas de seus familiares.

CONCLUSÕES

Os currículos e práticas pedagógicas, não obstante os avanços nas abordagens sobre gênero e sexualidade, ainda encontram inúmeras dificuldades em lidar com a diversidade. Em nossa sociedade, os tabus e estigmas, somados aos preconceitos estruturais, retroalimentam receios, medos e incompreensões que resultam na prática em velhas e novas formas de discriminação, é preciso borrar as fronteiras dos gêneros na educação, denunciando assim, as desigualdades, hierarquias e preconceitos historicamente forjados. Ao refletir sobre estas questões de gênero, Butler (2017) com sua crítica que aponta que o gênero extrapola a ideia de uma mera “inscrição cultural de significado num sexo previamente dado (uma concepção jurídica)” (p.27) indica um caminho para que se possa “designar também o aparato mesmo da produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos, resulta daí que o gênero não está para cultura como o sexo para natureza” [...] (p. 27). Neste sentido, avançar para maior compreensão sobre as questões de gênero e sexualidade, pode sedimentar um espaço de pensamento e intervenção das discussões sobre igualdade de gênero e respeito a diversidade humana, mobilizando novas ações e reflexões, amparadas nos Direitos Humanos e cidadania.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Butler, J. (2017). Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Civilização Brasileira.
- Gomes, R. (2007). Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In M. C. S. Minayo (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Vozes.
- Marconi, M. de A., & Lakatos, E. M. (2003). *Fundamentos de metodologia científica* (5.ª ed.). Atlas.
- Ribeiro, M. (2011). *Menino Brinca de Boneca?* (3.ª ed.). Editora Moderna.
- Maia, A. C. B. (2008). A educação sexual repressiva: padrões definidores de normalidade. Série Temas em Educação Escolar.

PERCEÇÃO DE ESTUDANTES E DE PESSOAS COM 60+ ANOS SOBRE O CORPO IDOSO

Ana Frias^{1,2,3,4}, Filomena Teixeira^{1,3,4}

¹Escola Superior de Educação de Coimbra

²Centro de Investigação e Inovação em Educação, inED

³Núcleo de Investigação em Educação, Formação e Intervenção (NIEFI)

⁴Centro de Investigação em Didática e Tecnologia na Formação de Formadores da Universidade de Aveiro

acfrias@esec.pt; filomena@esec.pt

Resumo

A percepção do corpo da pessoa idosa é influenciada pela autoimagem e pela forma como o meio social o concebe, sendo frequentemente negativa. A Gerontologia, perspetivando o envelhecimento de forma integrada, pode contribuir para a desconstrução do papel normativo do corpo, numa população que socialmente é, ainda, considerada homogénea. Este estudo compara e analisa percepções de futuros/as gerontólogos/as e de pessoas com 60+ sobre o corpo da pessoa idosa. Inquiriu 19 estudantes do 1.º ciclo de Gerontologia Social e 19 pessoas com 60+ anos de universidades seniores em Portugal. Os resultados evidenciam concordância de futuros/as gerontólogos/as e de pessoas de 60+ quanto à preocupação e valorização do corpo pelas pessoas idosas, ainda que seja para elas também sinónimo de maior vulnerabilidade e de doença. As conclusões remetem para a necessidade de alargar o debate a mais agentes que participam na conceção social do corpo idoso, para lá da experiência biológica, confrontando as suas perspetivas com as das pessoas de 60+ integrando a sexualidade e género. Sugere-se também a inclusão de UC sobre a temática na formação inicial, pós-graduada e avançada de cursos de Gerontologia.

Palavras-chave: Corpo; Envelhecimento; Aparência; Percepções

Abstract

The perception of the elderly person's body is influenced by self-image and the way in which the social environment conceives it, and is often negative. Gerontology, looking at aging in an integrated way, can contribute to the deconstruction of the normative role of the body, in a population that is still socially considered homogeneous. This study compares and analyzes perceptions of future gerontologists and people aged 60+ on the body of the elderly. It surveyed 19 students of the 1st cycle of Social Gerontology and 19 people aged 60+ from senior universities in Portugal. The results show agreement between future gerontologists and people aged 60+ regarding the concern and appreciation of the body by the elderly, even though for them it is also synonymous with greater vulnerability and illness. The conclusions refer to the need to broaden the debate to more agents who participate in the social conception of the elderly body, beyond the biological experience, confronting their perspectives with those of people aged 60+, integrating sexuality and gender. It is also suggested the inclusion of UC on the subject in the initial, post-graduate and advanced formation of Gerontology courses.

Keywords: Body; Aging; Appearance; Perspectives

INTRODUÇÃO

O envelhecimento é um processo abrangente e heterogéneo, marcado por discursos sobre o corpo real e ideal, saúde e estética, em diferentes instâncias, classes sociais e idades (Coutinho, et al., 2013). A visão binária de envelhecimento bem-sucedido versus declínio do corpo envelhecido, tem promovido representações idadistas e estereotipadas sobre o corpo (Dias & Lopes, 2021), penalizadores de homens e mulheres de uma população tida como homogénea, reclamando a análise do papel normativo do corpo (Magalhães & Nogueira, 2021). A perceção do corpo idoso depende da autoimagem, da forma como a pessoa idosa se sente, imagina e concebe a aparência e funcionamento do seu corpo, podendo variar ao longo do tempo, em função de diversos fatores (Rocha & Terra, 2013). Socialmente sobressai uma visão negativa, que associa envelhecimento a incapacidade, podendo motivar sentimentos de baixa-autoestima e de inutilidade (Le Breton, 2016). As pessoas idosas, porém, mostram valorizar a sua aparência e o seu corpo, experienciando-o na sua individualidade e procurando ir ao encontro de padrões de beleza socialmente estabelecidos (Frias et al., 2020; Sánchez-Cabrero, et al., 2019). Reconhecendo a relevância da Gerontologia enquanto área que valoriza a diversidade da experiência humana e entende a pessoa idosa de forma holística e abrangente (Paúl & Ribeiro, 2015), este trabalho evidencia perceções de futuros/as gerontólogos/as e de pessoas com 60+ anos, sobre o corpo idoso.

METODOLOGIA

Inserido no estudo perceção do corpo da pessoa idosa (Frias et al., 2020 e Frias & Teixeira, 2021), este trabalho, de natureza quantitativa, tem como objetivo conhecer *diferenças e aproximações nas perceções de futuros/as gerontólogos/as e de pessoas de 60+ anos relativamente ao corpo de pessoas idosas?*». Foram inquiridos, através de um questionário, 19 estudantes do 1.º ciclo de estudos de Gerontologia Social (com menos de 25 anos), numa instituição de ensino em Portugal e 19 pessoas de 60+ anos a frequentar universidades seniores do país. O questionário era constituído por 22 questões de resposta fechada, versando sobre o significado e a perceção do corpo; perceção do corpo idoso como fenómeno biológico (experiência, aparência, atração física); perceção do corpo idoso como fenómeno social (estatuto/posição social); perceção sobre o bem-estar e corporalidade das pessoas idosas. O estudo procurou dar resposta às questões de investigação: 1) Que perceções têm futuros/as gerontólogos/as e pessoas com 60+ sobre o corpo? 2) Que perceções têm futuros/as gerontólogos/as e pessoas com 60+ sobre o corpo idoso?; e 3) Que importância atribuem futuros/as gerontólogos/as e pessoas com 60+ à aparência de pessoas idosas?.

Para a análise das questões fechadas do questionário recorreu-se à estatística descritiva.

RESULTADOS

Os resultados sugerem que as **percepções de jovens e de pessoas com 60+ anos sobre o corpo**, concordam com o corpo enquanto «*realidade biológica que consiste em órgãos, tecidos, ossos, músculos, etc.*» (100%). Contudo, para os/as futuros/as gerontólogos/as o corpo é também «um certo potencial que pode ser livremente descartado» (6,7%), algo não assumido pelas pessoas de 60+, que o concebem como «*habitat de doenças que afetam o funcionamento do ser humano*» (21%) (Frias, et al., 2020). Ambos expressam uma visão de corpo biológico, físico e orgânico que, como diz Mayer (2017), é experienciado de forma complexa pelo ser humano à medida que se constrói em dispositivos históricos, políticos e culturais. Para as pessoas de 60+, a experiência vivida parece dar relevo também à doença, antecipando o que pode traduzir a sua percepção sobre o próprio corpo (Teixeira, et al., 2012), contrariamente à dos/as futuros/as gerontólogos/as. As **percepções sobre o corpo idoso** destes/as jovens e pessoas de 60+, rejeitam «*o ser algo indiferente*» (57,9% e 63%, respetivamente), considerando a maioria dos/as jovens ser «*um sinal do passar do tempo e um processo progressivo de envelhecimento*» (68,4%), ou ainda «*algo natural, normal*» (57,9%). Já as pessoas de 60+, são unânimes na visão de corpo como «*algo natural, normal*» (100%), partilhando também ser «*um sinal do passar do tempo e um processo progressivo de envelhecimento*» (84%). Do ponto de vista biológico, o corpo idoso é, para ambos, algo que «*trabalha mais devagar do que antes, levando mais tempo para realizar as diferentes atividades*» (89,4% e 100%, respetivamente) e «*para manter o bom funcionamento do corpo é importante a prática da atividade física*» (89,4% e 94%, respetivamente). Para as pessoas de 60+ o corpo é «*mais vulnerável e propenso a lesões do que costumava ser*» (94%). Interpreta-se nestes resultados que, para as pessoas idosas, o seu corpo é mais naturalmente aceite com as alterações que ocorrem ao longo do tempo, e vulnerabilidade inerente, à semelhança dos resultados de outros estudos (Monsalve-Jaramillo, et al., 2021), comparativamente com a perspetiva de futuros/as gerontólogos/as. A **importância que as pessoas idosas atribuem à sua aparência** é vista pelas pessoas de 60+ como efetiva (considerando a maioria que «*atribuem importância à sua aparência*», 89,5%), enquanto que 60% dos/as estudantes a consideram como «*uma possibilidade*». Tal preocupação deve-se ao permitir «*sentir-se bem e ter um melhor bem-estar físico e mental*» (80% e 89,5%, respetivamente). As pessoas de 60+ anos, sublinham, por seu lado, a possibilidade de necessidade de aceitação social, afirmando «*quererem ser aceites pelo resto da sociedade, quererem ganhar a simpatia de quem as rodeia*» (68%). A preocupação das pessoas idosas com a sua aparência e autocuidado é uma realidade (Sánchez-Cabrero, et al., 2019) que, de acordo com os dados analisados, parece ser mais partilhada pelas pessoas de 60+, ainda que ambos valorizem a sua relevância para o bem-estar e aceitação social. Os fatores que podem justificar a não preocupação com a aparência nas pessoas idosas, são o «*não ter recursos financeiros suficientes para atividades relacionadas com o cuidado da aparência*» (73,7% e 84% respetivamente), assumindo os/as jovens e não as pessoas de 60+ anos, também o facto de «o mais importante para elas são outros valores, como a sua personalidade, conhecimento, sabedoria» (73,7%). Por seu lado, as pessoas de 60+ aludem motivos como «*pensam que não*

têm que fazer isso, porque têm ou já tiveram um/a parceiro/a» (78,9%) ou que «cuidar da aparência na velhice exige mais esforço e as pessoas idosas não se querem cansar» (73,7%).

CONCLUSÕES

As concepções de estudantes e de pessoas com 60+ sobre o corpo da pessoa idosa, sublinham, a partir de uma realidade biológica, a importância que as pessoas idosas atribuem ao seu corpo, aparência e autocuidado. Ainda que, no geral, jovens e idosos/as, discordem de uma associação negativa entre corpo e envelhecimento, as pequenas diferenças observadas nas suas percepções motivam a necessidade de aprofundar estudos sobre a temática, integrando a sexualidade e o género. Importa também, a nosso ver, a inclusão de unidades curriculares de sexualidade, género e envelhecimento na formação inicial, pós-graduada e avançada em Gerontologia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Coutinho, R., Tomazeti, R., & Acosta, M. (2013). Representação de corpo na velhice: o corpo real versus o corpo social. *Revista Kairós Gerontologia*, 16(4), 213-234.
- Dias, I., & Lopes, A. (2021). De novo o sexo: sexualidade, género e corporalidade na idade avançada. In S. Magalhães & C. Nogueira (Coord.). *Envelhecimento, Género e Sexualidades*, 45-60. Edições Húmus, Lda. E Autores.
- Frias, A., & Teixeira, F. (2021). Percepção do corpo de pessoas idosas: concepções de futuros/as gerontólogos/as. In Teixeira, F., Paixão, F., Frias, A., Silveira, S., Vaz, D. & Morgado, J. (Coords.). *Educação em ciências: interações e desafios*. (p. 71-73). Escola Superior de Educação de Coimbra e Associação Portuguesa Educação em Ciências. ISBN 978-989-99491-1-9
- Frias, A., Teixeira, F., & Magalhães, E. (2020). Percepção de pessoas idosas sobre o seu corpo. *Ensino Em Re-Vista*, 27(Especial), 1214-1235. <https://doi.org/10.14393/ER-v27nEa2020-2>
- Le Breton, D. (2016). *Antropologia do corpo*. Vozes.
- Magalhães, S., & Nogueira, C. (2021). Entrecruzar do envelhecimento, do género e das sexualidades: uma introdução crítica. In S. Magalhães & C. Nogueira (Coord.). *Envelhecimento, Género e Sexualidades*, (pp.13-28). Edições Húmus, Lda. E Autores.
- Mayer, V. (2017). No princípio era o corpo: em defesa do corpo complexo. *Innovación Educativa*, 27, 255-263.
- Monsalve-Jaramillo, E., Bohórquez-Olaya, C. I., & Cobo-Mejía, E. A. (2021). Una mirada desde la percepción del cuerpo de la persona mayor. *Revista Investigación em Salud. Universidad Boyacá*, 8(1), 33-47. <https://doi.org/10.24267/23897325.598>
- Paúl, C., & Ribeiro, O. (2015). Manual de Gerontologia: Aspectos biocomportamentais, psicológicos e sociais do envelhecimento. Lidel.
- Rocha, L., & Terra, M. (2013). Body image in older adults: a review. *Scientia Medica*, 23(4), 255-261.
- Sánchez-Cabrero, R., León-Mejía, A., Arigita-García, A., & Maganto-Mateo. (2019). Improvement of Body Satisfaction in Older People: An Experimental Study. *Frontiers in Psychology*. 10, 2823. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2019.02823>
- Teixeira, J., Corrêa, J., Rafael, C., Miranda, V., & Ferreira, M. (2012). Envelhecimento e Percepção Corporal de Idosos Institucionalizados. *Revista Brasileira Geriatria*

Gerontologia, 15(1), 63-68.

<https://www.scielo.br/j/rbgg/a/mQB7kkPZgbCtL8MSC6mRMLF/?format=pdf&lang=pt>

SÉRIE CONTROL Z: DISCUSSÕES SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE NA PRIMEIRA TEMPORADA

Letiane Oliveira da Fonseca, Paula Regina Costa Ribeiro
Universidade Federal do Rio Grande
letianefonsecafonseca@gmail.com

Resumo

As séries da Netflix vêm ganhando espaço de lazer entre a juventude e muitas delas possibilitam reflexões e discussões sobre gênero e sexualidade. Diante desse cenário, este texto tem por objetivo investigar de que forma as temáticas de gênero e sexualidade estão sendo problematizadas na série Control Z em sua primeira temporada. Utilizamos, para a produção dos dados, inspirações na etnografia de tela e aportes teóricos pós-estruturalistas dos Estudos de Gênero e Culturais, que nos possibilitaram identificar alguns enfrentamentos que os/as personagens tiveram sobre suas relações de gênero e sexualidade e as possibilidades de debate que a série apresenta nas posições de sujeitos.

Palavras-chave: Séries; Juventudes; Gênero; Sexualidade

Abstract

Netflix series have been gaining leisure space among young people and many of them allow reflections and discussions about gender and sexuality. Given this scenario, this text aims to investigate how gender and sexuality issues are being problematized in the Control Z series in its first season. For the production of data, we used inspirations in screen ethnography and post-structuralist theoretical contributions from Gender and Cultural Studies, which enabled us to identify the confrontations that young people had about their gender and sexuality relations and the possibilities of debate that the series presents in the positions of subjects.

Keywords: Series; Youth; Gender; Sexuality

INTRODUÇÃO

O presente texto é um recorte de uma pesquisa em desenvolvimento que investiga a produção de discursos relacionados às práticas da juventude de algumas séries da Netflix. Para este estudo, dedicamo-nos a olhar para a série mexicana Control Z, desse modo, o nosso objetivo é investigar de que forma as temáticas de gênero e sexualidade estão sendo problematizadas na referida série em sua primeira temporada.

A série Control Z é classificada na categoria *teen* e dramática, estreou na Netflix em maio de 2020 no contexto da pandemia da COVID-19 e, até o momento, já possui três temporadas. Ela

apresenta uma história sobre ataques cibernéticos ocorridos com alunos/as e professores/as de uma escola. O enredo baseia-se na descoberta sobre quem é o *hacker* que invadiu os dados pessoais e está divulgando os segredos dos/as alunos/as, mostrando-nos alguns impactos sobre a invasão social de dados, questões de *bullying* pelas redes sociais e discussões sobre gênero e sexualidade.

Consideramos que as séries estabelecem-se como artefatos culturais. Assim, produzem, operam, movimentam-se na forma de representar e criar sentidos culturais como pontuam Costa *et al.* (2003). Esse artefato encontra-se no contexto das mídias e contribui para problematizarmos sobre os possíveis modos de ser e viver na constituição dos sujeitos.

Uma discussão que vem sendo oportunizada pelas séries contemporâneas são as juventudes e suas relações de gênero. Em nosso estudo, compreendemos juventudes não como uma categoria delimitada por faixa etária, mas que constituem significados aos sujeitos conforme as ideias de Dayrell (2003), Félix e Vargas (2019).

Entendemos, por sua vez, gênero e sexualidade como construções culturais e sociais que inscrevem marcas nos corpos que se articulam com marcadores sociais de classe, raça, etnia, geração e religiosidade, conforme os estudos de Louro (2013), Ferrari e Castro (2014), Magalhães e Ribeiro (2019), Meyer (2012).

METODOLOGIA

Estamos atravessadas por uma prática investigativa que nos permite movimentar, articular, tecer entendimentos, escolher teorias que possam nos ajudar na produção dos dados com o apoio dos Estudos Culturais e dos Estudos de Gênero, assim sendo, este estudo fundamenta-se em teorias pós-críticas, sendo um estudo qualitativo.

Para compor a produção dos dados, utilizamos a etnografia de tela, na qual a imagem é lida como um texto, com caminhos etnográficos que nos possibilitam estar imersas na análise, observar detalhadamente, compor os registros no diário de campo, como apresentam Balestrin e Soares (2012). Nesse entendimento, consideramos que o conteúdo das imagens e sons fornecem-nos práticas discursivas que produzem realidades. Como afirmam as autoras Balestrin e Soares (2012), as telas oferecem-nos possibilidades sobre o que é vivido e, assim, permitem mostrar realidades imersas em um emaranhado de discursos, em que ressignificam contextos sociais. Neste sentido, entendemos o discurso como “práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam” (Foucault, 2008, p. 55).

Assim sendo, utilizamos os seguintes procedimentos metodológicos, a saber: observações detalhadas dos oito episódios que compõem a primeira temporada, com e sem pausas, assistindo-os e reassistindo-os diversas vezes com o cuidado de observar as imagens, os sons, os silêncios, o foco da câmera em certos personagens, bem como a narração da trama,

selecionando, descrevendo e analisando cenas que articulam sobre as temáticas de gênero e sexualidade.

RESULTADOS

No movimento de análise, refletimos sobre discussões de gênero e sexualidade atribuídas às/aos personagens em suas diferentes posições de sujeitos. A personagem principal Sofia, ao longo dos episódios, tenta descobrir quem divulgou os segredos dos/as alunos/as. Ela é apresentada como uma jovem introvertida, que possui poucos amigos/as, sendo mencionada pelos/as colegas como “diferente e louca”. Desse modo, é caracterizada na trama como excêntrica. Assim, como sinaliza Louro (2013), somos produzidos por padrões de marcadores culturais de masculinidades e feminilidades e Sofia, ao afastar-se de um padrão socialmente construído, torna-se diferente, sendo marcada com estranhamento nas relações sociais com os/as colegas e, por isso, como muitas mulheres, chamada de louca.

A personagem Isabela é a garota popular da escola, uma jovem trans que sofreu um dos ataques do *hacker*, que divulgou seu segredo sobre a sua identidade de gênero. Isabela enfrenta preconceitos por parte dos/as seus/suas colegas e percebe que não tem apoio da direção escolar, em um dos episódios o diretor da escola ao mencionar sujeitos LGBTI+, demonstra falta de conhecimento sobre o termo. As dificuldades enfrentadas por Isabela mostram-nos as (in)visibilidades que atravessam os sujeitos trans em espaços educativos, na mídia, nos silenciamentos de discussões em livros didáticos, e saberes científicos (Magalhães & Ribeiro, 2019).

O personagem Gerardo "Gerry" para afirmar e não revelar sua sexualidade posiciona-se como um heterossexual. Contudo, o seu segredo de assistir aos filmes pornô gay é exposto e, com isso, recebe xingamentos homofóbicos como “saia do armário”, sendo que, ao longo da trama, apresenta atitudes agressivas. O comportamento de Gerry revela uma vigilância heteronormativa. Dessa forma, posiciona-se dentro da “norma” para, assim, evitar sofrer agressões (Ferrari & Castro, 2014). Temos também Natália e Rosita que demonstram uma rivalidade feminina, enfatizando desafetos e competições entre mulheres.

A série busca apresentar as temáticas de gênero e sexualidade para além de uma lógica binária, elucidando os enfrentamentos que jovens sofrem com as suas relações de gênero e sexualidade não heteronormativas, possibilitando debates e tecendo questões sobre os relacionamentos dos jovens, muitas vezes, silenciadas nas mídias seriadas.

CONCLUSÕES

Control Z é um artefato cultural que possui um modo de endereçamento à juventude contemporânea e apresenta discussão sobre gênero e sexualidade em seu roteiro. Além disso,

revela a imersão da juventude com as redes sociais, bem como preconceitos, estereótipos de mulher desatenta, revelação de identidade de gênero e sexualidade, rivalidade feminina, despreparo por parte da direção escolar, homofobia e outros assuntos que circulam na juventude dos/as personagens na série.

Notamos marcadores de lutas enfrentadas pelos/as personagens, de modo que o enredo não se limita somente a um binarismo de gênero e sexualidade, mas uma amplitude de entendimentos sobre os temas e a emergente veiculação de questões de gênero e sexualidade apresentadas em seriados que vão produzindo significados “permitem atribuir sentido aos corpos generificados e sexuados que vamos (con)formando e com os quais nos defrontamos nos mundos em que vivemos e nos movimentamos.” (Meyer, 2012, p. 54).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Balestrin, P., & Soares, R. (2012). “Etnografia de tela”: uma aposta metodológica. In: D. E. Meyer, M. A. Paraíso (Org.). *Metodologias de pesquisa pós-críticas em Educação*. Mazza Edições.
- Costa, M. V. Silveira, R. H., & Sommer, L. (2003). Estudos culturais, educação e pedagogia. *Revista Brasileira de Educação*, (23), 36-61.
- Dayrell, J. (2003). O jovem como sujeito social. *Revista Brasileira de Educação*, (24), 40-52.
- Felix, J., Vargas., J. (2019). Dossiê Juventudes Contemporâneas e Educação - Diálogos Possíveis. *Textura - Ulbra*, 21(47), 2-5.
- Ferrari, A., Castro, R. P. (2014). Pensando a diversidade sexual nas escolas. *Rev. Diversidade e Educação*, 2(4), 20-26.
- Foucault, M. (2008). *A arqueologia do saber*. (7ª ed.). Forense Universitária.
- Louro, G. L. (2013). Currículo, Gênero e sexualidade: o “normal”, o “diferente” e o “excêntrico”. In: Louro, G. L., Felipe, J., & Goellner, S. V. (Org.). *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo*. (9.ª ed). Vozes.
- Magalhães, J. C., & Ribeiro, P. R. C. (2019). Saberes e (in)visibilidades dos corpos trans nos espaços educativos. In: Marco, F. F. de (org.). Dossiê Educação em Ciências, relações de gênero e sexualidades: velhos conflitos e novos diálogos. *Ensino Em Revista*. MG, 26(1)121- 146.
- Meyer, D. E. (2012). Abordagens pós-estruturalistas de pesquisa na interface educação, saúde e gênero: perspectiva metodológica. In: Meyer, D. E. Paraíso, M. A. (Org.) *Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação*. Mazza Edições.

ESCUA FEMINISTA COMO PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO E CUIDADO ENTRE JOVENS MULHERES

Julia Ogashawara de Oliveira¹, Raquel Baptista Spaziani^{1,2}

¹ Universidade Federal de São Paulo

² Departamento Saúde, Clínica e Instituições, Instituto Saúde e Sociedade/Universidade Federal de São Paulo

julia.ogashawara@unifesp.br

Resumo

As desigualdades de gênero se evidenciam no cotidiano de meninas e mulheres de diversas formas, como por meio da injusta divisão sociosexual do trabalho, da objetificação dos seus corpos, bem como da vitimização física, psicológica e sexual. Articulada a essas questões, tem-se a construção social adultocêntrica a qual naturaliza as opressões e violências contra jovens mulheres como efeito das relações de poder entre as gerações. Este estudo tem como objetivo analisar as compreensões de jovens mulheres sobre os atravessamentos das desigualdades de gênero em suas vidas. Isso, por meio de encontros reflexivos feministas que visaram a emancipação e o cuidado entre jovens mulheres por meio da arte. Esta pesquisa-ação está sendo realizada com jovens de idade entre 15 e 18 anos que frequentam um equipamento de contraturno escolar na Baixada Santista (SP, Brasil), por meio de rodas de conversa. Como resultados do primeiro encontro, cujo tema norteador foi “ser mulher” na juventude, percebemos a compreensão sobre as opressões e o sexismo cotidianamente expressos em suas vidas, desde muito jovens. As participantes disseram sobre estereótipos, desigualdades e violências de gênero, mas também se apoiaram para buscar formas de transformação social. A arte esteve presente em todo o encontro, como forma de disparar e refletir sobre a temática. Entendemos que exercitar um lugar de escuta feminista com essas jovens mulheres é uma maneira de construir estratégias de cuidado com e para esta população, bem como de refletir sobre as redes de acolhimento existentes entre elas e a arte como estratégia de fortalecimento.

Palavras-chave: Feminismos; Juventudes; Emancipação; Cuidado

Abstract

Gender inequalities are evident in the daily lives of girls and women in different manners, such as through the unfair socio-sexual division of labor, the objectification of their bodies, as well as physical, psychological and sexual victimization. Linked to these issues, there is the adult-centric social construction which naturalizes oppression and violence against young women as an effect of power relations between generations. This study aims to analyze the understandings of young women about the crossings of gender inequalities in their lives. This, through reflective feminist meetings which aimed the emancipation and care among young women through art. This action-research is being carried out with young people aged between 15 and 18 years old who attend an after-school facility in Baixada Santista (SP, Brazil), through conversation circles. As a result of the first meeting, whose guiding theme was “being a woman” in youth, we realized the understanding of the oppressions and sexism expressed daily in their lives, from a very young age. The participants talked about stereotypes, inequalities and gender violence, but also

supported each other to seek ways of social transformation. Art was present throughout the meeting, as a way of triggering and reflecting on the theme. We understand that exercising a place of feminist listening with these young women is a way of building care strategies with and for this population, as well as reflecting on the existing embracement networks among them and art as a strengthening strategy.

Keywords: Feminisms; Youths; Emancipation; Care

INTRODUÇÃO

Mas o que escutamos e nos transforma em feministas? Escutamos as verdades das mulheres fora dos dogmas do patriarcado; escutamos a criatividade, a paciência, a coragem e a sobrevivência de mulheres submetidas a um regime de poder cruel que as discrimina, oprime e mata. Precisamos de outras mulheres que nos ensinem a escutar, por isso quanto mais diverso for o feminismo, mais inclusiva será nossa escuta e capacidade de transformação. (Diniz, 2022, p. 23).

As experiências vivenciadas pelas mulheres não são resultados de uma essência feminina ou “destino biológico”, mas sim das relações desiguais de gênero. A injusta divisão sociosexual do trabalho, a objetificação sexual dos corpos femininos, o *continuum* de violência iniciado já na infância, a marginalidade das experiências transgêneras e travestis, a invisibilidade da bissexualidade, lesbianidade e assexualidade, são alguns exemplos disso.

Articulada a essas questões, tem-se a construção social adultocêntrica a qual naturaliza as opressões e violências contra jovens mulheres como efeito das relações de poder entre as gerações. De acordo com as pesquisadoras Gessner, Fonseca e Oliveira (2014), a violência contra jovens mulheres é banalizada e manifestada sob formas socialmente aceitáveis. Assim, entende-se que o adultocentrismo articulado ao gênero produz outras desigualdades sociais e sofrimentos decorrentes desse processo. Muitas das violências contra mulheres ocorrem no espaço doméstico, inclusive durante a infância e a juventude. Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (Brasil, 2022), 61,3% das vítimas de violência sexual são meninas com idade entre 0 e 13 anos.

Para além do ambiente doméstico, é importante evidenciar as violências de gênero dentro das escolas, considerando que as jovens permanecem um tempo considerável no ambiente escolar. Piero, Piero e Bortolozzi (2021) reconhecem que existe uma falta de dados sobre a violência baseada em gênero na escola, o que se deve, entre outros desafios, à falta de identificação ou da denúncia dessas situações. No entanto, apontam a realidade dessa violência e a necessidade da implementação de espaços de diálogo sobre educação sexual com preceitos feministas, de modo a promover a emancipação e autonomia das jovens mulheres.

Nesse sentido, considerando a importância de uma escuta feminista voltada às jovens mulheres, tivemos como objetivo analisar as suas compreensões sobre os atravessamentos das desigualdades de gênero em suas vidas. Isso, por meio de rodas de conversa que visaram a emancipação e cuidado por meio da arte.

METODOLOGIA

Esta pesquisa segue uma abordagem qualitativa, exploratória, do tipo pesquisa-ação. Segundo Antônio Severino (2013), a pesquisa-ação é uma metodologia científica que visa compreender, analisar e intervir na situação, com a intenção de modificá-la. Neste sentido, a coleta de dados é pensada de modo a possibilitar reflexões e transformações no contexto em questão.

Para isso, a pesquisa se articula ao projeto de extensão “Mulheres, Arte e Cuidado” (Spaziani, 2021), da Universidade Federal de São Paulo, Instituto Saúde e Sociedade. Este projeto de extensão visa promover espaços de escuta sensível, acolhimento e partilha de experiências direcionadas às mulheres da Baixada Santista, por meio das produções de conhecimento e arte feministas.

As ações empreendidas neste estudo, em andamento, dizem respeito às rodas de conversa com jovens mulheres, com idade entre 15 e 18 anos, que frequentam um equipamento de contraturno escolar. Os dados analisados no presente trabalho dizem respeito ao primeiro encontro, cujo tema norteador foi “ser mulher” na juventude.

RESULTADOS

O encontro contou com a participação de 19 jovens. Como questão disparadora para a reflexão, indagamo-as “o que você já escutou sobre ‘ser mulher’?”. Dentre as falas que surgiram, destacamos a construção discursiva que destina exclusivamente às mulheres o lugar de cuidado. Algumas das respostas foram tais como: “Mulher é só para ficar na cozinha”; “Nenhum homem vai casar com uma mulher ignorante que mal sabe cozinhar. Lugar de mulher é na cozinha”; “Ser mulher é cuidar da casa”; “Como assim você não gosta de cozinhar e limpar banheiro? Você é mulher”; “Já escutei que ser mulher é bem mais fácil. Porque homens acham que ela tem que ser dona de casa e não trabalhar, ter responsabilidades somente com casa e filhos”.

O estereótipo de mulher como “sexo frágil”, conseqüentemente, submissa aos homens também apareceu em suas falas: “Ser mulher é ser vulnerável. Ser mulher é ser frágil”; “Mulher boa é mulher obediente”; “A mulher tem que ser submissa ao homem”; “Sexo frágil. Mulher foi feita para agradar os homens”; “Mulher foi feita para servir o homem”.

Ainda que em menor intensidade, relatos relacionados aos padrões estéticos – branco e magro – foram presentes: “Para ser uma mulher boa, tem que ser branca, magra e que obedeça ao outro”; “Não poder ter cabelo curto para não ficar menos feminina”; “Você precisa emagrecer

para arrumar um marido". Do mesmo modo, questões relacionadas ao mercado de trabalho e objetificação sexual de seus corpos: *"Mulher tem mais dificuldades na vida, no mercado financeiro"; "Mulher divorciada é vagabunda"; "Ser puta por ficar com muitas pessoas"*).

O encontro seguiu com as jovens sendo convidadas a intervir em um papel pardo, expressando os sentimentos e as diferentes formas de se vivenciar as feminilidades, por meio de frases e desenhos, sendo finalizado com uma roda de conversa. Neste momento, algumas jovens relataram uma certa dificuldade em escutarem as frases, sentindo-se diretamente atingidas. No entanto, ao intervirem juntas no papel pardo passaram a se sentir mais fortalecidas: *"Eu acho que o que a gente escreveu, o que a gente pintou, desenhou, é uma forma de a gente expressar que não é assim, que a gente não é só isso que a gente escreveu no papel que a gente já escutou"; "Eu acho que cada um expressou a mesma indignação/raiva sobre esses assuntos da sua forma. Tipo, por exemplo, para alguns são uma bagunça, para outros mostra sinais de chega, não dá mais. Acho que cada um conseguiu demonstrar de uma forma"*.

Durante o momento de compartilhamento e discussão, uma das participantes declarou ter aprendido com a mãe a importância do fortalecimento e cuidado entre mulheres. Enquanto isso, outra participante relatou esperança de mudança, ainda que em uma sociedade repleta de preconceitos.

CONCLUSÕES

Segundo a pesquisadora Débora Diniz (2022), uma escuta feminista envolve apreender a vida de outras mulheres, assim como reivindicar junto a elas os seus direitos. Ao escutarmos jovens mulheres temos a possibilidade de nos aproximar das suas significações sobre a sociedade e as suas estratégias de enfrentamentos às desigualdades de gênero. Essas jovens demonstraram se dar conta de muitas das opressões e violências que lhes atravessam, reproduzindo frases que lhes foram ditas desde pequenas. No entanto, nem sempre conseguem construir formas de lidar com tais tentativas de subalternização. Assim, foi no ato de estarem em grupo, produzindo juntas uma espécie de manifesto contra as desigualdades de gênero, que puderam se fortalecer no cuidado entre elas.

Assim, com esta pesquisa, esperamos construir dispositivos que potencializem as ações de jovens mulheres, além de estratégias de cuidado e emancipação entre elas por meio da arte. Entendemos que exercitar um lugar de escuta feminista com essas jovens é uma maneira de construir estratégias de cuidado com e para esta população, bem como de refletir sobre as redes de acolhimento existentes entre elas e a arte como estratégia de fortalecimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Brasil. (2022). *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*. Fórum Brasileiro de Segurança Pública.
Diniz, D., & Gebara, I. (2022). *Esperança feminista*. Rio de Janeiro, RJ: Rosa dos Tempos.

- Gessner, R., Fonseca, R. M. G. S., & Oliveira, R. N. G. (2014). Violência contra adolescentes: uma análise à luz das categorias gênero e geração. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, 104-110.
- Piero, M. F. O. D., Piero, A. M. O. D., & Bortolozzi, A. C. (2021). Violência baseada em gênero na escola: uma introdução ao conceito. In Bortolozzi, A. C., Ribeiro, P. R. M., Teixeira, F., Chagas, I., Vilaça, T., Mendes, P. de O. e S. P., Melo, S. M. M., Rossi, C. R., Martins, I. P. (orgs.). *Questões sobre gênero: novos paradigmas e horizontes*. Gradus Editora.
- Severino, A. J. (2013). *Metodologia do Trabalho Científico*. Cortez.
- Spaziani, R. B. (2021). *Mulheres, arte e cuidado*. Projeto de Extensão Universitária Unifesp – Baixada Santista. Santos, 2021. Aprovado pela Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da Unifesp (PROEX) em jul. 2021, cadastrado com Código PROEX: 20436 em <https://www.unifesp.br/reitoria/proec/programas-e-projetos>.

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO CONCEITO DE HETERONORMATIVIDADE DE PROFESSORAS DO ENSINO FUNDAMENTAL I

Rinaldo Correr¹, Lilian de Oliveira Lino²

¹ Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Campus Rio Claro)

² Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Campus Araraquara)

rinaldo.correr@unesp.br

Resumo

Este estudo objetivou analisar as Representações Sociais (RS) relacionadas à heteronormatividade em escolas de um município localizado no interior de São Paulo/Brasil. Pelas RS, os indivíduos dão sentido aos eventos, objetos e pessoas em seu ambiente social, fornecendo uma estrutura de significado e orientação. Deste modo, por meio de pesquisa qualitativa-descritiva e sob o aporte da Teoria das Representações Sociais (TRS), foram entrevistadas 17 professoras, de seis escolas, que responderam a quatro questões abertas sobre sexualidade, heteronormatividade, escola e comportamento. Os resultados observados apontam para um Núcleo Central de RS agrupados em concepções: ortodoxas, que explicam os comportamentos e expressões da sexualidade a partir dos dogmas religiosos e determinismo científico; heterodoxa, que buscam neutralizar as visões impregnadas dos dogmatismos/determinismos, por meio de uma relativização dos processos de normatização; indefinidas, em que não se define nenhuma teorização. Em conclusão, o corpo físico seria o lugar da sexualidade, em meio a uma multideterminação de fatores. A atração sexual estaria ligada ao corpo biológico, contudo, também pode ser influenciada e modificada pelo meio social/cultural. A sexualidade seria um fenômeno complexo, carregado de incertezas. Os relacionamentos produzem o auto-conceito, os quais indicam que a sexualidade está ancorada nas questões de gênero e expressas na polarização masculino/feminino, de maneira que, a produção das formas de expressão da sexualidade, tem o suporte no processo de identificação com uma teoria pessoal, que se manifesta pelas similitudes e contradições.

Palavras-chave: Heteronormatividade; Educação sexual; Formação docente, Representações sociais

Abstract

This study aimed to analyze the social representations (SR) related to heteronormativity in schools located in a city in the interior of São Paulo//Brazil. Through SR, individuals make sense of events, objects and people in their social environment, providing a structure of meaning and orientation. Therefore, using a qualitative-descriptive approach and drawing on the Theory of Social Representations (TSR), 17 female teachers from six schools were interviewed. They responded to four open-ended questions about sexuality, heteronormativity, school and behavior. The observed results point to a Central Core of SR grouped into different conceptions: orthodox, which explain behaviors and expressions of sexuality based on religious dogmas and scientific determinism; heterodox, which seek to neutralize the ingrained views of dogmatism/determinism by turning relative the process of normalization; and undefined, where no theorization is defined. In conclusion, the physical body is seen as the site of sexuality amidst

a multidetermination of factors. Sexual attraction is linked to the biological body, however, it can also be influenced and modified by the social/cultural environment. Sexuality is a complex phenomenon full of uncertainties. Relationships shape self-concept, indicating that sexuality is anchored in gender issues and expressed through the male/female polarization, so that the production of forms of sexual expression is supported by the process of identification with a personal theory, which manifests through similarities and contradictions.

Keywords: Heteronormativity, Sex education, Teacher training, Social Representations

INTRODUÇÃO

A escola se define como um espaço social cujo papel fundamental é o de contribuir para a formação e desenvolvimento integral dos (as) alunos (as), ou seja, sua função deve transcender a transmissão de conhecimentos acadêmicos, como oportunidade para o diálogo, para trocas experienciais, de aprendizagem que leve ao respeito pela diversidade e que possibilite a construção de relações interpessoais saudáveis, pautadas em valores como empatia, respeito, cooperação e cidadania. A escola é um ambiente multifacetado, plural e interacional, em que a inclusão curricular de temas sobre sexualidade, gênero e diversidade, tem representado um desafio, palco de disputas ideológicas e religiosas.

As políticas que definem os currículos e os materiais reproduzem estereótipos, preconceitos e exclusões, perpetuando desigualdades e marginalizando alguns grupos sociais. Não há neutralidade na construção do currículo, este é influenciado pelas relações de poder e interesses políticos que refletem e reproduzem visões de mundo específicas, com impacto nas identidades dos indivíduos (Silva, 2011).

Nesses discursos, os corpos na escola são desprovidos de desejo, não estão ligados aos prazeres eróticos e, na verdade, não são reconhecidos como forças constitutivas de identidade nas práticas sociais (Lopes, 2008).

A escola, como uma instituição responsável pela formação e espelhamento das práticas sociais, também desempenha um papel na manutenção de padrões heterossexuais e comportamentos heteronormativos, por meio de suas práticas pedagógicas. Consequentemente, é uma instituição que reproduz desigualdades e exclui aqueles que não se enquadram nas normas heterossexuais, uma vez que possui mecanismos de diferenciação, como classificação, ordenamento e hierarquização (Louro, 2012). Assim, este estudo objetivou analisar as RS relacionadas à heteronormatividade, tendo em vista compreender quais as concepções que circundam a construção desse conhecimento no meio docente.

METODOLOGIA

As RS podem ser compreendidas como construções sociais que moldam a maneira como os indivíduos interpretam e compreendem a realidade, enraizadas em valores, crenças, atitudes e ideologias, presentes em uma determinada sociedade. Por meio dessas representações, os indivíduos dão sentido aos eventos, objetos e pessoas em seu ambiente social, fornecendo uma estrutura de significado e orientação. Moscovici (2004) atribui uma relevância significativa ao senso comum ao abordar as RS.

Na presente pesquisa, optamos pela abordagem estrutural proposta por Jean-Claude Abric (2000). Essa escolha se justifica pelo fato de que se baseia no princípio de que as RS são organizadas em torno de um núcleo central, que desempenha o papel de elaborar o significado e a estrutura interna de uma determinada RS.

Nesse sentido, após a pesquisa ser submetida e liberada pelo Comitê de Ética, foram realizadas entrevistas semiestruturadas no período entre fevereiro e abril de 2023, com 17 professoras, que atuam no Ensino Fundamental I, de uma rede pública municipal de ensino, localizada no interior de São Paulo/Brasil. O roteiro de entrevista foi constituído por quatro blocos temáticos de questões: 1) versou sobre sexualidade, em seu sentido amplo; 2) apresentou questões referentes a heteronormatividade; 3) buscou possibilitar a opinião das entrevistadas sobre os assuntos presentes nas questões anteriores (sexualidade e heteronormatividade) dentro do contexto escolar; 4) contemplou, por meio de evocação da memória das participantes, experiências e ações que, tomadas no âmbito escolar, eram referentes à sexualidade dos (as) alunos (as). A análise dos dados obtidos foi conduzida seguindo duas etapas: a primeira consistiu em realizar uma cuidadosa análise do discurso dos participantes, com a finalidade de identificar as RS presentes; na segunda, foram estabelecidas categorias de análise que visaram destacar os elementos mais relevantes do discurso. Dessa forma, os dados submetidos a uma leitura minuciosa, foram, em seguida, agrupados e identificados no núcleo central, partindo dos elementos periféricos (menos frequentes e sensíveis) até chegar aos elementos centrais (mais fortes e predominantes).

RESULTADOS

Os resultados obtidos estão apresentados a seguir, permeados pelas discussões que elaboramos a partir das reflexões críticas, do viés conceitual da TRS.

1ª. Categoria de análise: Concepção Ortodoxa da Heteronormatividade

Observamos que a normalização/naturalização da heterossexualidade se apoia no dogmatismo religioso. É possível analisar que, a sexualidade humana é um *problema* a ser enfrentado a partir do paradigma de uma *natureza imutável*, que pode sofrer influências de uma cultura social, sempre pendente para a degeneração moral. Nesse horizonte conceitual, a educação é um instrumento social no combate a essa tendência, a partir do recrudescimento e da disciplina

rígida. No âmbito das relações intergeracionais observa-se uma valorização do passado, pela dimensão conservadora/reacionária, e que as gerações atuais passam por interferências inexplicáveis e inaceitáveis.

2ª. Categoria de análise: Concepção Heterodoxa da Heteronormatividade

Nesse constructo acerca da heteronormatividade, emerge uma representação que busca neutralizar as visões impregnadas dos dogmatismos/determinismos, por meio de uma relativização dos processos de normatização. Por esta via, a sexualidade se enquadra na diversidade humana, e aponta para um princípio de respeito da liberdade. Nessa RS, os resultados apontam para uma construção social de expressão da sexualidade, pela qual, esta seria resultante de poli causalidades que abarcam comportamentos diversos. As relações geracionais atestam uma aceitação de mudanças comportamentais, como outras formas de expressão da sexualidade que podem ser aceitas, respeitadas e até valorizadas.

3ª. Categoria de análise: Concepções Indefinidas da Heteronormatividade.

Nessa RS, não se observa uma definição clara de nenhuma teorização. O bem-estar humano estaria dependente do autoconceito e a identificação pessoal seria o produto de uma construção. Assim, a expressão da sexualidade, seja heteronormativa ou diversa, é resultante da influência do meio externo, que se identifica com processos culturais e de aprendizagem. Nessa análise, o corpo físico seria o lugar da sexualidade, em meio a uma multideterminação de fatores, que poderiam ser ampliados para uma ideia de corporeidade, crivada de elementos existenciais e permeadas pela pessoa, pelo ser.

CONCLUSÕES

Os resultados observados apontam para um Núcleo Central de RS que circunscrevem uma sexualidade ancorada nas questões de gênero e expressas na polarização masculino/feminino, de maneira que, a produção das formas de expressão da sexualidade, tem o suporteno processo de identificação com uma teoria pessoal, que se manifesta pelas similitudes e contradições, presentes no processo de formação da subjetividade humana. Nesta direção, o discurso heteronormatizador, foi fortemente denotado, o que leva a perpetuação de violências, reafirmadas e reproduzidas no âmbito escolar. Nessa direção, o espaço escolar precisa se reformular e proporcionar momentos de debates, escuta, de discussão sobre a construção histórica do ser feminino e masculino, sendo fundamental a discussão nos espaços escolares sobre questões de gênero e sexualidade, para que possamos ter uma educação de qualidade, compreendendo que ter acesso a essas informações é também um direito. A explicitação dessas concepções contribuiu para o enfrentamento dos desafios atuais na curricularização da educação sexual nas escolas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abric, J. C. (2000). A abordagem estrutural das Representações Sociais. In A. S. P. Moreira, & D.C. Oliveira (Orgs.). *Estudos Interdisciplinares de representação social* (2a.ed.). AB.
- Lopes, L. P. M. (2008). Sexualidades em sala de aula: discurso, desejo e teoria queer. In V.M. Candau, & A. F. Moreira (Eds.), *Multiculturalismo, diferenças culturais e práticas pedagógicas*. Vozes.
- Louro, G. L. (2012). Gênero, Sexualidade e Educação: Uma perspectiva pós-estruturalista (14a ed.). Vozes.
- Moscovici, S. (2004). Representações sociais: Investigações em psicologia social (2a ed.) Vozes.
- Silva, T.T. (2011). *Alienígenas na sala de aula* (9a ed.). Vozes.

DISCURSOS ANTIFEMINISTAS ONLINE: UNA APROXIMACIÓN EMPÍRICA DESDE LA JUVENTUD EN CATALUÑA

Anna Iñigo, Laura Fernández

Department of Library and Information Science and Audiovisual Communication, Universitat de Barcelona

annavicente@ub.edu

Resumen

La proliferación del discurso de odio se ha convertido en un tema recurrente en nuestra sociedad. Esta investigación busca conocer cuáles son los espacios virtuales en los que se manifiestan los discursos antifeministas y antiLGTBIQ+ de la extrema derecha y quiénes son los principales actores que la protagonizan según las experiencias de diversos grupos de jóvenes que viven en la ciudad de Barcelona y su área metropolitana. Fruto del trabajo de campo del proyecto “Transmedia Gender & LGBTI+ Literacy” se ha detectado que las redes sociales y la cultura digital amplifican una mentalidad de confrontación y polarización en lugar de un diálogo constructivo, fomentando la idea de que los feminismos son un dogma que no admite discusión o responden a intereses particulares típicos de grupos de interés tales como sectas o lobbies. Por otro lado, también es necesario resaltar el desinterés o indiferencia hacia el movimiento feminista y LGBTIQ+ entre la juventud. Esperamos conocer cómo las mutaciones narrativas y mediáticas están generando nuevos marcos de expansión de discursos antifeministas que, de forma consciente o inconsciente, el colectivo joven está adoptando, y que favorecen una polarización en la opinión pública de los feminismos. A partir de los resultados obtenidos, nos proponemos generar materiales educativos de alfabetización mediática con perspectiva feminista LGBTIQ+ que puedan interpelar a la juventud, siendo este un actor clave para la co-creación de los materiales.

Palabras-chave: Discursos de odio online; Feminismos LGBTIQ+; Sexualidades; Juventud; Alfabetización mediática

Abstract

The proliferation of hate speech has become a recurring theme in our society. This research seeks to understand the virtual spaces in which the anti-feminist and anti-LGTBIQ+ discourses of the extreme right are displayed and who are the main actors according to the experiences of various groups of young people living in the city of Barcelona and its metropolitan area. As a result of the fieldwork of the ‘Transmedia Gender & LGBTI+ Literacy’ project, it has been detected that social networks and digital culture amplify a mentality of confrontation and polarisation instead of constructive dialogue, fostering the idea that feminisms are a dogma that does not admit discussion or that respond to particular interests typical of interest groups such as cults or lobbies. On the other hand, it is also necessary to highlight the lack of interest and indifference towards the feminist and LGBTIQ+ movements among young people. We hope to identify how narrative and media mutations are generating new frameworks for the expansion

of anti-feminist discourses which, consciously or unconsciously, young people are adopting, therefore favoring a polarization of public opinion on feminisms. Based on the results obtained, we propose to generate educational materials on media literacy with a feminist LGBTIQ+ perspective that can engage with young people, who are key actors in the co-creation of the materials.

Keywords: Online hate speech; LGBTIQ+ feminisms; Sexualities; Youth; Media literacy

INTRODUCCIÓN

Si bien la cultura de la participación y la convergencia de medios de comunicación han facilitado la visibilización de colectivos históricamente infrarrepresentados, impulsado la acción feminista y promovido la creación de comunidades con ideas y objetivos sociales afines, también en los medios se ha generado una contra-respuesta reactiva de los sectores de la extrema derecha que promueven posturas reaccionarias y machistas frente al progreso de los derechos fundamentales de las mujeres y del colectivo LGBTIQ+.

La proliferación del discurso de odio se ha convertido en un tema recurrente en nuestra sociedad y se encuentra a la orden del día. En este sentido, es destacable el aumento de los discursos de odio y las violencias dirigidas hacia grupos específicos, como el colectivo LGBTIQ+ y las mujeres, han ocupado un espacio importante en redes sociales como Twitter, Discord, Twitch, TikTok, YouTube e Instagram, entre otros.

La juventud es un grupo especialmente activo en el uso de las redes sociales y estas se han convertido en un espacio esencial de socialización, interacción y aprendizaje, por lo cual es fundamental analizar cómo el discurso antifeminista se presenta en el entorno virtual y es potencialmente incorporado por la juventud, afectando sus percepciones sobre el género y la diversidad sexual. Esta investigación busca conocer cuáles son los espacios virtuales en los que se manifiestan los discursos antifeministas y antiLGTBIQ+ de la extrema derecha y quiénes son los principales actores que la protagonizan según las experiencias en primera persona de diversos grupos de jóvenes que viven en la ciudad de Barcelona y su área metropolitana. El principal objetivo de esta investigación se basa en detectar, mapear y analizar los espacios virtuales y agentes de influencia que promueven contenidos de odio contra las mujeres y el colectivo LGBTIQ+ y que identifican las personas jóvenes entrevistadas.

METODOLOGÍA

Para responder a los objetivos expuestos, se plantea una aproximación interdisciplinaria al objeto de estudio que se aborde desde una estrategia cualitativa, puesto que esta se adapta a análisis abiertos y permite profundizar en discursos y significados sociales (Delgado & Sánchez, 2023). Este artículo incluye parte de los resultados del proyecto “Transmedia Gender & LGBTI+ Literacy”, que parte de epistemologías feministas queer de la sexualidad y el cuerpo (Esteban, 2013) y propone un enfoque etnográfico que sigue los preceptos de la etnografía a corto plazo (Pink & Morgan, 2013). El enfoque etnográfico, basado en las perspectivas de los participantes y en la inmersión de las investigadoras en el contexto, nos permite explorar las perspectivas de las personas jóvenes para descubrir particularidades y similitudes en cuanto a sus patrones y modelos de interacción en relación con el aprendizaje informal de las sexualidades. De hecho, es una metodología consolidada en los estudios de juventud y medios (boyd, 2014).

La investigación ha seguido diversos pasos: a) Gestión de contactos y consentimientos; b) Talleres participativos sobre género y sexualidades para sumergir a el equipo investigador en los universos y comprensiones de la juventud participante; c) Talleres creativos para explorar temas específicos sobre sexualidades; y, d) Entrevistas en profundidad para profundizar en las experiencias de los y las jóvenes. Hemos trabajado con cuatro centros educativos de Barcelona y su área metropolitana: dos institutos, un grupo de estudiantes universitarios y un centro de educación no formal para adolescentes socialmente vulnerables.

De forma más específica, nos hemos centrado en los espacios virtuales detectados como significativos por los y las jóvenes con quienes hemos trabajado. Así, se entiende esta metodología desde una perspectiva interdisciplinaria para comprender las prácticas, significados y significantes, patrones culturales y valores (Pink et al., 2019) en relación con los contenidos de la extrema derecha contra las mujeres y el colectivo LGTBIQ+.

RESULTADOS

Fruto del trabajo de campo ya realizado, las investigadoras implicadas en el proyecto I+D+I “Transmedia Gender & LGBTI+ Literacy” hemos observado como chicos y chicas jóvenes muestran posturas claramente antifeministas o en contra del colectivo LGTBIQ+ y se refieren a las luchas feministas y por los derechos LGTBIQ+ en términos de “ideología de género”, concepto ampliamente difundido por los grupos ultraderechistas.

En este sentido, es importante destacar que estos youtubers, streamers e influencers son líderes de opinión que siguen una estrategia política basada en la “manosfera” (Ging & Siapera, 2018; García-Mingo, et al., 2022). Esta estrategia se vale de discursos sobre la victimización masculina, el señalamiento (demonización/ridiculización) del feminismo (y las feministas), y una consiguiente oleada reaccionaria y toma una serie de herramientas discursivas como el humor ofensivo, la descontextualización y los falsos debates (Delgado & Sánchez-Sicilia, 2023). Dichas estrategias han revelado tener un impacto directo en las definiciones de las identidades de

género disidentes de la norma, así como en sus posicionamientos políticos y han demostrado que la cultura antifeminista opera hacia fuera (confrontando políticamente y viralizando significados sociales) y hacia adentro (afianzando afectivamente y creando un marco común de referencia).

Se ha detectado cómo las redes sociales y la cultura digital amplifican una mentalidad de confrontación y polarización en lugar de un diálogo constructivo, fomentando la idea de que los feminismos son un dogma que no admite discusión. Además, parte de la juventud acepta la concepción del movimiento feminista como un grupo de interés cerrado —secta o lobby— que responde a intereses particulares. Se establece así una separación entre el conjunto de las mujeres, por un lado, y el movimiento feminista, por otro, negándole al último su condición de movimiento social y acusándolo de usurpar la voz de las mujeres para recibir subvenciones del Estado o beneficios sociales tales como las cuotas de género en diferentes sectores.

Por otro lado, también es necesario resaltar el desinterés o indiferencia hacia el movimiento feminista y LGBTIQ+ entre la juventud. Algunos jóvenes manifiestan sentir que los problemas de género no son relevantes para sus vidas o no les afectan directamente, que la igualdad de género es un asunto del pasado, que ya se ha superado (Gill, 2007) o que hay temas más importantes por los cuales preocuparse.

CONCLUSIONES

Las redes sociales se están constituyendo como espacios fiables para legitimar discursos promovidos por la extrema derecha, facilitando que los y las jóvenes que consumen estos contenidos puedan interiorizar las ideas que se desprenden y lleguen a legitimar y fomentar violencias dentro y fuera del espacio virtual.

En sintonía con los Estudios LGBTIQ+, de género y comunicación, esperamos conocer a través de esta investigación cómo estas mutaciones narrativas y mediáticas están generando nuevos marcos de expansión de discursos antifeministas que, de forma consciente o inconsciente, el colectivo joven está adoptando, y que favorecen una polarización en la opinión pública de los feminismos. En este contexto, a partir de los resultados obtenidos, nos proponemos generar materiales educativos de alfabetización mediática con perspectiva feminista que puedan interpelar a la juventud, siendo este un actor clave para la co-creación de los materiales. Internet y las redes sociales se presentan así como espacios de reproducción de violencias estructurales y a la vez como espacios de emancipación a través de los cuales la juventud puede acceder a recursos, explorar sus identidades y construir espacios seguros.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Álvarez-Benavides, A., & Jiménez, F. (2020). *Estrategias de comunicación de la nueva extrema derecha española. De Hogar Social a Vox, del alter-activismo a la doctrina del shock.*

- Revista Latinoamericana Estudios de la Paz y el Conflicto*, 1(2), 55-78.
<https://doi.org/10.5377/rlpc.v1i2.9833>
- boyd, d. (2014). *It's complicated: The social lives of networked teens*. Yale University Press.
- Delgado Ontivero, L., & Sánchez-Sicilia, A. (2023). Subversión antifeminista: análisis audiovisual de la Manosfera en redes sociales. *Revista Prisma Social*, 40, 181–212.
<https://revistaprismasocial.es/article/view/4958>
- García-Mingo, E., Díaz Fernández, S., & Tomás-Forte, S. (2022). (Re)configurando el imaginario sobre la violencia sexual desde el antifeminismo: el trabajo ideológico de la manosfera española: el trabajo ideológico de la manosfera española. *Política y Sociedad*, 59(1), e80369. <https://doi.org/10.5209/poso.80369>
- Gill, R. (2007). Postfeminist media culture: Elements of a sensibility. *European Journal of Cultural Studies*, 10(2), 147–166. <https://doi.org/10.1177/1367549407075898>
- Ging, D., & Siapera, E. (2018). Special issue on online misogyny. *Feminist Media Studies*, 18(4), 515-524. <https://doi.org/10.1080/14680777.2018.1447345>
- Esteban, M. L. (2013). *Antropología del cuerpo. Género, itinerarios corporales, identidad y cambio*. Bellaterra Edicions.
- Pink, S., Horst, H., Postill, J., Hjorth, L., Lewis, T., & Tacchi, J. (2019). *Etnografía digital: principios y prácticas*. Morata.
- Pink S., & Morgan, J. (2013). Short-term ethnography: intense routes to knowing. *Symbolic Interaction*, 36(3), 351–361. <http://www.jstor.org/stable/symbinte.36.3.351>

GÉNERO, SAÚDE E OS MEDIA: UMA INTERVENÇÃO COM ESTUDANTES DE ENSINO SUPERIOR EM PORTUGAL

Alana de Andrade Santana¹, Cláudia Dias Prioste², Filomena Teixeira³

¹ Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Coimbra

² Faculdade de Ciências e Letras - Campus Araraquara – UNESP

³ Centro de Investigação Didática e Tecnologia na Formação de Formadores da Universidade de Aveiro, Núcleo de Investigação Educação, Formação e Intervenção da Escola Superior de Educação de Coimbra, Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Coimbra
alana.deas@gmail.com

Resumo

O presente trabalho teve como objetivo conceber, implementar e avaliar um projeto de intervenção em educação para a saúde, no âmbito da literacia mediática, que integrasse questões de género veiculadas pelos media e sua contribuição para a saúde de futuros/as professores/as. Para tal, foi elaborado um questionário pré e pós-teste e um guião para análise dos media a partir de dois modelos conceptuais. O primeiro no âmbito da literacia mediática e o segundo relativo à desconstrução de estereótipos de género. A intervenção envolveu estudantes do 3.º ano da licenciatura em Educação Básica de uma instituição pública de ensino superior em Portugal. Contemplou um conjunto de seis sessões, em sala de aula, com uma duração aproximada de 60 minutos cada, onde se pretendeu desenvolver competências de literacia mediática e maior conscientização da igualdade de género, mediante análise e reflexão crítica de mensagens de género veiculadas pelos media e seus efeitos na saúde. Os resultados evidenciam: i) o aprimoramento de competências em literacia mediática; ii) o aumento da conscientização da igualdade de género; iii) o reconhecimento de como a literacia mediática e a igualdade de género são abordadas nos currículos de formação inicial de professores; iv) uma maior perceção e análise das mensagens de género veiculadas pelos media e seus efeitos na saúde. Conclui-se ser necessário investir na formação inicial docente de modo a possibilitar a implementação futura de ações que promovam a literacia mediática e a igualdade de género.

Palavras-chave: Literacia mediática; Igualdade de género; Competências de literacia mediática

Abstract

This work aimed to conceive, implement and evaluate an intervention project in health education, within the scope of media literacy, which would integrate gender issues conveyed by the media and their contribution to the health of future teachers. To this end, a pre- and post-test questionnaire and a guide for media analysis based on two conceptual models were prepared. The first in the context of media literacy and the second on the deconstruction of gender stereotypes. The intervention involved students in the 3rd year of their degree in Basic Education at a public institution of higher education in Portugal. It included a set of six sessions, in the classroom, with an approximate duration of 60 minutes each, which aimed to develop media literacy skills and greater awareness of gender equality, through analysis and critical reflection of gender messages conveyed by the media and its effects on health. The results show: i) the improvement of skills in media literacy; ii) raising awareness of gender equality; iii) recognition of how media literacy and gender equality are addressed in initial teacher education

curricula; iv) greater perception and analysis of gender messages conveyed by the media and their effects on health. It is concluded that it is necessary to invest in initial teacher training in order to enable the future implementation of actions that promote media literacy and gender equality.

Keywords: Media literacy; Gender equity; media literacy skills

INTRODUÇÃO

Este trabalho de investigação, no âmbito da educação para a saúde visa promover competências de literacia mediática que integrem a reflexão crítica das relações de género veiculadas pelos media.

A educação para os media, ainda nos primeiros anos do ensino básico, desempenha um papel fundamental na formação de cidadãos e cidadãs que, no futuro, possam ser capazes de pensar e agir criticamente em uma sociedade digital e, além disso, os/as possa preparar para o exercício da cidadania numa perspetiva mais inclusiva. Para alcançar esse objetivo, é necessário intervir na formação inicial de futuros/as professores/as, desenvolvendo competências de literacia mediática.

A Comissão das Comunidades Europeias, no documento intitulado *Recomendação da Comissão*, de 20 de agosto de 2009, define a literacia mediática como a capacidade de aceder aos conteúdos mediáticos, compreendê-los e avaliá-los criticamente nos seus diferentes aspetos e, além disso, criar comunicações em diversos contextos.

A UNESCO (2013) destaca que a alfabetização mediática e informacional (AMI) “expande o movimento pela educação cívica que incorpora os professores como os principais agentes de mudança”. Dessa forma, professores e professoras têm um papel relevante na promoção da literacia mediática fomentando discussões acerca da perpetuação de estereótipos de género e preconceitos veiculados pelos media.

A Agenda 2030 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, adotada pelos Estados-membros das Nações Unidas, estabeleceu 17 objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), onde se insere o objetivo número 5, “Igualdade de género”, que visa “alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e raparigas” através de ações como a extinção de todas as formas de discriminação contra mulheres e raparigas, em todo o mundo, e a eliminação de todas as formas de violência contra todas as mulheres e raparigas nas esferas pública e privada, incluindo o tráfico e a exploração sexual e de outros tipos (ONU, 2015).

Neste sentido e com este enquadramento, o projeto tem como objetivo elaborar ações direcionadas ao desenvolvimento de competências de literacia mediática crítica, mediante discussão de questões de igualdade de género, para que jovens, professores e professoras em formação inicial, possam construir conhecimentos e desenvolver competências de literacia mediática, a par de uma compreensão crítica das conceções de género veiculadas pelos media e seus efeitos na saúde.

Partindo da questão de investigação “De que modo uma intervenção na formação inicial de professores/as que desenvolva competências em literacia mediática e igualdade de género pode melhorar a perceção e análise das mensagens veiculadas pelos media e seus efeitos na saúde?” formulou-se o objetivo geral: conceber, implementar e avaliar um projeto de intervenção em educação para a saúde, no âmbito da literacia mediática que integre questões de género veiculadas pelos media e seu contributo para a saúde de futuros/as professores/as.

METODOLOGIA

O projeto apresenta uma abordagem metodológica mista de recolha e análise de dados. Recorreu-se, numa primeira fase, à técnica de inquérito por questionário.

O preenchimento do questionário foi *online* e a participação consentida e voluntária. O questionário foi utilizado antes e depois da implementação do projeto com o propósito de conhecer o perfil do público-alvo, suas competências e necessidades no âmbito da literacia mediática e suas conceções a respeito de questões de género veiculadas pelos media. Os dados obtidos também serão úteis para avaliar os seguintes aspetos: i) caracterizar os e as participantes antes da intervenção; conhecer os efeitos do projeto, na população estudada, após a intervenção. O questionário, de tipo misto, era constituído, maioritariamente, por perguntas fechadas e algumas abertas.

O projeto de intervenção contemplou um conjunto de seis sessões, em sala de aula, com uma duração média de 60 minutos cada. Em cada sessão foram trabalhadas as diferentes competências de literacia mediática, resumidas em cinco categorias, a saber: aceder, analisar, avaliar, criar e participar. A primeira sessão destinou-se a explorar e despertar o interesse dos/das participantes para a adesão ao projeto e a aplicação do questionário pré-teste; a segunda sessão foi dividida em 3 momentos. Primeiramente, realizou-se uma exposição dialogada sobre os conceitos de sexo, género, identidade de género e orientação sexual; em seguida realizou-se uma atividade intitulada “Dinâmica da Empatia”, ao som da música *Melhor de mim*, da cantora Mariza, com o intuito de provocar a reflexão sobre como a conduta e comportamento de cada um/a impacta nos outros, positivamente ou negativamente; e, por último, foi trabalhada a competência de aceder aos media através da atividade de recolha de mensagens mediáticas durante o Dia Internacional da Mulher, nas redes sociais; a terceira sessão foi realizada com recursos tecnológicos educacionais, como *Kahoot*, *Mentimeter* e

Padlet, para revisar os temas trabalhados nas sessões anteriores, e foi exibido um pequeno filme sobre o tema estereótipos género identificados em sala de aula, da agência de comunicação criativa, MullenLowe London; na quarta sessão foi trabalhada a dimensão crítica da literacia mediática com o exercício de aprender a olhar os anúncios publicitários e memes selecionados previamente; na quinta sessão deu-se continuidade à atividade prática de desenvolvimento de competências em literacia mediática com auxílio do guião de análise dos media. Desse modo, os/as participantes puderam melhorar a capacidade de análise, questionamento e crítica de mensagens mediáticas com o intuito de desvelar os valores, as crenças socioculturais e intenções veiculados pelos media; aprender a interpretar, avaliar e criticar os estereótipos de género, valores dominantes e ideologias produzidas pelos media; a sexta e última sessão do projeto foi destinada à apresentação e discussão da criação em grupo da mensagem mediática numa perspetiva de igualdade de género, de modo a propor um olhar inclusivo e plural na sua criação publicitária.

Na elaboração da proposta de intervenção adotaram-se as seguintes referências: o livro digital intitulado *Literacia para o Século XXI: Guia de Orientação Literacia dos Media*, de 2011, desenvolvido pelo *Center for Media Literacy* (CML), que apresenta modelos de ações estratégicas para o desenvolvimento de competências e habilidades de literacia mediática; o *Guía didáctica para el análisis de los videojuegos*, coordenado por Díez Gutiérrez em 2004; e o documento da Unesco, de 2013, intitulado *Alfabetização midiática e informacional: currículo para professores*. Além desses trabalhos, procedeu-se a adaptação dos questionários utilizados por Carvalho (2015), por Pereira, Pinto e Moura (2015), além do *Guía de Equilibrio de Género para médios e de materiais didáticos* publicados pelo Programa EducaMídia.

RESULTADOS

Retomando a questão de investigação, os resultados a curto prazo, alcançados com a finalização das sessões do projeto, permitem constatar que a intervenção realizada permitiu: aprimorar competências em literacia mediática e o aumento nos e nas participantes da conscientização da igualdade de género; contribuir para uma reflexão sobre o modo como a literacia mediática e a igualdade de género são abordadas nos currículos de formação inicial de professores; melhorar os níveis de perceção e análise das mensagens de género veiculadas pelos media, bem como dos seus efeitos na saúde dos e das participantes.

CONCLUSÕES

A literacia mediática e as discussões acerca de género e sexualidade são dois grandes eixos temáticos de grande relevância na atualidade. O primeiro destaca-se como fundamental para a promoção da cidadania ativa, ética e inclusiva. Já o segundo destaca-se pela necessidade

urgente de eliminarmos toda e qualquer forma de violência, preconceito e discriminação baseada no género e na sexualidade das pessoas.

A união desses dois campos de conhecimento e de discussões representa uma possibilidade de reflexão sobre a necessidade de produção de novos modos de pensar e educar, alicerçados na igualdade entre sexos e na promoção de um ambiente educacional com menos estereótipos e sem discriminação de género e orientação sexual, de forma que, no futuro, como resultado a longo prazo, se possa contribuir efetivamente para a promoção da equidade e a igualdade global.

Urge investir na formação inicial docente de modo a possibilitar a implementação futura de ações que promovam a literacia mediática e a igualdade de género.

Recomenda-se a replicação do projeto em outros países, nomeadamente no Brasil, para se obter mais dados e informações sobre os contributos das competências em literacia mediática para a saúde e a promoção da igualdade de género. Além disso, a realização deste trabalho em outras culturas pode contribuir não só para a partilha de experiências e de resultados nas diferentes comunidades em que for realizado, mas também para fomentar inovações de práticas educativas salutaras em literacia mediática e igualdade de género.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Edições 70.
- Carvalho, T. A. (2015). *Avaliação dos níveis de literacia mediática: Estudo exploratório com adultos no mercado de trabalho*. [Master's thesis, Universidade do Minho]. Repositório institucional da Universidade do Minho. <https://hdl.handle.net/1822/34309>
- Comissão Europeia (CE). (2009). Recomendação da Comissão sobre literacia mediática no ambiente digital para uma indústria audiovisual e de conteúdos mais competitiva e uma sociedade do conhecimento inclusiva. Recomendação 2009/625/CE de 20 de agosto. <http://data.europa.eu/eli/reco/2009/625/oj>
- Díez Gutiérrez, E. [coord.] (2004). Investigación desde la práctica. Guía didáctica para el análisis de los videojuegos. CIDE/Instituto de la Mujer.
- Lacerda, S., & Ochs, M. (2022). Instituto Palavra Aberta. *Baralho da Educação Midiática*. https://educamidia.org.br/api/wp-content/uploads/2020/11/BaralhoEducaMidia_IMPRESSAO.pdf
- Organização das Nações Unidas (ONU). (2015). Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável. *Centro de Informação Regional das Nações Unidas para a Europa Ocidental*. <https://unric.org/pt/Objetivos-de-Desenvolvimento-Sustentavel>
- Pereira, S., Pinto, M., & Moura, P. (2015) *Níveis de literacia Mediática: Estudo Exploratório com Jovens do 12º ano*. CECS - Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho. <https://hdl.handle.net/1822/40488>
- Thoman, E., & Jolls, T. (2008). *Alfabetização para o Século 21: Uma Visão Geral e Guia de Orientação para Educação para a alfabetização midiática*. Centro de alfabetização midiática. http://webpace.ship.edu/hliu/etextbook/theory/doc/media%20literacy_v02.pdf

WAN-IFRA Women in News. (2020). *Guía de Equilibrio de Género: para medios*.

<https://genderbalancecontent.womeninnews.org/es/>

Wilson, C., Grizzle, A., Tuazon, R., Akyempong, K., & Cheung, C. (2013). *Alfabetização mediática e informacional: currículo para formação de professores*. UNESCO.

<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000220418>

A EDUCAÇÃO SEXUAL COMO PRESSUPOSTO DE UMA SOCIEDADE DEMOCRÁTICA

Gabriella Rossetti Ferreira, Michele Garcia, Paulo Rennes Marçal Ribeiro
São Paulo State University - UNESP
Gaby_gabriella13@hotmail.com, michele.garcia@unesp.br, paulo.rennes@unesp.br

Resumo

O presente trabalho, de natureza bibliográfica, tem por objetivo, refletir sobre necessidades e propostas de ação em educação sexual no contexto brasileiro, considerando o retrocesso dos quatro últimos anos de governo (2019-2022) que pressupõe o restabelecimento de diálogo, formação e intervenção na escola. Do estudo feito foi possível apontar os seguintes resultados: que hoje a sexualidade não se encontra entre as prioridades da aprendizagem, não obstante o fato de já ter sido identificado nos anos 1990-2000 que a sexualidade mesmo quando não verbalizada, esteve presente nas formas como a escola estabeleceu seus discursos e orientou suas práticas pedagógicas. Como conclusão faz-se necessário o restabelecimento de caminhos para se pensar na reintrodução da educação sexual no espaço escolar brasileiro e em investimentos na formação de professores e professoras.

Palavras-chave: Educação sexual; Sociedade; Escola

Abstract

The present work, of a bibliographical nature, aims to reflect on needs and proposals for action in sexual education in the Brazilian context, considering the setback of the last four years of government (2019-2022), which presupposes the reestablishment of dialogue, training and intervention at school. From the study carried out, it was possible to point out the following results: that today sexuality is not among the priorities of learning, despite the fact that it had already been identified in the years 1990-2000 that sexuality, even when not verbalized, was present in the ways in which the school established its discourses and guided its pedagogical practices. In conclusion, it is necessary to re-establish ways to think about the reintroduction of sex education in the Brazilian school space and investments in the training of teachers.

Key Words: Sexual education; Society; School

INTRODUÇÃO

De 2019 a 2022, pela primeira vez desde a redemocratização do Brasil, em 1988, o país viveu a experiência de ter à sua frente um governo de extrema-direita (eleito democraticamente) que, intempestiva e ideologicamente, fez a educação sexual regredir pelo menos 60 anos.

O processo de institucionalização dos saberes sexuais no Brasil efetivou-se nas primeiras décadas do século XX, com farta produção de livros e o interesse de vários médicos e educadores

por temáticas sexuais que resultaram nas primeiras propostas de educação sexual e na criação, em 1933, do Círculo Brasileiro de Educação Sexual, instituição responsável por ministrar palestras para o público, pela criação de um Boletim de Educação Sexual, pela organização de eventos, sendo seu fundador, o médico José de Albuquerque, um pioneiro e grande incentivador da educação sexual (Reis & Ribeiro, 2004).

Nos anos 1990-2000, imediatamente após a redemocratização e a promulgação da Constituição de 1988, sociedades científicas e universidades realizaram muitos estudos, implantaram grupos de investigação e publicaram muitos livros e artigos científicos sobre sexualidade e educação sexual, período este que possibilitou o desenvolvimento, a ampliação e divulgação do campo da educação sexual. Em 1997 foram publicados os Parâmetros Curriculares Nacionais, diretrizes de ensino do Ministério da Educação em que, pela primeira vez e oficialmente, o governo federal reconhecia e incentivava a educação sexual na escola (Bedin et al., 2020; Ribeiro, 2019).

Paralelamente, a sociedade evoluía nas questões sociais, a liberdade de expressão era corrente e valorizada, havia políticas públicas voltadas para a igualdade de gênero e combate à homofobia e o direito à educação além da informação era debatido e buscava-se ampliar sua esfera de ação. Gadotti (2010) dizia que o direito à educação engloba, mas não se restringe ao direito de aprendizagem, assim como, não é qualquer modelo de educação que se presta ao desenvolvimento social, ao aprimoramento ético dos indivíduos, à valorização da cidadania e à consolidação dos valores democráticos.

No entanto, com o avanço de ideologias de direita contrárias a uma revolução e evolução da sociedade brasileira a partir de 2014, questionou-se como nunca as liberdades democráticas, de expressão e de costumes. Uma ideologia fundamentalista cristã se instala e se fortalece nos ambientes social e político, influenciando a percepção e os valores de muitos segmentos da população brasileira e culminando na eleição, em 2018, de um presidente da República que desconstrói todo um arcabouço que sustentava as conquistas sociais, os direitos e a liberdade que estavam dando corpo a uma sociedade mais crítica e reflexiva, inclusive no campo da sexualidade e da educação sexual (Bortolozzi & Ribeiro, 2022; Junqueira, 2022). É a ascensão do obscurantismo, a instauração de um sistema político, cultural e social que nega o conhecimento e a ciência, aliás tema muito bem analisado por Duarte et al. (2020). A própria BNCC – Base Nacional Comum Curricular, documento normativo da educação básica, é influenciado pelo pensamento conservador e à direita (Carreira, 2019), e suprime todo conteúdo explicitamente voltado para questões de gênero, sexualidade e educação sexual

METODOLOGIA

A metodologia utilizada consistiu em uma pesquisa qualitativa bibliográfica, por meio de leitura e releitura de obras encontradas em uma revisão da literatura em que foram buscadas no Google Acadêmico (Brasil) publicações entre 2019 e 2022 que pudessem subsidiar um ensaio

com reflexões sobre o período do governo Bolsonaro. O estudo qualitativo permite maior riqueza de aprofundamento da análise, buscando o entendimento de fenômenos socialmente construídos em uma dada situação, de forma a compreender as atitudes, valores, concepções e ideologias.

RESULTADOS

O estudo realizado nos permitiu acessar informações a análises referentes aos retrocessos ocorridos em diferentes espaços sociais, culturais, educacionais e políticos do Brasil, a saber: as políticas bolsonaristas de governo (Junqueira, 2022), a disseminação de discursos de ódio e *fake news* como estratégias de ação política e de convencimento social (Mello, 2020), como se processou a derrocada do pensamento pró liberdades sociais e a proliferação de ideias e comportamentos à direita contrários às liberdades e direitos (Ribeiro, 2019), a militarização das escolas públicas brasileiras como estratégia de controle educacional e do pluralismo de pensamento e concepções de ensino (Santos & Cara, 2020) e a disseminação do ódio aos professores (Moura & Salles, 2018).

CONCLUSÕES

A proposta de ação em Educação Sexual tem por intenção constituir a partir do diálogo, da problematização e da desconstrução de discursos naturalizados, caminhos para a vivência da sexualidade, livre de tabus e preconceitos. Nesse sentido, as propostas educacionais desenvolvidas nos diferentes espaços educativos precisam se preocupar com o respeito às diferenças e com o enfrentamento às violências.

Ao invés de se construírem propostas educativas preocupadas com a normalização e regulação das crianças e adolescentes, é fundamental implementação de práticas que permitam que os sujeitos se constituam livres e responsáveis para a vivência plena de sua sexualidade, que devem ser trabalhadas e desenvolvidas de forma sistemática a partir da problematização de temas e discussões como: as múltiplas identidades, as violências sexistas e LGBTQIA+fóbicas, questões como as Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) e a SIDA, a constituição de novas práticas entre as pessoas como o sexting¹⁶, as mídias, a sexualidade infantil e o discurso construído sobre a pureza das crianças, entre tantos outros temas que permeiam as relações sociais dos sujeitos e que precisam encontrar nos espaços educativos oportunidades concretas que desenvolvam

¹⁶ Sexting, é a expressão originada da união de duas palavras em inglês sex (sexo) e texting (envio de mensagens). O ato consiste em enviar conteúdo provocatório de caráter sexual (nudismo ou seminudismo, em práticas de relações sexuais ou não) por meio de textos, fotos, vídeos, por meio de celulares, tablets ou computadores (BARROS, 2014).

discussões a seu respeito. Igualmente, é importante pensar a Educação Sexual enquanto ação de cidadania e direitos humanos (Maia & Ribeiro, 2011; Ribeiro, 2013).

Pensar o quanto criações curriculares já em curso vêm sendo desenvolvidas, formando alunos nas escolas nas mais diferentes condições, dar visibilidade a essas criações, enfrentando o pensamento hegemônico que busca esvaziar as realidades de sua cotidianidade criativa, investir no seu potencial de multiplicação e espalhamento, fazendo disso também uma denúncia contra discursos impositivos e desqualificantes, são atitudes úteis à luta pela educação pública, laica, gratuita e de qualidade socialmente referenciada é uma responsabilidade que precisamos assumir nesse processo de enfrentamento com o golpe de Estado em curso e suas políticas educacionais. E, como explica Cássio (2019), a escola brasileira necessita se transformar e superar as barreiras impostas, desenvolvendo estratégias para sua redemocratização. Uma escola democrática e inclusiva precisa também desenvolver ações e refletir sobre questões envolvendo sexo, gênero e educação sexual, estimular o combate a homofobia, promover a igualdade de gênero e compreender que cidadania e direitos são elementos constitutivos da educação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bedin, R. C., Muzzeti, L. R., & Ribeiro, P. R. M. (2020) A institucionalização do conhecimento sexual no Brasil: sexologia e educação sexual do século XIX aos nossos dias. *Humanidades & Inovação*, 7, 71-88.
- Bortolozzi, A. C., & Ribeiro, P. R. M. (Orgs.). (2022) Enfrentando a barbárie: temas emergentes sobre sexualidade, gênero e educação em cenários antidemocráticos. Gradus Editora. .
- Carreira, D. (2019). Gênero na BNCC: dos ataques fundamentalistas à resistência política. In: Cássio, F., Catelli, Jr., R. (Orgs.). *Educação é a Base? 23 educadores discutem a BNCC* (pp. 59-83). Ação Educativa.
- Duarte, N., Santos, S. S., & Duarte, E. C. M. (2020). O obscurantismo bolsonarista, o neoliberalismo e o produtivismo acadêmico. *Revista Eletrônica de Educação*, 14, 1-18.
- Gadotti, M. (2010). *Escola cidadã*. Cortez.
- Junqueira, R. D. (2022). A agenda antigênero como diretriz das políticas de estado bolsonaristas. In A. C. Bortolozzi, & P. R. M. Ribeiro. *Enfrentando a barbárie: temas emergentes sobre sexualidade, gênero e educação em cenários antidemocráticos* (pp. 11-32). Gradus Editora.
- Maia, A. C. B., & Ribeiro, P. R. M. (2011). Educação sexual: Princípios para ação. *Doxa: Revista Brasileira de Psicologia*. Departamento de Psicologia da Educação da FCL/UNESP, 15(1), 75-84.
- Mello, P. C. (2020). A máquina do ódio: notas de uma repórter sobre fake news e violência digital. Companhia das Letras.
- Moura, F. P., & Salles, D. da C. (2018). O Escola Sem Partido e o ódio aos professores que formam crianças (des)viadas. *Periódicus*, 9(1), 136-160.
- Reis, G. V., & Ribeiro, P. R. M. (2004). A institucionalização do conhecimento sexual no Brasil. In Ribeiro, P. R. M. (Org.), *Sexualidade e educação: aproximações necessárias*. Arte & Ciência, 27-71.

- Ribeiro, P. R. M. (2019). Desafios contemporâneos em Educação Sexual: a perda do ambiente mental, social e escolar. In R. Desidério, M. N. D. Figueiró, P. R. M. Ribeiro, P. O. S. P. Mendes, S. M. M. Melo, V. I. A. Maistro, & V. C. Bastos (Orgs.). *Interseccionalidade e transgressões em Educação Sexual* (pp. 29-39). Syntagma Editores.
- Ribeiro, P. R. M. (2013). A educação sexual na formação de professores: sexualidade, gênero e diversidade enquanto elementos de uma cidadania ativa. In A. O. Rabelo, G. R. Pereira, & M. A. S. Reis (Orgs.) *Formação docente em sexualidade e gênero: entrelaçando teorias, políticas e práticas*. D. P. & A, 7-15.
- Santos, C. de A., & Cara, D. T. (2020). Militarização das escolas públicas no Brasil e o financiamento: da educação como um direito à educação como privilégio. In S. G. de L. Mendonça, J. C. Miguel, S. Miller, & E. C. Kohle (Orgs.). *(De)formação na escola: desvios e desafios* (pp. 167-190). Oficina Universitária & Cultura Acadêmica.

GÊNERO E CIÊNCIA NO YOUTUBE: TECENDO ALGUMAS ANÁLISES

Yasmin Teixeira Mello, Joanalira Corpes Magalhães, Paula Regina Costa Ribeiro
Universidade Federal do Rio Grande - FURG
yasmin.mello22@gmail.com

Resumo

O presente artigo é um recorte da pesquisa de doutorado que vem sendo desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Educação em Ciências da Universidade Federal do Rio Grande – Furg. O objetivo deste texto é investigar os sentidos que são produzidos sobre a importância das discussões de gênero e ciência em canais da plataforma YouTube. Para tanto, analisamos vídeos que se constituem enquanto entrevistas com mulheres cientistas. Esses vídeos estão presentes nos canais da plataforma YouTube protagonizados por mulheres cientistas brasileiras. Para análise foram selecionados 4 vídeos que apresentassem entrevistas com mulheres nas áreas das ciências e que no seu conteúdo fosse problematizado a importância dos artefatos culturais nas discussões de gênero e ciência. A partir da análise dos vídeos podemos perceber que os artefatos culturais, como é o caso dos vídeos do YouTube, têm sido entendidos como produções potentes para a ampliação das discussões de gênero e ciência, proporcionando a visibilidade de diferentes mulheres cientistas que estão inseridas no campo da ciência. Assim, como o fato de pensar este artefato cultural enquanto um espaço educativo que pode atingir um maior número de pessoas e auxiliar a desnaturalizar discursos que promovem as desigualdades entre os gêneros.

Palavras-chave: Mulheres; Gênero; Ciência; YouTube

Abstract

This article is an excerpt of the doctoral research that has been developed in the Graduate Program in Science Education of the Federal University of Rio Grande – Furg. The objective of this text is to investigate the meanings that are produced about the importance of discussions of gender and science in YouTube channels. To this end, we analyzed videos that constitute interviews with women scientists. These videos are present on the YouTube platform channels starring Brazilian women scientists. For analysis, 4 videos were selected that presented interviews with women in the areas of sciences and that in their content was problematized the importance of cultural artifacts in discussions of gender and science. From the analysis of the videos, we can see those cultural artifacts, as is the case of YouTube videos, have been understood as powerful productions for the expansion of discussions of gender and science, providing the visibility of different women scientists who are inserted in the field of science. Thus, as the fact of thinking of this cultural artifact as an educational space that can reach a greater number of people and help to denaturalize discourses that promote inequalities between the genders.

Keywords: Women; Gender; Science; YouTube

INTRODUÇÃO

Historicamente percebemos as desigualdades entre os gêneros no campo científico, fato que ainda ressoa atualmente. A produção científica esteve nas mãos de homens por muitos anos e foi, a partir da segunda metade do século XX, que as mulheres passaram a reivindicar sua inserção e reconhecimento na ciência (Silva & Ribeiro, 2011). Logo, os Estudos de Gênero e Ciência possibilitaram/possibilitam olhar para a história da ciência e questionar a (in)visibilidade das mulheres nesse espaço, impulsionando os movimentos de luta e de visibilidade. Nesse processo, os artefatos culturais têm se constituído enquanto produções potentes para ampliação desse debate. Os artefatos culturais podem ser definidos como “produções resultantes de processos de construção social e cultural” (Oliveira & Magalhães, 2017, p. 95), sendo resultado de conjuntos de práticas discursivas, em que a partir das relações de poder¹⁷ possibilitam a atribuição de significados as práticas sociais.

O trabalho realizado por Fontanetto (2021) problematiza como os vídeos de divulgação científica no YouTube estimulam o debate sobre a temática entre jovens de ensino médio. Assim, podemos perceber o quanto as produções dessa plataforma têm visibilizado e potencializado as discussões sobre as temáticas de gênero e ciência.

Diante disso, o objetivo deste trabalho é investigar os sentidos que são produzidos sobre a importância das discussões de gênero e ciência em canais da plataforma YouTube. Para tanto, analisamos vídeos que se constituem enquanto entrevistas com mulheres cientistas.

METODOLOGIA

Para produção dos dados, foi realizada uma busca pelos descritores “mulheres cientistas”, “pesquisadoras”, “mulheres na ciência” e “gênero e ciência”, entre os meses de agosto de 2020 a fevereiro de 2022 na plataforma de compartilhamento de vídeos YouTube. A partir dessa busca foi realizada a identificação dos canais independentes do YouTube protagonizados exclusivamente por mulheres cientistas brasileiras e que apresentassem pelo menos um vídeo que problematizasse as questões de gênero e ciência.

¹⁷ Nesta pesquisa utilizamos poder sobre uma perspectiva foucaultiana, ou seja, como uma relação de ações sobre ações, em que os indivíduos não só circulam nessa rede, mas também estão em posição de exercer o poder e de sofrer sua ação e, por sua vez, de resistir a ele (Foucault, 2006).

Para a escrita deste artigo foram selecionados 4 vídeos, em que o critério utilizado para a seleção destes foi que apresentassem entrevistas com mulheres nas áreas das ciências e que problematisassem no decorrer do vídeo a importância dos artefatos culturais nas discussões de gênero e ciência. A seguir apresentamos brevemente os vídeos analisados:

Vídeo 1: “Doutorado em Matemática Aplicada ft. Julia Lemos | Mulheres na Matemática” produzido pelo canal A matemaniaca que pertence a licenciada em matemática Julia Jaccoud e se trata de uma entrevista com a matemática Julia Lemos.

Vídeo 2: “Mulheres incríveis: Alinka Lépine-Szily | # 84” produzido pelo canal Mulheres na ciência que pertence a física nuclear Debora Peres Menezes e pela licenciada em física Marinês Domingues Cordeiro e se trata de uma entrevista com a física Alinka Lépine-Szily.

Vídeo 3: “Mulheres na ciência ft. Peixe Babel e Bit de Prosa” produzido pelo canal A matemaniaca que pertence a licenciada em matemática Julia Jaccoud e se trata de uma entrevista com as cientistas da computação Camila Laranjeira e Virgínea Fernandes Mota.

Vídeo 4: “Primeira PhD em Física do Brasil: Profª Drª Sônia Guimarães | Mulheres negras na ciência” produzido pelo canal Física preta que pertence a física Carleane Patrícia da Silva e se trata de uma entrevista com a física Sônia Guimarães.

Para as análises utilizamos as ferramentas da Análise Cultural (AC), que segundo Rocha (2011), consiste em um instrumento de análise potente para compreender as relações entre comunicação e cultura, uma vez que é uma ferramenta que nos possibilita olhar para as práticas sociais analisando seus padrões. Assim, a AC nos possibilitou desnaturalizar e repensar os significados, as verdades e os fenômenos discursivamente produzidos nos vídeos nos possibilitando olhar para os vídeos enquanto espaços que também nos educam.

RESULTADOS

A partir da análise do material foi possível perceber, nos vídeos, a importância de trazer a discussão das questões de gênero e ciência para o espaço do YouTube, em que destacamos os seguintes recortes dos vídeos:

No vídeo 1 a entrevistada Julia Lemos salienta que cada vez mais os seus pares estão percebendo a importância de se discutir o espaço das mulheres na matemática por conta do contato que estão tendo com o assunto através das mídias. Para além dessa percepção da importância de se discutir a presença das mulheres no campo científico, para que aconteça uma maior participação de mulheres nas áreas da ciência é necessário criar mecanismos capazes de enfrentar esses números, como as políticas públicas e maior visibilidade de cientistas mulheres em artefatos culturais. Uma forma de combater esse baixo número de mulheres na ciência é salientado nos vídeos 2 e 4, em que no vídeo 4 a entrevistada Sônia Guimarães menciona ouvir na sua trajetória

que nunca ia conseguir e que não usaria física para nada, bem como não percebia mulheres como ela ocupando esse espaço. Contudo, a cientista salienta que mesmo assim “foi lá e fez.” Ela ainda destaca que a representatividade nas mais variadas instâncias é importante, mas caso não se ache alguém, ela comenta para que as meninas não parem as suas carreiras.

Apesar de se compreender a importância de discutir essa temática em artefatos culturais, no vídeo 3 a protagonista do canal Julia Jaccoud disse que percebeu que apesar de o canal já ter anos de existência ela nunca havia falado sobre o assunto de gênero e ciência em seus vídeos, e a entrevistada Camila Laranjeira, que também possui um canal no YouTube, falou que demorou muito para fazer o primeiro vídeo sobre a temática por medo dos comentários negativos, mas quando fez recebeu vários comentários positivos de estar discutindo a temática.

A partir dos dados é possível perceber, a partir do vídeo 1, quanto os artefatos culturais, como os vídeos do YouTube, têm se mostrado importantes instrumentos produções para a discussão das temáticas de gênero e ciência por conta de atingir muitas pessoas e por ser um espaço que nos educa e subjetiva enquanto sujeitas/os. Assim, por esse motivo os vídeos podem “contribuir como potentes ferramentas para as discussões acerca dos debates sobre gêneros e ciência” (Caseira & Magalhães, 2019, p. 264).

Desta forma, é inegável a importância da representatividade de mulheres nas áreas da ciência em que sua participação ainda é menor se comparada a presença e participação dos homens, assim como destacado nos vídeos 2, 3 e 4. Porém, é “necessário sempre problematizar que representatividade é essa apresentada nos artefatos culturais que buscam visibilizar a história de mulheres cientistas” (Caseira & Magalhães, 2019, p. 271) para que possamos não cair em estereótipos que reforcem desigualdades e preconceitos.

Assim, as autoras Caseira e Magalhães (2019) salientam que “é importante a ampliação de quem está sendo representada, com vistas a não cair em um modelo único de cientista mulher, levando em conta os aspectos étnicos raciais, geracionais, de classe, gênero, entre outros” (p. 271), para que de fato todas as possibilidades de ser mulher cientistas sejam pensadas e representadas de forma abranger toda a diversidade.

Por fim, pode-se perceber os sentidos produzidos nos vídeos sobre a importância dos artefatos culturais no incentivo de meninas e mulheres a ingressarem nas diferentes áreas da ciência para que essas discussões ganhem força na atualidade.

CONCLUSÕES

Pensar a partir dos vídeos nos suscitou compreender que os artefatos culturais têm se apresentado como importantes produtos capazes de potencializar a discussão das temáticas de gênero e ciência tencionando as representações das mulheres nas diferentes áreas das ciências, pelo fato de atingir um alto número de pessoas e por ser um espaço que nos educa e subjetiva enquanto sujeitas/os.

Por fim, fomos mobilizadas a pensar em como os processos educativos que acontecem a partir de vídeos do YouTube podem produzir efeitos nos sujeitos, levando a naturalizar ou desnaturalizar os discursos generificados que causam as desigualdades entre os gêneros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Caseira, F. F., & Magalhães, J. C. (2019). Meninas e jovens nas Ciências Exatas, Engenharias e Computação: Raça-etnia, gênero e ciência em alguns artefatos. *Diversidade e Educação, 7*, 259-275.
- Foucault, M. (2006). *Microfísica do poder*. Graal.
- Rocha, S. M. (2011). Os estudos culturais e a análise cultural da televisão: considerações teórico-metodológicas. *Revista Interamerica de Comunicação Midiática, 10(19)*, 1-20.
- Silva, F. F., & Ribeiro, P. R. C. (2011). A participação das mulheres na ciência: problematizações sobre as diferenças de gênero. *Revista Labrys Estudos Feministas, 10*, 1-25.
- Oliveira, L. R., & Magalhães, J. C. (2017). Esse é o show da Luna: investigando gênero, ensino de ciências e pedagogias culturais. *Domínios da Imagem, 11(20)*, 95-118.

O ASSÉDIO SEXUAL NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR EM PORTUGAL – REPRESENTAÇÕES DE ESTUDANTES RELATIVAMENTE AO GÉNERO

Daniela Sofia Neto
Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra
Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra
danielaneto@ces.uc.pt

Resumo

O assédio sexual é uma forma de violência de género que tem vindo a ganhar atenção no seio das Instituições de Ensino Superior em Portugal (IES), no entanto, a investigação neste domínio é escassa. A vitalidade da Convenção de Istambul gerou acesos debates em torno desta problemática, expurgando os entendimentos acerca dos comportamentos que engloba e gerando (des)acordos que se prendem com a ilicitude do flirt e da sedução. Partindo da análise temática de *focus groups*, pretende-se explorar os entendimentos sobre o feminino e o masculino e a articulação com o assédio sexual. Esta análise conclui que prevalece a perpetuação de imagens estereotipadas que assentam em pressupostos patriarcais que têm vindo a manter a mulher numa posição subalterna.

Palavras-chave: Assédio sexual; Instituições de Ensino Superior; Género; *Focus Groups*

Abstract

Sexual harassment is a form of gender-based violence that has been gaining attention within Higher Education Institutions in Portugal (HEIs), however, research in this area is scarce. The vitality of the Istanbul Convention has generated heated debates around this issue, purging understandings about the behaviours it encompasses and generating (dis)agreements regarding the illicit nature of flirting and seduction. Based on a thematic analysis of focus groups, the aim is to explore understandings of femininity and masculinity and their articulation with sexual harassment. This analysis concludes that stereotypical images prevail, based on patriarchal assumptions which have maintained women in a subordinate position.

Keywords: Sexual Harassment; Higher Education Institutions; Gender; Focus Groups

INTRODUÇÃO

Partindo do reconhecimento que a violência de género é uma forma de violência que afeta homens e mulheres de forma desproporcional e que atinge maioritariamente mulheres, o presente artigo compreende o assédio sexual como uma forma de violência que assume estes contornos (Dias, 2008). Adotando uma perspetiva feminista, a análise do género torna-se imprescindível, por se tratar de um dos primeiros eixos através dos quais o poder se articula e é

a partir desta categoria que se fundam as diferenças entre o feminino e o masculino, assim como os discursos que são construídos à sua volta.

A investigação em torno do assédio sexual surgiu nos debates feministas da década de 1970, impulsionada sobretudo por MacKinnon (1979) que o definiu em torno da atenção sexual indesejada no contexto de uma relação desigual de poder que seria tacitamente aceite. Em Portugal, a investigação trilhada foca-se sobretudo no contexto laboral (Torres (Coord.) et al., 2016). Não obstante, os debates em torno do assédio sexual tomaram um novo relevo político e social com a Convenção de Istambul (Sottomayor, 2015), cujos debates culminaram com (des)entendimentos acerca da do piropo e com a confusão em torno ilicitude do flirt e da sedução (Câncio, 2015).

No que diz respeito à literatura acerca do assédio sexual nas IES, destaca-se a investigação conduzida por Till (1980), que revela que a prática de assédio se manifesta através do uso de autoridade para enfatizar a sexualidade e a identidade de género. Estudos mais recentes têm alertado para o mesmo fenómeno, sobretudo para o facto de ser considerado uma epidemia em todos os níveis de ensino, impactando indivíduos, grupos e organizações (Bondestam & Lundqvist, 2020).

Em Portugal, os estudos acerca do assédio sexual no ensino superior são escassos, destacando-se o facto de se inserirem em estudos mais amplos (cf. FAL, 2019).

METODOLOGIA

Com recurso a uma metodologia qualitativa este artigo apresenta resultados da aplicação de cerca de 4 sessões de *focus groups* envolvendo estudantes da Universidade de Coimbra inscritos no 1.º ciclo de estudos no ano letivo 2019/2020¹⁸. Cada sessão contou com cerca de 8 a 9 participantes e as sessões ocorreram em fevereiro de 2020. No total entrevistaram-se 33 pessoas: 15 do sexo masculino e 18 do sexo feminino.

Estas sessões seguiram um guião semiestruturado que partiu de questões amplas relacionadas com a IES, tendo-se progredido para questões específicas relacionadas com os papéis e expressões de género, assim como os entendimentos acerca da violência (com especial enfoque no assédio sexual). Os *focus groups* foram transcritos e submetidos a um processo de análise temática de acordo com os princípios elencados por Braun e Clarke (2006). A análise que se

¹⁸ As sessões de *focus groups* foram concretizadas no âmbito da Dissertação de Mestrado em Sociologia de Neto (2020).

apresenta objetiva dar a conhecer representações acerca dos papéis atribuídos ao feminino e ao masculino e as suas implicações para o modo como se percebe o assédio sexual.

RESULTADOS

Apesar da crescente feminização do universo estudantil, os resultados evidenciam a persistência de referências e práticas de denominação patriarcal assentes em estereótipos e que moldam as representações acerca do feminino e do masculino.

Os/as estudantes identificam a mulher como frágil, sensível e como tendo que corresponder a normas sociais que requerem delas algum recato, sobretudo na forma como se apresentam. Do mesmo modo, o homem é associado à força e à valentia, o que é particularmente evidente nos discursos de estudantes do sexo feminino.

Ao longo das sessões, os estudantes expuseram comportamentos grupais que se relacionam com os entendimentos sobre o assédio sexual e que se articulam com traços que entendem ser de *flirt* ou de sedução e que assumem que comprometem as mulheres:

Tenho casos concretos e no meu grupo de amigos que, quando passa aquela gaja demasiado boa e tal [...] não é por mal... é simplesmente aqueles comentários inapropriados [...] é algo que sai tão natural (Estudante E_F4, sexo masculino)

Um dos aspetos mais evocados prende-se com a apresentação das mulheres, em particular o vestuário, espelhando o modo como é entendido como indicador de disponibilidade sexual, que tem sido sublinhado também na literatura (Madriz, 1997; Mendes et al., 2013). Os estudantes categorizam as mulheres que utilizam roupas “mais ousadas” como “provocadoras” e referem que estas o fazem porque gostam de se sentir desejadas:

[...] tenho amigas minhas que se vestem de forma recorrente de... a gente pode aqui chamar de forma provocatória. Assim, vestir-se com roupas curtas, justas, que mostrem mais partes do corpo que outras... e eu acho que essas minhas colegas gostam, de certa forma, de se sentir desejadas (Estudante C_F4, sexo masculino)

Por outro lado, as raparigas referem que se trata de mecanismos patriarcais que continuam a mantê-las num estatuto de subalternidade. Do mesmo modo, evidenciam a preocupação em não poderem apresentar-se da forma que se sentem melhor.

Não é por eu estar com uma camisola transparente e um *brallete* que eu quero alguma coisa ou estou a permitir-lhe que digam “olha, queres vir?” ou alguma coisa (Estudante G_F2, sexo feminino)

É perante estas narrativas que se desvela a maior facilidade em culpabilizar a mulher relativamente a questões de índole sexual, sendo que essa culpabilização é mais severa em

relação aos homens sobretudo com questões que se apresentam com o modo como se apresentam.

CONCLUSÕES

Perante IES cada vez mais feminizadas, os discursos apresentados mostram como as normas patriarcais subsistem e se encontram imbricadas nas representações de estudantes, especialmente no que diz respeito aos papéis atribuídos ao feminino e ao masculino nas lógicas de sedução. Reforça-se a importância de estimular o debate e a reflexão acerca destes entendimentos, muitas vezes imbuídos em imagens estereotipadas, que apresentam implicações para o modo como o assédio sexual é percebido.

Este estudo apresenta limitações, nomeadamente na escassa reflexão acerca da comunidade LGBTQIA+ e dos potenciais efeitos da interseccionalidade.

Recomenda-se um maior investimento na investigação desta problemática, apelando a uma maior atuação nas IES com políticas educativas que visem a igualdade e não discriminação em razão do género, identidade e expressão de género no que concerne ao assédio sexual.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bondestam, F., & Lundqvist, M. (2020). Sexual harassment in higher education – a systematic review. *European Journal of Higher Education*, 10(4), 397–419. <https://doi.org/10.1080/21568235.2020.1729833>
- Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3(2), 77–101. <https://doi.org/10.1191/1478088706qp063oa>
- Câncio, F. (2015, dezembro 28). Piropos já são crime e dão pena de prisão até três anos. *Diário de Notícias*. <https://www.dn.pt/portugal/piropos-ja-sao-crime-e-dao-pena-de-prisao-ate-tres-anos-4954471.html>
- Dias, I. (2008). Violência e género em Portugal: abordagem e intervenção. *Cuestiones de género: de la igualdad y la diferencia*, 3, 153. <https://doi.org/10.18002/cg.v0i3.3829>
- FAL. (2019). Violência Sexual na Academia de Lisboa: Prevalência e Perceção dos Estudantes. <https://doi.org/10.1017/CBO9781107415324.004>
- MacKinnon, C. A. (1979). *Sexual harassment of working women: A case of sex discrimination*. Yale University Press.
- Madriz, E. (1997). *Nothing bad happens to good girls: Fear of crime in women's lives*. University of California Press.
- Mendes, J. M., Duarte, M., Araújo, P., & Lopes, R. (2013). Violência e relações de intimidade no ensino superior em Portugal: Representações e práticas. *Teoria & Sociedade*, 21.2, 87–112.
- Neto, D. S. (2020). *Afinal o que é o assédio sexual? - As Representações dos/as Estudantes da Universidade de Coimbra relativamente ao Assédio Sexual [Dissertação de Mestrado, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra]*. <http://hdl.handle.net/10316/94650>

- Sottomayor, M. C. (2015). A convenção de istambul e o novo paradigma da violência de género. *ex aequo - Revista da Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres*, 31. <https://doi.org/10.22355/exaequo.2015.31.08>
- Till, F. (1980). *Sexual Harassment. A Report on the Sexual Harassment of Students*. National Advisory Council on Women's Educational Programs.
- Torres (Coord.), A., Costa, D., Sant'Ana, H., Coelho, B., & Sousa, I. (2016). *ASSÉDIO SEXUAL E MORAL NO LOCAL DE TRABALHO* (Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE)). https://cite.gov.pt/documents/14333/141518/Assedio_Sexual_Moral_Local_Trabalho.pdf

GÉNERO E SEXUALIDADE NA ESCOLA: PERCEÇÕES DE FUTUROS/AS DOCENTES

Marcus Pereira Junior¹, Filomena Teixeira^{1, 2}, Ana Valente Rodrigues¹

¹ Centro de Investigação em Didática e Tecnologia na Formação de Formadores/Departamento de Educação e Psicologia/Universidade de Aveiro

² Escola Superior de Educação de Coimbra/ Instituto Politécnico de Coimbra
m.junior@ua.pt

Resumo

As escolas em Portugal, através de seus agentes, são confrontadas por múltiplos desafios, relativos a questões que atravessam fortemente as sociedades. Importa compreender se o espaço escolar deve assumir um protagonismo frente a questões sobre diversidade sexual e de género, de forma ampla, inclusiva e que rompa com práticas assentes em normatividades estruturais. Relativamente a futuros/as docentes para que esta percepção se construa de forma plena, cabem reflexões sobre transformações a serem semeadas no espaço escolar. Partindo da questão: "O que pensam futuros/as docentes sobre relações de género e sexualidade nas escolas?", desenvolveu-se um estudo que pretendeu investigar as percepções de universitários/as em cursos de primeiro e segundo ciclo a respeito da temática, através da aplicação de um questionário sobre questões de género e sexualidade em contexto escolar. Sendo um estudo exploratório, qualitativo e descritivo, com recurso à análise de conteúdo, aplicou-se o questionário "Relações de género e sexualidade na escola: um breve inquérito", com a participação de quarenta e três estudantes, que frequentavam cursos de licenciatura em Biologia e Geologia e mestrado em Ensino de Biologia e Geologia, de uma universidade portuguesa. Com oito questões, o questionário aborda a transversalidade do tema no quotidiano escolar, dando importância a determinados conceitos e sua aplicabilidade. O estudo sugeriu que, maioritariamente, futuros/as docentes, consideram fundamental abordar relações de género e sexualidade nas escolas, apesar de destacarem a existência de dificuldades na sua concretização. Urge, assim, pensar, implementar e avaliar estratégias que englobem entendimentos mais profícuos sobre diversidade sexual e de género nas escolas, em prol do fortalecimento do ideal de inclusão e valorização das minorias.

Palavras-chave: Futuros/as docentes; Diversidade sexual e de género; Escola; Questionário

Abstract

Schools in Portugal, through their agents, are confronted with multiple challenges, related to issues that strongly cross societies. It is important to understand if schools should assume a protagonism in front of issues of sexual and gender diversity, in a broad and inclusive way, breaking with practices based on structural normativities. Regarding future teachers, in order for this perception to be fully built, reflections about transformations to be sown in schools are appropriate. Starting from the question: "What do future teachers think about gender relations and sexuality in schools?", a study was developed to investigate the perceptions of university students in first and second cycle courses about the theme, through the application of a questionnaire on issues of gender and sexuality in the school context. As an exploratory, qualitative and descriptive study, using content analysis, the questionnaire "Gender relations

and sexuality at school: a brief survey" was applied, with the participation of forty-three students, attending undergraduate course in Biology and Geology and master in Biology and Geology Teaching, from a Portuguese university. With eight questions, the questionnaire addresses the transversality of the theme in everyday school life, giving importance to certain concepts and their applicability. The study suggested that most future teachers consider it essential to address gender and sexuality relations in schools, despite highlighting the existence of difficulties in its implementation. Thus, it is urgent to think, implement and evaluate strategies that encompass more fruitful understandings about sexual and gender diversity in schools, in favor of strengthening the ideal of inclusion and appreciation of minorities.

Keywords: Future teachers; Sexual and gender diversity; School; Questionnaire

INTRODUÇÃO

As escolas em Portugal, através de seus agentes são permanentemente confrontadas com desafios que, nem sempre acompanham, no imediato, as modificações que ocorrem nas sociedades, coexistindo diferentes estágios de transformação num mesmo espaço frente à transversalidade de múltiplas questões (Lima, 2022). Ou seja, enquanto para certas práticas sociais, em contínua e ampla ressignificação, as escolas se mantêm atentas e rapidamente procuram enquadrar-se nesta transmutação, parece que, no que respeita a determinadas questões, nomeadamente de género e sexualidade, isso não ocorre.

Na realidade, ainda parece prevalecer fortemente nos espaços de ensino os ideais binário e heteronormativo de perceções sobre as relações humanas, resultado de séculos de organização do pensamento ocidental (Butler, 2016; Carvalho & Teixeira, 2019). Ou seja, pode dizer-se que permanece nas escolas uma tendência à manutenção da dimensão biológica e dual sobre o entendimento das questões de género e sexualidade, conectadas a conceitos de estereótipos de género/sexo biológico, de identidade de género e de orientação sexual.

Ao olhar mais de perto esta ponte entre as sociedades e as escolas, no âmbito das perceções sobre as questões de género e sexualidade, prevalece o ideal de complementaridade e oposição entre os corpos masculino e feminino, reproduzido sobre a égide da normalidade e cujos discursos e atitudes são quotidianamente legitimados (Rubin, 2017). Consequentemente, a reprodução deste padrão nas escolas acaba por reforçar um modelo de categorização que só contribui para a desvalorização das diferenças e a manutenção de um status quo normativo e estrutural (Anastácio, 2018; Brás et al., 2019).

Relativamente a futuros/as docentes para que esta perceção se construa de forma plena, cabem reflexões sobre transformações que possam ser semeadas no espaço escolar (Silveira et al., 2021). A transversalidade da temática deverá, portanto, ser vislumbrada considerando-se a sua

relevância frente a aspetos sociológicos, filosóficos, psicológicos e antropológicos. Entender tal dimensão permite uma projeção sobre um olhar que alcance o espaço como um todo, numa contribuição conjunta e que perspetive um alcance em âmbito institucional e, até mesmo, para além dos muros da escola. Um bom exemplo seria a efetivação de colaborações com instituições de ensino superior, centros de investigação e redes específicas de apoio, de forma a dialogar com diferentes agentes da comunidade escolar sobre um entendimento mais abrangente acerca da diversidade sexual e de género e, conseqüentemente, do processo inclusivo em si (Souza et al., 2020).

Numa reflexão sobre a formação docente em sua globalidade, é fato que as instituições de ensino superior ainda apresentam dificuldades no que respeita à abordagem deste tema, tratando-se de um viés sistemático que perpassa as percepções dos agentes de formação de formadores (Díez-Gutierrez, 2020). Assim sendo, a partir da questão: "O que pensam futuros/as docentes sobre relações de género e sexualidade nas escolas?", desenvolveu-se um estudo que objetivou investigar as percepções de estudantes que frequentam cursos de formação docente de uma universidade pública portuguesa, através da aplicação de um questionário sobre questões de género e sexualidade em contexto escolar.

METODOLOGIA

Sendo um estudo exploratório, qualitativo e descritivo, com recurso à análise de conteúdo (Bardin, 2016), aplicou-se o questionário "Relações de género e sexualidade na escola: um breve inquérito", com a participação de quarenta e três universitários, a frequentar cursos de licenciatura em Biologia e Geologia e mestrado em Ensino de Biologia e Geologia, de uma universidade portuguesa. Com oito questões, o questionário foi respondido virtual, com recurso ao *software* Limesurvey (FormsUA), consistindo em questões fechadas, quer de escolha múltipla, quer com recurso a escalas de *likert* (exemplo: concordância e relevância). Cada participante recorreu à utilização de equipamentos eletrónicos próprios para responder ao questionário. Dado tratar-se de uma recolha de dados *online*, os e as participantes foram informados/as do *link* de acesso.

O questionário explora a transversalidade das relações de género e sexualidade no quotidiano escolar, através de aspetos relativos à relevância e pertinência da abordagem de tais questões nos espaços formais de ensino, bem como da importância sobre determinados conceitos e sua aplicabilidade, nomeadamente, estereótipos de género, expressões de género, identidades de género, violência de género e sexo.

RESULTADOS

Relativamente à primeira questão (Q1) "As questões de género e sexualidade devem ser abordadas nas escolas (dentro e fora da sala de aula)", mais de 95% dos participantes

concordam plenamente ou parcialmente com tal afirmação, demonstrando-se praticamente em sua totalidade a importância da temática ser explorada no ambiente escolar. Referente à segunda questão (Q2), relacionada com conceitos e os graus de importância atribuídos à sua abordagem no ensino secundário (dentro e fora de sala de aula), mais de 80% dos e das participantes consideram de muito importante a importante a abordagem de diferentes temas como, por exemplo, gravidez na adolescência, igualdade de género, infeções sexualmente transmissíveis e violência sexual e de género.

Desta forma, sugere-se não apenas a urgência em tratar as relações de género e sexualidade em meio escolar, mas também a relevância acerca da diversificação com que esta temática pode ser abordada. Ou seja, é de grande importância a compreensão sobre as perceções de docentes sobre o tema.

Quanto às respostas à terceira questão (Q3) sobre “temas que, na sua prática docente, se sente confiante para abordar com estudantes”, mais de 75% dos participantes consideram que docentes se sentem aptos a abordar com estudantes temas como gravidez na adolescência, igualdade de género e infeções sexualmente transmissíveis. Entretanto, temas como diversidade sexual e de género, estereótipos de género e expressões de género, foram considerados por mais de 60% dos e das participantes como temas em que docentes não se sentem aptos a explorar. Em relação à quarta questão (Q4) sobre “constrangimentos que dificultem e/ou impeçam uma abordagem mais sistemática das referidas temáticas com estudantes”, situações como falta de conhecimento científico de conteúdo, e questões escolares internas e externas foram considerados por mais de 55% dos e das participantes como as que mais impactam no que respeita ao desenvolvimento da temática no ambiente escolar.

Assim, constata-se a existência de uma lacuna entre a importância que é dada ao tema por futuros/as docentes e os hiatos relacionados com a formação docente. Ou seja, entende-se que embora exista um entendimento da relevância em tratar das relações de género e sexualidade no espaço escolar, corre-se o risco de recorrer a estratégias em que, involuntariamente, acabem por manter os estereótipos de sexo e género, ocasionados pela limitação de conhecimentos sobre a temática e, não menos importante, por enviesamentos causados sistematicamente por fatores extrínsecos.

Para a quinta questão (Q5), “Existem na escola espaços e/ou iniciativas que possibilitam que docentes discutam, entre si, sobre questões de género e sexualidade”, houve proporcionalmente uma similaridade de resposta dos e das participantes que concorda e discorda, total ou parcialmente, com a afirmação e, em menor proporção, os que não concordam e nem discordam. Quanto à sexta questão (Q6) sobre se “A escola poderia promover encontros convidando associações especializadas para abordar questões de género e sexualidade”, mais de 96% dos e das participantes concorda, plenamente ou parcialmente, com tal posicionamento.

Levanta-se a questão sobre o papel dos espaços formais de ensino acerca da difusão das questões emergentes. Assim como outros espaços, sugere-se que as escolas ainda mantêm fortemente o status quo vinculado às normatividades de género e sexo, o que dificulta a abertura de tais espaços para a abordagem sobre género e sexualidade. No entanto, parece não haver uma tendência a mudanças sobre esta percepção de espaços escolares “fechados em si mesmos”, ao se verificar a importância que futuros/as docentes atribuem às possibilidades de abertura das escolas para, de forma atenta e através do recrutamento de participantes de outros ambientes de acolhimento social, entender como as sociedades têm avançado relativamente a novas formas de ser e estar, no que respeita às perspetivas de sexo e género.

Relativamente à sétima questão (Q7) sobre se “A escola deve estar atenta à promoção do respeito e da equidade, nomeadamente acerca da utilização de casas de banho/balneários em função da identidade e expressão de género de cada pessoa”, mais de 80% dos e das participantes concordam, plenamente ou parcialmente, com a afirmação. Para a oitava questão (Q8) sobre “O fracasso escolar pode estar relacionado com práticas docentes que promovem e/ou acentuam estereótipos de género”, mais de 70% dos e das respondentes concordam, plena ou parcialmente, com esta afirmação.

Embora numa tendência a refletir sobre a necessidade de ressignificar conceções, parece não ser consensual a percepção de que ainda existem situações do quotidiano capazes de perpetuar condições de marginalização de grupos minoritários, considerando mulheres e a população LGBTQIA+. E este cenário parece, claramente, projetar-se nos espaços escolares, quer em salas de aula ou nos demais ambientes, quer no âmbito de práticas docentes, pondo em evidência a problemática multifatorial do fracasso escolar.

CONCLUSÕES

O estudo sugere a importância que a maioria dos participantes atribui à necessidade de abordar as questões de género e sexualidade nas escolas, bem como a sua confiança para discutir e explorar sobre o espectro da diversidade sexual e de género. Os e as participantes também assinalaram que existem dificuldades relacionadas com défices de conhecimento do conteúdo e com a melhor forma de abordar essas questões na escola por docentes, além da influência de constrangimentos de cariz interno e externo à escola. Através destas percepções, destaca-se a urgência na implementação de estratégias de intervenção direcionadas a docentes e estudantes, alargadas à comunidade escolar e social envolvente, de forma a constituir uma educação de base para uma compreensão mais inclusiva das múltiplas possibilidades de ser e estar no universo da diversidade sexual e de género, destacando a posição fundamental da escola face às problemáticas emergentes e fortalecendo o ideal de inclusão no âmbito da valorização das minorias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Anastácio, Z. (2018). Os professores e a Educação Sexual no Ensino Básico: necessidades de formação e sua importância na evolução conceptual. *In: D. Freitas, G. Dutra de Carvalho, M. Fávero, P. Costa & V. Marques Santos. Projeto Web Educação Sexual: a educação no espaço escolar*, 93-108. UDESC. <https://doi.org/10.13140/RG.2.2.25859.35360>
- Bardin, L. (2016). *Análise de conteúdo*. Edições 70.
- Brás, M. A., Anes, E. M., & Antão, C. C. (2019). Educação para uma sexualidade positiva em crianças e adolescentes: vários olhares! *Revista INFAD de Psicologia*, 1(1), 277-282. <https://doi.org/10.17060/ijodaep.2019.n1.v1.1423>
- Butler, J. (2016). Problemas de gênero, feminismo e subversão da identidade. Civilização Brasileira.
- Carvalho, M. L., & Teixeira, F. (2019). Orientação sexual e homofobia na série televisiva Glee. *Ensino em Re-Vista*, 26(1), 173-191. <http://dx.doi.org/10.14393/ER-v26n1a2019-8>
- Díez-Gutierrez, E.-J. (2020). Ideología em la formación inicial docente. *Revista Íbero-Americana de Educación*, 82(2), 9-25. <https://10.18675/1981-8106.vol24.n45.p23-39>
- Lima, R. (2022). A escola não pode viver em trincheiras. *Diversidades: O papel transformador do professor*, 61(2), 11-14. https://www.madeira.gov.pt/Portals/15/documentos/1_DRE/PaginaPrincipal/Publicacoes/PublicacoesDRE/Revista_Diversidades/Revista_Diversidades_61.pdf
- Rubin, G. (2017). Thinking sex: notes for a radical theory of the politics of sexuality. *In: C. S. Vance (org.). Pleasure and danger: exploring female sexuality*. Ubu.
- Silveira, D., Silva, J., Scheffer, D., Martines, R., Silveira, A., Veiga, D., Jacob, M., Bianchi, K., Machado, A., Drago, L., & Carminati, J. (2021). A formação de professores como possibilidade de (trans)formação social: uma análise baseada em estudos bibliográficos. *Research, Society and Development*, 10(12), 1-9. <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i12.20438>
- Souza, A., Milani, D., & Ribeiro, P. (2020). A educação sexual e o papel do educador: reflexões a partir de um contexto social em formação. *Dialogia*, 34, 95-106. <https://doi.org/10.5585/Dialogia.N34.16635>

PESSOAS TRANS, SAÚDE REPRODUTIVA E DIREITOS HUMANOS: UMA REVISÃO DE LITERATURA SOBRE O TEMA EM PORTUGAL

Paula Dürks Cassol

Centro de Estudos Sociais e Instituto de Investigação Interdisciplinar, Universidade de Coimbra
paulacassol@ces.uc.pt

Resumo

Em oposição a uma história de marginalização e esterilização forçada, em 2018, o parlamento português reconheceu legalmente os processos de autoidentificação das pessoas trans, deixando de exigir prova de diagnóstico clínico ou de procedimentos de modificação corporal para alterar a identidade de género e o nome próprio de uma pessoa em documentos oficiais. A Lei da Autodeterminação do Género, possibilitou pensar os direitos reprodutivos trans, que até alguns anos eram tratados negativamente pelo Estado, afirmativamente, abrindo espaço para que pessoas trans façam escolhas reprodutivas positivamente. Através de uma revisão da literatura sobre a saúde reprodutiva das pessoas trans em Portugal, o presente trabalho identifica de que forma as pesquisas portuguesas tem visto a saúde reprodutiva de pessoas trans em Portugal após a nova legislação. Ao apontar a esterilização simbólica e a eugenia passiva que as pessoas trans sofrem, esta investigação ajuda a compreender a realidade social da saúde reprodutiva trans em Portugal para que ela possa ser melhorada e os direitos humanos das pessoas trans possam ser efetivados.

Palavras-chave: Lei de Autodeterminação de Género; Escolhas reprodutivas; Esterilização simbólica; Eugenia passiva; Revisão teórica

Abstract

In opposition to a history of marginalization and forced sterilization, in 2018, the Portuguese parliament legally recognized the self-identification processes of trans people, no longer requiring proof of clinical diagnosis or body modification procedures to change a person's gender identity and first name on official documents. The Gender Self-Determination Law made it possible to think about trans reproductive rights, which until a few years were treated negatively by the state, affirmatively, making room for trans people to make reproductive choices positively. Through a literature review on the reproductive health of trans people in Portugal, this paper identifies how Portuguese research has viewed the reproductive health of trans people in Portugal after the new legislation. By pointing out the symbolic sterilization and passive eugenics that trans people suffer, this investigation helps to understand the social reality of trans reproductive health in Portugal so that it can be improved and the human rights of trans people can be fulfilled.

Keywords: Gender Self-Determination Law; Reproductive choices; Symbolic sterilization; Passive eugenics; Theoretical review

INTRODUÇÃO

As pessoas trans são indivíduos que se identificam com um género diferente daquele que lhes foi atribuído à nascença, incluindo aqueles que não se identificam como homens ou mulheres (Cordoba, 2020; Strangio, 2016). Trans é um termo usado abrangendo diferentes identidades, acomodando todos os tipos de identificações transgressivas de género ou não conformes de género (Green, 2018). Frequentemente, as pessoas trans são designadas como pessoas com uma identidade de género que difere do sexo com que nasceram. No entanto, esta conceptualização faz uma diferenciação entre género e sexo que tem sido questionada (Davy, 2021).

Durante anos, em Portugal, o processo legal de reconhecimento da identidade de género exigia às pessoas trans que apresentassem provas de esterilização e de não terem filhos para mudar a sua identidade de género (Moleiro et al., 2016; Rodrigues, 2022). Até 2011 existia uma lacuna legislativa no processo de identificação de género da qual se ocupou a Lei da Identidade de Género (Lei n.º 7/2011, 15 de Março). Esta, ao exigir um diagnóstico médico e procedimentos de modificação corporal, bem como o enquadramento em uma binariedade de género, passou a reger o processo de identificação de género pelo discurso médico-legal. A Lei de Autodeterminação de Género (Lei n.º 38/2018, 07 de Agosto) mudou esta realidade ao não mais demandar tais procedimentos, e abriu espaço para pensar a saúde reprodutiva de pessoas trans afirmativamente, para que estas possam fazer as suas escolhas reprodutivas.

O conceito de saúde reprodutiva foi elaborado em 1994 na Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento. Pouco mais de dez anos depois, em 2006, foram desenvolvidos os Princípios de Yogyakarta, estabelecendo uma legislação internacional sobre direitos humanos em matéria de identidade e expressão de género, orientação sexual e características sexuais. No entanto, o acesso à saúde reprodutiva ainda é problemático para todas as identidades sexuais e de género que não se enquadram no modelo heterossexual e cisgénero de reprodução. O estranhamento social ao corpo grávido de homens trans (Currah, 2008) e à maternidade de mulheres trans (Chace, 2018), tal como a imposição da repronormatividade (Santos, 2018) fazem com que as pessoas trans enfrentem opressões e preconceitos ao materializar as suas escolhas reprodutivas.

Essas opressões reprodutivas reiteram narrativas dominantes de que as pessoas trans não têm filhos, estabelecendo uma esterilização simbólica das pessoas trans (Angonese & Lagos, 2017). Outrossim, a falta de acesso a cuidados de saúde reprodutiva e de reconhecimento dos direitos reprodutivos das pessoas trans constitui uma eugenia passiva (Radi, 2020). Ambos constituem uma violação aos direitos humanos. Mas de que forma as pesquisas em Portugal endereçam a saúde reprodutiva das pessoas trans após a nova legislação?

METODOLOGIA

A revisão da literatura foi feita em três bases de dados buscando a produção científica após a aprovação da Lei de Autodeterminação de Género até 2023. Utilizando como palavras-chave “reproductive health” OR “reproductive justice” AND “trans” OR “transexual” OR “transgender”, e respetivas traduções em português, pesquisei nas bibliotecas Google Scholar, SciELO e SCOPUS, em inglês e português, publicações entre 2018 e 2023, desenvolvidas em Portugal. Foram encontradas 140 publicações, entre artigos científicos e dissertações.

A primeira seleção foi realizada através da leitura dos títulos. Foram excluídos os títulos não relacionados com a saúde reprodutiva da população LGBT+ ou com a identidade de género. Foram também excluídas as pesquisas que não estavam de alguma forma relacionadas com a realidade portuguesa e que não foram efetivamente realizadas no contexto português, restando 44 textos. As pesquisas sobre a população LGBT+ relacionadas à juventude, violência, masculinidade, educação, AIDS/HIV, trabalho sexual e contexto da pandemia de Covid-19 foram excluídas após a leitura dos resumos. Há uma produção substancial de dissertações de mestrado e artigos científicos, especialmente em áreas relacionadas à saúde, como Medicina, Enfermagem, Farmácia e Psicologia, com abordagens dínicas e biomédicas, mas com foco nos profissionais de saúde. Estes não foram incluídos nesta revisão de literatura.

Ao final, juntando os textos que aparecem em mais de uma biblioteca, e focando em trabalhos sobre identidade de género ou saúde reprodutiva nas áreas de Sociologia e Direito, restaram 06 (seis) artigos científicos.

RESULTADOS

Tabela 1

Principais resultados dos artigos revistos.

Autoras/es	Objetivo	Resumo dos Pontos Importantes
Aboim (2020)	Discutir as políticas de reconhecimento de identidade de género nas leis do Reino Unido, Portugal e Nepal.	Aponta as contradições e limitações de um reconhecimento binário do género, salientando a importância particular da prática como forma de construir resistência e abordar a justiça social. Sugere centrar-se no "como" da prática, e não no "quem" da identidade, para evitar discursos políticos descorporificados.
Aboim (2022)	Investigar a importância de dar um nome, especialmente a importância de mudar o primeiro nome para pessoas trans em Portugal.	Analisa 40 entrevistas em profundidade com pessoas transgénero e não conformes em Portugal, e chama a atenção para os diferentes percursos semânticos que as pessoas trans enfrentam no seu processo pessoal de contestação das identidades de género. Evidencia que os nomes constroem a identidade de uma forma estruturante.
Marinho, Gato & Coimbra (2020)	Verificar as intenções parentais e os desejos de pessoas trans em Portugal, focando nos desejos de fertilidade e na preservação da fertilidade, utilizando grupos focais.	Descobre que as pessoas trans desejam ter filhos, mas são devidamente informadas sobre a preservação da fertilidade e enfrentam uma lacuna legislativa quando tentam adotar. Esclarece que os profissionais de saúde não estão treinados para lidar com os cuidados de saúde reprodutiva das pessoas trans, pois expressam preconceitos durante os cuidados de saúde e não fornecem informações claras.
Marques (2019)	Compreender as formas como as pessoas transgénero	Conclui, a partir de entrevistas aprofundadas com pessoas transgénero, que estas utilizam estratégias para exibir o género no

	expressam ou não os significantes de género em Portugal e no Reino Unido.	seu quotidiano desafiando e subvertendo imperativos culturais de género, sendo que muitas pessoas cisgénero seguem estes imperativos sem grande reflexão crítica.
Melini (2018)	Examinar as visões e práticas alternativas às normas dominantes de género de uma subamostra de indivíduos transgénero não binários em Portugal.	Analisa a construção da diferença de género a um nível microsocial, conduzindo uma análise crítica de dados qualitativos. Aponta para as dificuldades que a prática dos participantes apresenta e destaca a importância da ação coletiva para uma mudança efetiva das normas de género à escala global.
Rodrigues (2022)	Revisar as alterações jurídicas no reconhecimento da identidade de género e o seu impacto na parentalidade das pessoas trans.	Salienta a falta de reconhecimento legal da trans parentalidade após a Lei n.º 38/2018, de 07 de Agosto. Sustenta que isso perpetua o carácter cisnormativo e binário do sistema jurídico português, limitando os avanços da nova legislação.

CONCLUSÕES

A revisão de literatura mostrou apenas um pequeno número de produções científicas sobre saúde reprodutiva de pessoas trans especificamente, especialmente nos campos relacionados à política, ciências sociais e direitos humanos. Temáticas como identidade de género e questionamentos à binariedade de género se sobrepõem nas pesquisas realizadas em Portugal (Aboim, 2020, 2022; Marques, 2019; Melini, 2018). No que diz respeito às escolhas reprodutivas e à parentalidade, duas pesquisas mostram que as pessoas trans desejam ter filhos, mas existe uma lacuna legislativa para consolidar legalmente os direitos reprodutivos trans em Portugal (Marinho, Gato & Coimbra, 2020; Rodrigues, 2022).

Os estudos demonstram uma crescente melhoria histórica nos direitos humanos trans no que se refere à identidade de género devido às lutas dos movimentos sociais e das organizações políticas. Contudo, o acesso das pessoas trans aos cuidados de saúde no que diz respeito às suas escolhas reprodutivas, é minimamente abordado pelas investigações existentes. Este fato reforça o argumento de que é entendimento comum que as pessoas trans não podem ou não querem ter filhos por padrão, potenciando a esterilização simbólica desta população, e promovendo uma eugenia passiva ao não consolidar o seu acesso à saúde reprodutiva. Pessoas trans não são estéreis por defeito, e é seu direito fazer escolhas informadas sobre a sua vida reprodutiva, assim como aceder a cuidados de saúde reprodutiva adequados, materializando essas escolhas e os seus direitos humanos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Aboim, S. (2020). Fragmented recognition: Gender identity between moral and legal spheres. *Social Politics: International Studies in Gender, State & Society*, 29(1), 71-93.

- Aboim, S. (2022). 'What's in a name?' The discursive construction of gender identity over time. *Journal of Gender Studies*, 1-14.
- Angonese, M.; Lago, M. C. de S. (2017). Direitos e saúde reprodutiva para a população de travestis e transexuais: abjeção e esterilidade simbólica. *Saúde e Sociedade [online]*, 26(1), 256-270.
- Chace, A. (2018). "Barriers to Motherhood: Biotechnology, Reproductive Justice, and Transgender Women," *National Women's Studies Association Annual Conference*, November 9-11. https://alychace.com/assets/barriers_to_motherhood.pdf
- Cordoba, S. (2020). Non-Binary Sexualities: The Languages of Desire, Practice, and Embodiment. In Z. Davy, A. C. Santos, C. Bertone, R. Thoreson & S. E. Wieringa (Eds.), *The SAGE Handbook of Global Sexualities* (pp. 877-896). SAGE Publications.

A NEGLIGÊNCIA DA DIMENSÃO DA SEXUALIDADE NO TRATAMENTO DE PACIENTES NEUROLÓGICOS: REFLEXÕES E PERSPECTIVAS

Fabiana Durante de Medeiros
Universidade do Sul de Santa Catarina
fabiana.durante@gmail.com

Resumo

Os pacientes neurológicos representam um grupo de indivíduos afetados por lesões neurológicas que demandam tratamento fisioterapêutico. No entanto, a dimensão da sexualidade dos pacientes que sofrem dessas doenças muitas vezes é negligenciada no tratamento fisioterapêutico, que se concentra principalmente na funcionalidade motora. O objetivo deste artigo é refletir e investigar sobre a negligência da dimensão da sexualidade no tratamento fisioterapêutico de pacientes neurológicos. Foi realizada uma busca sistemática em duas bases de dados, resultando em 6 artigos que demonstram que a prática e satisfação sexual tendem a diminuir após lesões neurológicas, enquanto os pacientes sexualmente ativos têm melhor qualidade de vida e independência funcional. No entanto, há poucos estudos específicos sobre a sexualidade de pacientes neurológicos no contexto fisioterapêutico. É necessário realizar mais pesquisas para compreender a importância de considerar a sexualidade dos pacientes no tratamento fisioterapêutico, visando melhorar o relacionamento, a satisfação sexual e a qualidade de vida dos pacientes neurológicos. A inclusão dessa abordagem nos protocolos de tratamento pode proporcionar estratégias mais abrangentes e eficazes para atender às necessidades dos indivíduos que sofrem de sequelas neurológicas.

Palavras-chave: Fisioterapia; Pacientes neurológicos; Bases de dados científicos; Sexualidade; Direitos sexuais como direitos humanos

Abstract

Neurological patients represent a group of individuals affected by neurological lesions that demand physiotherapy treatment. However, the sexuality dimension of patients suffering from these diseases is often neglected in the physiotherapeutic treatment, which focuses mainly on motor functionality. The objective of this article is to reflect and investigate on the neglect of the dimension of sexuality in the physiotherapeutic treatment of neurological patients. A systematic search was conducted in two databases, resulting in 6 articles that show that sexual practice and satisfaction tend to decrease after neurological injuries, while sexually active patients have better quality of life and functional independence. However, there are few specific studies on the sexuality of neurological patients in the physiotherapeutic context. Further research is needed to understand the importance of considering the sexuality of patients in physiotherapy treatment, aiming to improve the relationship, sexual satisfaction, and quality of life of neurological patients. The inclusion of this approach in treatment protocols can provide more comprehensive and effective strategies to meet the needs of individuals suffering from neurological sequelae.

Keywords: Physiotherapy; Neurological patients; Scientific databases; Sexuality; Sexual rights as human rights

INTRODUÇÃO

Pacientes neurológicos são indivíduos afetados por condições que envolvem o sistema nervoso central e periférico, resultando em alterações nas funções motoras, sensoriais e cognitivas. Essas condições podem incluir, por exemplo, Acidente Vascular Encefálico (AVE), lesão medular e traumatismo craniocéfálico. Um AVE, por exemplo, é caracterizado como uma síndrome clínica de progressão rápida devido a um distúrbio focal na função do encéfalo que consiste em uma desordem vascular repentina que resulta na interrupção do fluxo sanguíneo para regiões específicas, com duração superior a 24 horas, cuja consequência é um prejuízo na capacidade funcional dos pacientes (Dutra et al., 2017; Santos et al., 2017). Da mesma forma, lesões na medula espinhal e traumatismos craniocéfálicos podem causar alterações significativas nas habilidades motoras e cognitivas. Em geral, em pacientes com este tipo de lesão, as respostas e o processamento das excitações sexuais também sofrem modificações. As excitações sexuais, desejos, orgasmo e resolução são elementos da função sexual básica, partes do cotidiano da vida humana (Nascimento et al., 2019; Pereira et al., 2017) e são aspectos fundamentais da dimensão da sexualidade, que é “própria do humano e que não está fora do sujeito, de suas ações, pensamentos e comportamentos” (Yared et al., 2020). A Organização Mundial da Saúde desde os anos 70 define a sexualidade como parte integral de todo ser humano, que influencia nossa forma de ser e agir no mundo e, por consequência, nossa saúde física e mental (WHO, 1975). Pacientes neurológicos podem apresentar redução da libido, diminuição na frequência de atividade sexual e aumento na ocorrência de disfunção erétil e ejaculação precoce. Durante o ato sexual, alguns pacientes relatam sentir dor ou desconforto, o que afeta negativamente sua qualidade de vida, saúde geral e seus relacionamentos íntimos. Pelo código de ética da Fisioterapia, o profissional fisioterapeuta deve tratar seus pacientes respeitando sua dignidade e os direitos humanos (CREFITO10, 2013), portanto, reconhecendo os direitos sexuais como direitos humanos (WAS, 2014) podemos trazer à discussão a falta de pesquisas e subsídios teóricos e práticos para um tratamento fisioterapêutico que compreenda a sexualidade dos pacientes. Essa negligência quanto a relevância da sexualidade associada a doenças neurológicas é demonstrada principalmente quando os atendimentos de fisioterapia são voltados para quadros musculoesqueléticos, visando apenas funcionalidade motora. Algum interesse sobre o assunto é visto desde o ano de 1966, quando Gray realizou pesquisas sobre comportamentos sexuais decorrentes de lesões encefálicas adquiridas (Filho & Spizzirri, 2011), todavia não há um campo científico dedicado ao estudo do assunto com comprometimento e constância. Apesar de os objetivos de tratamentos fisioterapêuticos serem elencados pela funcionalidade, incapacidade e saúde, falar de sexualidade, não faz parte do tratamento voltado para esses pacientes. O objetivo deste texto é, portanto, apresentar reflexões sobre a negligência da dimensão da sexualidade em pacientes neurológicos, sendo esta uma dimensão indissociável da experiência humana e fundamental para uma vida prazerosa e saudável.

Este texto é resultado de um processo de estudos, de diálogos e reflexões entre um mestrando, coautor deste artigo e uma professora universitária, autora, que realiza, junto a seus estudantes, atendimentos na área neurofuncional, visando o processo de solidificação da construção de uma pesquisa tendo como eixo a sexualidade de pacientes neurológicos. Ao analisarmos banco de dados verificamos que existem poucos estudos sobre o tema. Sendo a sexualidade uma dimensão inseparável da vida humana e o direito à saúde sexual um direito humano, por que a sexualidade de nossos pacientes neurológicos é uma parte negligenciada no tratamento fisioterapêutico? Buscamos uma resposta inicial a esta pergunta, a partir de um recorte de parte do conhecimento científico produzido e socializado em artigos por alguns pesquisadores e pesquisadoras em duas bases de dados sobre sexualidade em pacientes neurológicos.

METODOLOGIA

Foi realizada uma busca sistemática nas bases de dados *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e Rede de Revistas Científicas da América Latina e Caribe, Espanha e Portugal (REDALYC), procurando todos os artigos de investigação que utilizassem o termo sexualidade e pacientes neurológicos em seu título. Não encontramos artigos sobre o tema. Mudamos os termos para doenças específicas como sexualidade e AVE, sexualidade e lesão medular, sexualidade e traumatismo cranioencefálico e encontramos 6 artigos – 4 na SciELO e 2 na REDALYC, que passaram por uma triagem de seus resumos, selecionando para uma análise 3 trabalhos das bases de dados e 1 trabalho com busca aleatória que apresentaram as palavras-chave mais diversificadas, compondo a amostra analisada, sendo os resultados e discussão apresentados a seguir.

RESULTADOS

Já na primeira leitura prévia dos 7 resumos de todos os artigos encontrados, mesmo antes de efetuarmos a seleção da amostra para analisarmos se o termo aponta para sexualidade em pacientes neurológicos, encontramos quatro que estavam alinhados com uma perspectiva científica na análise da relação entre sexualidade e pacientes neurológicos. Usamos então leitura e análise dos quatro artigos selecionados. Verificamos que a prática, frequência, desejo e satisfação sexual decaíram após as lesões neurológicas, assim como as respostas sexuais. A maioria dos pacientes das amostras relataram diminuição da atividade sexual após a doença (Nascimento et al., 2019; Torrecilha et al., 2014). Observamos que os pacientes sexualmente ativos apresentavam melhor qualidade de vida referente ao domínio físico e maior independência funcional motora e cognitiva quando comparados aos indivíduos que não praticavam atividade sexual (Pereira et al., 2017), sendo um possível indicador de que uma vida sexual saudável e ativa pode contribuir para a recuperação motora e funcional de pacientes neurológicos. Alguns autores abordaram os aspectos clínico-funcionais, psicológicos e sociais da sexualidade desses pacientes tendo como resultados que a contribuição de profissionais

capacitados para lidar com aspectos da sexualidade dos pacientes é recomendada durante o processo de reabilitação (Filho & Spizzirri, 2011) conduzindo, desta maneira, um tratamento que compreenda o sujeito mais amplo, não apenas em sua debilidade física mas também no que tange seus aspectos socioafetivos e funcionais.

CONCLUSÕES

Ao fim da análise nota-se que são necessários mais estudos para delinear a importância de se considerar a sexualidade de pacientes neurológicos no tratamento fisioterapêutico, pois percebemos que muitas vezes a reabilitação é focada nas capacidades motoras e a dimensão da sexualidade é pouco abordada ou até mesmo ignorada por conta dos tabus que existem acerca do assunto. Os pacientes que continuam sexualmente ativos possuem maior independência motora e cognitiva. Precisamos considerar a dimensão da sexualidade dos pacientes para desenvolver estratégias de tratamento que contemplem as necessidades dos indivíduos que apresentam sequela neurológica, possibilitando melhora no relacionamento, satisfação sexual e consequentemente qualidade de vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CREFITO10. (2013, July 8). RESOLUÇÃO Nº 424. *FISIOTERAPIA: Código de Ética e Deontologia*.
- Dutra, M. O. M., Coura, A. S., França, I. S. X. d., Enders, B. C., & Rocha, M. A. (2017). Fatores sociodemográficos e capacidade funcional de idosos acometidos por acidente vascular encefálico. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, *20*(1), 124-135.
- Filho, C. S. d. S., & Spizzirri, G. (2011). Aspectos da sexualidade em indivíduos com traumatismo crânio-encefálico: revisão da literatura. *Acta Fisiátrica*, *18*(1), 32-37.
- Nascimento, Y. d. S., Júnior, J. J. P. d. S., Monteiro, R. A., Serruya, D. I., Figueira, I. d. A., Júnior, I. L. d. A., Sousa, M. R., Sousa, R. D. R., Moura, I. J. R., & Barbosa, R. d. F. d. M. (2019). Sexualidade em pacientes pós-acidente vascular encefálico vinculados a unidades de saúde na cidade de Santarém-PA. *Revista Eletrônica Acervo Saúde*, *11*(18).
- Pereira, A. R. R., Dantas, D. d. S., Torres, V. B., Viana, E. d. S. R., Correia, G. N., & Magalhães, A. G. (2017). Associação entre função sexual, independência funcional e qualidade de vida em pacientes após acidente vascular encefálico. *Fisioterapia & Pesquisa*, *24*(1), 54-61.
- Santos, B. B. C., Botof, M. A., Ramalho, B. A., Barbosa, B. A., & Santos, H. D. H. (2017). Perfil epidemiológico dos óbitos por acidente vascular encefálico no estado de Mato Grosso em 2014. *Anais do Congresso Regional de Emergências Médicas*.
- Torreilha, L. A., Costa, B. T., Lima, F. B., Santos, S. M. S., & Souza, R. B. (2014). O perfil da sexualidade em homens com lesão medular. *Fisioterapia & Movimento*, *27*(1), 39-48.
- World Association for Sexual Health [WAS]. (2014, March). Declaração dos Direitos Sexuais. WAS
- World Health Organization [WHO]. (1975). *Education and treatment in human sexuality: the training of health professionals*, report of a WHO meeting. <https://apps.who.int/iris/handle/10665/38247>

Yared, Y. B., Melo, S. M. M., & Vieira, R. M. (2020). A Importância do Pensamento Crítico em Inovações Curriculares: interface com a educação sexual emancipatória. *Educação, Educação, 45*(1), e36/ 1–29. <https://doi.org/10.5902/1984644433096>.

DIVERSIDADE DE GÊNERO: PROBLEMATIZAÇÕES SOBRE A INCLUSÃO PRODUTIVA NO MERCADO DE TRABALHO

Ana Paula Speck Feijó, Paula Regina Costa Ribeiro
Universidade Federal de Rio Grande (FURG)
anapaulaspeck@yhoo.com.br

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo problematizar a inclusão produtiva de mulheres no mercado de trabalho, em busca da igualdade de gênero. A fim de alcançar tal meta, problematizamos três reportagens postadas na homepage de uma empresa que tem um programa de inclusão da diversidade cujo um dos pilares é sobre gênero. Para a análise dos dados, utilizamos o conceito-ferramenta do filósofo Michel Foucault problematização, por acreditarmos que desta forma podemos colocar em suspenso as verdades que são ditas sobre essa inclusão em busca da igualdade de gênero. Observamos com essa pesquisa, que cada vez mais se faz necessário problematizar tais iniciativas, uma vez que muitas vezes as/os/es sujeitas/os/es envolvidos nessa pautas, sustentam a ideia de que uma vez que são ofertadas possibilidades de inclusão, o sucesso e permanência das mulheres nessas vagas, depende apenas delas, simplificando toda a complexa relação de ser mulher numa sociedade de estrutura patriarcal.

Palavras-chave: Igualdade de gênero; Inclusão produtiva; Mercado de trabalho

Abstract

This paper aims to problematize the productive inclusion of women in the labor market, in search of gender equality. In order to achieve this goal, we problematized three reports posted on the homepage of a company that has a diversity inclusion program whose one of the pillars is about gender. For the analysis of the data, we used the concept-tool of the philosopher Michel Foucault problematization, because we believe that in this way we can put in suspension the truths that are said about this inclusion in search of gender equality. We observed with this research that it is increasingly necessary to problematize such initiatives, since often the subjects involved in these agendas support the idea that once possibilities of inclusion are offered, the success and permanence of women in these vacancies depends only on them, simplifying the whole complex relationship of being a woman in a society of patriarchal structure.

Keywords: Gender equality; Productive inclusion; Labor market

INTRODUÇÃO

Atualmente a igualdade de gênero no mercado de trabalho tem sido uma temática recorrente entre setores da indústria, do comércio, serviços públicos e defendido por iniciativas como a Organização das Nações Unidas Mulheres (ONUMulheres). Dentro dessa premissa pautas como o empoderamento feminino, ampliação de produto interno bruto (PIB) das nações com inclusão

das mulheres no mercado de trabalho, e a incorporação das pautas defendidas pelo movimento feministas na ordem dos discursos contemporâneos tem se tornado frequente (ONUMulhres, 2019)

Porém tal situação, não ocorre ao acaso, a autora Margareth Rago (2018) afirma que a racionalidade neoliberal, apontada por Michel Foucault em seu cursos Segurança, Território e População, e também no Nascimento da Biopolítica lá em 1980, nos tempos atuais, tem adotado discursos que nos são caros, como as pautas de inserção das mulheres em postos de trabalho, cargos de liderança, em posições estratégicas, com isso, evidenciamos frases, como “lugar de mulher é onde ela quiser” sendo ecoadas, de forma que parece simplista. Tal fato coloca nas mulheres toda a responsabilidade pelos seus fracassos e ou sucessos, não pontuando todas as relações de poder que permeiam as questões ligadas as relações de gênero, bem como ao que significa ser mulher na sociedade atual.

Segundo Kamila Lockmann (2019) essa inclusão pode ser denominada como inclusão produtiva, pois não se busca apenas ampliar a igualdade de gênero e dar oportunidades para as mulheres no mercado de trabalho. Busca-se as mulheres que tenham a melhor formação, aquelas que ao comporem as equipes, vão oferecer soluções mais eficientes, e com isso vão colocar a equipe num outro patamar de alcance de suas metas, ou seja, uma inclusão produtiva.

Cabe destacar que compreendemos gênero como construções sociais, culturais e históricas que ao correlacionarem comportamentos, linguagens, representações, crenças, identidades, posturas, inscrevem tais constructos no corpo, através de estratégias de poder/saber. Sendo assim, ainda durante nossa gestação, já vamos sendo interpeladas/os/es e produzidas/os/es como sujeitas/os/es pertencentes a um gênero. Com isso, desde muito cedo, começamos a ser ensinadas/os/es a produzir e reproduzir modos de ser, agir, pensar, falar, que vai naturalizando e normalizando alguns modos de ser em detrimento de outras/os/es. (Louro, 2016; Rodriguês *et.al*, 2020).

Frente a essa breve introdução, buscamos com esse texto, problematizar a inclusão produtiva de mulheres no mercado de trabalho, sendo que para tal alcance, pautas que são muito caras ao movimento feminista vêm sendo incorporadas pelas instituições públicas e privadas que são permeadas por uma racionalidade neoliberal tem como premissa governar a tudo e a todas/os/es numa lógica de mercado.

METODOLOGIA

Esse texto compõe uma pesquisa de doutoramento que tem como temática a inserção da diversidade sexual e de gênero no mercado de trabalho do agronegócio. A pesquisa problematiza um programa denominado “Diversidade” implantado por uma multinacional de origem norueguesa, em 2018, que tem filiais no Brasil. Esse programa está subdividido em

pilares, sendo que dois desses pilares têm como foco a inclusão da diversidade sexual e de gênero. Para a construção desse texto, vamos utilizar ditos presentes em 3 reportagens sobre equidade de gênero, divulgadas na *homepage* da multinacional, no período de 2019 a 2022, que abordam iniciativas realizadas pela empresa, que estão relacionadas a inclusão de mulheres em áreas da empresa ou de atuação na indústria, que antes dessas iniciativas, eram majoritariamente ocupadas por homens. Na análise dos dados vamos utilizar o conceito de problematização em Michel Foucault (2010, p. 242), que segundo o autor, “é o conjunto das práticas discursivas e não discursivas, que faz alguma coisa entrar no jogo do verdadeiro e do falso e o constitui como objeto para o pensamento (seja sob a forma da reflexão moral, do conhecimento científico, da análise política, etc.)”.

RESULTADOS

“Empresa” formaliza apoio aos Princípios de Empoderamento das Mulheres (WEPs) – Nessa reportagem de 2019, o embaixador da Noruega no Brasil afirma que,

A igualdade de gênero não é apenas uma questão de direitos e justiça, trata-se também de uma questão de atrair os melhores talentos para sua empresa, gerando assim uma vantagem competitiva. A diversidade impulsiona o crescimento e o desenvolvimento econômico. Esperamos que outras empresas, norueguesas e brasileiras, se inspirem e façam a adesão a esse tipo de compromisso. (ENB, 2019).

Conforme já ressaltamos na introdução, a incorporação da ideia da igualdade de gênero, não se dá apenas para incluir mulheres no mercado de trabalho, ela é vista como uma vantagem competitiva, pois não é apenas oportunizar que mulheres façam parte das equipes, elas devem ser os melhores talentos, ou seja, busca-se mulheres, que tenham investido em seu capital humano, que tenham alta performance, e assim possam elevar a empresa ao crescimento e ao desenvolvimento econômico.

Igualdade e mais resultados: uma equipe diversa que bate recordes – Nessa reportagem de 2020, é relatado o sucesso alcançado pela equipe do pier de uma filial que tem uma equipe formada metade por mulheres e outra metade por homens. De acordo com o descrito nessa matéria jornalística,

Nós sempre buscamos a diversidade de gênero, de etnias, de orientações, culturas e vivências porque é assim que alcançamos novos pensamentos e ideias diferentes nas soluções do dia a dia. Isso prova que valorizar as pessoas, dando oportunidades iguais e proporcionando um ambiente de trabalho tranquilo e seguro, tem como reflexo resultados de excelência. Não é apenas diversidade, é diversidade com resultado. (“Empresa”, 2020).

Ou seja, embora a “Empresa”, esteja falando de gênero, ela traça uma linha de sucesso com a inclusão da diversidade dentro de outras perspectivas, como etnias, culturas, sexualidade, entre

outras. Ainda aproveita a oportunidade para reforçar que não se trata apenas de diversidade, mas de diversidade com resultados. Margareth Rago (2018) afirma que a racionalidade neoliberal permeia a forma como as nações passam a funcionar, e isso se alastra de tal forma, que as/os/es cidadãos/ãs/es passam a se ver como uma empresa, e a se relacionar como uma empresa, a competitividade e a relação ganha/ganha, é buscada em todas as situações.

Equidade de gênero: conheça as frentes da “Empresa” nessa luta – Essa reportagem de 2022, apresenta várias iniciativas, para incluir mulheres dentro da multinacional em diferentes áreas. Dentre essas iniciativas destaca-se o Programa Mulheres na Manutenção que iniciou numa filial para colocar mulheres na área da mecânica e elétrica, áreas que antes da implantação dessa iniciativa não tinham mulheres compondo as equipes. Dentre as narrativas presentes nessa reportagem, destacamos a fala da coordenadora de Recursos Humanos (CRH)

É importante que elas olhem para esses espaços, que até então eram predominantemente masculinos, e vejam que conseguem dar conta. Hoje temos supervisoras, mecânicas, operadoras. Isso tem um valor muito grande, de empoderamento mesmo. É um legado que estamos deixando. (CRH, 2022)

Nesta afirmação da coordenadora, destacamos o fato da fala vir permeada pela ideia de que as pessoas são as únicas responsáveis pelos seus sucessos ou derrotas, pois uma vez que a oportunidade é dada, e é demonstrado para essas mulheres que elas podem estar num local, onde até então a figura masculina era predominante, as relações de poder e o machismo estrutural presente em sociedades patriarcais, como as nossas, não são consideradas na narrativa da coordenadora.

CONCLUSÕES

Para finalizarmos destacamos que, em geral, iniciativas que primam por incluir mulheres no mercado de trabalho, buscam incorporar essas mulheres em equipes e cargos que antes eram ocupados majoritariamente por homens. Tais iniciativas, geralmente, apontam como justificativa para essa inclusão o fato de que investir em igualdade de gênero, traz para as instituições ganhos, pois equipes mais diversas são mais inovadoras, encontram soluções diferenciadas para problemas complexos, e geram ganhos relevantes para suas corporações, como é o caso também da empresa retratada nas reportagens que analisamos. A ideia de uma inclusão produtiva que prima por alcance de melhor resultado, impera na iniciativa que tem como pauta a igualdade de gênero. Precisamos cada vez mais de trabalhos que questionem a ideia de que apenas o fato de oportunizar vagas para mulheres é suficiente para alcançarmos essa igualdade, sem analisarmos todas as outras questões que estão emaranhadas nas diversas posições de sujeitas/os/es que ocupamos na sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Foucault, M. (2010). *A arqueologia do saber*. 6ª ed. Editora Forense Universitária
- Lockmann, K. (2019) *Assistência social, educação e governamentalidade neoliberal* (1ª ed.). Editora Appris
- Louro, G. L. (2016). Gênero e Sexualidade: pedagogia contemporâneas. *Pro-Posições*, 19, 17-23
<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8643470>
- ONU Mulheres. (2019) Sobre a ONU Mulheres. <http://www.onumulheres.org.br/onu-mulheres/sobre-a-onu-mulheres/>
- Rago, M. (2018). Empresárias de si mesmo? Recuso-me, denuncio!. In Resende, H. (Org.). *Michel Foucault: a arte neoliberal de governar e a educação*. Editora Intermeios. 1ª ed., 127-142.
- Rodriguês, É.; Ribeiro, P.R.C. & Rizza, J.L. (2020). Gênero e sexualidade nos espaços educativos: em foco enunciações de estudantes do ensino superior. *Humanidades & Inovação*, 7, 47-60.
<https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/issue/view/94>

ESTUDANTES TRANS: NARRATIVAS ESCOLARES RELACIONADAS AO PRECONCEITO

Viviane Hasfeld Machado, Joanalira Corpes Magalhães, Paula Regina Costa Ribeiro
Universidade Federal do Rio Grande – FURG
viviane.hasfeld@gmail.com

Resumo

Este trabalho tem como objetivo analisar as narrativas de cinco (5) estudantes trans sobre suas experiências com relação ao preconceito vivenciado em uma Escola Pública localizada no interior do Rio Grande do Sul – Brasil. Nesta investigação atentamos, particularmente, para os discursos de preconceitos por parte da direção escolar, professores/as e alunos/as/es em relação às vivências das pessoas trans nesse espaço. A metodologia empregada, para produção dos dados, foi a investigação narrativa. Percebemos que as/os/es entrevistadas/os/es enfrentam o disciplinamento e o controle da escola no que tange a seus modos de ser, estar e agir. Constatamos, também, o quanto se faz necessário incluir, no currículo escolar e na formação de professores/as, debates ligados às questões de gêneros e sexualidades. Entendemos que, no contexto atual, o que está acontecendo no ambiente escolar é um movimento de tolerância e não de reconhecimento desses/as jovens trans. Ainda, acreditamos que, para haver modificação desse cenário, é preciso que a escola e os/as profissionais da educação olhem para esses/as jovens trans que ocupam os espaços escolares.

Palavras-chave: Escola; Gêneros; Sexualidades; Jovens Trans

Abstract

The objective of this study is to examine the firsthand accounts of five (5) transgender students regarding the prejudice they encounter in a public school situated in the interior of Rio Grande do Sul, Brazil. Specifically, our investigation centers on the discriminatory attitudes and narratives expressed by the school administration, teachers, and students toward transgender individuals within this educational setting. The methodology employed to gather data was narrative inquiry. We have observed that the interviewed individuals face discipline and control from the school regarding their ways of being, existing, and acting. Furthermore, we have noted the importance of including discussions on gender and sexuality issues in the school curriculum and teacher training. In the current context, we perceive that what is happening in the school environment is a movement of tolerance rather than recognition of these transgender youth. Additionally, we believe that in order to bring about a change in this situation, it is necessary for the school and educational professionals to acknowledge and support these transgender youth who occupy the school spaces.

Keywords: School; Gender; Sexualities; Transgender Youth

INTRODUÇÃO

Este trabalho é um recorte de uma tese de doutorado e tem como objetivo analisar as narrativas de cinco (5) estudantes trans sobre suas experiências com relação ao preconceito vivenciado em uma Escola Pública localizada no interior do Rio Grande do Sul– Brasil. Para tanto, entrevistamos cinco (5) estudantes trans, a fim de problematizar o que ocorre com esses/as sujeitos/as que estão na escola ou que frequentaram esta instituição escolar, buscando aproximações com esses/as jovens trans e, a partir disso, perceber como narram as experiências vividas na escola.

A partir do entendimento de experiência, enquanto algo que passa por nós, que nos atravessa, que acontece, que nos toca e nos faz pensar, buscamos nos aproximar e tecer interlocuções com as experiências narradas por esses/as jovens trans colaboradores/as com a pesquisa. Nesse contexto, a lógica da experiência faz e produz sentidos e sensações nesse estudo. Assim, a experiência que Larrosa (2002) apresenta nos auxiliou a observar as narrativas dos/as jovens trans, visto que:

a experiência, a possibilidade de que algo nos aconteça ou nos toque, requer um gesto de interrupção, um gesto que é quase impossível nos tempos que correm: requer parar para pensar, parar para olhar, parar para escutar, pensar mais devagar, olhar mais devagar, e escutar mais devagar; parar para sentir, sentir mais devagar, demorar-se nos detalhes, suspender a opinião, suspender o juízo, suspender a vontade, suspender o automatismo da ação, cultivar a atenção e a delicadeza, abrir os olhos e os ouvidos, falar sobre o que nos acontece, aprender a lentidão, escutar aos outros, cultivar a arte do encontro, calar muito, ter paciência e dar-se tempo e espaço. (Larrosa, 2002, p. 24)

Analisamos as entrevistas com lentidão, calma e tempo, como nos convida Larrosa. É preciso destacar que selecionamos alguns recortes de experiências de jovens trans de uma cidade da fronteira do estado do Rio Grande do Sul. Isso foi realizado a partir de nossos olhares, de nossas experiências, que nos auxiliaram a articular e a compor as discussões.

METODOLOGIA

Para a produção e análise dos dados da pesquisa utilizamos a “investigação narrativa”. Por entendermos que essa metodologia dá suporte às histórias narradas pelos/as jovens trans, uma vez que “a entrevista narrativa permite ao narrador contar a história sobre algum acontecimento relevante de sua história de vida e do contexto do qual faz parte.” (Sousa & Cabral, 2015, p. 154). Ainda, acreditamos que “nossos interesses de pesquisa provêm de nossas próprias histórias e dão forma ao nosso enredo de investigação narrativa.” (Clandinin & Colonnely, 2015, p. 165).

Nosso estudo é composto por narrativas que foram produzidas a partir de cinco (5) entrevistas realizadas com jovens trans, os/as quais estão ou estiveram na escola em que acontece a

investigação e se disponibilizaram a colaborar com nosso estudo. Uma questão importante, em relação às entrevistas, foi que elas aconteceram presencialmente e foram gravadas. Nas análises, vamos apresentar algumas narrativas.

Quanto ao uso do nome dos/as/es entrevistados/as/es, entregamos um Termo de Consentimento/Assentimento Livre e Esclarecido a eles/elas, no qual cada jovem afirmou concordar com a utilização do seu nome social. Apresentamos, a seguir, os/as/es sujeitos/as/es participantes de nosso estudo: Guilherme: Tem 18 anos, autoidentifica-se como homem *“e nunca se viu como mulher desde pequeno”*; Renan: Tem 18 anos, autoidentifica-se como menino; Dominique: Tem 23 anos, autoidentifica-se como não binário, *“porque não gosta de rótulos e por entender que se identifica principalmente como uma pessoa e quer ser visto como pessoa independente de qual é seu gênero”*; Karina: Tem 17 anos, autoidentifica-se como uma mulher trans, *“porque nasceu assim e sempre se viu assim como uma mulher”*; Felipi: Tem 15 anos, autoidentifica-se como não binário, *“olhando para mim mesmo de uma forma é figurativa eu não consigo identificar certamente uma mulher em mim apesar do meu corpo e nem um homem por mais que eu tente personificar a imagem masculina eu não quero ser totalmente um homem”*.

RESULTADOS

Ao tecer interlocuções com as narrativas percebemos como os/as/es entrevistados/as/es enfrentam o disciplinamento e o controle da escola e o quanto se faz necessário incluir, nos currículos escolares, debates ligados às questões de gêneros e sexualidades. Ainda, também, conseguimos perceber que existem sonhos e desejos desses/as jovens trans, a saber: desejo de falar sobre, de existirem debates na escola, de não precisarem se explicar. Eles/as, do mesmo modo, acham falta de um atendimento, de atenção:

Karina: Sonho com mais apoio, com ajuda de psicólogo que tivesse todo atendimento pelo SUS, inclusive o endocrinologista deveria ser pelo SUS porque é muito caro, e as pessoas não têm condições.

Dominique: Tem um momento que a gente tem que se questionar, a gente tem que olhar para dentro de nós e ver né então a gente precisa desse apoio para dizer assim olha a gente vai estar aqui para o que for preciso. Bom, não quer mais ser chamado por esse nome, a gente vai te apoiar como infelizmente teu documento ainda tá com esse nome, mas a gente vai colocar ali na chamada um nome que você quer, até que seja feita a alteração. Entendeu? Tem que facilitar mais porque são coisas que acabam nos incomodando. O banheiro também incomoda bastante. Deveriam nas aulas quem puder comentar a questão da orientação.

Renan: Desejo que falem mais na escola muito mais, pois acredito que, se tivesse conversas sobre esse assunto, eu teria me reconhecido bem antes se tivesse essas conversas na turma.

Guilherme: Para quem tá entrando na escola, acho que tem que ter mais conversas vai ajudar bastante. Não quero precisar falar porque acho que eles têm que enxergar, mas eu não culpo ninguém.

Felipe: Eu desejo que falem mais sobre nós, penso que assim vamos sofrer menos, assim como também ter que explicar menos também.

Assim como Karina, Dominique, Renan, Guilherme e Felipe, estamos buscando que esses debates façam parte do cotidiano escolar para que, assim, possam ser reconhecidos/as/es. Por esses e outros motivos, é necessário ressaltar a importância dessa temática para ampliar as discussões que evidenciam as principais dificuldades que esses/as jovens têm enfrentado em suas vivências.

Além disso, os/as/es jovens trans dessa pesquisa já demarcam seus lugares quando apontaram o interesse e a falta que o não falar nas escolas deveriam mudar. Assim, esses/as jovens querem falar, querem ouvir outros/as jovens, assim como objetivam que seus/suas professores/as falem e debatam sobre essas múltiplas vivências.

No entanto, não podemos mais aceitar que esses/as jovens se sintam excluídos/as/es e discriminados/as/es, em especial, no espaço escolar, já que o acesso e a permanência na escola estão garantidos, na Constituição Federal, para todos/as/es.

CONCLUSÕES

A partir das narrativas de jovens trans, buscamos, neste trabalho, apresentar as vivências desses/as jovens no espaço escolar. Com esse intento, partimos de suas próprias experiências e percepções ao relatarmos como se sentem ou já se sentiram na escola e como convivem no contexto escolar e de que forma participam dele. Não tivemos por objetivo questionar formas e maneiras corretas, e sim entender e promover a visibilidade a partir das narrativas desses/as jovens trans na tentativa de apresentar outras possibilidades para eles e elas. Gostaríamos que esses/as jovens pudessem viver em diversos espaços, não somente o escolar, sem ter que explicar quem eles/as são, para que eles/elas não se sintam inexistentes. Logo, consideramos importante que suas experiências sejam respeitadas/os/es e reconhecidas/os/es.

Para finalizar, precisamos construir uma agenda que lute e que possibilite que as temáticas de gênero e sexualidade estejam presentes nos cursos de formação de professores/as, na formação continuada e nas políticas públicas de inclusão social. Isso deve ser feito a fim de que possamos

romper com as violências e com os preconceitos presentes no espaço escolar, de maneira a construirmos práticas de afetos, alegrias, reconhecimento, aprendizagens, dentre outras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Clandinin, D. J., & Connelly, F. M. (2015). *Pesquisa Narrativa: experiência e história na pesquisa qualitativa* (Grupo de Pesquisa Narrativa e Educação de Professores ILEEL/UFU Trad.) (2.ª Ed.). Uberlândia UFU.
- Larrosa, J. B. (2002). Notas sobre a experiência e o saber de experiência. *Revista Brasileira de Educação*.19, 20-28.
- Sousa, M. G. da S., & Cabral, C. L. de O. (2015). A narrativa como opção metodológica de pesquisa e formação de professores. *Horizontes*, 33(2)149-158.

OS MEDIA, VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES E A INVISIBILIZAÇÃO DO TERMO FEMINICÍDIO

Luma Flávia Josino

Doutoramento em Estudos Feministas, Faculdade de Letras/Universidade de Coimbra

Centro de Estudos Sociais/Universidade de Coimbra

luma@student.uc.pt

Resumo

Os média veiculam notícias de violência contra as mulheres e feminicídio, geralmente de forma sexista, reproduzindo estereótipos machistas e patriarcais, como a culpabilização das vítimas e a minimização da gravidade dos casos como algo passional e casos isolados. Estes meios de comunicação têm um impacto importante na visão da sociedade através da forma como veiculam estas notícias e podem contribuir para a manutenção do *status quo* do patriarcado, ao reproduzir estereótipos e crenças machistas. Perante este quadro, os estudos feministas e de género têm-se debruçado sobre como os media abordam os casos de violência contra as mulheres, contribuindo para a normalização desta violência, ou para uma maior visibilidade. Pretende-se, com este estudo bibliográfico, analisar se os artigos recentemente publicados sobre o tema, referem se os media denominam os assassinatos misóginos de mulheres como feminicídio, na contextualização da notícia. O mapeamento crítico em resultado do estudo espera-se venha a ser um contributo para uma maior consciencialização da problemática da violência contra as mulheres e feminicídio.

Palavras-chave: Media; Feminicídio; Violência contra mulheres

Abstract

The media convey the news of violence against women and femicide, generally, in a sexist way and reproducing sexist and patriarchal stereotypes, such as blaming the victims, and minimizing the seriousness of the cases as something passionate and isolated cases. These means of communication have an important impact on society's vision through the way they convey this news, and can contribute to maintaining the status quo, patriarchy, by reproducing sexist stereotypes and beliefs. Given this situation, feminist and gender studies have focused on how the media address cases of violence against women, contributing to the normalization of this violence, or to greater visibility. The aim of this bibliographical study is to analyze whether the articles recently published on the subject refer to whether the media consider the misogynistic murders of women as femicide, in the context of the news. The critical mapping resulting from the study is expected to contribute to a greater awareness of the issue of violence against women and femicide.

Keywords: Media; Femicide; Violence against women

INTRODUÇÃO

Os estudos feministas e de género têm-se debruçado sobre a abordagem das questões de género e das mulheres pelos media, tendo em conta o seu poder de influência na opinião pública. Os media podem influenciar o público a respeito da violência contra as mulheres, daí a importância de investigar a forma como é abordado este tema, nomeadamente, como são mencionados e abordados os crimes de feminicídio (Fernandes & Cerqueira, 2017; Cerqueira & Gomes, 2017). Feminicídio é um conceito definido pela primeira vez por Diana Russel (1992) como assassinato misógino de mulheres por homens.

Os media são “agentes de socialização marcante” (Cerqueira & Gomes, 2017, p. 5) e promovem uma forma de espetacularização - a violência contra as mulheres - com ênfase nos assassinatos destas, ou seja, feminicídio. Apesar desta representação enfática dos crimes de feminicídio, os autores referem que os artigos analisados não citam se há a denominação destes crimes como feminicídio pelos media, mas que são, na sua maioria, notícias veiculadas sem uma contextualização social acerca do problema.

De acordo com Cerqueira e Gomes (2017), a culpabilização da vítima é algo presente, de forma recorrente, nas notícias sobre violência contra as mulheres e feminicídio nos media, considerada uma forma de violência oriunda de algo passional, e como casos isolados. A violência sexual é assim entendida como algo inerente ao masculino ou com uma justificativa patológica. Esta forma de abordagem sobre a violência contra as mulheres pelos media, que desculpabiliza os homens, pode ser justificada pelo facto de que estes reproduzem valores sociais masculinos como dominantes, ou seja, perspectivas machistas.

Apesar de terem um papel reprodutor do *status quo*, os media ainda trazem visibilidade sobre a violência contra as mulheres, mesmo que seja apenas em coberturas dos casos extremos, como feminicídio (Cerqueira & Gomes, 2017), pese embora, comumente, ao não contextualizarem o problema, não o denominem como feminicídio.

Importa ressaltar também, que, apesar de haver alguns avanços recentes relativamente à forma de noticiar, nos media, os casos de violência contra as mulheres, com divulgação de locais, de onde denunciar e mais informações contextuais sobre a causa do problema, a abordagem nestes meios de comunicação, de questões de género e machismo relacionados com estas violências, ainda é diminuta (Fernandes & Cerqueira, 2017).

Fernandes e Cerqueira (2017) alertam-nos para o facto de os crimes de violência contra as mulheres deverem ser noticiados com uma perspectiva de género, considerando o impacto dos meios de comunicação na propagação de estereótipos sociais para homens e mulheres, onde se reforça a visão de crimes decorrentes de passionalidade. No entanto e em contrapartida, os movimentos feministas defendem que os direitos das mulheres a comunicar devem ser respeitados, denunciando o modo como o sexismo opera através dos media.

Urge, pois, analisar se as pesquisas mais recentes sobre os media e a violência contra as mulheres, em Portugal, denominam o assassinato de mulheres como feminicídio, se há abordagem deste conceito nos meios de comunicação, e como se abordam e noticiam os casos de violência contra as mulheres.

METODOLOGIA

O estudo bibliográfico que se propõe será efetuado através de uma revisão da literatura, com artigos publicados em bases de dados online, indexadas, como a SciELO, bem como capítulos de livros, dissertações de mestrado e teses de doutoramento. O *corpus* será constituído por publicações dos últimos 5 anos.

Partindo de questões como “De que modo os media têm vindo a noticiar casos de violência contra as mulheres? como são mencionados e abordados os crimes de feminicídio?”, a pesquisa pretende fazer um mapeamento crítico de como os media, em Portugal, abordam a questão do assassinato misógino de mulheres, se o denominam como feminicídio, caracterizando e contextualizando assim a problemática da violência de género como uma violação dos direitos humanos das mulheres. Importa, ainda a forma como são apresentadas essas notícias, isto é, o contexto em que ocorreram, a quem é dada voz, são ouvidas pessoas estudiosas sobre o tema, vítimas sobreviventes que reconstruíram as suas vidas, ou apenas homens juízes, delegados, advogados, que, muitas vezes, perpetuam visões estereotipadas, classificando os casos como crimes passionais ou casos isolados.

RESULTADOS ESPERADOS

A partir da análise dos artigos selecionados, pretende-se contribuir para aprofundar a temática, nomeadamente, através do mapeamento da forma como os media, em Portugal, veiculam as notícias de violência contra as mulheres, se reproduzem estereótipos machistas da sociedade patriarcal, de forma sensacionalista, culpabilizando a vítima, e, quando noticiam os casos, isto é, se o fazem quando já ocorreram os crimes de feminicídio, ou seja, no ápice do ciclo de violência contra as mulheres, apresentando ou não formas de violência anteriores.

CONCLUSÕES

Diante do cenário de espetacularização sensacionalista sobre a violência contra as mulheres, e especialmente os crimes de feminicídio nos media, que reproduz os estereótipos sexistas da sociedade patriarcal, é necessário e urgente mais estudos aprofundados sobre o tema, principalmente sobre a utilização ou não da denominação dos assassinatos de mulheres como feminicídio, pois a definição correta como crimes de feminicídio, configura um avanço na discussão do problema, em que traz à tona e enfatiza a misoginia inerente aos assassinatos de mulheres pelo facto de serem mulheres, a definição deste conceito e contextualização na

veiculação das notícias, é essencial, para a conscientização da população de que se trata de um problema social de violação dos direitos humanos das mulheres.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Cerqueira, C., & Gomes, S. (2017). Violência de Gênero nos Media: Percurso, Dilemas e Desafios. In S. Neves, & D. Costa (Coord.), *Violências de Gênero*, (p. 217-238). ISCSP.
- Correia, A., & Neves, S. (2021). Narrativas mediáticas sobre o femicídio na intimidade em Portugal - Implicações e desafios. *Media & Jornalismo*, 21(39), 229-245. https://doi.org/10.14195/2183-5462_39_12.
- Fernandes, B., & Cerqueira, C. (2017). A violência contra as mulheres como uma violação dos direitos humanos: do positivado ao noticiado. In Cerqueira, C. Santos, A. Santos, F. (Coord.), *Mídia, Gênero & Direitos Humanos*, 6(1), pp. 7-33. Periódico do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero e Direito-Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal da Paraíba.
- Russell, D. E. H., & Hadford, J. (1992). *Femicide: the politics of woman killing*. Twayne Publisher.

O MUNDO MASCULINO NA POESIA DO JORNAL ALTO MADEIRA NO INÍCIO DO SÉCULO XX: NOTAS PRELIMINARES DE PESQUISA

João Guilherme Rodrigues Mendonça¹, Paulo Rennes Marçal Ribeiro²

¹Universidade Federal de Rondônia

²Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

jgrmendonca@unir.br, paulo.rennes@unesp.br

Resumo

O marco zero onde se iniciou a construção da Estrada de Ferro Madeira Mamoré deflagrou e testemunhou o início de um vilarejo em 1914, dois anos após a conclusão da ferrovia, denominado Porto Velho, hoje capital do Estado de Rondônia, no Brasil. Esta pesquisa tem como objetivo recuperar, resgatar e preencher a memória de homens e suas representações constituídas sobre a figura masculina no início do século XX, a partir de poesias publicadas no principal jornal de Porto Velho (Jornal Alto Madeira) em seus dois primeiros anos de edição (1917 - 1918). O processo de análise dos documentos foi baseado na Análise de Conteúdo e as categorias temáticas elencadas foram: Homem submisso e dependente da mulher; Homem e a mulher como objeto de desejo; Homem e a saudade; Homem traído; Homem e casamento. As poesias revelaram uma história de dor, tristeza e solidão de muitos homens em relação à mulher amada e a desesperança de encontrar e/ou ser encontrado por outra nesse rincão na floresta.

Palavras-chave: Homem; Poesia; Mídia impressa; Porto Velho

Abstract

The ground zero where the construction of the Madeira-Mamoré Railroad started, witnessed the beginning of a village in 1914, two years after the completion of the railroad, called Porto Velho, today the capital of the State of Rondônia, in Brazil. This research aims to recover, rescue and fill the memory of men and their constituted representations about the male figure in the beginning of the 20th century, from poems published in the main newspaper of Porto Velho (Jornal Alto Madeira) in its first two years of existence (1917 - 1918). The document analysis process was based on Content Analysis and the thematic categories listed were: Man submissive and dependent on woman; Man and woman as object of desire; Man and longing; Man betrayed; Man and marriage. The poems revealed a story of pain, sadness and loneliness of many men in relation to the woman they loved and the hopelessness of finding and/or being found by another.

Keywords: Man; Poetry; Print media; Porto Velho

INTRODUÇÃO

Porto Velho é a capital do Estado de Rondônia - Brasil. Faz parte da Amazônia Legal. O marco zero onde se iniciou a construção da Estrada de Ferro Madeira Mamoré deflagrou e testemunhou o início do vilarejo de Porto Velho, em 1914, dois anos após a conclusão da ferrovia. Esses momentos foram registados e estudados por diferentes pesquisadores como Neeleman (2011), Ferreira (2005), Teixeira e Fonseca (2001) e Hugo (1998).

Esta pesquisa teve como objetivo recuperar, resgatar e preencher a memória de homens e suas representações constituídas sobre a figura masculina no início do século XX, a partir de poesias publicadas no principal jornal de Porto Velho, o Jornal Alto Madeira (fundado em 15 de abril de 1917 e veiculado ininterruptamente por 100 anos) em seus dois primeiros anos de edição (1917 - 1918).

Utilizamos esse Jornal como fonte histórica e documental a partir da história da gente leitora nesse início do século XX, particularmente dos homens que liam e escreviam no Jornal. Trata-se do resgate da memória da rotina concreta do que fora o tempo presente de 1917 e 1918. Esse é o marco temporal de análise das produções de poesias no Jornal Alto Madeira, escritas somente por homens. Revisitar esse passado em seu cotidiano, oportunizou transitar nos sentimentos, desejos, ansiedades, medos, em uma teia de diferentes matizes de recordações que estão esquecidos na atualidade, mas ajuda-nos compreender concepções desses homens, sujeitos históricos responsáveis presentes na consolidação de uma cidade em lugar longínquo e de difícil acesso, no centro da Amazônia Legal. Nesta primeira fase da investigação, limitamo-nos a um estudo descritivo, deixando para a próxima etapa o aprofundamento da análise e da relação dos dados coletados com os conceitos atuais de masculinidade e gênero, quando pretendemos dialogar com os seguintes autores: Connel (2005), Connel e Messerschmidt (2013), Jablonka (2021), Miskolci (2013), Nolasco (1993), Oliveira (2004), Scott (1990) e Welzer-Lang (2001).

METODOLOGIA

Esta pesquisa é de cunho histórico e descritivo, utilizando-se como técnicas de investigação a pesquisa documental, realizadas a partir da análise de fontes primárias, especificamente o Jornal Alto Madeira, publicado entre os anos de 1917 a 2017, buscando identificar significados e concepções em poesias escritas por homens da recém-nascida cidade de Porto Velho. As poesias são registros fragmentários do período vivido por aqueles homens que as escreveram, materializando suas emoções, interesses e paixões.

O processo de análise dos documentos foi baseado na Análise de Conteúdo, de Laurence Bardin (1977). A técnica de análise de conteúdo escolhida foi a análise temática, que consiste na identificação de temas que, pela frequência que aparecem, revelam valores e comportamentos das pessoas que se manifestaram nas confissões. As categorias temáticas elencadas foram escolhidas a partir da verificação da frequência elevada que apareciam no Jornal: Homem

submisso e dependente da mulher; Homem e mulher como objeto de desejo; Homem e saudade; Homem traído; Homem e casamento.

Catalogamos todos os jornais que circularam no recorte temporal da pesquisa (O Jornal Alto Madeira circulava em torno de 3 em 3 dias), o que representou uma publicação expressiva de 54 edições no ano de 1917, com um total de 12 poesias e 102 edições no ano de 1918, com um total de 41 poesias, encontradas disponíveis na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e no Museu de Rondônia.

RESULTADOS

Homem Submisso e Dependente da Mulher:

Havia, por parte de alguns homens poetas, clara percepção que para ser reconhecido em seu lugar e ter atenção de uma mulher, jamais partiria dele o protagonismo de uma aproximação. Estes homens se viam totalmente dependentes de serem percebidos e/ou escolhidos pela mulher. A imagem retratada nas poesias revela as mulheres como sendo uma realeza, uma princesa; e nessa condição de superioridade os homens não têm como assegurar enlaçamento de amor nem a consolidação de uma união para edificar-se enquanto casal.

Homem e a Mulher Santa - Pura – Ingênuas:

Alguns poetas admiram e reconhecem a mulher como santa, pura e/ou ingênuas. Vemos essa mulher retratada enfatizando a condição de pureza que se avizinha à sacralização. Ser pura e ingênuas parece inspirar o desejo.

Homem e a Mulher como Objeto de Desejo:

A mulher branca retratada nas poesias parece indicar a preferência deles; sua alva tez encanta os olhos dos homens e os seios parecem representar o desejo incontrolável que mobiliza os sentidos masculinos.

Homem e a Saudade:

Encontramos, nesse início do século XX, a saudade representada nas poesias de modo amplo, como recordação de dor, memória do que viveu, de quem morreu: a angústia e a solidão que matam o espírito, as lembranças de amor que não retornam. A saudade é companheira, a saudade é a lembrança viva de uma mulher que amou e hoje não mais estão juntos. O homem revela-se frágil, inseguro e sobretudo sofre por estar só com as lembranças da mulher de um tempo pretérito.

Homem Traído:

A traição e o abandono parecem compor parte da vida do homem. Chama atenção que essa traição é repetitiva e que, ao estar no paraíso com a mulher amada, não consegue avaliar e/ou compreender quem de fato relaciona-se com ele.

Homem e Casamento:

Cabe ao homem, em meio a várias mulheres, decidir o relacionamento a dois. Aquela escolhida será sua esposa e reinará em sua vida.

CONCLUSÕES

O Jornal Alto Madeira é representante e fonte histórica do que era o município de Porto Velho, recém-criado no início do século XX, e hoje capital do Estado de Rondônia. Podemos mesmo reconhecer que o Jornal, por sua contemporaneidade a esse momento inicial, se junta à história de criação do município e do estado.

Os homens, considerados destemidos pioneiros nesse rincão amazônico, desbravaram e construíram nessas terras, povoaram o lugar, construíram relacionamentos, sucumbiram à saudade e às doenças, distanciados de suas terras natal.

Os homens que sabiam ler e tinham poder aquisitivo para comprar jornal impresso naquela época, eram de fato aqueles que exerciam o poder, a liderança, o comércio, a administração da Estrada de Ferro Madeira Mamoré e a política. Letrados, esses homens foram representativos no segmento que atuavam e consolidaram o processo civilizatório desse recém-criado município. Mas, para a maioria deles a permanência nesse lugar representou o afastamento, o rompimento e desentendimentos com a mulher amada. O reflexo dessa condição experimentada por esses homens está expresso em suas poesias, que revelam além dos desejos em relação a mulher, também a dor e o sofrimento de não tê-la e a saudade que corrói como a ferrugem em uma ferragem.

Porto Velho era lugar provinciano, onde desbravadores chegavam sem suas famílias e idealizavam mulheres em suas poesias. Estas são referenciadas como sendo mulheres brancas, ingênuas, puras, santas, princesas, etc. A constatação de que essas idealizadas mulheres não 'nasciam' da floresta, deixam na força de suas poesias a compreensão de que viviam desolados em uma vida só. Essa condição ficava ainda mais conturbada por encontrarmos também expressas nas poesias que alguns homens não apresentavam assertividade em uma conquista e sedução, seguindo dependentes das mulheres, necessitando serem escolhidos. O que fazer se não encontram essas mulheres?

O cenário dos poetas que se delineia nesses dois anos de 1917 e 1918 revelam uma história de dor, tristeza e solidão de muitos homens em relação à mulher amada, e desesperança de encontrar e/ou ser encontrado por outra nesse rincão na floresta.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Edições 70.
- Connell, R. W. (2005). *Masculinities*. University of California Press.
- Connell, R. W., & Messerschmidt, J. W. (2013). Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Estudos Feministas*, 21(1), 241-282.
- Ferreira, M. R. (2005). *A ferrovia do diabo*. Melhoramentos.
- Hugo, V. (1998). *Desbravadores: (minha presença em Rondônia)*. ABG.
- Jablonka, I. (2021) Homens justos: do patriarcado às novas masculinidades. *Todavia*.
- Miskolci, R. (2013). O desejo da nação: masculinidade e branquitude no Brasil de fins do XIX. Annablume.
- Neeleman, R. (2011). *Trilhos na selva: o dia a dia dos trabalhadores da Ferrovia Madeira Mamoré*. BEI Comunicação.
- Nolasco, A. S. (1993). *O mito da masculinidade*. Rocco.
- Oliveira, P. P. de. (2004). A construção social da masculinidade. UFMG.
- Scott, J. W. (1990). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, 15(2),5-22.
- Teixeira, M. A., & Fonseca, D. R. (2001). *História Regional: Rondônia*. Rondoniana.
- Welzer-Lang, D. (2001). A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. *Estudo feministas*, 9(2), 460-482.

EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS, GÊNERO, SEXUALIDADE E MÍDIAS: DIÁLOGOS ENTRE BRASIL E PORTUGAL NA PÓS-GRADUAÇÃO

Fabiane Freire França^{1,2}, Filomena Teixeira^{3,4}

¹ Universidade Estadual do Paraná Campus de Campo Mourão

² Universidade Estadual de Maringá

³ Escola Superior de Educação de Coimbra - Instituto Politécnico de Coimbra

⁴ Centro de Investigação Didática e Tecnologia na Formação de Formadores - Universidade de Aveiro

fabiane.freire@ies.unespar.edu.br

Resumo

O presente texto tem como objetivo evidenciar os resultados de uma parceria entre Brasil e Portugal na oferta de uma disciplina que abordou os temas Educação em Direitos Humanos (EDH), gênero, sexualidade e mídias, em um programa de pós-graduação interdisciplinar, de uma universidade estadual do Paraná/Brasil. Partindo das questões: “como a disciplina pode contribuir para a compreensão da EDH e sua articulação com gênero, sexualidade e mídias?” “como as experiências entre Brasil e Portugal podem potencializar essas discussões?” foi realizado o levantamento bibliográfico, utilizado como aporte teórico na referida disciplina. No final foi aplicado um questionário semiestruturado a estudantes que concluíram a disciplina a fim de perceber as suas representações neste percurso. Cabe destacar que esta disciplina foi realizada no primeiro semestre de 2023, com carga horária de 30 horas, sendo as atividades executadas de forma presencial no Brasil e com a participação, online, de uma professora de uma instituição pública de ensino superior de Portugal. Como uma das atividades avaliativas, as e os estudantes elaboraram *WebQuest* (WQ), recurso tecnológico e didático que pretende ser um contributo para a efetivação da proposta de EDH, sobretudo no que tange às questões de gênero, sexualidade e mídias. A análise das discussões e dos relatos das e dos participantes evidencia ter havido uma melhor compreensão de outras perspectivas sobre EDH e maior conhecimento de experiências de outro país, tendo-se constatado a necessidade de ampliar a carga horária da disciplina devido à diversidade de temáticas envolvidas a par do fortalecimento do intercâmbio Brasil – Portugal.

Palavras-chave: Direitos Humanos; Gênero; Diversidade Sexual; Mídias; Pós-Graduação

Abstract

This text aims to highlight the results of a partnership between Brazil and Portugal in offering a course that addressed the themes Human Rights Education (HRE), gender, sexuality and media, in an interdisciplinary postgraduate program, in an State University of Paraná/Brazil. Starting from the questions: “how can the discipline contribute to the understanding of EDH and its articulation with gender, sexuality and media?” “How can the experiences between Brazil and Portugal enhance these discussions?” a bibliographical survey was carried out, used as a theoretical contribution in that discipline. At the end, a semi-structured questionnaire was applied to students who completed the course to understand their representations in this path. It should be noted that this course was held in the first half of 2023, with a workload of 30 hours, with the activities carried out in person in Brazil and with the participation, online, of a professor from a public institution of higher education in Portugal. As one of the evaluative activities, the students developed a *WebQuest* (WQ), a technological and didactic resource that intends to

contribute to the implementation of the EDH proposal, especially about gender, sexuality and media issues. The analysis of the discussions and participants reports shows that there was a better understanding of other perspectives on EDH and greater knowledge of experiences in another country, having verified the need to expand the workload of the discipline due to the diversity of themes involved alongside the strengthening of the Brazil– Portugal exchange.

Keywords: Human Rights; Gender; Sexual Diversity; Media; Pos Graduate Training

INTRODUÇÃO

O presente texto refere-se a um relato de experiência que tem como objetivo evidenciar os resultados de uma parceria entre Brasil e Portugal na oferta de uma disciplina que abordou os temas Educação em Direitos Humanos (EDH), gênero, sexualidade e mídias, em um programa de mestrado interdisciplinar, em uma universidade estadual do Paraná/Brasil.

Para a compreensão do conceito de Educação em Direitos Humanos (EDH) nos ancoramos na historicidade da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), bem como na problematização de tratados internacionais e documentos nacionais mediante a proposição de uma perspectiva plural e não universal da EDH (Candau, 2012).

Para contemplar os conteúdos da disciplina, a professora do programa de pós-graduação interdisciplinar do Brasil fez um convite à professora de uma instituição pública de ensino superior em Portugal, com pesquisas e experiência na área de EDH, gênero, sexualidade e mídias. Com as tratativas para realização de um convênio entre as instituições, as professoras formalizaram um plano de ensino da disciplina com 30 horas, totalizando 8 encontros.

A metodologia de ensino da disciplina se deu pela explanação de conteúdos sobre corpos, gêneros e sexualidades no espaço escolar, direitos humanos das mulheres, atendimento às e aos estudantes na construção de WebQuest (WQ) que contemplassem suas pesquisas acadêmicas, envio de um texto sobre os principais tópicos das aulas e resposta da turma de discentes a um questionário referente à avaliação da disciplina.

Quando se trata dos estudos de gênero identificamos que a EDH perpassa por uma cultura que precisa ser trabalhada sistematicamente, cotidianamente e nas mais diversas instâncias sociais. Com efeito, a pesquisa de Teixeira e Marques (2019, p. 172), com os exemplos dos piropos elucidam o quanto a cultura machista e misógina está presente no cotidiano do país. “[...] ‘És boa como o milho e eu gosto de pipocas’”.

De modo, similar no Brasil, o levantamento realizado por Pedreira e França (2022, p. 14) evidencia que “em tempos, cada vez mais, marcados por um cenário político e social patriarcal, autoritário e de exclusão, tem-se como consequência as altas taxas de violência contra as

mulheres e com isso a violação dos direitos humanos”. Estes dados reverberam a necessidade do diálogo constante entre os países e com temáticas interdisciplinares que atravessam as mais diversas áreas do saber.

DESCRIÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO

A presente pesquisa é de caráter exploratório, qualitativo e descritivo e contou com a participação de 15 estudantes de pós-graduação interdisciplinar, do Brasil, em articulação com uma professora do Brasil e outra professora de Portugal, autoras do presente texto.

Um dos objetivos da disciplina foi desenvolver atividades orientadas para problematizar a realidade e encaminhar propostas de uma educação em direitos humanos, sexualidade, gênero e mídias. Para atender a este objetivo fizemos um mapeamento sobre as formações e interesses de pesquisa da turma para sistematizarmos a proposta da elaboração do trabalho da disciplina em grupos. As formações englobavam as áreas da Educação, Educação Física, Saúde, Direito, Psicologia, Agronomia, dentre outras. Os temas de interesse compreendiam tanto os temas afetos à disciplina como temáticas mais amplas: raça, projetos de vida, linguagens, lazer, saúde mental, dentre outros.

A proposta foi a elaboração de uma WebQuest (WQ), por grupo, que contemplasse temáticas correlatas aos Direitos Humanos. A WQ foi idealizada pelo norte-americano Bernie Dodge, em 1995 e refere-se a uma página na Web, com processos que a definem, tais como: introdução, processos, tarefa, recursos, avaliação e conclusão. Seu diferencial está na proposta da tarefa que provoca as pessoas a pensar o conteúdo de modo autônomo e crítico, tanto para quem idealiza a tarefa quanto para quem acessa a WQ e resolve cumprir as suas etapas (França, et al., 2021).

Como a disciplina foi organizada em oito encontros de quatro horas por aula, a primeira parte era dedicada à apresentação de pesquisas em Portugal em articulação e proximidade com pesquisas no Brasil. Nos três últimos dias de aula foram destinados momentos de orientação das atividades de elaboração da WQ, como o uso do *Google site* como ferramenta para a elaboração das suas etapas. Na última sessão, os cinco grupos apresentaram, na aula, as propostas interdisciplinares das WQ.

Após a exposição dos grupos expressamos, como docentes, as possibilidades e a necessidade de pequenas adequações da versão final da WQ para sua divulgação. E para finalizar a disciplina, encaminhamos um questionário, através do *Google* formulários, com quatro questões abertas sobre a dinâmica da disciplina, limites, potencialidades e sugestões de melhoria. O *forms* foi encaminhado por e-mail para toda a turma que concluiu a disciplina, tendo recebido 12 respostas.

RESULTADOS

As perguntas foram sistematizadas do seguinte modo: 1) Relate como foi a sua experiência na disciplina; 2) Quais as potencialidades e os limites da disciplina? 3) Como foi o processo de elaboração da WebQuest na disciplina? 3) Deixe aqui sua sugestões para a próxima versão da disciplina.

Em relação aos relatos da experiência com a disciplina, de modo geral as e os estudantes afirmaram que a seleção dos textos lhes abriu possibilidades para repensarem suas representações sobre direitos humanos, gênero, sexualidades e mídias. *“Essa disciplina sem dúvidas foi a melhor que eu já fiz, com muita interação dentro da sala, conteúdos diferenciados”* (Dados do questionário com estudantes da disciplina).

Nas respostas foram destaque a riqueza de conhecer as pesquisas da professora de Portugal, bem como a seleção dos conteúdos propostos. Sobre os limites sinalizaram que seria preciso uma carga horária maior para atender a amplitude das articulações interdisciplinares que almejavam e por fim que seria ainda mais proveitosa a presença efetiva da professora de Portugal nas aulas. *“Acredito que as potencialidades são amplas permitindo os discentes participarem, interagirem, manifestar-se por meio de sua etnia, religião, classe e outros. Os limites seria o tempo curto da disciplina”* (Dados do questionário com estudantes da disciplina).

As percepções sobre a WQ foram resumidas pelos/as estudantes como desafios e superações, *“Não foi fácil, mas o trabalho em equipe fez toda a diferença, sozinha, provavelmente teria sido quase impossível a realização da atividade”*. Compreendemos que o trabalho com as mídias perpassa pela conscientização e conhecimento das potencialidades das tecnologias e este retorno nos evidencia que é possível.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando as questões e o objetivo iniciais deste texto, podemos afirmar que a oferta conjunta desta disciplina proporcionou aprendizagens relevantes e um maior conhecimento e conscientização da problemática, mas também, como as mídias enquanto recursos educativos, podem constituir oportunidades de desconstrução e disseminação de mensagens em prol dos direitos humanos.

A questão do tempo realmente é um fator que pode ser revisto para as próximas versões da disciplina e conseqüentemente explorar outros temas que sejam sugeridos pela própria turma. Entendemos que essa experiência foi válida e receber essa avaliação nos provoca a dar continuidade à parceria.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Candau, V. M. F. (2012). Direito à educação, diversidade e educação em direitos humanos. *Educação e Sociedade, 33*(120), 715-726.
- França, F. F., Sasso, A. G., & Cordeiro, A. F. (2021). Educação em Direitos Humanos: um relato de experiência do Estágio de Docência com o uso de Webquest. *Communitas, 5*(9), 312–333.
- Pedreira, R. S., & França, F. F. (2022). Os direitos humanos e as discussões de violência contra a mulher na formação docente da Educação Básica: análises de teses e dissertações (2016-2021). *Dialogia, 41*, 1-17.
- Teixeira, F., & Marques, F. M. (2019). Metáforas da virilidade: o piropo na educação em sexualidade com perspectiva de gênero. In Rizza, J. L.; Ribeiro, P. R. C.; Magalhães, J. C., Costa, A. L. C. (org.) *Tecituras sobre corpos, gêneros e sexualidades no espaço escolar*, 171-188. Ed. da FURG.

TECENDO ENFRENTAMENTOS À VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Raquel Baptista Spaziani^{1,2}, Bianca Mondin dos Santos Mendonça Raymundo¹, Bruna Pereira Bini¹, Helena Freire Woigt¹, Letícia Quesada Fabião Alves¹, Luísa Segalla de Carvalho¹, Mariana Santana dos Santos¹, Susana Sieiro Bandeira¹

¹ Universidade Federal de São Paulo

² Departamento Saúde, Clínica e Instituições, Instituto Saúde e Sociedade/Universidade Federal de São Paulo

raquel.spaziani@unifesp.br

Resumo

O projeto de extensão “Tecendo Redes de Proteção: enfrentamentos à violência sexual nas infâncias”, da Universidade Federal de São Paulo, Instituto de Saúde e Sociedade, tem como objetivo elaborar estratégias para o diálogo com crianças e com a comunidade sobre a violência sexual, por meio da criação de materiais de baixo custo, bem como da arte e da ludicidade como formas de mediação. Assim, a partir da reflexão sobre os aspectos estruturais que envolvem as desigualdades de classe-raça-gênero-idade e provocam a perpetuação da violência sexual, buscamos atuar na prevenção às violências, proteção e promoção do cuidado às infâncias da Baixada Santista. Este texto, portanto, busca compartilhar um dos encontros iniciais da extensão, realizado com estudantes da Universidade Federal de São Paulo, seus desdobramentos e reflexões trazidas, além da sua estruturação e resultados do evento.

Palavras-chave: Infâncias; Proteção; Violência sexual; Educação sexual

Abstract

The University Extension Project “Weaving Protection Nets: dealing with sexual violence in childhoods”, from the Federal University of São Paulo, Health and Society Institute, aims to develop strategies for dialogue with children and the community about sexual violence, through the creation of low-cost materials, as well as art and playfulness as forms of mediation. Thus, from the reflection on the structural aspects that involve class-race-gender-age inequalities and cause the perpetuation of sexual violence, we seek to act in the prevention of violence, protection and promotion of care for children in Baixada Santista. This text, therefore, seeks to share one of the initial meetings of the extension, held with students from the Federal University of São Paulo, its developments and reflections brought, in addition to its structuring and results of the event.

Keywords: Childhoods; Protection; Sexual violence; Sex education

INTRODUÇÃO

A violência sexual contra crianças diz respeito a um fenômeno complexo, produto das desigualdades de poder decorrentes da articulação entre classe-raça-gênero-idade. Não raramente, essa violência é analisada por meio de perspectivas individualizantes, que velam as suas determinações sociais, bem como os seus índices alarmantes no Brasil. Essa violência diz respeito a qualquer ato de importunação sexual, ou seja, prática de ato libidinoso que não se restringe ao toque físico (Centro Regional de Registro e Atenção aos Maus Tratos na Infância [CRAMI], 2022).

Ademais, ao que envolve a autoria da violência, a maior parte dos casos é perpetrada por homens (95,4%) e conhecidos da vítima (82,5%), sendo 40,8% pais ou padrastos; 37,2% irmãos, primos ou outro parente e 8,7% avós (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2022). Assim, a ideologia patriarcal e adultocêntrica naturaliza a violência e as suas determinações sociais, provocando uma culpabilização da criança e dificultando o enfrentamento em um nível estrutural.

A proteção contra a violência sexual é um direito das crianças que deve ser garantido por toda a sociedade. De acordo com o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (2013), é preciso assegurar a proteção integral das crianças por meio de políticas públicas que envolvam a prevenção a essa violência. A educação emancipatória em sexualidade configura-se como uma forma de prevenção à violência. Visa construir laços de confiança com as crianças; ensiná-las o respeito às diferenças; sanar as suas curiosidades e ansiedades; ensiná-las habilidades de autoproteção; buscar mudanças nos aspectos estruturais que produzem a violência sexual. O diálogo com educadoras e educadores também pode vir a promover o fortalecimento de ações protetivas junto às crianças.

Nesse sentido, o projeto de extensão “Tecendo Redes de Proteção: enfrentamentos à violência sexual nas infâncias” (Spaziani, 2022) tem como proposta desenvolver ações de combate à violência sexual nas infâncias na Baixada Santista, por meio da elaboração de estratégias para o diálogo com crianças e com a comunidade sobre a violência sexual; criação de materiais de baixo custo, bem como da arte e da ludicidade como formas de mediação; realização de rodas lúdicas com crianças sobre prevenção da violência sexual, utilizando os materiais criados, bem como artefatos culturais e brincadeiras como disparadores da reflexão.

O relato que se segue diz respeito à realização de uma oficina com estudantes de graduação da Universidade Federal de São Paulo, campus Baixada Santista, cuja proposta foi a de refletir sobre as possíveis formas de se dialogar com crianças pequenas sobre o tema, assim como oferecer a livre circulação da palavra, a fim de compartilhar informações, sanar dúvidas e tecer redes de proteção às crianças.

DESCRIÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO

A oficina ocorreu no dia 18 de maio que, no Brasil, simboliza o Dia Nacional do Enfrentamento ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, como forma de demarcar a luta pelos direitos de crianças a viverem uma vida livre de violências. Participaram do evento 11 estudantes de graduação dos cursos de Psicologia, Terapia Ocupacional e Serviço Social, que se encontraram em uma das dependências da universidade – decorada de forma lúdica, de modo a remeter às linguagens infantis.

Ao entrar na sala, pezinhos de EVA colados ao chão marcaram o caminho que o público poderia trilhar, a fim de ler cartazes que introduziram e contextualizaram a temática, abordando a definição da violência sexual contra crianças; índices das violências no Brasil e as suas intersecções com classe e raça; possibilidades de prevenção à violência por meio da educação sexual. Após a leitura dos cartazes, foram realizadas três ações reflexivas: contação de histórias infantis sobre o tema; brincadeiras sobre o corpo e as questões de gênero; desenhos sobre a rede de apoio.

A contação de histórias se deu por meio dos livros “Que legal o abraço de Cacau”, de Caroline Arcari (2020) e “Segredo Segredíssimo”, de Odívia Barros (2011). O primeiro aborda a questão do consentimento, o que possibilitou a reflexão sobre os toques nos corpos de crianças e sobre uma sociedade que não as trata como sujeitos, cobrando-as de obedecer às e aos adultos, independentemente do que lhes é solicitado. Já o segundo livro diz respeito ao segredo presente nas situações de violência sexual contra crianças, permitindo dialogar com o público sobre a busca por quebrar o pacto do silêncio que envolve essa violência.

A ação referente às brincadeiras sobre o corpo e as questões de gênero foi disparada por meio de bonecos criados por estudantes que cursaram a disciplina eletiva “Violências de Gênero nas Infâncias e Juventudes”, cujo trabalho final é a produção de um material para a prevenção das violências contra crianças. Assim, foram apresentados às e aos participantes bonecos de EVA com as partes do corpo avulsas a serem coladas por velcro – olhos, orelhas, nariz, boca, cabelo, vulva e pênis –, assim como as suas roupas e acessórios – camisetas de diversas cores, óculos, chapéus, vestidos, botas etc. A montagem diversa de corpos e roupas dispararam as questões sobre como nomeamos os órgãos genitais para as crianças, quais são os contextos em que se pode tocá-los e como as roupas podem ser usadas como meio de diálogo sobre as normas (e transgressões) de gênero.

Já a ação que disse respeito aos desenhos sobre a rede de apoio foi realizada por meio de uma dinâmica que visou refletir sobre quais são os tipos de toques nos corpos de crianças e os contextos que se configuram como violência ou cuidado. Em seguida, um convite para que desenhassem quem são as pessoas que confiam e que lhe protegeriam em uma ameaça de violência sexual. Isto, a fim de dialogar sobre a importância de a criança aprender a reagir e a quem recorrer quando se depara com tal situação.

Ao final dessas três ações, foi aberta uma roda de conversa na qual as e os participantes contaram sobre como foi passar por essas experiências.

RESULTADOS

A proposta da oficina foi a de um encontro para que estudantes da graduação pudessem se sensibilizar sobre a temática da violência sexual contra crianças, bem como refletir sobre os meios de sua prevenção. Desse modo, observamos que a oferta de um espaço lúdico e de materiais voltados às infâncias auxiliou as e os participantes a sanarem as suas dúvidas, sendo uma delas como conversar com crianças pequenas sobre um tema tão delicado.

Estar em grupo refletindo sobre essa questão também teve como efeito a potencialização das ações das e dos participantes, que se mostraram mobilizadas/os a iniciarem um diálogo com as crianças de seu convívio. Foi possível notar que, por meio da utilização de disparadores artísticos, brincadeiras e histórias, que afloram a criatividade, é possível propiciar um espaço de contato e acesso com o mundo sensível de maneira a quebrar resistências e trazer à tona as suas próprias histórias, sensibilidades e até mesmo experiências de violência.

CONCLUSÕES

Diante do exposto, concluímos que a troca de experiências com estudantes de graduação possibilita tanto a potencialização de suas ações como futuras e futuros profissionais que poderão atuar com crianças, como também um espaço de diálogo horizontal para que possam falar sobre as suas dificuldades, medos e dúvidas. Assim, notamos a importância dessa discussão com adultas e adultos, que são as pessoas responsáveis pela proteção das crianças.

Do mesmo modo, percebemos a importância da construção de dispositivos que busquem sensibilizar sobre a realidade da violência sexual contra crianças e, também, cuidar das e dos adultos que experienciaram essa violação em suas infâncias. Ainda que temas sensíveis tenham sido expostos, houve um cuidado mútuo entre extensionistas e estudantes, de maneira a acolher o sofrimento expressado. Como forma de enfrentamento, e até mesmo de elaboração das experiências pessoais de violência, falou-se muito sobre a necessidade da educação sexual crítica e emancipatória nas escolas já na primeira infância.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Arcari, C. (2020). *Que legal o abraço de Cacau*. Caqui Editora.
- Barros, O. (2011). *Segredo segredíssimo* (1a ed). Geração Editorial.
- Brasil. (2013). Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil. SEDH/DCA.
- Centro Regional aos Maus Tratos na Infância [CRAMI]. (2022). *Abuso sexual doméstico: atendimento às vítimas e responsabilização do agressor*. Cortez.
- Fórum Brasileiro de Segurança Pública. (2022). *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*. FBSP.

Spaziani, R. B. (2022). *Tecendo Redes de Proteção: enfrentamentos à violência sexual nas infâncias. Projeto de Extensão Universitária Unifesp – Baixada Santista, Santos, SP, Brasil*, aprovado pela Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da Unifesp (PROEX) em jul. 2022, cadastrado com Código PROEX: 22411 em <https://www.unifesp.br/reitoria/proec/programas-e-projetos>

SERVIÇOS FARMACÊUTICOS E A FARMÁCIA INCLUSIVA: POPULAÇÃO LGBTQIAPN+

Raquel Regina Duarte Moreira, Katellyn Costa Silva
Departamento de Fármacos e Medicamentos, Faculdade de Ciências Farmacêuticas, UNESP-
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Araraquara, São Paulo, Brasil
raquel.moreira@unesp.br

Resumo

Os Serviços Farmacêuticos, envolvem práticas que visam melhoria da qualidade de vida de uma comunidade. A Farmácia Inclusiva visa estabelecer ações sobre as especificidades dos pacientes, com carácter multidisciplinar, em conjunto com outros setores, como educação, comunicação e direitos humanos, buscando garantir a autonomia de uma população considerada vulnerável, como por exemplo a população LGBTQIAPN+. Esta população tem o direito a todos os bens, produtos e serviços existentes na sociedade, incluindo acesso às farmácias e saúde efetiva e, dessa forma, melhorar a sua qualidade de vida e saúde. Nessa experiência objetivou-se a construção do olhar para a saúde da população LGBTQIAPN+. Através de rodas de conversa e oficina foram fomentadas as discussões acerca da saúde e as especificidades desta população assim como, a sua inclusão na área Farmacêutica na perspectiva da Educação Permanente em Saúde. Os resultados mostraram deficiência de entendimento e tabus sobre temas relacionados à Educação sexual e especificidades de saúde da população LGBTQIAPN+ por parte dos participantes. Vários depoimentos apresentados demonstraram os preconceitos e violências sofridas e seus impactos na saúde. Portanto, podemos concluir que devemos rever os protocolos de atuação e ações de educação permanente em saúde voltadas para a população LGBTQIAPN+, para garantir de fato uma a promoção da saúde, levando em consideração as especificidades deste grupo vulnerável.

Palavras-chave: Saúde Inclusiva; Diversidade; Serviços Farmacêuticos; População LGBTQIAPN+; Promoção de Saúde

Abstract

Pharmaceutical Services involve practices aimed at improving the quality of life of a community. The Inclusive Pharmacy aims to establish actions on the specificities of patients, with a multidisciplinary character, together with other sectors, such as education, communication and human rights, seeking to guarantee the autonomy of a population considered vulnerable, such as the LGBTQIAPN+ population. This population has the right to all goods, products and services existing in society, including access to pharmacies and effective health, thus improving their quality of life and health. In this experience, the objective was to construct a look at the health of the LGBTQIAPN+ population. Discussions about health and the specificities of this population were fostered through conversation circles and workshops, as well as their inclusion in the Pharmaceutical area from the perspective of Permanent Education in Health. The results showed a lack of understanding and taboos on topics related to sexual education and health specificities of the LGBTQIAPN+ population on the part of the participants. Several testimonies presented demonstrated the prejudices and violence suffered and their impacts on health. Therefore, we can conclude that we must review the performance protocols and permanent health education actions aimed at the LGBTQIAPN+ population, to actually guarantee health promotion, taking into account the specificities of this vulnerable group.

Keywords: Inclusive Health; Diversity; Pharmaceutical Services; LGBTQIAPN+ population; Health Promotion

INTRODUÇÃO

Os Serviços Farmacêuticos, envolvem práticas que visam contribuir para a prevenção de doenças, a promoção, a proteção, a manutenção, a recuperação da saúde e melhoria da qualidade de vida de uma população (Conselho Federal de Farmácia, 2014). Neste contexto, a Educação Permanente em Saúde vem se destacando como uma ferramenta crucial, propiciando diálogo e comunicação para uma melhor adesão a estes serviços e diminuição das desigualdades de acesso a serviços de saúde, principalmente de grupos vulneráveis como a população LGBTQIAPN+. No Brasil, a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis, junto ao Ministério da Saúde, é um documento que legitima as necessidades e especificidades da população LGBTQIAPN+ e que visa garantir equidade para esse recorte (Ministério da Saúde, 2013). Apesar da Política Pública, a população LGBTQIAPN+ ainda se encontra em situação de vulnerabilidade social por diversos motivos, dentre eles a não adequação ao gênero com o sexo biológico ou à identidade sexual não heteronormativa (Brasil, 2013). Entender os conceitos de identidade de gênero e orientação sexual, se faz necessário para disseminar essas informações entre os profissionais da saúde, para que possam realizar um serviço farmacêutico inclusivo (Mayer et al., 2008). Portanto, o conceito ampliado e inclusivo de saúde deve ser aplicado neste caso impactando diretamente na qualidade de vida e de saúde da população LGBTQIAPN+ (Lionço, 2008; Poteat et al., 2016). Precisamos de profissionais mais preparados para orientar esses corpos para que de fato os serviços de saúde e farmacêutico sejam consolidados (Bauer et al., 2013). A falta da discussão acerca da Educação Sexual e cuidados de saúde implica na falta de ampliação das ações e serviços de saúde destinados a atender as especificidades da população LGBTQIAPN+. Portanto, o objetivo deste relato de experiência foi repensar a formação dos profissionais no tema saúde e serviços farmacêuticos da população LGBTQIAPN+.

DESCRIÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO

Devemos refletir sobre alguns dos fatores que podem interferir de maneira substancial no processo de saúde-doença da população LGBTQIAPN+, sublinhando a importância da atenção dos profissionais da saúde frente às reações em cadeia que implicam o processo de vulnerabilidade e que conduzem ao adoecimento dessa população. É necessária elaboração de ações voltadas para as demandas específicas dessa população. Dessa forma, foram realizadas rodas de conversa e oficina na sede do Conselho Regional de Farmácia - SP, regional da cidade de Araraquara, São Paulo, Brasil sobre Diversidade, Igualdade, Equidade e Inclusão na área

Farmacêutica, com foco nas especificidades de saúde da população LGBTQIAPN+. Foram debatidos temas como políticas públicas, assistência farmacêutica inclusiva, combate ao preconceito e seu impacto na saúde e adesão ao tratamento, assim como temas relacionados ao HIV/Aids: informações sobre a profilaxia (PrEP e PEP) do HIV. As rodas de conversa tiveram duração de 10 horas (2 horas cada) e 1 hora de oficina, e contaram com a participação de cerca de 70 pessoas, dentre as quais: profissionais farmacêuticos, cientistas sociais, gestores municipais, técnicos de saúde, estudantes de farmácia e população em geral. As rodas de conversa foram mediadas e facilitadas por profissionais da saúde e contou com palestrantes especializados no tema, dentre eles professores universitários, gestores municipais, coordenadores do Centro de Triagem e Aconselhamento da Secretaria de Saúde, Fundo Social e Farmácia Solidária da Prefeitura Municipal de Araraquara, assim como, coordenador do grupo técnico de diversidade do CRF-SP. Profissionais estes que dialogaram sobre as vivências e enfrentamentos da população LGBTQIAPN+, trazendo questionamentos da prática, somados a dados científicos e fomentando a discussão a respeito de protocolos de atuação, abordando e orientando sobre cuidados farmacêuticos desta população. Foi também fomentada uma discussão sobre as especificidades e doenças que acometem este grupo, medicamentos que não devem ser prescritos, orientações sobre Educação Sexual e reflexão sobre assistência farmacêutica e suas especificidades. A oficina teve foco no uso correto dos preservativos feminino e masculino, com demonstração e distribuição de amostras para os presentes. Ao final foi aberto um espaço para escuta de relatos de pessoas que viveram a luta pela identidade de gênero e também aquelas que convivem com o HIV, permitindo um local de acolhimento e escuta.

RESULTADOS

A partir das rodas de conversa foi observado, claramente, que o preconceito e falta de preparo acerca da assistência à saúde e serviços farmacêuticos à população LGBTQIAPN+, tem dificultado o diálogo e a comunicação profissional de saúde-paciente. Muitos dos participantes das rodas de conversa e oficina apresentaram dificuldade em debater o tema, não tinham conhecimento da Política Nacional e apresentaram dificuldades em usar e orientar corretamente os preservativos. Um aspecto positivo da oficina, foi propiciar a formação de multiplicadores do uso correto de preservativos e profilaxia (PrEP e PEP) do HIV. Segundo, Cardoso e Ferro (2012), é necessário e urgente que os profissionais da área da saúde tenham maior proximidade com as políticas públicas de populações vulneráveis, como as especificidades da população LGBTQIAPN+, para melhor qualificação dos serviços prestados. Para Lionço (2008), o poder público já tem refletido sobre estas questões da saúde da população LGBTQIAPN+, com a criação de programas que estabelecem diretrizes para o combate à violência e à discriminação, além da promoção da cidadania homossexual. Sendo assim, as atividades realizadas neste relato possibilitaram reflexão sobre os protocolos de atuação em grupos vulneráveis, voltando o olhar às especificidades da população LGBTQIAPN+. São necessários e urgentes espaços de discussão,

comunicação, diálogo e promoção da escuta sobre cuidados farmacêuticos de grupos vulneráveis, visando a promoção da saúde de fato.

CONCLUSÕES

De acordo com os resultados obtidos podemos concluir que devemos rever os protocolos de atuação para garantir a promoção da saúde voltada para as especificidades da população LGBTQIAPN+. Estratégias voltadas para a inclusão social, estreitamento de laços e fortalecimento do diálogo profissional da saúde-paciente são ferramentas importantes para promoção da saúde desta população. Necessário ter espaços para treinamentos, troca de saberes, diálogo e escuta. Portanto, ficou estabelecido a implantação ações de educação permanente em saúde da população LGBTQIAPN+, junto a sede do CRF-SP, Araraquara para profissionais da área de saúde e população em geral.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bauer, G. R. et al. (2014). Reported emergency department avoidance, use, and experiences of transgender persons in Ontario, Canada: results from a respondent-driven sampling survey. *Annals of Emergency Medicine*, 63(6), 713-720.
- Ministério da Saúde. (2013). Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais/Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Ministério da Saúde do Brasil.
- Cardoso, M. R., & Ferro L. F. (2012). Saúde e população LGBT: demandas e especificidades em questão. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 32(3), 1-12.
- Conselho Federal de Farmácia. (2016). Serviços farmacêuticos diretamente destinados ao paciente, à família e à comunidade: contextualização e arcabouço conceitual. Brasília: Conselho Federal de Farmácia.
- Lionço, T. (2008). Que direito à saúde para a população GLBT? Considerando direitos humanos, sexuais, reprodutivos em busca da integralidade e da equidade. *Saúde e Sociedade*, 17(2), 11-21.
- Mayer, K. H. et al. (2008). Saúde das minorias sexuais e de gênero: o que sabemos e o que precisa ser feito. *Revista Americana de Saúde Pública*, 98(6), 989-995.
- Poteat, T. et al. (2016). Global Epidemiology of HIV Infection and Related Syndemics Affecting Transgender People. *Journal of Acquired Immune Deficiency Syndromes*, 72(Suppl3), S210-9.

O PROJETO KINDER NO ENSINO DA LÍNGUA GESTUAL PORTUGUESA: RELATO DE UM PERCURSO

Isabel Correia¹, Sofia Gonçalves², Tatiana Moura³

¹ Escola Superior de Educação do Politécnico de Coimbra

² Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Escola Superior de Educação do Politécnico de Coimbra

³ Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra
icorreia@esec.pt

Resumo

Este relato de práticas pretende descrever de forma sucinta a aplicação do Projeto de investigação KINDER na Unidade Curricular Didática da Língua Gestual Portuguesa (LGP): 1º e 2º CEB, do mestrado em Ensino da LGP (MELGP) da Escola Superior de Educação do Politécnico de Coimbra. O Projeto KINDER teve como objetivo desenvolver e implementar uma abordagem transformadora de normas de género e programas de formação para profissionais que trabalham com crianças no pré-escolar (3-6 anos) e desde os primeiros ciclos do ensino básico obrigatório (7-12 anos). Partindo da extensa experiência da equipa nesta área, KINDER esteve a co-construir ao longo de um ano letivo uma metodologia para docentes e outros agentes da educativos adequada às questões de género e transformadoras de comportamentos e atitudes, permitindo-lhes responder às necessidades específicas de crianças nos processos de ensino e aprendizagem a partir de uma perspetiva de igualdade de género.

Palavras-Chave: Língua Gestual Portuguesa; Educação de Surdos; Igualdade de género; Recursos pedagógicos

Abstract

This practice report aims to briefly describe the application of the KINDER research project in the Curricular Unit Didactics of Portuguese Sign Language (LGP): 1st and 2nd CEB, of the Master in Teaching LGP (MELGP) of the School of Education of the Polytechnic of Coimbra. The KINDER Project aimed to develop and implement a transformative approach to gender norms and training programmes for professionals working with children in pre-school (3-6 years) and from the first cycles of compulsory primary education (7-12 years). Drawing on the team's extensive experience in this area, KINDER has been co-constructing over the course of one school year a methodology for teachers and other education agents that is gender-responsive and transformative of behaviours and attitudes, enabling them to respond to the specific needs of children in teaching and learning processes from a gender equality perspective.

Keywords: Portuguese Sign Language; Education of the Deaf; Gender equality; Pedagogical resource

INTRODUÇÃO

A cidadania, numa visão ampla e geral, engloba um conjunto de direitos e deveres que devem ser transmitidos na formação das crianças e jovens de modo a que se transformem em pessoas adultas conscientes, com uma conduta cívica que privilegie a igualdade, a empatia e o respeito nas relações interpessoais, a integração da diferença e o respeito pelos Direitos Humanos (Gonçalves e Monteiro, 2023). O Projeto KINDER - *Desafiar estereótipos de género na educação e na primeira infância: construir uma Pedagogia Inclusiva na Educação Infantil*, do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, foi financiado pelo Programa Justice (JUST) - Programa Direitos, Igualdade e Cidadania da Comissão Europeia e visa abordar a urgência de desenvolver um programa eficaz e inovador e programas de formação para profissionais de educação que trabalham com crianças em idade pré-escolar (3-6 anos) e desde os primeiros ciclos do ensino básico obrigatório (7-12 anos de idade). Estudos recentes indicam-nos que crianças com 5 anos de idade apresentam estereótipos de género bem definidos (OCDE, 2021) o que nos mostra, também, a pertinência deste projeto nos mais variados contextos educativos (formação inicial e contínua dos/as profissionais de educação).

A intervenção do projeto KINDER, na Escola Superior de Educação de Coimbra, decorreu entre no ano letivo 2021-2022 e teve como objetivo desenvolver e implementar uma abordagem transformadora de normas de género e programas de formação para profissionais que trabalham com crianças no pré-escolar (3-6 anos) e desde os primeiros ciclos do ensino básico obrigatório (7-12 anos). A equipa de especialistas do Projeto KINDER esteve a co-construir uma metodologia, para docentes e outros agentes educativos, adequada às questões de género e transformadoras de comportamentos e atitudes, permitindo-lhes responder às necessidades específicas de crianças nos processos de ensino e aprendizagem a partir de uma perspetiva de igualdade de género. Refletimos sobre a necessidade de investimento nas mudanças de atitude relativamente aos estereótipos de género desde a mais tenra idade dentro e fora das escolas pela lente das masculinidades não violentas; destacamos a importância da formação inicial e contínua como estratégia para equipar docentes com conhecimentos, competências e atitudes para uma pedagogia inclusiva e o carácter essencial de construir e desenvolver estas abordagens de forma co-construída e participativa, com quem vai estar no terreno, através de ferramentas que podem ser utilizadas pelas escolas.

Os objetivos da intervenção KINDER, no curso de Mestrado do Ensino da Língua Gestual Portuguesa, foram consciencializar os/as futuros/as docentes desta área de profissionalização, da importância de incluir nas práticas letivas o ensino explícito de questões da identidade de género, da diversidade de orientação sexual e do respeito pela diferença de todos. A comunidade surda é uma minoria linguística que esse expressa através de uma língua visual, com uma organização específica e que não deriva da língua portuguesa (Correia, Custódio & Silva, 2021; Martins, 2022; Silva, 2023). Ainda que haja uma rede de escolas que garante o ensino bilingue a alunos/as surdos/as (EREB) reguladas pelo dec. Lei 54/2018, garantindo o acesso ao currículo em LGP e em língua portuguesa como segunda língua, a informação ainda não é

acessível a esta comunidade. A maioria das crianças surdas é filha de pais que ouvem, que não dominam a LGP, a informação divulgada nos media ainda não é toda acessível em LGP, sobretudo para esta faixa etária, crianças dos 6 aos 12, e, por isso, o papel do docente de LGP é fundamental na construção da identidade destas crianças e no seu acesso ao mundo. Assim, é crucial que a reflexão seja feita pelos intervenientes no processo, os docentes de LGP, que interroguem a materialização linguística da marcação de género, mas, também, e sobretudo o auto(re)conhecimento da criança na sua identidade de género, orientação e afirmação de valores que espelhem diversidade e respeito. A LGP é uma língua de género natural, ou seja, apenas marca os seres animados e correlatos (Correia, 2016; Gil, no prelo). Tais implicações podem significar, em termos de marca social, a discriminação da mulher ou a marcação de papéis pré-concebidos. Importa, por isso, perceber como levar as crianças a entender e a minorizar a marcação linguística fornecendo-lhes a metalinguagem essencial para ter pensamento crítico.

DESCRIÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO

Este projeto foi implementado na Unidade Curricular de Didática da LGP do MELGP tendo participado nove formandos, surdos e ouvintes. As sessões contaram sempre com a presença da docente responsável e de intérpretes de LGP para garantir a comunicação. Os/As formadores/as do projeto KINDER deslocaram-se à ESEC e deram formação sobre a temática do projeto, a ideologia de género e as masculinidades, tendo sido sessões em formato de aprendizagem colaborativa, reflexões e partilha. Estudantes e a docente responsável pela Unidade Curricular participaram em duas sessões de formação, de quatro horas cada, a fim de entenderem o conceito pretendido para a elaboração de materiais didáticos que versassem sobre o âmbito do projeto KINDER sob a lente das masculinidades. Estudantes foram divididos/as em grupos, conforme a sua vontade, de 3 estudantes cada. A docente da unidade curricular orientou os grupos a fim de compreender como articular a criação dos materiais com os documentos orientadores do ensino da LGP, nomeadamente o Programa curricular de LGP para o ensino básico (PCLGP, 2007). Os/As estudantes apresentaram as suas ideias que foram supervisionadas pela docente e, em termos de acuidade linguística, foi pedido a um colega docente do MELGP, nativo, que aferisse a qualidade linguística.

Numa outra fase, os projetos foram apresentados aos/às formadores/as do Projeto KINDER tendo sido dado o feedback do trabalho desenvolvido. Trocaram-se críticas construtivas, nomeadamente a correção de estereótipos relacionados, por exemplo, com as profissões ou com a falácia social de “o menino deve ajudar a menina”. Estes e outros aspetos de melhoria foram absolutamente pertinentes na formação de futuros/as educadores/as conscientes e respeitadores/as dos papéis sociais abertos a todas as pessoas.

Finalmente, os projetos foram apresentados novamente perante a docente e sujeitos a uma avaliação quantitativa. Os materiais construídos pelos/as estudantes foram alvo de análise pela equipa KINDER para seleção e integração no site do Projeto.

RESULTADOS

Foram produzidos três materiais aplicáveis em sala de aula, ou outros contextos de educação formal ou não formal, a crianças entre a faixa etária dos seis anos e dos 12 anos.

Material 1- Cartas das Profissões

Público-alvo – Crianças do 1.º CEB

Foram produzidas cartas que se podiam recortar ou projetar contendo profissões. O objetivo era desconstruir a atribuição de profissões consoante o género, usando imagens que reproduzissem estereótipos de género, como seja cabelos longos nas meninas e curtos nos rapazes, adornos, entre outros. Além de poderem refletir a marcação de género natural na língua, as crianças podiam perceber que todo o mundo lhes é acessível quer sejam meninos, meninas, surdos, surdas ou ouvintes.

Material 2 - adaptação de vídeos de acesso aberto no Youtube sobre papéis sociais

Público-alvo – Crianças do 2.º CEB

O grupo elegeu um vídeo conhecido em que meninos e meninas realizam as mesmas tarefas, recebendo o menino uma recompensa maior. No final, as crianças intervenientes são questionadas sobre o que pensam a respeito do sucedido. O grupo adaptou o vídeo para LGP, ou seja traduziu numa linguagem acessível crianças, e incluiu duas crianças surdas, de dois géneros, para o verem e comentarem. Antes disso, representaram o vídeo e afirmaram os seus sentimentos sobre o que haviam feito. Refletiram sobre o uso de roupas, a expressão de afetos e sentimentos.

Material 3 - História bilingue “Clube KINDER”

Público-alvo- crianças do 2.º CEB

O grupo criou uma história inédita em português, LGP e com ilustrações da autoria do grupo. Nesta história abordam-se desde famílias monoparentais, questões LGBTQI+, expressão de sentimentos por meninos e meninas, desconstrução de papéis de género. Esta história, por abordar de forma completa os temas explanados na formação e pela acessibilidade a crianças surdas e ouvintes tornou-se um dos produtos do projeto KINDER, disponível em <https://kinder.ces.uc.pt/resources/parceria-kinder-esec/>

CONCLUSÕES

A Escola Superior de Educação do Politécnico de Coimbra associou-se ao Projeto KINDER, através da formalização de um protocolo de colaboração científica onde envolveu, numa ação conjunta, vários cursos de licenciatura e mestrado, tais como o Mestrado em Ensino da Língua Gestual Portuguesa. Esta intervenção procurou estabelecer sinergias entre as unidades curriculares dos diferentes cursos, numa perspetiva integrada e colaborativa (Moura & Ferreira, 2023).

Estas práticas representam o que se entende por transversalidade e interdisciplinaridade de saberes. Assim, a LGP cruza-se com a transversalidade de valores de cidadania e de construção de identidades sólidas, responsáveis e felizes em todas as crianças. É um projeto interdisciplinar pois uniu os saberes da sociologia, dos estudos de género, da linguística e das didáticas específicas. Contribuiu para a reflexão feita por futuros/as docentes de LGP sobre questões de identidade de género, masculinidades e sua importância na formação da criança surda, no seu bem, estar, segurança e saúde. Os produtos que daí resultaram serão aplicados em turmas e poderão vir a ser fruto de estudos futuros sobre a concretização em ambiente real; um deles, a história, tornou-se acessível a todos no âmbito da disseminação de resultados do Projeto KINDER.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Correia, I. (2016) Descrever a LGP em contexto bilingue: o género. *Revista Leitura - Línguas de Sinais: abordagens teóricas e aplicadas*, 1(57), 172-197.
- Correia, I. et al. (2021) *Língua de Sinais Portuguesa: Estudos linguísticos sobre morfologia e SignWriting*. Edições Ex-Libris.
- Gil, C. (forthcoming). Cultural implications of gender construction in Portuguese Sign Language and gender segregation in the Portuguese Deaf community. In *Language and Gender*, Fagard, Benjamin & Ana Margarida Abrantes (eds), Católica Press [Studies in Communication and Culture/ECC].
- Gonçalves, S., & Monteiro, R. (2023). Um longo caminho a percorrer: um olhar sobre a promoção da Igualdade de Género no Pré-Escolar e nos 1.º e 2.º ciclos do Ensino Básico, em Portugal. *KINDER — Desconstrução de estereótipos desde a infância*. Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.
- Martins, T. (2022). *Análise Linguística de Materiais Bilingues: Português e Língua de Sinais Portuguesa*. Tese entregue para obtenção do grau de Doutor em Linguística, Universidade de Évora.
- Moura, T., & Ferreira, P. (2023). *Desconstrução de estereótipos desde a infância*. *KINDER — Desconstrução de estereótipos desde a infância*. Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.
- OECD (2021). *The Future at Five: Gendered aspirations of five-years-olds*. Disponível em <https://issuu.com/oecd.publishing/docs/future-at-five-gendered-aspirations-five-year-olds>
- Silva, R. (2023). *Para além das mãos: a expressão não manual na Língua de Sinal Portuguesa*. Tese entregue para obtenção do grau de Doutor em Linguística, Universidade de Évora.

UM RELATO SOBRE O PROJETO “CORPOS QUE TRANSITAM NO ESPAÇO ESCOLAR: UMA INVESTIGAÇÃO COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO”

Tainá dos Reis Garcia, Paula Regina Costa Ribeiro
Universidade Federal do Rio Grande - FURG
tainareisg@gmail.com, pribeiro.furg@gmail.com.br

Resumo

O Grupo de Pesquisa Sexualidade e Escola - GESE da Universidade Federal do Rio Grande - FURG tem buscado, nas suas diversas atividades, promover debates sobre os discursos dos corpos, gêneros e sexualidades, na escola, na universidade e em outros espaços educativos. Esse trabalho tem como objetivo apresentar um estudo que o GESE está realizando que tem como objetivo investigar a produção discursiva sobre estudantes trans nas escolas do município de Rio Grande/RS. A importância do projeto se justifica frente a reconfiguração que tem ocorrido nas escolas, em que, sujeitos trans que passam a fazer parte do grupo que escapa à norma, precisam de estratégias de regulação que governam as vidas e os corpos, determinando posturas e escolhas; tornando-os sujeitos neste mundo contemporâneo. O referencial teórico baseia-se nos Estudos Culturais, em suas vertentes pós-estruturalistas e a pesquisa é de abordagem qualitativa, em que se optou pela investigação narrativa como metodologia. As estratégias utilizadas para a produção dos dados são: mapeamento das escolas públicas de ensino fundamental e médio do município de Rio Grande/RS com estudantes trans; pesquisa nos currículos das escolas e nos documentos oficiais de educação; e entrevistas narrativas com profissionais da educação das escolas selecionadas pelo mapeamento. Esperamos que este estudo contribua com a promoção de discussões acerca dessas questões no espaço escolar.

Palavras-chave: Gênero; Sexualidade; Estudantes trans; Profissionais da educação

Abstract

The Research Group on Sexuality and School - GESE at the Federal University of Rio Grande - FURG has been seeking, in its various activities, to promote discussions on bodies, genders, and sexualities in the space of school, university, and other educational settings. This work aims to present a study that GESE is conducting, which aims to investigate the discursive production about transgender students in the schools of the municipality of Rio Grande/RS. The importance of the project is justified in light of the reconfiguration that has been taking place in schools, where transgender individuals, becoming part of a group that deviates from the norm, require regulatory strategies that govern their lives and bodies, determining behaviors and choices, thereby making them subjects in this contemporary world. The theoretical framework is based on Cultural Studies, with its post-structuralist aspects, and the research follows a qualitative approach, opting for narrative inquiry as the methodology. The strategies used for data production include: mapping public elementary and high schools in Rio Grande/RS municipality with transgender students; researching school curricula and official educational documents; and conducting narrative interviews with education professionals from the schools selected through

the mapping process. We hope that this study will contribute to fostering discussions on these issues within the school environment.

Keywords: Gender; Sexuality; Narratives; Transgender students; Education professionals

INTRODUÇÃO

O Grupo de Pesquisa Sexualidade e Escola - GESE tem buscado durante seus 21 anos de atuação, através de diversas atividades, promover discussões sobre corpos, gêneros e sexualidades, no espaço da escola, da universidade e em outros espaços educativos, o que tem sido um movimento de luta e resistência, principalmente nos últimos anos, em que há um cerceamento/controlado dessas discussões.

O grupo busca promover ações que visam a promoção de uma educação para a sexualidade em diferentes espaços sociais – escola, universidade, nas mídias – o combate ao sexismo, ao racismo, a misoginia, LGBTfobia, entre outras manifestações de preconceito e discriminação.

Os discursos da normalidade sobre os corpos, os gêneros e as sexualidades dos sujeitos, têm sido professados e justificados como certos, verdadeiros e legítimos. Para tanto, a escola tem colocado em operação estratégias de controle para tornar “normal” o corpo “anormal”. No entanto, o espaço escolar tem se reconfigurado com relação a essa questão, trazendo outros sujeitos para o grupo de estudantes entendidos/as como "anormais". Se antes os/as considerados/as "anormais" nessa instituição eram os/as estudantes com dificuldade de aprendizagem, os indisciplinados, as pessoas com deficiências; hoje, percebemos que os/as hiperativos/as, os gays, as lésbicas, as travestis e os/as transexuais também passam a integrar esse grupo (Ribeiro, 2014).

Assim, com o propósito de fazer com que os "anormais" não escapem a esse poder da norma, a escola tem se utilizado de discursos dos diferentes campos de saber – Psicologia, Medicina, Psiquiatria, Biologia, Educação, entre outros que buscam olhar, analisar, estudar e que se ocupam dos sujeitos – para classificar o normal e o anormal. Esses discursos põem em funcionamento estratégias de regulação que governam as vidas e os corpos, determinando posturas e escolhas; tornando-os sujeitos neste mundo contemporâneo (Foucault, 2002).

Entender os corpos trans como construção, possibilita perceber o quanto discursos, pedagogias, práticas sociais, saberes científicos, entre outros, produzem esses corpos e inscrevem determinadas marcas. Os significados produzidos sobre esses corpos deslizam e escapam não apenas porque são alterados, mas porque são objeto de disputas por diferentes saberes e instâncias culturais que falam deles, que afirmam o que eles são, como são e como devem ser.

Pensando nessa reconfiguração que tem ocorrido na escola, e nos sujeitos trans que passam a fazer parte desse grupo que escapa à norma, emerge o projeto “Corpos que TRANSitam no espaço escolar: uma investigação com profissionais da educação” com o objetivo de investigar a produção discursiva sobre estudantes trans nas escolas do município de Rio Grande/RS.

O entendimento de que as questões centrais no estudo dos corpos, dos gêneros e das sexualidades se referem ao papel das culturas, dos sistemas de significação e suas relações de poder, uma vez que esses elementos sociais se encontram implicados na constituição dos sujeitos, levou-nos a estabelecer, algumas conexões com os Estudos Culturais, nas suas vertentes pós-estruturalistas.

DESCRIÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO

Para a implementação do projeto, está sendo realizado o mapeamento das escolas municipais e estaduais. No município de Rio Grande/RS há 57 escolas de ensino fundamental da rede municipal e 30 escolas de ensino fundamental e médio da rede estadual, sendo assim, através do envio de um formulário no *google forms* estão sendo solicitadas informações sobre estudantes trans, como: A escola possui alunos/as/es trans? Quantos? A escola conhece as normativas para uso do nome social de estudantes trans? O/a responsável pelo/a/e estudante menor de idade autorizou o uso do nome social? Os/as professores/a, equipe diretiva e pedagógica e funcionários/as estão se dirigindo aos/as estudantes pelo seu nome social nas dependências da escola? Os/as professores/a, equipe diretiva e pedagógica e funcionários/as estão se dirigindo aos/as estudantes pelo seu nome social nas dependências da escola? Posteriormente será feita uma visita a escolas que informarem a presença de alunos/as/es trans, a fim de conhecer os movimentos da escola com relação a esses/as estudantes.

O segundo movimento de implementação do projeto, consiste na pesquisa nos currículos das escolas e nos documentos oficiais de educação, a fim de averiguar como os documentos e políticas públicas tem promovido discussões sobre sujeitos trans no espaço escolar. E finalmente, o terceiro movimento de implementação do projeto, em que serão feitas entrevistas narrativas com professoras/es e equipe diretiva a fim de investigar que discursos e práticas estão presentes na escola com relação aos sujeitos trans.

RESULTADOS

O mapeamento das escolas municipais e estaduais, assim como as entrevistas narrativas com professoras/es e equipe diretiva estão em processo de desenvolvimento.

A análise dos documentos oficiais de educação evidenciou: parecer CNE/CP nº 14/2017, aprovado em 12 de setembro de 2017 - Normatização nacional sobre o uso do nome social na educação básica e pela resolução CNE/CP nº 1, de 19 de janeiro de 2018 - Define o uso do nome social de travestis e transexuais nos registros escolares¹⁹ ficou instituído a nível nacional, de acordo com o Art. 1º, que: “Na elaboração e implementação de suas propostas curriculares e projetos pedagógicos, os sistemas de ensino e as escolas de educação básica brasileiras devem assegurar diretrizes e práticas com o objetivo de combater quaisquer formas de discriminação em função de orientação sexual e identidade de gênero de estudantes, professores, gestores, funcionários e respectivos familiares.” No Art. 2º “fica instituída, por meio da presente Resolução, a possibilidade de uso do nome social de travestis e transexuais nos registros escolares da educação básica.” O Art. 3º assegura que “Alunos maiores de 18 anos podem solicitar o uso do nome social durante a matrícula ou a qualquer momento sem a necessidade de mediação”. E o Art. 4º assegura que “Alunos menores de 18 anos podem solicitar o uso do nome social durante a matrícula ou a qualquer momento, por meio de seus representantes legais, em conformidade com o disposto no artigo 1.690 do Código Civil e no Estatuto da Criança e do Adolescente”.

Na cidade de Rio Grande, foco da implementação do projeto, tanto a 18ª Coordenadoria Regional de Educação (CRE 18ª), quanto a Secretaria de Município da Educação (SMEd) autorizam e reconhecem o uso do nome social de estudantes trans nas escolas (Figuras 1 e 2). Essa autorização está claramente expressa nos documentos analisados, demonstrando o compromisso dessas instituições em promover a inclusão e o respeito à identidade de gênero autodeclarada.

Figuras 1 e 2

¹⁹ Disponível em <http://portal.mec.gov.br/publicacoes-para-professores/30000-uncategorised/61941-nome-social>

REQUERIMENTO DE INCLUSÃO/USO DE NOME SOCIAL

O (s) aluno (s) de nome social _____
com nome civil _____
cadastrado no sistema ISE com número de matrícula _____ portador(a) de
Cédula de identidade _____ CPF _____ data de nascimento
_____/_____/____ filiação _____ e
_____, solicita a inclusão do nome social nos registros
escolares internos e o uso no tratamento, com fundamento no DECRETO ESTADUAL RS Nº
48.118, DE 27 DE JUNHO DE 2011, RESOLUÇÃO Nº 1, DE 19 DE JANEIRO DE 2016 do
Conselho Nacional de Educação do Ministério da Educação.]

_____ de _____

Assinatura do aluno conforme nome social

Assinatura do responsável

Assinatura do responsável

Contato do responsável: () _____

O estado do Rio Grande do Sul instituiu política pública de inclusão - Carteira de nome social - DECRETO Nº 48.122, DE
27 DE MAIO DE 2012, condicionada a ser emitida pelo Instituto Geral de Perícias, sendo a primeira via gratuita. Consulte
mais informações no IGP e garanta o direito do cidadão em acesso a dispositivos legais de proteção da pessoa trans.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
SECRETARIA DE MUNICÍPIO DA EDUCAÇÃO

AUTORIZAÇÃO DE USO DO NOME SOCIAL

Eu, _____
portador do CPF nº _____ RG nº _____
residente na _____
na _____
e/ou responsável legal pelo(a) estudante _____ da
Escola _____ do
ano _____ da turma _____ AUTORIZO, em conformidade com os dispositivos dos
artigos 205, 206 e 207 da Constituição Federal de 1988, do art. 3º, IV, da Lei 9.394, de 20
de dezembro de 1996 (LDB), de acordo com a Resolução nº 01, de 19 de janeiro de 2016,
do Conselho Nacional de Educação, que o(a) estudante acima seja reconhecido(a),
identificado(a) e denominado(a) pelo nome social adotado por ele(a) no âmbito desta
Escola, sem que haja menção ao seu nome de registro civil.

Ciente de que os dados registrados em seu Documento Oficial de Identificação não
coincidem com o nome social adotado por ele(a), segue anexa cópia de seu Documento
Oficial de Identificação, para que ele(a) possa ser devidamente identificado(a) e participar
desta Instituição utilizando seu nome social:

Rio Grande, _____ de _____ de 20_____

Fonte: Arquivo pessoal das autoras, 2023.

CONCLUSÕES

O estudo ainda está em andamento, mas esperamos que contribua com informações importantes dados para a comunidade científica sobre as questões relativas aos corpos, gêneros e sexualidades e possibilite, ainda, a promoção de discussões acerca dessas questões no espaço escolar, bem como a minimização das representações e preconceitos atribuídos aos sujeitos LGBTI+, nesse estudo em especial os/as/es estudantes trans. Como a questão da transfobia nas escolas da Educação Básica e do Ensino Superior é, ainda, temática emergente, as ações e os resultados alcançados permitirão uma significativa e ampla produção científica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Foucault, M. (2002). Os Anormais: curso no collège de France. Martins Fontes
- Ribeiro, P. R. C. (2014). Os corpos no espaço escolar: (re)configurações dos/as alunos/as anormais em tempos pós-modernos. In Ferrari, A., Ribeiro, C. M, Castro, R. P. de & V. Barbosa, *Corpo, Gênero e Sexualidade*. UFLA. <https://shre.ink/a5an>

DECLARAÇÃO DE COIMBRA

As questões de género, identidade e direitos humanos estão no centro do debate contemporâneo.

A partir da segunda metade do século XX, os ideais democráticos aceleraram as mudanças sociopolíticas a nível global. Aos critérios tradicionais de pertença que comprimiam as identidades e as normalizavam, contrapõem-se, em diferentes latitudes e longitudes, outros marcadores da diversidade humana, antes reprimidos ou mesmo inomináveis, de entre os quais sobressaem a sexualidade e o género.

Enquanto a afirmação dos direitos humanos alarga as expectativas de mudança social, a intolerância e a violência continuam a alimentar-se da desigualdade, do fechamento cultural, do alheamento educacional e da manipulação discursiva.

O modo como dinâmicas de poder operam para invisibilizar as formas de dominação em cada um destes campos, torna-se cada vez mais complexo.

A construção da narrativa do “outro” como inimigo tem muitos anos de história. Talvez tantos, quanto as narrativas tradicionais. Mas, ao invés destas, o seu principal objetivo é incitar ao ódio e à discriminação. Por isso, tem tanta barbárie associada.

As estratégias discursivas que procuram modernizar a narrativa do inimigo, dando-lhe novas roupagens e novos alvos, cavam fundo no preconceito, na crença e na frustração. A sua desconstrução requer o incentivo ao pensamento crítico, à empatia cognitivo-emocional e à teoria interseccional nos sistemas educativos e de formação.

Por outro lado, são muitas as palavras sábias que nos podem estimular a partilhar novos caminhos de transformação do mundo e a celebrar a diversidade humana. Exemplo disso são as palavras do escritor *Amin Maalouf* quando diz: “Porque é o nosso olhar que muitas vezes fecha os outros nas suas estreitas pertenças, é também o nosso olhar que os pode libertar”, implicam-nos nessa procura.

Enquanto profissionais de educação, investigação e formação, conscientes da importância do caminho que temos percorrido desde a Carta de Aveiro que o I CISES aprovou em 2010, assumimos nesta **Declaração de Coimbra** o compromisso de continuar a desconstruir os discursos e as práticas que põem em causa os direitos humanos com base em diferenças sexuais e de género e a partilhar o conhecimento sociocientífico sobre esta problemática nos diversos campos de atividade.

Nesse sentido:

- Reforçamos aqui os princípios, compromissos e linhas de ação assumidos nos seis congressos CISES realizados anteriormente, declarados nas Cartas de Aveiro, Araraquara, Braga e Bauru.
- Reiteramos aqui, no VII Congresso Internacional Sexualidade e Educação Sexual, realizado em Coimbra, a nossa determinação individual e coletiva de afirmar a Dignidade Humana no quadro da diversidade sexual e de género.

Coimbra, 16 setembro 2023

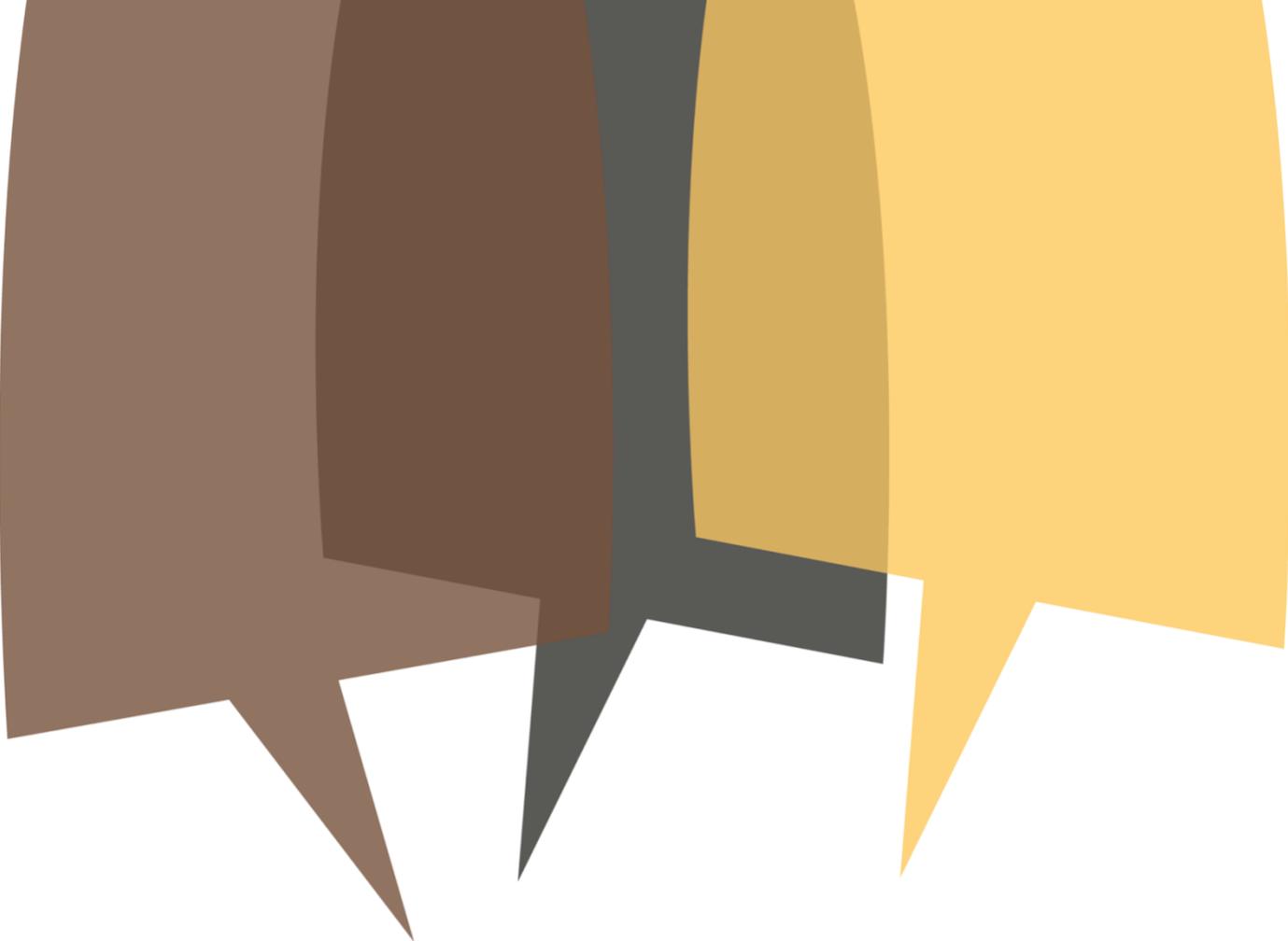
EDIÇÃO
ESCOLA SUPERIOR DE
EDUCAÇÃO DE COIMBRA

DEZEMBRO 2023

GÉNERO, DIVERSIDADE SEXUAL E DIREITOS HUMANOS

FILOMENA TEIXEIRA
ANA FRIAS
SUSANA SILVEIRA
DULCE VAZ
JOSÉ MORGADO
PAULO RENNES MARÇAL RIBEIRO
ANA CLÁUDIA BORTOLOZZI
ISABEL CHAGAS
TERESA VILAÇA
ISABEL MARTINS
CÉLIA REGINA ROSSI
SÓNIA MARTINS DE MELO





EDIÇÃO
ESCOLA SUPERIOR DE
EDUCAÇÃO DE COIMBRA

DEZEMBRO 2023